

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

VOL. 4 – Nº 8 – JULHO/DEZEMBRO DE 2004

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste

Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte

Enock Pessoa (UFAC-Brasil)

Nordeste

Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul

Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG-Brasil)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado
(UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval
(PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Comissão de Apoio

Soraia Ansara (PUCSP-Brasil)

Nadir Lara Junior (PUCSP-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques (UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência e permuta

Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduated em
Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Rua Monte Alegre, 984 Perdizes

CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil - E-mail: revistapsipol@uol.com.br

Revista disponível integralmente no site:

www.fafich.ufmg.br/~psicopol

Revisão técnica de língua inglesa

Salvador Sandoval - PUC/SP

Diagramação e editoração eletrônica

YM Studio Gráfico e Fotolito Ltda.

Fone: (11) 3283-5040

Tiragem

500 exemplares/Impresso em 2005

Banco de dados em Index

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)
Geodados (Universidade Estadual de Maringá)
PSERINFO

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – vol.4, nº8 - (Jul./Dez. 2004). – São Paulo: SBPP
2001

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Biblioteca: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846

Volume 4 – Número 8 – Jul./Dez. 2004

Linha Editorial	146
Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política-SBPP ...	147
Editorial	149
O Mundo do Trabalho na Vida Cotidiana: A Experiência de Mobilidade Psicossocial em Espaço de Desqualificação Vanessa Andrade de Barros - Universidade Federal de Minas Gerais Maria Luisa Magalhães Nogueira - Universidade Federal de Minas Gerais	151
A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise Eliane Domingues - Universidade Estadual de Maringá/PR	169
Participación Pública y Nuevos Conflictos Sociales desde la Sociología del Riesgo Enrique Laraña - Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. - Universidad Complutense de Madrid/Espanha	191
La Re-Habilitation d'un Paradigme Perdu: la Psychologie Politique. Alexandre Dorna - Université de Caen/France	221
Dossiê	251
Cidadania Sexual na Democracia Portuguesa Ana Cristina Santos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Portugal	253
Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad. Fernando Villamil Pérez - Universidad Complutense de Madrid	275
Le Gueuloir Bi ou Comment la Biphobie Vient Aux Gais Daniel Welzer-Lang - Université de Toulouse-Le Mirail/France	303
Publicando na RPP	325

Sumário

Volume 4 – Número 8 – Jul./Dez. 2004

Editorial Line	146
Message from Brazilian Society of Political Psychology	147
Editorial	149
The World of Work in Everyday Life: The Experience of Psycho-Social Mobility in the Space of Disqualification Vanessa Andrade de Barros - Universidade Federal de Minas Gerais Maria Luisa Magalhães Nogueira - Universidade Federal de Minas Gerais	151
The Struggle for a Piece of Land and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Rural Landless Workers Movement: the contributions of the psychoanalyses Eliane Domingues - Universidade Estadual de Maringá/PR	169
Public Participation and the New Social Conflicts from the Perspective of the Sociology of Risk Enrique Laraña - Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. - Universidad Complutense de Madrid/Espanha	191
The Re-Habilitation of a lost Paradigme: Political Psychology Alexandre Dorna - Université de Caen/France	221
Dossiê	251
Sexual citizenship in Portuguese democracy Ana Cristina Santos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Portugal	253
Political Economy of the Closet: Politics of Silence, Politics of Authenticity Fernando Villamil Pérez - Universidad Complutense de Madrid	275
The bi-shouting-shop or how gays become bi-phobic¹ Daniel Welzer-Lang - Université de Toulouse-Le Mirail/France	303
Submission guidelines	325

Contents

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado à Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas – Psicologia e Política – tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A *Revista* preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismo e xenofobia, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reúnem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Mensagem da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Salvador A. M. Sandoval

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Com este número da *Revista Psicologia Política* marcamos o final de quatro anos de publicação contínua e uma caminhada na direção da consolidação da área de Psicologia Política como campo de pesquisa científica no Brasil. O processo de consolidação da área é evidenciado não apenas com a publicação da *Revista Psicologia Política*, que é o único periódico científico de Psicologia Política na América Latina, mas também pelas atividades científicas promovidas pela comunidade de pesquisadores e estudantes ligados à Sociedade Brasileira de Psicologia Política.

No primeiro semestre de 2005, a SBPP vai realizar seu 3º *Simpósio Nacional de Psicologia Política* na Universidade Estadual Paulista – UNESP no campus de Bauru no mês de abril. Sendo organizado por uma equipe liderado por Celso Zonta o 3º Simpósio Nacional será um marco no processo de consolidação da área de Psicologia Política no Brasil. Após uma década de encontros regulares dos pesquisadores e estudantes, o 3º simpósio Nacional tem confirmado a participação de pesquisadores estrangeiros trazendo a este encontro o reconhecimento de importantes colegas do exterior, da qualidade e diversidade de pesquisa que vem sendo realizada atualmente. Entre os mais importantes convidados do exterior estão Maritza Montero da Universidad Central de Venezuela, e atualmente a presidenta da International Society of Political Psychology, Graciela Mota Botelho da Universidad Nacional Autónoma de México, Carolina Moll da Universidad de la Republica de Uruguay, e Tereza Almarza de Chile.

No decorrer dos últimos anos a área de Psicologia Política vem se consolidando no Brasil através de Sociedade Brasileira de Psicologia Política, sendo esta a única entidade na América Latina que sistematicamente promove a pesquisa e difusão de trabalhos científicos sobre temas deste campo científico. Este fato faz da Sociedade e seus membros elementos de referência num crescente campo de trabalho em estudos nos países da região. A vinda dos convidados estrangeiros tem como finalidade iniciar um diálogo entre os pesquisadores brasileiros e seus pares em outros países, visando incentivar um intercâmbio que possa deslanchar um processo que leve a uma maior

formalização da área através de propostas de projetos de professores e pesquisadores visitantes que permite o estabelecimento de laços inter-institucionais entre núcleos de pesquisadores brasileiros e seu parceiros no exterior. Incentivando parcerias internacionais a área de Psicologia Política no Brasil ganha no aprofundamento de nossos debates e enfoques teórico-metodológicos, ao mesmo tempo que pode difundir nossas idéias no exterior. Considerando que as problemáticas políticas enfrentadas no Brasil são, em muitos casos, similares as de outros países da região, nada mais natural do que procurar incentivar o diálogo entre essas realidades com a finalidade de aprofundar nossos conhecimentos sobre ela. Considerando que nossos países atravessam grandes transformações políticas, torna-se importante desenvolver estratégias pelas quais pesquisadores possam debater suas investigações em psicologia política sobre os acontecimentos sociais.

Neste sentido, a Sociedade Brasileira de Psicologia Política neste semestre foi representada ativamente nas reuniões preparativas para a criação de uma nova associação latino-americana de psicologia – Unión Latino-Americana de Entidades de Psicología – que tem como finalidade fomentar o intercâmbio científico e profissional de psicólogos da região tendo como objetivo promover pesquisas e práticas de intervenção relevantes às circunstâncias políticas, sociais e econômicas prevalentes em nossas sociedades. Como resultado desses esforços, a Sociedade Brasileira de Psicologia Política integra e coordena os trabalhos da comissão organizadora do 1º Congresso Internacional da ULAPSI a ser realizado no mês de Abril de 2005 em São Paulo no Memorial da América Latina. Na programação do congresso a SBPP e seus membros terão uma participação importante, tanto nas mesas especiais temáticas, assim como em mesas propostas pelos membros da Sociedade. Junto com 3º Simpósio Nacional, o congresso da ULAPSI vai trazer uma grande oportunidade de concentradamente intercambiar perspectivas e abordagens atuais entre os estudiosos da Psicologia Política.

Para o lançamento deste número da Revista Psicologia Política, também chamamos a atenção de nossos leitores para o fato de que está em processo de organização o próximo Congresso Nacional da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social – a ser realizado em Belo Horizonte entre os 11 a 15 de novembro de 2005. Os congressos nacionais da ABRAPSO sempre foram eventos de grande importância para a Psicologia Política onde geralmente os membros organizam mesas e apresentam trabalhos sobre as mais variadas temáticas da psicologia política brasileira. Além dessa participação científica a SBPP também realiza sua assembleia anual durante o Congresso da ABRAPSO uma vez que um grande número dos psicólogos políticos brasileiros participam no encontro da ABRAPSO. Sendo assim esperamos ver vocês na ABRAPSO/2005 na assembleia da SBPP.

Psicologia Política: Atualidade e Internacionalização

Neste ano de 2004, a *Revista Psicologia Política* tem enfrentado diversos desafios como a internacionalização das publicações e a criação de novos espaços temáticos de publicação em seu corpo editorial. No número anterior apontamos para uma possível internacionalização buscando publicar em todos os números, a partir deste ano, artigos de pesquisadores internacionais com o objetivo de alargar, ainda mais, o debate nesta área. Neste número continuamos cumprindo este objetivo, organizado agora não só na publicação de artigos, mas também na elaboração de um espaço próprio para debates temáticos.

No número 8 da *Revista Psicologia Política* os leitores terão acesso a um novo projeto que buscamos desenvolver: a criação de um espaço de debate temático: “*Dossiê em Debate*”. Este espaço busca articular alguns pesquisadores nacionais e internacionais, especialistas em temáticas que interessam ao campo da Psicologia Política. O dossiê neste número da Revista aborda a questão da diversidade sexual, tema que cada vez mais tem evidenciado sua importância no debate não só sobre direitos humanos e democracia, mas também sobre identidade, preconceito social e práticas sociais. O primeiro dossiê, organizado por *Alessandro Soares da Silva*, doutorando no Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC/SP, traz três textos que buscam contribuir para as reflexões em torno das sociedades contemporâneas e dos processos identitários e políticos. O primeiro texto do dossiê de

Ana Cristina Santos, pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, aponta para uma reflexão sobre direitos humanos, democracia e direitos sexuais na sociedade portuguesa. Além deste, temos ainda o texto de *Fernando Villaamil Perez* da Universidad Complutense de Madrid que aborda a variabilidade das práticas sociais de homossexuais frente às condições de desigualdades sociais e, por fim, o texto de *Daniel Welter-Lang* da Université de Toulouse-Le Mirail coloca uma reflexão sobre o preconceito internalizado na comunidade GLBT (gay, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros). Desta forma, inauguramos esta seção com um debate internacional de excelente contribuição para uma das temáticas de fronteira que este periódico tem publicado.

Além do dossiê, este número publica ainda outros quatro artigos abordando temáticas diferenciadas. O artigo de autoria de *Vanessa Andrade de Barros* e *Maria Luiza Magalhães Nogueira*, partindo da concepção da centralidade do trabalho na vida humana, traz reflexões sobre o trabalho em espaços de desqualificação apontando para um campo interdisciplinar de estudos entre a Psicologia Política e a Psicologia do Trabalho. O texto de *Alexandre Dorna*, presidente da Associação Francesa de Psicologia Política, traz importante contribuição para a delimitação do campo da Psicologia Política e cumpre um dos objetivos deste periódico: trazer reflexões sobre o campo da Psicologia Política em diferentes países. Dois textos ainda são publicados abordando a temática dos movimentos sociais e da participação social. O texto de *Enrique Laraña*, estudioso dos movimentos sociais europeus, discute a participação social a partir da sociologia do risco e o texto de *Eliane Domingues* aponta para uma possível reflexão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir da psicanálise.

Os artigos deste número cumprem assim o anseio da Revista Psicologia Política em afirmar a fronteira disciplinar como princípio relevante deste campo científico e profissional e, além disso, colabora com a inserção de temáticas cada vez mais atuais no campo da Psicologia Política. Esperamos que esta atualidade cumpra também o anseio dos leitores.

Marco Aurélio Maximo Prado
Salvador Antonio Mireles Sandoval
Editores da Revista Psicologia Política

O Mundo do Trabalho na Vida Cotidiana: A Experiência de Mobilidade Psicossocial em Espaço de Desqualificação

The World of Work in Everyday Life: The Experience of
Psycho-Social Mobility in the Space of Disqualification

Vanessa Andrade de Barros*

yabarros@fafich.ufmg.br

Maria Luisa Magalhães Nogueira**

marilumm@yahoo.com.br

Resumo

Partindo da premissa da centralidade ontológica do trabalho, reconhecendo seu lugar central no processo de humanização, seu sentido ativo e portanto sua dimensão político-transformadora, este artigo discute, na experiência cotidiana, a contradição entre o caráter fundante do trabalho e sua objetivação na sociedade capitalista como estranho ao trabalhador. Em outras palavras, busca-se compreender como esta contradição se materializa no cotidiano laboral (as dimensões patogênica e terapêutica do trabalho), como é regulada socialmente (contrato, informalidade, flexibilidade) e como funcionam suas mediações (estratégias/alternativas ao 'trabalho dominado'), sendo esta última o foco principal das análises por ser onde mais nitidamente manifesta-se a dimensão política do trabalho na vida cotidiana, especialmente na relação trabalho/busca de reconhecimento em seus elementos principais: a identidade, a pluralidade e a diferença.

Na perspectiva teórico-metodológica da Psicossociologia Clínica a base empírica deste estudo foi realizada através de entrevistas e recolhimento de história de vida de moradores de uma favela em Belo Horizonte, buscando-se compreender a relação entre trabalho e mobilidade psicossocial ao longo da trajetória de vida de um morador de favela.

* Professora adjunta do Dept. Psicologia FAFICH/UFMG

** Mestre em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - FAFICH/UFMG.

BARROS, V. A. NOGUEIRA, M. L. M. (2004). O Mundo do Trabalho na Vida Cotidiana: A Experiência de Mobilidade Psicossocial em Espaço de Desqualificação *Psicologia Política*, 4(8), 155-172.

Ana Cristina Santos, pesquisadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, aponta para uma reflexão sobre direitos humanos, democracia e direitos sexuais na sociedade portuguesa. Além deste, temos ainda o texto de *Fernando Villamil Perez* da Universidad Complutense de Madrid que aborda a variabilidade das práticas sociais de homossexuais frente às condições, de desigualdades sociais e, por fim, o texto de *Daniel Weltzer-Lang* da Université de Toulouse-Le Mirail coloca uma reflexão sobre o preconceito internalizado na comunidade GLBT (gay, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros). Desta forma, inauguramos esta seção com um debate internacional de excelente contribuição para uma das temáticas de fronteira que este periódico tem publicado.

Além do dossiê, este número publica ainda outros quatro artigos abordando temáticas diferenciadas. O artigo de autoria de *Vanessa Andrade de Barros* e *Maria Luiza Magalhães Nogueira*, partindo da concepção da centralidade do trabalho na vida humana, traz reflexões sobre o trabalho em espaços de desqualificação apontando para um campo interdisciplinar de estudos entre a Psicologia Política e a Psicologia do Trabalho. O texto de *Alexandre Dorna*, presidente da Associação Francesa de Psicologia Política, traz importante contribuição para a delimitação do campo da Psicologia Política e cumpre um dos objetivos deste periódico: trazer reflexões sobre o campo da Psicologia Política em diferentes países. Dois textos ainda são publicados abordando a temática dos movimentos sociais e da participação social. O texto de *Enrique Laraña*, estudioso dos movimentos sociais europeus, discute a participação social a partir da sociologia do risco e o texto de *Eliane Domingues* aponta para uma possível reflexão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir da psicanálise.

Os artigos deste número cumprem assim o anseio da Revista Psicologia Política em afirmar a fronteira disciplinar como princípio relevante deste campo científico e profissional e, além disso, colabora com a inserção de temáticas cada vez mais atuais no campo da Psicologia Política. Esperamos que esta atualidade cumpra também o anseio dos leitores.

Marco Aurélio Maximo Prado
Salvador Antonio Mireles Sandoval
Editores da Revista Psicologia Política

O Mundo do Trabalho na Vida Cotidiana: A Experiência de Mobilidade Psicossocial em Espaço de Desqualificação

The World of Work in Everyday Life: The Experience of
Psycho-Social Mobility in the Space of Disqualification

Vanessa Andrade de Barros*
vabarros@fafich.ufmg.br
Maria Luiza Magalhães Nogueira**
marilumm@yahoo.com.br

Resumo

Partindo da premissa da centralidade ontológica do trabalho, reconhecendo seu lugar central no processo de humanização, seu sentido ativo e portanto sua dimensão político-transformadora, este artigo discute, na experiência cotidiana, a contradição entre o caráter fundante do trabalho e sua objetivação na sociedade capitalista como estranho ao trabalhador. Em outras palavras, busca-se compreender como esta contradição se materializa no cotidiano laboral (as dimensões patogênica e terapêutica do trabalho), como é regulada socialmente (contrato, informalidade, flexibilidade) e como funcionam suas mediações (estratégias/alternativas ao 'trabalho dominado'), sendo esta última o foco principal das análises por ser onde mais nitidamente manifesta-se a dimensão política do trabalho na vida cotidiana, especialmente na relação trabalho/busca de reconhecimento em seus elementos principais: a identidade, a pluralidade e a diferença.

Na perspectiva teórico-metodológica da Psicossociologia Clínica a base empírica deste estudo foi realizada através de entrevistas e recolhimento de história de vida de moradores de uma favela em Belo Horizonte, buscando-se compreender a relação entre trabalho e mobilidade psicossocial ao longo da trajetória de vida de um morador de favela.

* Professora adjunta do Dept.
Psicologia FAFICH/UFMG
** Mestre em Psicologia do
Programa de Pós-Graduação
em Psicologia - FAFICH/
UFMG.

BARROS, V. A. NOGUEIRA, M. L. M. (2004). O Mundo do Trabalho na Vida Cotidiana: A Experiência de Mobilidade Psicossocial em Espaço de Desqualificação *Psicologia Política*, 4(8), 155-172.

Palavras-chave

Trabalho, mobilidade psicossocial, favela, mobilização, política

Resumen

Empezamos por la premisa de la centralidad ontológica del trabajo, reconociendo su lugar central en el proceso de humanización, su sentido activo y por lo tanto su dimensión político-transformadora. Este artículo discute, en la experiencia cotidiana, la contradicción entre el carácter que funda el trabajo y su objetivación en la sociedad capitalista como algo extraño al trabajador. En otras palabras, búscase comprender como esta contradicción se materializa en el cotidiano laboral (las dimensiones patogénicas y terapéuticas del trabajo), como es regulada socialmente (contrato, informalidad, flexibilidad) y como funcionan sus mediaciones (estrategias/alternativas al trabajo dominado). Cabe señalar que esta última es el foco principal de los análisis justo por ser donde mas nítidamente se manifiesta la dimensión política del trabajo en la vida cotidiana, especialmente en la relación trabajo/busca de reconocimiento en sus elementos principales: la identidad, la pluralidad y la diferencia.

En la perspectiva teórico-metodológica de la Psicología clínica la base empírica de este estudio se realizó a través de entrevistas y historia de vida de los habitantes de una favela en Belo Horizonte, donde se buscó comprender la relación entre trabajo y movilidad psicossocial a lo largo de la trayectoria de vida de una persona que vive en esta favela.

Palabras-laves

Trabajo, movilidad psicossocial, favela, movilización, política.

Résumé

En partant de la prémisses de la centralité ontologique du travail, étant donnée sa place centrale dans le processus d'humanisation, son sens actif et donc sa dimension politico-transformatrice, cet article discute, dans l'expérience quotidienne, la contradiction entre le caractère qui fonde le travail et son objectivation dans la société capitaliste comme étant étrange au travailleur. Autrement dit, on cherche à comprendre de quelle manière cette contradiction se matérialise dans le quotidien du travail (ses dimensions pathogénique et thérapeutique), outre la manière dont elle est socialement réglementée (contrat, informalité, flexibilité) et comment marchent leurs médiations (stratégies/alternatives au 'travail dominé'), ces dernières étant l'objectif principal des analyses, puisque c'est par ce moyen que se manifeste plus nettement la dimension politique du travail dans la vie quotidienne, spécialement dans le rapport travail/

recherche de reconnaissance, dans ses principaux éléments: l'identité, la pluralité et la différence.

Dans la perspective théorique-méthodologique de la Psychosociologie Clinique, la base empirique de cette étude a été réalisée par des interviews et de recueils d'histoires de vie d'habitants d'une favela à Belo Horizonte, en cherchant à comprendre le rapport entre travail et mobilité psychosociale au long de la trajectoire de vie d'un habitant de favela.

Mots-clés:

Travail, mobilité psychosociale, favela, mobilisation, politique

Abstract

Beginning the premise of the ontological centrality of work, acknowledging its central place in process of humanization, its active meaning and therefore its political-transformational dimension, this article discusses, in the experience of everyday life, the contradiction between the founding character of work and its objectivation in capitalist society as strange to the worker. In other words, we pretende to comprehend how this contradiction materializes in daily work (the pathogenic and therapeutic dimensions of work) as is regulated socially (contract, informality, flexibilization) and how it functions, its mediations (strategies/alternatives the dominated work) in which the latter focuses principally its analyses where the political dimension of work in everyday life, especially in the relation work/the search for recognition in its principal elements: identity, plurality and difference.

From the theoretical and methodological perspectives of Clinical Psychology this empirically based study was conducted through interviews and the recognition of life histories of residents of a favela in Belo Horizonte, with the intent of comprehending the relation and psycho-mobility through the life trajectory of a resident of the favela.

Key words

work, psycho-social mobility, favela, mobilization, politics

Introdução

Contrariando as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo (Offe, 1989; Gorz, 1982, 1990; Habermas, 1987; Medá, 1995; Kurz, Lohoff e Trenkle, 2002)), teremos como premissa de nossas discussões a formulação marxiana da centralidade ontológica do trabalho, reconhecendo seu sentido ativo (Antunes, 2000), seu lugar central na experiência de auto-realização do homem e sua dimensão político-transformadora. Como enfatiza Marx, *"Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e portanto, vida humana"* (1983:50).

Por meio do trabalho, de sua intrínseca dimensão teleológica, ou seja, da efetiva colocação de finalidades humanas, em resposta aos questionamentos e 'carecimentos' do cotidiano, tem-se um processo que ao mesmo tempo altera a natureza e autotransforma o ser que trabalha.

Assim, referimo-nos ao trabalho entendido em seu sentido genérico, de criador de valores de uso, expressão de uma relação do ser com a natureza e sob este ângulo, parece-nos fora de sentido as polêmicas sobre o fim do trabalho, sobre a chamada 'crise da sociedade do trabalho', onde o trabalho não mais seria um elemento estruturante de sociabilidade humana.

Mas não pretendemos, neste artigo, alongarmo-nos nestas discussões. Nossa ambição é mais limitada: tomando partido em favor do trabalho como centro do processo de humanização (Lukács, 1978), como condição para a existência do homem, o que o distingue, portanto, de formas de vida não humanas, pretendemos discutir, na experiência cotidiana, a contradição entre o caráter fundante do trabalho e sua objetivação na sociedade capitalista como *estranho* ao trabalhador, que se transforma em força de trabalho que por sua vez é transformada em mercadoria com a finalidade única de produzir mercadorias.

Em outras palavras, buscaremos compreender como esta contradição se materializa no cotidiano laboral (as dimensões patogênica e terapêutica do trabalho), como é regulada socialmente (contrato, informalidade, flexibilidade) e como funcionam suas mediações (estratégias/alternativas ao 'trabalho dominado'), sendo esta última o foco principal de nossas análises e onde percebemos, mais nitidamente, a dimensão política do trabalho na vida cotidiana, especialmente na relação trabalho/busca de reconhecimento em seus elementos principais: a identidade, a pluralidade e a diferença.

A base empírica de nosso estudo faz parte de pesquisa realizada por Nogueira (2004) em sua dissertação de mestrado *Mobilidade Psicossocial: a história de Nil na*

cidade vivida, onde, trabalhando com o método de História de Vida na perspectiva da Psicossociologia Clínica, buscou compreender a relação entre trabalho e mobilidade psicossocial ao longo da trajetória de vida de um morador de favela.

A importância da utilização deste método apresenta-se tanto por sua condição de ponte entre história individual e história social quanto por sua dupla dimensão: a descrição de fatos e a busca de sentido. Os fatos fazem parte de uma experiência de vida singular, inscrita num universo de relações sociais de classe, de poder, que reenvia às condições sociais da existência. O sentido por sua vez é o que faz sentido para os seres concretos, em suas experiências construídas historicamente, como na busca de um trabalho dotado de sentido, de uma vida plena de sentido, aspiração genuinamente humana.

Tal método implica uma produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre sua situação concreta de vida, construído na experiência cotidiana e na interlocução, tendo-se assim a possibilidade de apreender o vivido social, ou seja, o sujeito e suas práticas, na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhe são particulares. Vale ressaltar que trata-se do conhecimento de uma situação por meio de um saber jamais tido *a priori*, não sendo, portanto, utilizado como um exemplo ou ilustração do que já é conhecido. Neste sentido podemos obter depoimentos sobre acontecimentos que buscamos compreender, muitas vezes difíceis de serem conhecidos fora da história dos sujeitos; como afirma Bertaux (1976:31): “*Os analfabetos da cidade do México, escutados por Oscar Lewis, disseram muito mais sobre uma certa realidade mexicana que os sociólogos oficiais. Eles mostraram que sabiam muito sobre eles, sobre seu meio, sobre as relações sociais que determinavam sua existência. Eles compreendiam tudo*”.

A utilização deste método mostrou-se particularmente fecunda para as análises da relação homem/trabalho, em especial no que diz respeito à compreensão das demandas por reconhecimento vindas de moradores de favelas.

Trabalho e força de trabalho

“Segundo as leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza” (Marx, 1983:152).

Embora longa, tal citação parece-nos valiosa por refletir como a realização efetiva do trabalho aparece como a desefetivação do trabalhador, tanto na perda do objeto como no próprio ato de produção. O homem torna-se assim, estranho frente a ele mesmo, não conseguindo identificar-se em sua condição humano genérica. Conforme Antunes (2000), na sociedade regida pelo capital, tudo é reificado e as relações sociais estabelecidas entre os homens assumem a forma de relações entre coisas. Entretanto, a força de trabalho não é uma mercadoria como as outras uma vez que não pode ser separada daquele que a possui e a vende; seu valor de uso é alienável por um “*prazo determinado e ainda assim em condições normais de utilização em torno das quais instaura-se a luta pelo direito de organização do tempo de trabalho, limites de uso, intensidade e condições de realização do trabalho*” (Lima, 2002:83). A definição do que seria o ‘uso normal’ da força de trabalho é assim, resultado de relações de força em confronto no interior das relações do trabalho.

“... algumas centenas de proletários que tinham vinte anos por volta de 1830 e que nessa época decidiram, cada um a seu modo, não mais suportar o insuportável. Não exatamente a miséria, os baixos salários, os alojamentos desconfortáveis ou a fome sempre rondando, mas, fundamentalmente, a dor pelo tempo roubado a cada dia trabalhando a madeira ou o ferro, costurando roupa ou fazendo sapatos sem outro objetivo senão o de manter indefinidamente as forças da servidão e da dominação; o humilhante absurdo de ter de mendigar, dia após dia, esse trabalho em que se perde a vida;...” (Rancière, 1988:9).

Como bem mostra Offe (1984), a força de trabalho não passando a ser ‘propriedade’ de seu comprador, tem que ser então ‘extorquida’, ‘subtraída’ de seu proprietário o que, para evitar possíveis resistências, adquire a forma, nas empresas, de controle, fiscalização, instruções, treinamento, modalidades que vêm se transformando/ sofisticando para atender às novas exigências advindas das mudanças dos sistemas de produção e serviços. Observa-se na atualidade, a proliferação de programas visando uma implicação subjetiva do trabalhador; como mostram Lazzarato e Negri (2001:25), “*é a alma do operário que deve descer na oficina*”; e ainda Lima (2002:74) “*a valorização pelas empresas das vantagens da implicação subjetiva não implica seu reconhecimento real, mas uma relação problemática com o real do trabalho, negado ou minimizado em função de aspectos intra-subjetivos (vontade, autodisciplina...) ou intersubjetivos (diálogo, comunicação...)*”.

Porém, como o trabalho não se restringe a seus aspectos técnicos e cognitivos, configurando-se igualmente como uma relação social que comporta um sistema de valores e de regras, configura-se também como possibilidades de implicação espontâ-

nea, de busca de autonomia, de transgressões, de engenhosidades, de defesas, de mobilizações subjetivas e políticas mesmo em um espaço limitado de ação. Citando ainda Lima (2002:115): *"É pelo trabalho que o homem produz as condições de se liberar progressivamente da necessidade imposta pela natureza, é também pelo e no trabalho que ele pode construir um espaço de liberdade"* e, acrescentamos, de reconhecimento social.

Regulação social

Na ideologia vigente o trabalho aparece como um valor em si mesmo, negando suas contradições e a natureza da atividade real, histórica e socialmente construída. Expressões como 'o trabalho enobrece', 'o trabalho dignifica o homem' e outras mais, assim o comprova. De fato, no trabalho o sujeito vai encontrar os elementos que vão participar na construção de sua identidade, por meio da relação com a cultura, da identificação do/com grupo, da auto-realização e do sentimento de auto-estima, mas o simples acesso ao trabalho não garante a dignidade, o reconhecimento - talvez garanta alguma sobrevivência e ainda assim diversas são as situações em que os sujeitos se encontram submetidos a uma tal exploração e dominação que lhes fica impedido o acesso a qualquer coisa que não seja trabalhar e refazer as forças para voltar a trabalhar. A apropriação que o sujeito faz de seu próprio trabalho, e seus desdobramentos vitais (transformação, autoconstrução, realização, sociabilidade, liberdade), se dá num contexto consideravelmente adverso:

"Mesmo aqueles integrados à economia formal – o que implica uma certa proteção, vinculação sindical e de classe – muitas vezes, não conseguem, na atividade profissional, um eficaz instrumento de integração social, submetidos que estão a uma organização do trabalho que, cada vez mais, aliena o trabalhador de si mesmo, daquilo que produz e das relações sociais". (Barros, Marçal e Nogueira: 2001:328).

A carteira assinada, por sua vez, embora não garantindo acesso material aos direitos, tem o papel de controle de populações excluídas dos direitos fundamentais, especialmente do pobre e do negro: *"sou trabalhador, não sou bandido"* aparece no discurso corrente, como uma dicotomia que caracteriza o sujeito; o discurso moralista do ou é uma coisa ou outra é assimilado e reproduzido tanto pela própria população 'marginalizada' – que está à margem dos direitos, sobretudo do direito ao trabalho, e por isso mesmo é marginalizada no sentido criminal - quanto pelos aparelhos repressivos que colocam sob suspeição aquele que não tem como provar que 'é um trabalhador'.

"Mas o trabalho é muito importante, uê. Se você quer ter dignidade, tem que ter trabalho, senão não tem dignidade. E trabalho enobrece também, né? Com o meu trabalho eu consigo aquilo que eu quero, eu consegui meu veiculozinho, trabalhando honestamente. Se não tenho trabalho, eu não tenho alimento. Se eu não tenho alimento, eu não tenho educação nenhuma, né? Não, não, não no meu caso que eu não tenha essa cabeça de roubar, mas muitas vezes aí, por falta de trabalho, a pessoa vira a cabeça pra outras coisas, né? Furtar é tal. Trabalho pra mim é importantíssimo. (Pedro, morador de favela)

Ocorre que o mundo do trabalho contemporâneo caracteriza-se fundamentalmente pela redução do proletariado estável com o conseqüente desemprego estrutural, pela ampliação do trabalho imaterial tanto nas atividades industriais quanto no setor de serviços e informações e ao mesmo tempo pela ampliação da desqualificação e precarização do trabalho (terceirização, part-time, informalidade), situações desprovidas de direitos e marcadas pela insegurança. Alia-se a este quadro a necessidade crescente de qualificação exigida pelo 'mercado' e a 'ilusão' da empregabilidade, *"palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação"* (Antunes, 2002), mergulhando-os na ideologia do desenvolvimento/construção de competências, habilidades e formação especializada, como um 'abre-te sésamo' do paraíso perdido do emprego. Assim, a contradição entre o valor social e as condições reais de trabalho (aí incluído o acesso cada vez mais difícil a um trabalho cuja representação continua a mesma, a despeito da realidade ter mudado), vem gerando uma materialidade adversa aos trabalhadores com claros sinais de instabilidade e crise. Quando pensamos nos *"estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em situação de instabilidade cotidiana dada pelo trabalho part-time, temporário, etc"* (Antunes, 2002) e na enorme massa de trabalhadores desempregados, o que vemos, é um avanço acelerado de um processo de desumanização física e espiritual. Segundo Antunes (2002) aumentam os focos de contradição entre a sociedade como um todo e os permanentemente desempregados e desempregáveis, entre a 'racionalidade' no âmbito produtivo e a 'irracionalidade' no universo societal, *"a desumanização segregadora levando ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos, até a formas mais ousadas de explosão social"* (Antunes, 2002:133) cuja manifestação mais visível são os morros e as favelas.

De fato a favela tornou-se o *locus* evidente da precarização e de trabalhos desqualificados, apesar de não resumir-se a tal. Mostra-se ser expressão evidente do processo de desqualificação social a que seus moradores são sujeitos. Para o morador de favela, realizar a travessia da autoconstituição por meio do trabalho torna-se um

enorme desafio, já que à dimensão negativa que o trabalho assume por seu caráter dominado, soma-se um quadro paralelo de sofrimento social advindo da estigmatização pelo local de moradia.

Espaço e Reconhecimento

Para compreendermos as estratégias e alternativas que podem ser delineadas pelo sujeito morador de favela, como forma mesma de *mediação* entre o modo de produção capitalista e as possibilidades de autoconstrução (como ser histórico) – faz-se premente uma aproximação maior da questão, apresentada cotidianamente a esses sujeitos, exatamente por ser morador de favela. E, nesse sentido, é preciso lembrar que a subjetividade – como a forma peculiar de apropriação do mundo social e material, se constrói sobre uma materialidade, sobre um contexto, uma história, um espaço – e o faz por meio, fundamentalmente, do trabalho.

Contudo, se esse espaço é a favela, algumas questões surgem de imediato: quais peculiaridades aí se apresentam na forma e conteúdo do espaço (forma essa que expressa em si a dinâmica social; conteúdo esse dado pelo trabalho que transforma o espaço e as relações que nele se movimentam)? De que forma a vivência cotidiana busca, ali, se contrapor ao trabalho dominado (que ali mesmo é circunscrito de forma tão ostensiva) e às marcas da desigualdade de tal dinâmica social que ali se expressam, se escrevem, se inscrevem?

Podemos perceber que fronteiras são erguidas simbolicamente – sutis e ao mesmo tempo visíveis no espaço urbano, como dissemos amparados por Teresa Caldeira:

“Nas cidades em que os enclaves fortificados produzem segregação espacial tornam-se explícitas as desigualdades sociais. Nessas cidades, as interações cotidianas entre habitantes de diferentes grupos sociais diminuem substancialmente e os encontros públicos ocorrem principalmente em espaços protegidos e entre grupos relativamente homogêneos. O próprio tipo de espaço vai contribuindo para que os encontros públicos sejam marcados por seletividade e separação. Na materialidade dos espaços segregados (...) fronteiras sociais vão sendo rigidamente construídas”. (Caldeira, 1997: 174).

Assim, ontologicamente, é através do espaço que nossa existência é possível. É pelo movimento de apropriação do mundo, histórico, social, ativo, que o homem constrói sua subjetividade – como sujeito humano: histórico, social e ativo. *“Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.”* (Santos, 1977: 81). A história está no espaço, não por ser tomado por

si mesmo, mas sim através do conteúdo a ele agregado pelos atores que de alguma forma ali se inscrevem, por meio do trabalho. Vale lembrar: através do trabalho o homem imprime sua marca *no espaço*, desenvolve relações de poder e subsiste. E, simultaneamente, este espaço afeta o sujeito, faz diferença no repertório que tem à sua disposição para movimentar-se psicossocialmente, para que busque identificação, segurança e reconhecimento. Somos efetivamente marcados pelos lugares onde nos movimentamos, de diferentes formas. A via da análise da lógica espacial nos conduz, amparada pelo plano da subjetividade, a uma perspectiva consistente da totalidade da questão social.

O espaço é compreendido a partir de seus atores e de sua história, ali inscrita (no construído e no que se constitui também pela invisibilidade). Assim, a construção humana se dá na própria escrita da cidade, na fluidez das relações que se constroem a partir de um determinado lugar e que, em espiral, determina esta fluidez.

A cidade, por sua vez, vai oferecer trajetos específicos a determinados grupos. Uma parte da compreensão do que chamamos mobilidade psicossocial pode ser compreendida pela análise da mobilidade espacial que, como apontamos, vem delimitada pelas relações sociais que construíram esse espaço. Neste sentido, indicamos como exemplo banal, a existência dos elevadores de serviço, mas são muitas as marcas que os atores sociais devem “ler” para saberem como se posicionar adequadamente no jogo social – essas marcas estão entre diversas outras formas de regulação do jogo social (como o consumo, por exemplo). Para nos movimentarmos na cidade, aprendemos a ler essas marcas (mesmo as invisíveis), de forma que não transitamos livremente; se há por exemplo uma favela no caminho, ela é contornada sem que tal desvio seja percebido – sem que tal gesto (na forma de semelhante trajeto) e a realidade que ele esconde sejam percebidos; traçamos esses trajetos como se fossem naturais.

Aqui, somos levados a pensar como a relação trabalho/espço pode ser combinada na manutenção do trabalho dominado. Sobreviver através de pequenas ocupações, incertas, ocasionais, sem garantias, os ‘bicos’, é a perspectiva para grande parte daqueles que vivem nas favelas. A dicotomia trabalho formal x trabalho informal reproduz o preconceito trabalhador x vadio/marginal e as favelas passam a ser temidas como espaço do crime, a ser evitado e a ser afastado do convívio cotidiano e das relações ‘formais’ de trabalho, colocando o sujeito em uma dupla condição de vulnerabilidade: além de “favelado”, submetido a atividades desqualificadas e desvalorizadas. Em resumo, assumem tarefas rejeitadas por todos, na busca da manutenção de uma vida ainda que vivida em suspenso: por meio de “bicos” e atividades temporárias, ou mesmo empregos terceirizados – ocupações que não vão oferecer ao trabalhador os recursos e proteções necessárias e justas – ou mesmo no caso de vínculos formais que, sob a égide do aumento de produção incessante, também espremam o trabalhador ao máximo, restando-lhe possibilidades restritas de dar curso à busca de reconhecimento social.

"Eu não gostava de ser pedreiro. Eu trabalho desde os sete anos de idade. Eu ia trabalhar/eu fui ser pedreiro por influência do meu pai, porque era pedreiro, aí meu pai me levava pra obra. Aí eu aprendi a profissão, mas eu não gosto não. (...) Só não gosto de ser pedreiro. Fiquei nessa cinco ou seis anos. Sei trabalhar, mas não gosto. É cansativo demais. Não é o que eu gosto, no meu ritmo, eu não gosto disso mesmo. É sujeira, cimento e é uma tristeza." (Pedro, morador de favela)

Em 1841, Gilland, o operário, também falava sobre a impossibilidade do sonho de um possível "bom ofício", das determinações de uma vida miserável: *"Eu queria ser pintor. Mas a pobreza não tem privilégios, nem mesmo o de adotar tal ou qual cansaço a viver"* (Rancière, 1988:21)

Assim podemos pensar as trajetórias de vida circunscritas em determinações sociais inscritas no sujeito, no corpo e no espaço, encontradas nos caminhos da cidade; nos muros reais, nos muros simbólicos, passíveis de serem quebradas mesmo sem esforço heróico, mas cujas marcas se apresentam indelévels. Alguns experimentam o preconceito e a estigmatização de forma mais consciente, buscando posições de enfrentamento e resistência; há também aqueles que se culpabilizam, julgando-se responsáveis pela existência mesma do estigma. Outros o reproduzem, projetando-o sobre grupos ainda mais vulneráveis; entram no jogo sedutor proposto pelo discurso neoliberal.

Como vemos, o trabalho, espaço de reconhecimento fundamental, servirá também para marcar o não reconhecimento, para determinar um lugar desvalorizado na dinâmica social, para imobilizar. E o espaço onde buscamos nos movimentar, servirá ainda para marcar a não mobilidade e impedir o trabalho através do estigma que a partir dele se processa:

"Essa questão de preconceito que a gente enfrenta mesmo. Se você tiver doente você, por exemplo, no pronto socorro, não consegue táxi pra te trazer. Se você precisa de algum remédio, você não consegue motorista pra te trazer o remédio. Você tá num sábado, querendo uma pizza, que é um direito do ser humano de ter, você não consegue a pizza. Nem aqui dentro mesmo, se você tem uma pizzeria, o cara daqui não vai querer levar na Vila Estrela, sabe? Gás à noite, de madrugada, você não consegue nem aqui dentro. Eu acho que esses são os aspectos negativos, assim que me dá vontade de morar em outro lugar". (Suzana, moradora de favela)

"Mas, em muitas situações eu acho que existe o preconceito. Em algumas situações eu consigo me sair bem, sabe, ter um posicionamento e tal, mas

tem outras que eu confesso que eu tenho dificuldade - mesmo tendo toda essa carga de formação e tudo, tem algumas situações que eu passo por elas, que eu acho que são difíceis e que pra mim são muito duras, assim, principalmente quando se trata do preconceito velado, sabe? Quando as portas se fecham pra você ou quando fazem um julgamento de você por você ser moradora de um determinado lugar. (Márcia, moradora de favela)

A história de Nil: trabalho e transformação política

Conforme vimos discutindo, se é pela via do trabalho que realizamos nossa auto-constituição, e se essa via encontra-se de certa forma impedida – pela vivência do trabalho dominado e, ainda, pelo desemprego estrutural – como, afinal, desenvolve-se esse exercício fundamental de auto-construção que é proporcionado pela atividade sensível? Como se mantém a dimensão fundamental, que apontamos como "ineliminável"? Se é pelo trabalho que nos tornamos humanos, e se esse trabalho encontra-se desvirtuado, pervertido, ou é um "não trabalho", de que forma o sujeito se auto-constrói para participar da dinâmica social e exercita, pelo trabalho, a experiência de mobilidade psicossocial?

"Então eu acredito muito que, assim, hoje em dia, e até mesmo na minha época, não se envolver com o crime, não se envolver com o tráfico, é muito mais difícil do que se envolver e depois sair dele. Porque é muito, tá muito declarado, vira opção de vida, sabe? (...) a gente conversando com os professores a gente detecta coisas que na nossa infância já acontecia: são crianças, e na minha época também tinha isso, que a referência de, de, de vida, é a pessoa que anda armado, é a pessoa que trafica. Ela tem muita grana, ela tem muito dinheiro, mesmo que ela morra cedo, mas ela dá um conforto mínimo pra mãe, pra família, pra irmã. Mesmo que ela invista na vida pra viver pouco, mas investe pra dar conforto pra alguém. Isso vira referência: o fato de você ter uma arma é muito tentador. Todo mundo, todo mundo aqui no Morro quer ter uma arma, entende?" (Nil).

"Aqui nessa cidade, você não tem emprego nessa cidade mais, porque todo mundo vem do campo para trabalhar aqui. Você não tem emprego aqui. Você não pode ser camelô. Não pode ser... Aqueles caras que dirige a Kombi. Você não pode, não pode, não pode. Não pode vender bala dentro do ônibus. Você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. O que que uma pessoa que não tem emprego que quer/ Porque para mim, se eu vendo 10 buchinha de maconha por dia, eu ganhei um salário mínimo,

por dia. Eu opto por não fazer isso. Só que eu também não posso vender as coisas não posso ser camelô, não posso dirigir Kombi, não posso fazer nada. O que que vai sobrar para eu fazer? Eu não vou / Eu tô falando assim / Eu penso desse jeito. Eu não vou nunca ficar o dia inteirinho catando papel, igual eu vejo esse sacana aqui de baixo fazendo. A pessoa vem com o carrinho, Maria Luiza, sobe essa Prudente de Morais que você vê que a pessoa tá assim, igual um bicho, quase chegando no chão, o cara chegar e dar R\$2,00. Eu não faria isso. Automaticamente, eu iria pra onde? Pro tráfico. E aí no tráfico, eu sou chamada de/ 'Tem vários serviços, a pessoa é que não quer'. Aí eu ia presa. Ia ser mais uma a morrer na cadeia". (Susana)

Resistir aos apelos das vias de participação "não tradicionais" (ser traficante)¹ é bem complexo, assim como resistir à participação social tradicional, determinada sócio-historicamente pela condição de classe (ser pedreiro ou doméstica). Em nossos estudos nos deparamos com tal possibilidade, contada na história de vida de Nil, como veremos a seguir. É preciso entender como Nil elabora sua travessia de autoconstituição, pelo trabalho, escapando às determinações inscritas em sua condição de classe e sem ceder aos apelos da criminalidade, remetendo-nos à questão do trabalho como um dos eixos principais.

"O meu trabalho é a minha religião atualmente. Com ele é que eu busco as minhas alegrias, o meu prazer, o meu tesão." (Nil)

Nil é morador no Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte, uma localidade percebida como favela e cercada por diversos bairros nobres da cidade. É educador, ator e produtor de teatro, tendo fundado um grupo de teatro na favela, chamado Grupo do Beco. Iremos brevemente sublinhar alguns aspectos da história que consideramos chave para o desenvolvimento dos objetivos do presente artigo; a história em sua integralidade pode ser encontrada na dissertação de mestrado mencionada no início do texto.

"Nossa, falar de mim. Tão difícil, né? É sempre mais fácil falar do trabalho que você executa... vamos lá: uma coisa que a gente, que eu percebo muito é que move as pessoas nas entrevistas, a gente detectou isso, nas entrevistas que a gente fez com as mulheres, a gente fez 20 entrevistas

¹ É preciso acrescentar, antes de mais nada, que a escolha pelo tráfico de drogas não pode ser lida como uma opção moral, mas compreendida na lógica e na incoerência do sistema de acumulação de capital, em suas reais possibilidades, contradições e consequências.

para o trabalho da montagem do espetáculo 'Bendita: a Voz Entre as Mulheres'. Aí gente percebeu que a maioria das entrevistas, ela move a partir do trabalho. A gente detectou isso, que move a partir sempre do trabalho. O trabalho é algo que, que, que move a vida dessa pessoa. E nesse momento quando você fala assim: 'fale de você a partir de onde você quiser', eu percebo que eu, na realidade, eu sou igualzinho a todas as entrevistadas, que o trabalho é o que me move".

Ao longo de seu relato chama-nos a atenção, desde o princípio, a importância que a experiência do trabalho performa. É interessante percebermos que, inicialmente, o trabalho assume um caráter penoso (muito identificado e mesmo misturado à figura rigorosa do pai, trabalhador que desejava que o filho não estudasse e se dedicasse a trabalhar desde a infância) para mais tarde, todavia, transmutar-se em uma outra experiência de trabalho – essa prazerosa e construtiva, quando, já adolescente, Nil se envereda pela via da cultura, através do teatro e, também pelo papel de educador.

"Hoje em dia eu encaro o trabalho como uma forma de conquista, de conquista própria, conquista individual, conquista coletiva. A partir dos 17 anos, eu, eu oficializei essa coisa do meu trabalho ser um trabalho em prol de alguém. Não de alguém só eu, mas de alguém, se possível, de alguém coletivo. Mas anterior a isso eu participava de movimentos como grupo de jovens, desde os 11 anos de idade. Mas o trabalho em si, pra mim é algo que eu não sei de que forma eu encarei, na minha vida, que eu não encarei de forma traumatizante porque eu trabalho desde oito anos de idade."

"Aí um professor trabalhou com a gente o teatro de forma profissional. (...) E aí, com 11 anos, irmã, eu descobri o teatro... sabe", irmã, o teatro me salvou "... e aí, foi só descobrir o teatro que eu encaminhei na minha vida! É, então, a partir do momento que eu descobri que fazer teatro era aquilo e que aquilo poderia ser o meu ganha pão, a minha vida eu falei, desde 11 anos, a primeira vez que eu subi no palco e fui extremamente aplaudido, eu falei: 'é isso que eu quero pra minha vida inteira'. Com 11 anos de idade. É isso que eu quero pra minha vida inteira. (...) O teatro me ajudou muito, sabe, porque eu comecei a usar a linguagem do teatro dentro da minha casa também. Porque eu comecei a trazer a linguagem de fora pra dentro de casa, a linguagem do teatro. Porque o teatro trabalha muito o ser humano em contato com outro ser humano."

Encontramos na história de Nil, um caráter primordial de resistência e transformação, o que nos remete à dimensão política da cultura (como cultivo, como trabalho) se efetivando de fato pela via da criação, do conhecimento, da informação e do afeto. Trabalhar significa cultivar. É cultura a que se refere Padre Mauro e a sobre a qual Sônia Viegas também discorre na Conferência Trabalho e Vida (1989): a autora apropria-se do sentido do trabalho como vida, como forma de fazer jus à vida, criando mais que objetos, significações que se desdobram indefinidamente. É a cultura como vida, cultivo, como trabalho, transformação.

"Então, eu comecei a conhecer as famílias dessas crianças, comecei a ver menino que tinha que ir trabalhar com o pai... 'porra eu vivi isso', sabe? E aí, assim, então, na realidade, o que me move hoje em dia, no meu trabalho, é exatamente, estar pensando sempre em fazer diferença, né? E fazer com que as pessoas que, que estejam... sejam meus alunos, que estejam comigo, trabalhando comigo, também façam a diferença. Sabe? Buscar com que a gente coletivamente, é é, faça diferença. Não seja, não faça parte das estatísticas. como... como a polícia espera que a gente faça".

Realizar a travessia da autoconstituição, nesse caso, pelo trabalho, só é possível se for operada uma transformação nesse contexto de trabalho, já que está colocado num sistema que funciona baseado na dominação, na desigualdade e na exploração. O acesso vai se efetivar por alternativas diferenciadas de trabalho, que não a reprodução eterna da desqualificação, ou, como se fosse seu reverso, a via da criminalidade. Mas, o resgate da função original do trabalho permanece se a atividade laboral é colocada como espaço de transformação e criação, potencializando sua dimensão vital e transformando a realidade, ou seja, o trabalho da arte, como bem analisa Padre Mauro, pároco de uma favela:

"Eu vejo que a arte e a cultura é uma grande porta de auto realização, de realização da pessoa, né? (...) Eu faria um grande investimento na área cultural, porque a favela ela é muito rica culturalmente, né? De manifestação cultural. E as pessoas que se envolveram, que em algum momento da própria vida foram pegadas por alguma atividade cultural, artística, né? Aí você vai encontrar vários artistas dentro do morro. Eu acho essas pessoas muito realizadas. Muito felizes e com uma interferência muito positiva e que quase sempre elas, nessa questão de poder, elas também são mais solucionadas. São pessoas que têm essa visão do poder como um serviço pra comunidade também. Então aí, concluindo, eu acho que também a arte é uma grande porta pra cidadania, né?"

Ao separar o homem de sua produção, o homem e o produto de seu trabalho tornam-se alheios e, assim, o trabalho surge como desefetivação do trabalhador, como desrealização do ser social, gerando uma possível cristalização de papéis, pelas determinações sociais. Contudo, nesse imenso paradoxo, percebemos que é possível alterar tal processo, que passa pelo acesso à informação e à cultura. Essas são vias que possibilitam a produção de novas identificações sociais, gerando condições de vida humanizadas. Essa foi, para nós, uma grande descoberta: a permanência e a força política do trabalho em sua dimensão positiva, de criação e transformação. Se tal plano é atingido, a despeito das diversidades (como conta Nil), impulsiona-se o processo de transformação. Entendemos que a mobilidade psicossocial se deu, nos casos que acompanhamos, por um desejo de transformação da realidade, de transformação do olhar que estigmatiza e da determinação social, onde nota-se a efetivação da importância do trabalho.

Mas é preciso ressaltar igualmente a existência de uma complexidade de influências/determinações conduzindo à mudanças, ligadas tanto a fatores objetivos do plano social quanto ao plano subjetivo das histórias pessoais. A mobilidade psicossocial, assim, deve ser compreendida em referência a um modo de inserção social. Como bem lembra Thélot, *"as trajetórias que percorrem um indivíduo não são trajetórias de estrelas cadentes, isoladas em um vazio, mas inseridas na estrutura social de sua época"* (1982:82).

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (2000). *Adeus ao Trabalho?* Campinas: Cortez.
- BARROS, V.A., MARÇAL, M.M. & NOGUEIRA, M.L.M. (2002). Exclusão, Favela e Vergonha: Uma interrogação ao trabalho in GOULART, I. (Org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BERTAUX, D. (1976). Histoires de vie ou récits de pratiques? *Convention CORDES*, Paris, 23.
- CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de Muros*, São Paulo: EDUSP.
- GORZ, A. (1982). *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (1990). O Futuro da Classe Operária, *Revista Internacional*, Quinzena, São Paulo, nº 101, 16/9/90, CPV.
- HABERMAS, J. (1987). A Nova Intransparência, - a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas, *Novos Estudos Cebrap*, 18.
- LIMA, F.P.A. (2002). Ética e Trabalho In GOULART, I. (Org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- KURZ, R., LOHOFF, E. & TRENKLE, N. (2002). *Manifeste contre le travail*. Paris: Léo Scheer.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. (2001). *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LUCKÁCS, G. (1978). As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem *Temas de Ciências Humanas*, 4.
- MARX, K. (1983). *O Capital*, vol. 1/1. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1983). Manuscritos Econômicos Filosóficos. In FERNANDES, F. (org.) *Marx/Engels, História*. São Paulo: Ática.
- MEDA, D. (1995). *Le travail, une valeur en voie de disparition*. Paris: Alto/Aubier.
- NOGUEIRA, M.L.M. (2004). *Mobilidade Psicossocial: A História de Nil na cidade vivida*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais
- OFFE, C. (1984). Trabalho como categoria sociológica fundamental? *Trabalho & Sociedade*, Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário.
- RANCIÈRE, J. (1988). *A Noite dos Proletários*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, M. (1987). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, 54.
- THÉLOT, C. (1982). *Tel père, tel fils?* Paris: Dunod.

• Recebido em 13 de Abril de 2004.
• Aprovado em 16 de setembro de 2004.

A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise¹

The Struggle for a Piece of Land and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Rural Landless Workers Movement: the contributions of the psychoanalyses

Eliane Domingues*
elianedomingues@brturbo.com.br

Resumo

Este artigo aborda a dimensão subjetiva (inconsciente) presente na luta pela terra e a adesão dos sujeitos a movimentos de luta pela terra, destacando a adesão ao MST. Para tanto, foram utilizadas entrevistas realizadas pela autora e entrevistas que compõem as pesquisas de Narita (2000) e Tarelho (1988). A partir destas entrevistas, buscou-se identificar quais foram os ideais que levaram à adesão ao movimento e chegou-se a duas possibilidades: os ideais revolucionários sustentados pelo MST e a terra como ideal, sendo que este último foi identificado como sendo o ideal comum que possibilitou o estabelecimento do vínculo vertical, suporte para a identificação dos indivíduos. Recorreu-se ao conceito de função fraterna, para destacar a importância, para a constituição do MST, do reconhecimento, por parte do sujeito, da sua própria insuficiência e da necessidade do semelhante, como ponto de partida para o estabelecimento de uma aliança fraterna que lhe possibilitasse enfrentar um poder antes tido como absoluto e empreender ações coletivas.

Palavras-chave

MST, psicanálise, ideal, identificação, função fraterna

Resumen

Este artículo trata de la dimensión subjetiva (inconsciente) presente en la lucha por la tierra, destacando la participación

*Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Docente da Universidade Estadual de Maringá-PR

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado, com o mesmo título, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho e com apoio financeiro do CNPq.

DOMINGUES, E. (2004). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise. *Psicologia Política*, 4(8), 173-194.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____. (2000). *Adeus ao Trabalho?* Campinas: Cortez.
- BARROS, V.A., MARÇAL, M.M. & NOGUEIRA, M.L.M. (2002). Exclusão, Favela e Vergonha: Uma interrogação ao trabalho in GOULART, I. (Org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BERTAUX, D. (1976). *Histoires de vie ou récits de pratiques? Convention CORDES*, Paris, 23.
- CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de Muros*, São Paulo: EDUSP.
- GORZ, A. (1982). *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (1990). O Futuro da Classe Operária, *Revista Internacional*, Quinzena, São Paulo, nº 101, 16/9/90, CPV.
- HABERMAS, J. (1987). A Nova Intransparência, - a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas, *Novos Estudos Cebrap*, 18.
- LIMA, F.P.A. (2002). Ética e Trabalho In GOULART, I. (Org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- KURZ, R., LOHOFF, E. & TRENKLE, N. (2002). *Manifeste contre le travail*. Paris: Léo Scheer.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. (2001). *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LUCKÁCS, G. (1978). As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem *Temas de Ciências Humanas*, 4.
- MARX, K. (1983). *O Capital*, vol. 1/1. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1983). Manuscritos Econômicos Filosóficos. In FERNANDES, F. (org.) *Marx/Engels, História*. São Paulo: Ática.
- MEDA, D. (1995). *Le travail, une valeur en voie de disparition*. Paris: Alto/Aubier.
- NOGUEIRA, M.L.M. (2004). *Mobilidade Psicossocial: A História de Nil na cidade vivida*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais
- OFFE, C. (1984). Trabalho como categoria sociológica fundamental? *Trabalho & Sociidade*, Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário.
- RANCIÈRE, J. (1988). *A Noite dos Proletários*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, M. (1987). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, 54.
- THÉLOT, C. (1982). *Tel père, tel fils?* Paris: Dunod.

• Recebido em 13 de Abril de 2004.
• Aprovado em 16 de setembro de 2004.

A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise¹

The Struggle for a Piece of Land and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Rural Landless Workers Movement: the contributions of the psychoanalyses

Eliane Domingues*
elianedomingues@brturbo.com.br

Resumo

Este artigo aborda a dimensão subjetiva (inconsciente) presente na luta pela terra e a adesão dos sujeitos a movimentos de luta pela terra, destacando a adesão ao MST. Para tanto, foram utilizadas entrevistas realizadas pela autora e entrevistas que compõem as pesquisas de Narita (2000) e Tarelho (1988). A partir destas entrevistas, buscou-se identificar quais foram os ideais que levaram à adesão ao movimento e chegou-se a duas possibilidades: os ideais revolucionários sustentados pelo MST e a terra como ideal, sendo que este último foi identificado como sendo o ideal comum que possibilitou o estabelecimento do vínculo vertical, suporte para a identificação dos indivíduos. Recorreu-se ao conceito de função fraterna, para destacar a importância, para a constituição do MST, do reconhecimento, por parte do sujeito, da sua própria insuficiência e da necessidade do semelhante, como ponto de partida para o estabelecimento de uma aliança fraterna que lhe possibilitasse enfrentar um poder antes tido como absoluto e empreender ações coletivas.

Palavras-chave

MST, psicanálise, ideal, identificação, função fraterna

Resumen

Este artículo trata de la dimensión subjetiva (inconsciente) presente en la lucha por la tierra, destacando la participación

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado, com o mesmo título, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho e com apoio financeiro do CNPq.

*Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Docente da Universidade Estadual de Maringá-PR

DOMINGUES, E. (2004). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise. *Psicologia Política*, 4(8), 173-194.

de los sujetos en los movimientos de lucha por la tierra, dando énfasis a la adhesión al MST (Movimiento de los Sin Tierra). Fueron utilizadas entrevistas, hechas por la autora, y encuestas que componen la investigación de Narita (2000) y Tarelho (1988). Con estas encuestas, se buscó identificar los ideales que llevarán a la adhesión al movimiento y se llegó a dos posibilidades: los ideales revolucionarios sostenidos por el MST y la tierra como un idea. Sin embargo, este último se identifica como el ideal común que posibilitó el establecimiento del vínculo vertical, soporte para la identificación de los individuos. Además de eso, se utilizó el concepto de función fraterna para destacar la importancia, para la constitución del MST, del reconocimiento, por parte de los sujetos, de su propia insuficiencia y de la necesidad de sus semejantes como punto de partida para establecer una alianza fraterna que los lleva a ponerse en contra de un poder, antes tenido como absoluto y fomentar acciones colectivas.

Palabras-llaves:

MST, psicoanálisis, ideal, identificación, función fraterna.

Abstract

This paper shows the subjective (unconscious) dimension concerning both the struggle for a piece of land and the adhesion of people to land conflict movements, emphasizing the adhesion to MST. With this purpose, interviews performed by the author, as well as interviews from Narita (2000) and Tarelho's (1988) researches were used. Based on these interviews, the ideals that caused people's adhesion to the movement were identified, and two possibilities were observed: the revolutionary ideals supported by the MST, and the land as an ideal, being the latter identified as the common ideal that allowed the establishment of the vertical entailed interests, the support for the identification of the subjects. The fraternal function concept was used to make evident the importance, for the MST creation, of both the subjects recognition of their incapacity and the need of their fellows, the initial point for establishing a fraternal alliance that could allow them to face a power previously seen as an absolute one, as well as to undertake collective actions.

Key-words

MST, psychoanalysis, ideal, identification, fraternal function

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado oficialmente em 1984. Atualmente está presente em 23 estados do Brasil e envolve cerca de 2 milhões de pessoas, com 350 mil famílias assentadas e 160 mil acampadas. É um movimento social que luta pela reforma agrária e contra o modelo econômico neoliberal. Entre suas formas de ação estão acampamentos, a ocupação de fazendas, sedes de organismos públicos e de multinacionais, a destruição de plantações transgênicas, marchas, greves de fome e outras ações políticas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2003 e 2004).

Embora muitos estudos já tenham sido realizados sobre o MST, como mostra a pesquisa realizada no banco de teses da Capes por Salvaro (2003), neste artigo não tenho a pretensão de fazer uma revisão bibliográfica, e recorro a apenas dois estudos, ambos realizados na Psicologia Social: o de Tarelho (1988) e o de Narita (2000). Tanto Tarelho (1988) quanto Narita (2000) efetuaram intenso trabalho de campo em suas pesquisas, ambos no Estado de São Paulo, mas em regiões e momentos históricos diferentes. Tarelho (1988) acompanhou os dois primeiros grupos assentados na região de Campinas-Sumaré (entre os anos de 1983 e 1984), antes da constituição nacional do MST. Esses grupos foram formados no interior das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e passaram por um processo de discussão e conscientização de cerca de um ano, antes de realizar a primeira ocupação. Narita (2000), na região do Pontal do Paranapanema, acompanhou um grupo do MST da fase do acampamento ao assentamento, num momento de intensos conflitos no local e em que o MST já aparecia frequentemente nos meios de comunicação nacionais.

A questão central investigada por Tarelho (1988) foi a emergência do MST. Para esse autor, é possível explicar a crise agrária recorrendo à história e à sociologia, mas não à decisão de lutar pela terra, pois esta envolve um ato de consciência e só pode ser explicada levando-se em consideração os motivos subjetivos que a possibilitaram. O MST não pode ser visto "(...) apenas como a expressão de contradições geradas no plano econômico, por influência de uma política de desenvolvimento concentracionista e excludente, mas sim como uma síntese produzida pela combinação desses elementos à vontade, ao saber prático político, às imagens de mundo, etc." (Tarelho, 1988:3) Ou seja, os determinantes objetivos (condições econômicas, históricas e sociais), embora fundamentais, são insuficientes para explicar a emergência do MST, fazendo-se necessário recorrer aos determinantes subjetivos. Na busca destes determinantes subjetivos, Tarelho (1988) destaca a importância da existência de processos comunicativos pedagógicos, que funcionaram como conscientizadores e construtores de uma identidade social crítica e transformaram sujeitos anônimos e passivos em sujeitos coletivos.

A pesquisa de Narita (2000), por sua vez, busca compreender, os processos psicossociais que motivaram o grupo por ela estudado, a participar do MST. Para a autora, o que motiva o sem-terra a lutar pela terra é o que motiva qualquer grupo humano: as necessidades básicas de sobrevivência (alimentação e segurança) e a necessidade de se organizar em grupo para proteger-se da natureza e dos outros homens. O MST consegue mobilizar e organizar os indivíduos porque atua sobre estas necessidades, transformando-as em demandas sociais e políticas, além de representar a única opção de sobrevivência para aqueles aos quais não restam alternativas. Logo, a motivação primeira do sem-terra é, para Narita (2000), a luta pela própria sobrevivência, a luta pela vida, e é isto que o leva a participar do MST. Ao lado desta, a autora aborda mais uma série de motivações e não considera a consciência como determinante da participação dos sujeitos no MST. Vejamos o que ela diz:

Parti achando que era da consciência, e achava impressionante como o movimento conseguia mobilizar tantas consciências no Brasil nesse momento. Foi esse fato histórico que me atraiu, e eu pensei: 'Mas como é que pode !?' E percebi que não é por consciência, é por razões que animam quaisquer sujeitos a viver num mundo atual: pelas necessidades materiais de existência; e, a outras mais sofisticadas, pelo poder, pelo status, pelo dinheiro, que animam qualquer sujeito a viver nesse mundo. As mesmas motivações que qualquer um tem para viver, os militantes têm, os sem-terra têm, pra viver e tentar viver através do MST, com justificativas e sonhos os mais diversos (Narita, 2000:868).

Assim, enquanto Tarelho (1988) destaca a importância da consciência na decisão de lutar pela terra, para Narita (2000) a consciência não é determinante, e sim, a necessidade de lutar pela própria sobrevivência, pela vida. Estas divergências, que aparecem entre ambos, podem estar relacionadas aos momentos históricos em que foram realizadas as duas pesquisas. É possível que, quando o MST estava começando, o que se destacava aos olhos do pesquisador era este tomar consciência da necessidade de lutar pela terra, consciência que lhe fora possibilitada pelo movimento. Com o passar dos anos e o crescimento do MST, o que se destaca é que cada vez se apresentam menos alternativas de sobrevivência, e o MST aparece muitas vezes como a única opção. No entanto, convém destacar que Tarelho (1988) não desconsidera que a luta pela terra também envolve uma questão de sobrevivência, e Narita (2000), por sua vez, não deixa de abordar a questão da consciência.

Para Narita (2000), lutar pela sobrevivência, pela vida, de certo modo, também implica a consciência, a percepção da realidade em que se vive, ou seja, lutar pela terra também envolve um ato de consciência; mas essa disposição de luta não necessita de

uma consciência adquirida num processo reflexivo crítico mais elaborado, e sim, de uma consciência que se dá no nível do concreto, da percepção da realidade. A consciência política e de classe pode ser adquirida no processo de luta e formação no MST, mas não é o que leva os indivíduos a participar do movimento.

Já Tarelho (1988), destaca que a ação conjunta dos indivíduos no MST implica certo grau de consciência política. A formação desta consciência no MST, por sua vez, teve como um dos espaços as CEBs. Nelas era realizada a leitura político-religiosa da Bíblia, que consistia em relacionar o cotidiano de camponeses aos textos bíblicos, enfatizando principalmente a relação entre a história de Moisés, dos hebreus e da terra prometida com as histórias pessoais daqueles indivíduos. Esta leitura, por um lado, ajudou "(...) os trabalhadores a tomar consciência da comum situação de opressão e a se identificar como grupo" (Tarelho, 1988:132) e, por outro, contribuiu para a formação de uma identidade ambígua: político-religiosa. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho nas CEBs possibilitou o desenvolvimento de uma consciência política e a formação de uma identidade coletiva, "(...) ela também contribuiu para reforçar uma imagem religiosizada da política e do mundo". (Tarelho, 1988:145-6) Ou seja, nas CEBs desenvolveu-se uma "consciência que não é totalmente desideologizada", mas "politicamente eficiente". (Tarelho, 1988:148)²

Contudo, não ser totalmente livre da ideologia, da ilusão, não é uma característica apenas da consciência desenvolvida pela Igreja, mas uma característica presente, em maior ou menor grau, em todo engajamento, em todo projeto político. Sobre isto, Bertrand (1989) escreve:

Através das lutas sociais a condição dos homens melhora pouco a pouco, e isto não é desprezível. Mas inconscientemente, eles esperam uma mudança muito mais radical: é o elemento irracional de todo projeto racional. Por outro lado, quando não há esperança de melhora, quando não há organização ou partido capaz de assumir uma ação histórica, os homens, só podem agir sobre eles mesmos, imaginar soluções que poriam fim a seus males; e estas soluções imaginárias podem perfeitamente apresentar as características de um projeto político. Por isto, pensamos que em todo projeto, em todo engajamento, há uma parte de ilusão, ainda que nem sempre no mesmo grau (Bertrand, 1989:19).

Ao atribuir certo grau de ilusão a qualquer engajamento ou projeto político,

² Sobre o trabalho desenvolvido pelas CEBs ver Tarelho (1988) e Machado (2002). É importante destacar que muitas lideranças do MST encontraram nas CEBs um espaço inicial de formação política em um momento em que o MST ainda não tinha a dimensão que tem hoje.

Bertrand (1989) rejeita qualquer oposição simplista entre religião/ilusão de um lado e lutas políticas/realidade de outro – visto que as aspirações religiosas podem tomar a forma de lutas políticas e as lutas políticas não estão isentas de ilusão. Isto não implica que a autora desconsidere a importância da consciência (da dimensão cognitiva, do saber) na emancipação dos homens, apenas que a existência desta não significa a eliminação completa da ilusão. Cito Bertrand (1989):

(...) a emancipação dos homens tem necessariamente uma dimensão cognitiva. Apóia-se num conhecimento do que rege as relações sociais, as trocas inter-humanas. Sem este conhecimento, a luta pela emancipação, a luta pela emancipação é obscura para ela mesma, pode se extraviar, fracassar, ser longa e difícil, cheia de impasses ou de repressões. O conhecimento produz ao mesmo tempo um efeito de aceleração e um efeito de apropriação. Como conhecimento, acelera a emancipação prática, e como apropriação, domínio teórico, já é, num certo sentido, emancipação. O que não quer dizer que ponha fim ao imaginário, nem que este domínio seja total e definitivo: é incessantemente recolocado em questão e deve ser constantemente retomado (Bertrand, 1989:19).

É a importância da consciência (dimensão cognitiva) na emancipação dos homens que Tarelho (1988) destaca em sua dissertação. Embora a consciência seja fundamental no processo de emancipação dos homens, não é por uma questão de consciência que o faz a maioria dos indivíduos que aderem ao MST, como mostrou Narita (2000). Também não é somente uma questão de sobrevivência, pois outras questões subjetivas estão envolvidas na luta pela terra. Tarelho (1988) e Narita (2000), ao tocarem na questão da crença, da religiosidade e da ilusão no MST, já apontam para estas questões, que não são da ordem da consciência ou da sobrevivência, mas da ordem do inconsciente. É das questões da ordem do inconsciente implicadas na luta pela terra que se ocupa este artigo.

O referencial teórico utilizado é a psicanálise. Para esta, os verdadeiros motivos das ações humanas não se encontram no dito dos discursos e no que permanece explícito na consciência, mas está no não-dito e no inconsciente. O sujeito humano é "(...) um ser dividido em um eu auto-representado como consciente, racional e pretensamente dono das suas próprias decisões e um inconsciente passional, desconhecido e irracional, permanentemente ameaçado de dissolução a precária coerência e unidade do eu" (Pacheco Filho, 1997:4). Este ser dividido, ao ingressar na cultura, encontra um lugar previamente determinado pela família e sociedade e constrói-se enquanto sujeito através deste lugar e das vicissitudes do Édipo e da castração.

A partir desta concepção, sem desconsiderar as condições objetivas (econômicas,

históricas e sociais), a necessidade do ser humano de assegurar a própria sobrevivência e a importância da consciência no processo de emancipação dos homens, proponho-me investigar a dimensão subjetiva (inconsciente) presente na luta pela terra e adesão dos sujeitos ao MST. Para tanto, recorro às entrevistas realizadas por Tarelho (1988),³ no ano de 1986, e de Narita (2000),⁴ realizadas em 1998, que abordam dois momentos distintos de constituição do MST. Ao material de Tarelho (1988) e Narita (2000) acrescento as entrevistas⁵ que realizei no ano de 1999, em Goiás - GO, com um grupo que lutava pela terra mas não era vinculado ao MST, e sim, à CPT, na tentativa de abarcar melhor toda a complexidade da luta pela terra na atualidade e estabelecer algumas comparações.

O MST : um pouco de história, seus objetivos, reivindicações e ideais

Com o objetivo de compreender por que os sujeitos aderem ao MST, resgato um pouco da história da sua constituição, de como ele foi construindo seus objetivos, reivindicações e ideais.

Primeiro, convém lembrar que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenhou um papel fundamental na luta pela terra e na constituição do MST. Antes do MST, a CPT já estava presente em quase todas as lutas no campo e possuía uma organização nacional. Foi a CPT a principal articuladora das experiências localizadas de luta pela terra para que se transformassem em um movimento nacional. No ano de 1982, realizou dois importantes encontros, um em Medianeira - PR e outro em Goiânia - GO, sendo este último um encontro nacional.

A partir desses encontros, as lideranças camponesas do Sul do país começaram a se reunir e a discutir a possibilidade da organização de um movimento mais amplo. Propôs-se, então, o Primeiro Encontro Nacional, em 1984, na cidade de Cascavel - PR. Com este encontro, fundou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁶ e são elaborados seus objetivos gerais.

- 1 - Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2 - Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3 - Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para a conquista da reforma agrária;
- 4 - Organizar os trabalhadores rurais na base;

³ O prof. Luiz Carlos Tarelho gentilmente me emprestou a transcrição das entrevistas, 11 no total.

⁴ As entrevistas de Narita que utilizei foram 8 e elas fazem parte de sua dissertação de mestrado, p.157-791.

⁵ Alguns trechos são citados no corpo do texto.

⁶ Mesmo com a fundação do MST, alguns grupos permanecem até hoje vinculados à CPT, como o grupo onde realizei minhas entrevistas em Goiás - GO. Só na cidade de Goiás, no ano que realizei as entrevistas (1999), existiam 20 assentamentos e 2 acampamentos vinculados à CPT, de acordo com informação dos membros da CPT local, embora na mesma cidade também exista assentamento do MST.

- 5 - Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001: online)

Também foram aprovadas as seguintes reivindicações:

- 1 - Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
- 2 - Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais;
- 3 - Desapropriação de todos os latifúndios;
- 4 - Desapropriação das terras das multinacionais;
- 5 - Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres na região;
- 6 - Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;
- 7 - Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam fazendeiros;
- 8 - Fim da política de colonização (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001: online).

Estes objetivos e reivindicações mostram que, desde início, o MST teve a preocupação de aglutinar pessoas (ser um movimento de massa) e de que as pessoas permanecessem no movimento (formar lideranças). Desde o início, também, são definidas as relações com outros grupos com os quais o MST se identifica (trabalhadores da cidade e da América Latina, índios) e definidos os grupos com os quais mantém relações de rivalidade (latifundiários e multinacionais). Seu caráter sindical (corporativo), a luta pela terra e seus ideais - que vão além da reforma agrária (lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados) - também são contemplados desde sua fundação.

Este I Encontro Nacional, que teve aproximadamente 100 participantes, segundo Stédile e Fernandes (1999), foi fundamental, porque definiu como seria o MST: um movimento de massa, autônomo e independente - não deveria ser do sindicato ou da Igreja. No ano seguinte a este encontro, realizou-se o I Congresso Nacional, em Curitiba - PR, desta vez com aproximadamente 1500 participantes.

Em 1995, teve lugar em Brasília o Terceiro Congresso Nacional, onde foi apresentada uma nova elaboração dos objetivos gerais do movimento.

- 1 - Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2 - A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda sociedade;
- 3 - Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;

- 4 - Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5 - Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6 - Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001: online).

Fez-se, igualmente, uma síntese do programa de reforma agrária do MST.

- 1 - Modificar a estrutura da propriedade da terra;
- 2 - Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- 3 - Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
- 4 - Apoiar a produção familiar e cooperativa com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
- 5 - Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
- 6 - Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
- 7 - Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- 8 - Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001: online).

Com esta nova formulação dos objetivos e do programa de reforma agrária, o MST reafirma os objetivos e reivindicações anteriores e coloca de forma explícita a questão da transformação da sociedade. Se antes a terra deveria estar na mão de quem nela trabalha, com esta nova formulação a terra passa a ser entendida também como bem de todos, que deve estar a serviço da sociedade. Se antes eram utilizados os termos desapropriação, demarcação (terras indígenas) e legalização (terras ocupadas por trabalhadores), agora se coloca a necessidade de transformar a estrutura da propriedade da terra e de que ela esteja subordinada à justiça social. A necessidade de transformação social também aparece em suas músicas:

*(...) Contra esse capitalismo
Vamos firmes decididos
Não deixar pra outra hora
É a classe organizada passo a passo na estrada
Construindo a sua história.*

*(Descobrimos lá na base, Zé Pinto)
Quando chegar na terra
É preciso fazer produção
Este é o primeiro passo que
Damos na revolução
Com certeza alguns chegando com chapéu na mão
Esplanada do Planalto bandeiras bem alto
Cantando bem alto a canção.
(Quando chegar na terra, Ademar Bogo)*

De acordo com Bertrand (1989), a idealização, a adesão a um ideal, a um projeto histórico – que vai além dos interesses individuais, mesmo que os inclua – é o que permite entender o sacrifício do sujeito em nome de uma grande causa, que nem sequer poderá ver triunfar. *“Um ideal dá ao sujeito uma imagem engrandecida, enaltecida de si mesmo; contém a promessa de uma realização, de uma restauração, que vai muito além da satisfação de reivindicações, certamente legítimas, mas limitadas.”* (Bertrand, 1989:25) Ou seja, a adesão a um ideal social permite ao sujeito uma satisfação narcisista; por isto os ideais são tão fortemente investidos. Veja-se que esta afirmação – da presença de satisfações narcísicas e de investimento libidinal na adesão a ideais – não deve ser tomada como uma crítica, como uma valorização negativa, ou como uma subestimação. Ela apenas reflete o ponto de vista psicanalítico de que as pulsões constituem, invariavelmente, a base das manifestações psíquicas. Neste sentido, é o desvio da libido narcísica que permite o desenvolvimento das realizações que estão compreendidas pelos ideais sociais.

No plano social, possuir um mesmo ideal pode ser o suporte da identificação dos indivíduos na massa, ou em um movimento social.

Para Freud (1921/1973), o que une os indivíduos na massa é um duplo vínculo libidinal. Existe um vínculo vertical que une os indivíduos ao líder e um vínculo horizontal que une os indivíduos entre si. O vínculo vertical, que liga os indivíduos ao líder, se dá pela substituição do *ideal do eu* de cada um dos indivíduos pelo líder. Por sua vez, o fato de todos possuírem o mesmo *ideal do eu* é o que possibilita o vínculo horizontal, a identificação; o indivíduo se reconhece no outro pelo que ambos têm em comum: o líder, no lugar do *ideal do eu*. Uma idéia abstrata (ideais revolucionários) ou um desejo compartilhado também pode ser este elemento comum que possibilita a identificação dos indivíduos.

Ao considerar que uma idéia abstrata pode ser o suporte da identificação entre os indivíduos num movimento social, convém lembrar que uma idéia sempre tem um autor e, neste sentido, sempre remete à figura de alguém. Como diz Enriquez (1999):

Se uma abstração pode substituir o corpo do chefe é porque conserva em si o corpo, a carne e o sangue do chefe. Todo criador se exprime por ele mesmo ou

através de seus discípulos, por este motivo, os Dez mandamentos, os Evangelhos, Mein Kampf, os textos marxistas ou as idéias de Mao-Tsé-Tung podem desempenhar o papel de objeto introjetado. Eles são o discurso, ainda vivo, daquele que está (ou continua) realmente vivo (Enriquez, 1999:74).

Para Enriquez (1999), mesmo que os autores sejam esquecidos, idéias de igualdade e liberdade remetem à existência de lutas, esperanças, de homens revolucionários, de grandes homens – profetas, heróis ou mártires – ; e quem assume estas idéias como guia de vida e de ação se coloca neste lugar de líder ou de profeta.

No MST, embora não exista um líder⁷ que seja o representante destas idéias, que ocupe o lugar do Um – como, por exemplo, no EZLN (Exército Zapatista de Nacional), no México, que tem na figura do subcomandante Marcos o representante dos ideais revolucionários sustentados por Emiliano Zapata –, nomes como Che Guevara, Zumbi e Antônio Conselheiro são sempre lembrados em função da mensagem que deixaram.

Mas serão os ideais revolucionários o ideal comum que possibilita a identificação entre os indivíduos no MST? Será que os indivíduos que constituem o MST investem nestes ideais?

Os ideais

Ao indagar ao acampado ou assentado do MST ou da CPT⁸ qual motivo o levou a entrar para o movimento, dificilmente se obtém uma resposta que indique a adesão aos ideais revolucionários sustentados pelo movimento. As respostas mais freqüentes indicam desemprego, necessidade de assegurar a própria sobrevivência, desejo de manter o estilo de vida camponês.

Na cidade, a gente enfrenta de tudo, trabalhei de servente de pedreiro, aprendi trabalhar de enfermeiro, trabalho. Depois consegui uma vaga no hospital, trabalhei 16 anos, depois perdi o emprego e é onde a gente tá hoje no movimento sem terra, procurando uma vaga pra sobreviver melhor, que na cidade não há mais emprego (João⁹, acampamento, Goiás - GO, 1999).

⁷ No MST, existe uma direção nacional composta por 21 líderes, uma coordenação nacional formada por aproximadamente 90 pessoas, coordenação estadual, regional, dos assentamentos e acampamentos; além de vários setores, como, por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massas, finanças etc.

⁸ Os acampados que entrevistei em Goiás - GO diziam que eram pertencentes à CPT e não ao MST; por isso utilizei a sigla CPT para designá-los.

⁹ Todos os nomes citados são fictícios.

Porque tá difícil, trabalhá assim na fazenda dos outros e o que fazia era quase pro patrão, não sobrava quase nada pra gente. E a gente veio tentá pra ver se consegue um pedacinho, pra sobreviver, pra vendê, pra comprá roupa, calçado (Márcia, acampamento, Goiás-GO, 1999).

O desemprego e a necessidade de assegurar a própria sobrevivência¹⁰ são apontados pela maioria daqueles que estão acampados e assentados como o motivo da adesão ao MST e a CPT, o que indica que sem a ruptura do pacto social talvez não existissem movimentos de luta pela terra.

O pacto social, de acordo com Pellegrino (1983), é firmado na idade adulta, e vem reafirmar as renúncias do pacto edípico. Enquanto o primeiro é estruturado ao redor das renúncias pulsionais, o segundo é estruturado ao redor do trabalho; é pelo trabalho que o sujeito confirma suas renúncias pulsionais e se submete ao princípio de realidade. Mas, em contrapartida, a sociedade devia lhe assegurar um lugar social e o acesso aos direitos básicos. Quando isto não acontece, quando o indivíduo nem sequer tem assegurada a possibilidade de um trabalho digno, significa que a sociedade não cumpre com o que foi estabelecido no pacto. Uma das possíveis consequências disto é que aqueles que não são respeitados em seus direitos e não têm assegurado um lugar social se revoltam e se transformam em revolucionários que, sem romper com a lei da cultura, buscam transformar a sociedade, e desta forma contribuem para se reescrever o pacto social.

Isso quer dizer que, mesmo com a expulsão do campo, se os camponeses tivessem encontrado nas cidades ou em áreas de colonização um lugar social, trabalho e condições para viver dignamente, talvez não existissem o MST e a CPT. Por outro lado, o que os sem-terra reivindicam é terra. Eles não lutam por inserção no espaço urbano, que lhes permita sobreviver com dignidade e ter um lugar social, mas por manter seu estilo de vida camponês, e afirmam isto, quando indagados sobre o motivo que os levou a aderir ao MST ou à CPT.

Pra poder ganhar um pedacinho de terra, pra ficar folgado, sem precisar estar mudando e ficar sendo humilhado, aquela patroa nossa lá, ela é muito boa, não tenho nada pra reclamar dela não, ela é muito boa, mas ela não tem roça, assim não vai desmatar pra poder plantar, então nós tem que tomar atitude, aí se Deus abençoa, que nós ganhar. Pra ficar folgado, pra vender, podê acabar de criar os filho, os filho

¹⁰ No entanto, convém levar em conta que não são somente desempregados que aderem a estes movimentos; existem aqueles que deixam os empregos, porque estão insatisfeitos e não necessariamente porque o emprego não lhes assegura a sobrevivência.

casa, fica tudo junto com nós. Fica mió pra nós (Maria, acampamento, Goiás - GO, 1999).

Bom, como eu fui criada na fazenda, em toda vida eu gostei de roça, né. Então, toda vida eu tive o sonho de ter pelo menos uma chácara, que fosse minha, pra não trabalhar fora de empregado para os outro, nem de meeiro, também. Então, eu ouvi falando que eles estavam precisando de gente neste grupo, aí eu resolvi vir (Claudia, acampamento, Goiás - GO, 1999).

Nas falas é possível perceber uma certa idealização¹¹ da terra. Possuir um pedaço de terra – um lote, como dizem os sem-terra – pode representar muitas coisas: a possibilidade de autonomia, liberdade e fartura; o resgate das origens, de uma condição anterior vivida ou imaginada; a garantia de que os filhos possam se reproduzir como camponeses; a saída do sofrimento ocasionado pela instabilidade de não ter um meio de se livrar de condições aviltantes de trabalho, da exploração e da miséria. Esta visão idealizada da terra também está presente nos textos bíblicos, utilizados nas CEBs.

Tu dirás diante do Senhor teu Deus: 'Meu pai era um arameu errante; ele nasceu no Egito e ali residiu com poucas pessoas, depois tornou-se uma nação grande, forte e numerosa. Os egípcios, porém, nos maltrataram e nos humilharam, impondo uma dura escravidão. Gritamos, então, ao Senhor, Deus dos nossos pais, e o Senhor ouviu a nossa voz: viu nossa miséria, nosso sofrimento e nossa opressão. E o Senhor nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios, e nos trouxe a este lugar, dando-nos esta terra (...)' (Deuteronômio, citado por Tarelho, 1988:133).

O Senhor disse: Eu vi a aflição do meu povo no Egito, e ouvi os seus clamores por causa de seus opressores. E desci para livrar da mão dos egípcios e para fazê-lo subir do Egito para uma terra fértil e espaçosa, uma terra onde corre leite e mel (...) (Êxodo, citado por Tarelho, 1988, 133-4).

Com isto, não pretendo dizer que as CEBs ou a CPT tenham sido responsáveis por esta visão idealizada da terra, mas mostrar que estavam sintonizadas com o que a terra

¹¹ Idealização é o "processo psíquico pelo qual as qualidades e valor do objeto são levados à perfeição. A identificação com o objeto idealizado contribui para a formação e para o enriquecimento das chamadas instâncias ideais da pessoa (ego ideal, ideal do ego)". (Laplanche e Pontalis, 1992:224)

representa para o camponês sem terra; por isto, o trabalho desenvolvido junto aos sem-terra tinha ressonância na subjetividade destes.

Diante disso, a idéia que proponho é que a terra pode ocupar o lugar do ideal a ser atingido e, neste sentido, ser mais importante para a identificação entre os sem-terra do que os ideais revolucionários sustentados pelo movimento, na medida em que é um ideal compartilhado pela maioria. Isto não significa que só os líderes tenham ideais revolucionários e os demais não, mas que parece ser a terra o ideal comum àqueles que não ocupam posição de liderança e, neste sentido, é o que possibilita a identificação entre eles. Logo, são ideais diferentes que levam à adesão ao MST. Alguns vão para o movimento porque vêem na luta pela reforma agrária a possibilidade de transformação social, e muitos, por terem a terra como ideal. O MST, de certa forma, contempla estes dois ideais: o daqueles que almejam a transformação social a partir da reforma agrária, pois sustenta ideais revolucionários; e o daqueles que apenas querem um pedaço de terra, pois também tem um caráter corporativo, que é a luta pela terra, por financiamentos e condições de produção, voltada para o camponês sem terra.

Os líderes têm a percepção de que os indivíduos que aderem ao MST, em sua maioria, têm a terra como ideal, e não ideais revolucionários; mas acreditam que, com a formação política, o ideal de ter terra pode ser transformado em ideal de reforma agrária e de transformação social.

Assim, enquanto os líderes investem nos ideais revolucionários¹² e no MST como representante destes ideais, grande parte daqueles que aderem ao MST e ao grupo da CPT investe na terra – o que não significa que eles também não possam vir a investir nos ideais revolucionários e que os líderes um dia tiveram ou têm a terra como ideal; mas tudo indica que não são os ideais revolucionários o suporte da identificação entre os indivíduos, e sim, a terra como ideal.

Isto não significa que referências à necessidade de transformação social e adesão aos ideais revolucionários apareçam somente nas falas dos líderes, pois, principalmente nas entrevistas feitas por Tarelho (1988), esta referência aparece – embora não seja apontada como motivo da adesão ao MST. Interessante observar que, nas entrevistas, as referências à necessidade de transformação social aparecem mais naqueles que passaram por um período de discussão de um ano, antes de ir para a primeira ocupação. Isto indica que a formação política pode desempenhar importante papel, no sentido de possibilitar aos indivíduos que inicialmente tinham apenas a terra como ideal, passem a aderir também aos ideais do movimento.

Já nas entrevistas de Narita (2000), a referência à necessidade de transformação social e adesão a ideais revolucionários aparece nas falas dos coordenadores de grupo.

¹² Isto pode ser visto nas entrevistas de Narita (2000) realizadas com líderes do MST.

Uma questão, não obstante, chama a atenção: o fato de designarem como do movimento (do MST) as lideranças – o que apareceu em uma entrevista. Isto talvez possa indicar um sentimento de não-pertencimento ou de não-identificação com a totalidade dos ideais do MST, que são sustentados, principalmente, pelas lideranças.

No caso do grupo vinculado à CPT, que entrevistei, não apareceram falas que indicassem a adesão a ideais revolucionários, o que marca a diferença deste grupo com o MST. Essas diferenças eles destacam em suas falas, diferenciando um “nós” e um “eles”. “Nós”, os da CPT, somos calmos, tranquilos, contra violência e “eles”, do MST, são bravos, violentos e conseguem a terra na raça¹³:

Nós que somos da Assembléia, não temos coragem de fazer muito do que eles faz. Eles são diferentes de nós. Não vou dizer que a coragem é maior que a nossa, mas a estupidez é mais. Tem coragem de fazer certas coisas que eu não faço, nós somos da Assembléia, nós somos tipo manero, quetinho, que fica esperando a ordem do INCRA (José, acampamento, Goiás - GO, 1999).

Eles mata, eles morre, eles têm bandeira vermelha. Eu sei assim que eles é brabo, eles invade as terras, eles invade assim fazenda, pega gado, mata, come. Diz que eles enfrenta, é matá ou morrer por causa da terra, só isto que eu sei (Márcia, acampamento, Goiás - GO, 1999).

A partir destas colocações, pretendo chamar a atenção para o fato de que a terra é o ideal comum e inicial da maioria daqueles que aderem ao MST e que este ideal pode ser transformado. Mas se não for transformado, e a terra continuar sendo o único ideal da maioria dos indivíduos no MST, há que se pensar quais são as reais possibilidades do movimento se os indivíduos não investem na totalidade de seus ideais.

A identificação e a Lei

Tendo abordado a terra como ideal compartilhado que possibilita o vínculo vertical entre os indivíduos no MST, passo agora a abordar o vínculo horizontal existente entre os semelhantes, não menos importante. Recorro, inicialmente, a uma leitura de *Totem e Tabu*.

Em *Totem e Tabu* foi a identificação entre os irmãos pelo que eles tinham em comum que possibilitou o reconhecimento mútuo e a invenção da primeira relação de

¹³ Isto, a partir de Freud (1930/1996), pode ser interpretado como uma espécie de narcisismo das pequenas diferenças, um meio menos inofensivo de satisfazer as tendências agressivas e hostis e facilitar a coesão do grupo.

solidariedade. Os irmãos se reconhecem como irmãos, pelo vínculo comum de amor e ódio ao pai e pelo comum sentimento de impotência em relação a ele. Segundo Birman (2000),

(...) para a instalação da ordem fraternal e da associação social necessário é que os diversos agentes de uma comunidade se reconheçam como precários e insuficientes. Isso é bastante evidente na leitura freudiana, já que foi a condição de fragilidade frente ao pai todo-poderoso que conduziu a se associarem entre si e desafiarem a onipotência paterna. Isso estaria escrito no ato de fundação do social: a conjugação de forças daqueles que se consideram mais fracos, para que a força de cada um possa se multiplicar, para se confrontarem com o mais forte e vencê-lo no seu próprio terreno (Birman, 2000:199).

Logo, a conjugação de forças é possível pelo reconhecimento, por parte do sujeito, da sua não-suficiência, da necessidade do outro. É pela percepção da sua insuficiência que o sujeito pode reconhecer o outro, como também, identificar-se com ele.

Para Birman (2000), não é a insuficiência, mas a auto-suficiência que caracteriza o modelo de subjetivação contemporânea, promovido pela cultura do narcisismo¹⁴ e sociedade do espetáculo.¹⁵ A auto-suficiência pressupõe um sujeito que acredite poder prescindir dos outros, porque se bastaria. Isso implica que o sujeito se coloque numa posição de superioridade ontológica em relação aos demais, impossibilitando o estabelecimento de uma relação de igualdade. Embora a pretensão à auto-suficiência seja ilusória,

(...) trata-se de uma formação poderosa que se encontra permanentemente presente no imaginário, contra a qual é necessário a realização de um trabalho constante e insistente do sujeito para denunciar firmemente o que há de gasoso e vazio nesta-pretensão. A fraternidade seria resultante final deste trabalho, já que mediante este seria a condição de precariedade do sujeito que se evidenciaria a sua demanda inequívoca do outro (Birman, 2000:185).

¹⁴ A cultura do narcisismo – idéia desenvolvida por C. Lasch, em *A cultura do narcisismo* –, é "(...) uma modalidade de cultura na qual a subjetividade se concebe apenas de maneira autocentrada, sem atender devidamente para a densidade do outro. O sujeito não se emociona mais com o outro, não se tocando com o desejo do outro." (Birman, 2000:177)

¹⁵ Na sociedade do espetáculo – idéia desenvolvida por G. Debord, em *A sociedade do espetáculo* – a modalidade de subjetividade desenvolvida se aproximaria da descrita na cultura do narcisismo, na qual "(...) pela promoção do narcisismo e pelo engendramento do espetáculo, o que está sempre em questão é uma concepção do desejo fora da referência alteritária, pelo qual se esvazia a relação de responsabilidade do sujeito com o outro." (Birman, 2000:178)

Escapar da pretensão à auto-suficiência e reconhecer a necessidade do outro é fundamental para o estabelecimento do vínculo horizontal e da cumplicidade entre os semelhantes que permite, pela conjugação de forças, enfrentar um poder vivenciado como absoluto e empreender uma ação coletiva. Logo, o outro, o semelhante, tem um papel fundamental, mas nem sempre considerado pela psicanálise, segundo Costa (2000). Kehl (2000), no entanto, considera fundamental o papel do semelhante na constituição do sujeito e propõe o conceito de função fraterna:

Emprego a expressão "função fraterna"; propositadamente, por duas razões. Com o termo "função", procuro chamar a atenção para o caráter necessário, não contingente, da participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito, para humanos. Segundo, faço questão da palavra "fraterna" a fim de trazer de volta, como objeto de investigação e debate entre os psicanalistas a idéia quase maldita, de fratria (Kehl, 2000:31).

A função fraterna, proposta pela autora, não substitui a função paterna na constituição do sujeito, mas faz suplência a esta, na medida em que possibilita separar a Lei da autoridade do pai real. Além disso, as experiências compartilhadas entre os irmãos permitem uma série de identificações horizontais "*(...) secundárias em relação à identificação com o ideal representado pelo pai, mas essenciais, no sentido da diversificação que possibilita quanto aos destinos pulsionais que têm que ser constituídos pela vida afora.*" (Kehl, 2000:39)

No grupo, a identificação horizontal e a experiência compartilhada possibilitam a troca de saberes e experiências entre os semelhantes, o que, pela própria multiplicidade, permite relativizar o discurso da autoridade e a expressão das demandas insatisfeitas que esta não consegue calar. Kehl (2000) afirma:

É na circulação horizontal que se produzem, ou se confessam, as moções de transgressão, não necessariamente à Lei, mas às pequenas interdições arbitrárias que partem das autoridades comprometidas com a manutenção dos poderes disciplinares. Nem sempre o sentido, de uma transgressão, cujo caráter de exceção em relação aos costumes pode tornar a aparência de uma provocação perversa, é a perversão. A desobediência civil coletiva, organizada e atuada em nome de ideais alternativos aos vigentes (sustentados pelo pai/pela tradição), pode ser transformadora da cultura e se tornar legítima se for capaz de renovar os termos do pacto civilizatório (Kehl, 2000:43-4).

Pensar o MST a partir desta idéia de função fraterna permite entender como se estabe-

lece no coletivo a separação entre a Lei e as arbitrariedades impostas por aqueles que detêm o poder. Esta operação se processa em nível de trocas entre os semelhantes e permite enfrentar um poder antes tido como absoluto e empreender ações coletivas.

Quando o MST estava se constituindo, uma das grandes barreiras que enfrentava era a predominância entre os indivíduos de uma concepção legalista da propriedade da terra. Era difícil para eles assimilar a possibilidade do acesso à terra de outras formas que não fossem as vias convencionais de compra e herança; ou seja, durante toda a vida estes indivíduos internalizaram que a propriedade privada da terra era uma lei que não deveria ser transgredida. Era difícil para eles perceber qualquer arbitrariedade nesta lei; mesmo diante da expropriação, expulsão e concentração de terras por alguns, a propriedade era “sagrada.” Mesmo na atualidade, esta concepção ainda tem força.

Eu desorientado, sem emprego, difícil demais a vida na cidade, uns amigos aqui, outro ali, chamando 'vamos'. Primeiro eu fiquei com muito medo, pensei que era roubar terra dos outros, depois eu fui entrando com eles na reunião, fui participando, fui pegando uma orientação a respeito do assunto e vi que não é nada disso, que este negócio de sem-terra, não é roubar terra é comprar dos fazendeiros. O Incra compra e empresta pra gente e a gente vai ter que pagar tudo depois (João, acampamento, Goiás - GO, 1999).

No entanto, a experiência compartilhada, a troca de impressões e reflexões sobre o vivido, contribuem para alterar o campo simbólico e questionar verdades tidas como absolutas pela cultura. Quando os indivíduos têm acesso a informações de que existem terras devolutas que foram ocupadas indevidamente por latifundiários – como aconteceu na região do Pontal do Paranapanema-SP – foi possível perceberem que a concentração da propriedade foi arbitrária e que, embora a lei da propriedade privada fosse “sagrada”, ao ocupar aquelas terras e reivindicar seu direito a elas não estariam violando essa lei.

Não obstante, até mesmo a lei da propriedade privada da terra pode ser violada, se entendida como arbitrária, em relação a uma outra lei, tida como superior. Neste sentido, as CEBs e a CPT tiveram um papel fundamental, ao proporem que a terra era um bem natural de Deus, concedido a todos os homens. “Essa nova concepção da terra como bem natural, como dádiva de Deus concedida a todos os homens e não apenas a alguns poucos privilegiados, permitiu aos trabalhadores contestar a noção vigente de propriedade exigir o direito comum ao acesso à terra.” (Tarelho, 1988:137) Uma Lei superior a todas – a Lei de Deus – lhes outorgava o direito à terra.

Embora as informações sobre terras devolutas e a concepção da terra como dom de Deus venham de “cima”, é na circulação horizontal que elas se modificam e adquirem sentido, ao ir ao encontro dos desejos daqueles a quem foi barrado o acesso à terra. Por outro lado, cumpre destacar a importância que tem para o camponês a legitimidade da

sua ação, que ela esteja submetida a uma lei – seja ela a Constituição Federal ou a Lei de Deus – superior a todas as leis. Se a função da lei não é só restringir e proibir, mas também amparar e proteger, nenhuma lei cumpre melhor esta função do que aquela que vem de Deus, da religião.¹⁶

A religião dá nomes a todas as coisas e torna até mesmo o incrível, possível e legítimo. Para os efeitos da vida, ele pretende sempre envolver o repertório mais abrangente das questões e fazer as respostas mais essenciais, de acordo com os interesses políticos, mas também de acordo com os medos e esperanças das mais diversas categorias. (Brandão, 1980:17).

Neste sentido, quando o MST estava se constituindo, foi a religião¹⁷ que deu legitimidade às suas ações, potencializando-as. Além disso, foi no espaço propiciado pelas CEBs e CPT que, inicialmente, os irmãos se encontraram e se reconheceram, podendo assim estabelecer a aliança fraterna.

A poderosa aliança entre irmãos, no MST, possibilitou questionar a legitimidade da propriedade da terra, reivindicar seu direito à terra, empreender ações coletivas e elaborar sua principal estratégia de ação: a ocupação.

No entanto, Kelh (2000) adverte sobre o risco de que as fraternas, com o passar do tempo, percam seu poder contestador e criativo e se cristalizem.

Penso que a saúde das fraternas depende de que elas tenham vida curta. Em outras palavras: o destino de uma fratria, cumprida sua função de criadora de linguagem (ou respaldo para experiências com limites, o que é a mesma coisa), deve ser sua dissolução espontânea, ou no mínimo seu esgarçamento. Fraternas formam-se e se desfazem ao longo de uma vida, proporcionando a seus membros a cumplicidade, a proteção afetiva contra os rigores do supereu e um campo fértil para a reflexão sobre o vivido. A cristalização das fraternas, a tentativa de transformá-las de campo de experimentação em campo de produção de certezas, produzirá fatalmente a segregação e a intolerância, em nome do narcisismo das pequenas diferenças (Kehl, 2000:45).

A fratria, embora seja um conceito geral, passível de aplicação a todas as organiza-

¹⁶ Convém destacar que recorrer à Lei de Deus foi uma marca do trabalho desenvolvido pela Igreja. O MST insiste na legitimidade das ocupações como forma de denúncia e de pressionar a reforma agrária (Santos, 2004) e na Constituição Federal como uma das “armas do MST”, como aparece na reportagem de capa da Revista Caros Amigos (2000).

¹⁷ Em um outro artigo, abordo especificamente a questão da religião, ou mais especificamente da religiosidade e luta pela terra.

ções fraternas, tem como modelo a fratria adolescente, que para autora é "lugar de passagem, de contestação, de simbolização da Lei e legitimação das experiências de liberdade" (Kehl, 2000:145-6). Nela, o adolescente encontra o amparo, certezas, o reconhecimento do semelhante, um novo campo de identificações exogâmicas; mas a permanência nela traz o risco de que a organização, uma vez que é criativa e contestadora, se transforme numa seita, clã, gangue, que ofereça apenas certezas e verdades inquestionáveis.

No caso do MST, o sentimento de pertença a uma fratria, a uma comunidade de irmãos, também vem oferecer o amparo (para quem está no desamparo, desempregado, sem um lugar social), certezas (o direito à terra) e o reconhecimento do semelhante (todos estão numa situação parecida, o que possibilita o reconhecimento no outro e pelo outro), além da possibilidade de o indivíduo reconstruir sua identidade de camponês. Contudo, corre-se o risco da cristalização, de que o espaço, antes contestador e criativo, se cristalice e se transforme num campo de certezas e verdades inquestionáveis, sobre como deve ser o modo de produção, a organização, a educação etc.; e de que quem conteste seja condenado ou excluído pelo grupo. Mesmo com este risco de cristalização, a aliança fraterna no MST vem mostrando que não é uma organização passageira, mas capaz de renovar seu poder contestador (atualmente não se questiona somente a concentração da propriedade da terra, mas também as sementes transgênicas) e criativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAND, M. (1989). O homem clivado: a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P. & DORAY, B. (Org.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. (pp. 15-40). São Paulo: Vértice.
- BIRMAN, J. (2000). Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos. In: KEHL, M. R., (Org.), *Função fraterna*. (pp.171-208). Rio de Janeiro: Relume Drumará.
- BRANDÃO, C. R. (1980). *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense.
- CAROS AMIGOS (2000, junho), IV, 39 São Paulo: Casa Amarela.
- COSTA, J. F. (2000). Playdoier pelos irmãos. In: KEHL, M. R. (Org.). *Função fraterna*. (pp.7-30). Rio de Janeiro: Relume Drumará.
- ENRIQUEZ, E. (1999). *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. (Teresa Cristina Carreteiro & Jacyara Nasciutti, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho Originalmente publicado em 1983).
- FREUD, S. (1973). *Psicologia de las masas y analisis del yo*. (Luis Lopez-Ballesteros Y de Torres, Trans.) In: *Obras Completas*. (Vol. III, pp. 2563-2610). Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho Originalmente publicado em 1921).
- FREUD, S. (1996). *El malestar en la cultura*. (Luis Lopez-Ballesteros Y de Torres, Trans.) In: *Obras Completas*. (Vol.III, pp.3017-3067) Madrid: Biblioteca Nueva. (Trabalho Originalmente publicado em 1921).
- KEHL, M. R. (2000). Existe uma função fraterna? In: KEHL, M. R. (Org.). *Função fraterna*. (pp.31-47) Rio de Janeiro: Relume Drumará.
- LAPANCHE & PONTALIS. (1992). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- MACHADO, V. B. (2002). *Agentes religiosos, motivação política: a influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. (2004). *Quem somos. 1984-2004: MST 20 anos de lutas, conquistas e dignidade!* Disponível em: <http://www.mst.org.br/histórico/historia.html> (Acessado em 19/12/2004).
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. (2003). *História do MST*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/historial.html> (Acessado em 17/05/2003).
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. (2001). *O desenvolvimento do MST*. Disponível em: <http://www.mst.org.br> (Acessado em 29/07/2001).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Arte em movimento*. [fita cassete]

NARITA, S. (2000). *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema-SP*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PACHECO FILHO, R. A. (1997). *O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social [digitado]

PELLEGRINO, H. (1983, 11 de setembro de). Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira. *Folhetim*. 9-11.

SALVARO, G. I. J. (2003). O movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) em cena: uma viagem virtual pelo banco de teses da Capes. In: *Anais do XII Encontro Nacional da ABRAPSO* (CD-ROM). Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SANTOS, M. (2004). Direitos humanos. Legitimidade das ocupações: por que ocupamos. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/legitimi/legitimi6.html> (Acessado em 19/12/2004).

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. (1999). *Brava gente.: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TARELHO, L. C. (1988). *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• Recebido em Junho de 2004.
• Aprovado em Novembro de 2004.

Participación Pública y Nuevos Conflictos Sociales desde la Sociología del Riesgo

Public Participation and the New Social Conflicts from the Perspective of the Sociology of Risk

Enrique Laraña*
elarana@cps.ucm.es

Resumo

Neste trabalho desenvolvo aspectos novos sobre a sociologia do risco e o modelo convencional sobre participação social. Assim, este trabalho consiste em desenvolver um pressuposto central na elaboração das políticas de desenvolvimento sustentável, segundo o qual a proteção do meio ambiente não é só um problema técnico mas também social. Destaco os problemas de confiança que na atualidade atravessam as organizações convencionais para a participação social. Um aspecto importante relacionado com esses problemas aparece no campo da sociologia dos riscos tecnológicos em que venho trabalhando há 8 anos a partir de uma pesquisa financiada pela Comissão da União Europeia sobre as controversias e mobilizações que se produziram na Espanha e na Inglaterra a respeito da política de gestão de resíduos. Nela se funda minha proposta de um enfoque dinâmico sobre a participação social, que considero necessário para abordar com eficácia os problemas meio ambientais.

O estudo dos movimentos sociais pode contribuir muito para seu desenvolvimento pelas razões que exponho na continuação. Nesta tarefa, aqui se empregam uma série de conceitos úteis que estão sendo utilizado na sociologia do risco e das organizações.

Palavras chave

Participação Pública, sociologia do risco, conflitos sociais, meio ambiente, psicologia política

*Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Prof. Titular do Departamento de Sociología da Estructura Social. Universidad Complutense de Madrid - Espanha

*Mi agradecimiento a Aaron Cicourel por sus sugerencias al anterior borrador de este trabajo, cuyas versiones iniciales fueron presentadas en el Seminario organizado por Naciones Unidas (PNUMA) sobre Instrumentos Jurídicos y de Gestión para la Conservación del Litoral Mediterráneo, Mallorca, 6-8 de junio 2002, y en el Instituto Eicos de la Universidad Federal de Rio de Janeiro

LARAÑA, E. (2004) Participación Pública Y Nuevos Conflictos Sociales Desde La Sociología Del Riesgo. *Psicología Política*, 4(8), 195-223.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Arte em movimento*. [fita cassete]

NARITA, S. (2000). *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema-SP*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

PACHECO FILHO, R. A. (1997). *O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social [digitado]

PELLEGRINO, H. (1983, 11 de setembro de). Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira. *Folhetim*. 9-11.

SALVARO, G. I. J. (2003). O movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) em cena: uma viagem virtual pelo banco de teses da Capes. In: *Anais do XII Encontro Nacional da ABRAPSO* (CD-ROM). Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SANTOS, M. (2004). Direitos humanos. Legitimidade das ocupações: por que ocupamos. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/legitimi/legitimi6.html> (Acessado em 19/12/2004).

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. (1999). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TARELHO, L. C. (1988). *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Participación Pública y Nuevos Conflictos Sociales desde la Sociología del Riesgo

Public Participation and the New Social Conflicts from the Perspective of the Sociology of Risk

Enrique Laraña*
elarana@cps.ucm.es

Resumo

Neste trabalho desenvolvo aspectos novos sobre a sociologia do risco e o modelo convencional sobre participação social. Assim, este trabalho consiste em desenvolver um pressuposto central na elaboração das políticas de desenvolvimento sustentável, segundo o qual a proteção do meio ambiente não é só um problema técnico mas também social. Destaco os problemas de confiança que na atualidade atravessam as organizações convencionais para a participação social. Um aspecto importante relacionado com esses problemas aparece no campo da sociologia dos riscos tecnológicos em que venho trabalhando há 8 anos a partir de uma pesquisa financiada pela Comissão da União Europeia sobre as controversias e mobilizações que se produziram na Espanha e na Inglaterra a respeito da política de gestão de resíduos. Nela se funda minha proposta de um enfoque dinâmico sobre a participação social, que considero necessário para abordar com eficácia os problemas meio ambientais. O estudo dos movimentos sociais pode contribuir muito para seu desenvolvimento pelas razões que exponho na continuação. Nesta tarefa, aqui se empregam uma série de conceitos úteis que estão sendo utilizados na sociologia do risco e das organizações.

Palavras chave

Participação Pública, sociologia do risco, conflitos sociais, meio ambiente, psicologia política

*Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Prof. Titular do Departamento de Sociología da Estructura Social. Universidad Complutense de Madrid - Espanha

LARAÑA, E. (2004). Participación Pública Y Nuevos Conflictos Sociales Desde La Sociología Del Riesgo. *Psicología Política*, 4(8), 195-223.

*Mi agradecimiento a Aarón Cicourel por sus sugerencias al anterior borrador de este trabajo, cuyas versiones iniciales fueron presentadas en el Seminario organizado por Naciones Unidas (PNUMA) sobre Instrumentos Jurídicos y de Gestión para la Conservación del Litoral Mediterráneo, Mallorca, 6-8 de junio 2002, y en el Instituto Eicos de la Universidad Federal de Rio de Janeiro

* Recebido em Junho de 2004.
* Aprovado em Novembro de 2004.

Resumen

En este desarrollo aspectos nuevos sobre la sociología del riesgo y el modelo convencional sobre participación social. Así este trabajo consistente en desarrollar un supuesto central en la elaboración de las políticas de desarrollo sostenible, según el cual la protección del medio ambiente no sólo es un problema técnico sino también social.

Destaco aquí los problemas de confianza que en la actualidad atraviesan las organizaciones convencionales para la participación social. Un aspecto importante relacionado con esos problemas se plantea en el campo de la sociología de los riesgos tecnológicos en el que vengo trabajando desde hace ocho años a partir de una investigación financiada por la Comisión de la Unión Europea sobre las controversias y movilizaciones que se produjeron en España e Inglaterra respecto de la política de gestión residuos. En ella se funda mi propuesta de un enfoque dinámico sobre la participación social, que considero necesario para abordar con eficacia los problemas medioambientales. El estudio de los movimientos sociales puede contribuir mucho a su desarrollo por las razones que expongo a continuación. En esta tarea, aquí se emplean una serie de conceptos útiles que están siendo utilizados en las sociologías del riesgo y de las organizaciones.

Palabras Clave

Participation pública, sociología del riesgo, conflictos sociales, medio ambiente, psicología política

Abstract

In this article I will develop new aspects about the sociology of risk and the conventional model of social participation. Thus this work consistent in developing a central supposition in the elaboration of sustainable development projects, through which the protection of the environment is not only a technical problem but also a social one.

We emphasize here the problems of confidence which today crosses through conventional organizations for social participation. One important aspect related to these problems is raised in the field of the sociology of technological risks in which we have been working for the past eight years beginning with a study financed by the European Union Commission on the controversies and mobilizations that occurred in Spain and Britain with regards to the policy on the management of residues. In it is found my proposal of a dynamic focus on social participation that we consider necessary in order to approach with efficacy environmental problems. The study of social movements can contribute considerably to its development for the reasons presented in the article. In this task, we use a series of useful concepts that are utilized in the sociology of risk and of organizations.

Key words

public participation, sociology of risk, social conflict, environment, political psychology

Introducción

Este trabajo se basa en otro, presentado en dos conferencias anteriores, que se amplía con aspectos nuevos sobre la sociología del riesgo y el modelo convencional sobre participación social. Asimismo, hay continuidad con el objetivo de ese trabajo (Laraña en prensa a), consistente en desarrollar un supuesto central en la elaboración de las políticas de desarrollo sostenible, según el cual la protección del medio ambiente no sólo es un problema técnico sino también social. La base de esta afirmación radica en el papel central que desempeñan los seres humanos tanto en la producción como en la solución de problemas medioambientales. Por esta razón, esa nueva subdisciplina en proceso de formación que se denomina 'sociología del riesgo' contiene un enorme potencial para contribuir a nuestro conocimiento de los procesos de participación social.

El segundo objetivo de este trabajo consiste en destacar la centralidad de los procesos de comunicación en el análisis de los problemas ambientales y la búsqueda de soluciones para ellos. Algo que parece de sentido común pero que no suele ser tenido en cuenta al abordarlos, lo cual se pone de manifiesto al examinar las relaciones entre participación y conflicto social. Uno de mis argumentos aquí consiste en destacar la necesidad de integrar ambas cosas. La participación de los ciudadanos en políticas de desarrollo sostenible requiere actividades de cooperación, capacidad de trabajar en equipo e implica procesos de comunicación simbólica sin los cuales las dos primeras cosas son francamente difíciles o imposibles. Por ello, el análisis de las formas de participación social hace necesario el de aquellas situaciones en las cuales la comunicación es distorsionada, o simplemente no existe. Mi argumento consiste en afirmar que ese análisis necesita abarcar i) las dinámicas sociales de conflicto que constituyen la forma opuesta a la cooperación y ii) los fenómenos de desplazamiento de metas que suelen presentarse asociados a ellas en las organizaciones convencionales para la participación social.

Por estas razones, en este trabajo abordo la participación como un problema social y destaco los problemas de confianza que en la actualidad atraviesan dichas organizaciones. Un aspecto importante relacionado con esos problemas se plantea en el campo de la sociología de los riesgos tecnológicos en el que vengo trabajando desde hace ocho años a partir de una investigación financiada por la Comisión de la Unión Europea sobre las controversias y movilizaciones que se produjeron en España e Inglaterra respecto de la política de gestión residuos. En ella se funda mi propuesta de un enfoque dinámico sobre la participación social, que considero necesario para abordar con eficacia los problemas medioambientales. El estudio de los movimientos sociales puede contribuir mucho a su desarrollo por las razones que expongo a continuación. En esta tarea, aquí se emplean una serie de conceptos útiles que están siendo utilizados en las sociologías del riesgo y de las organizaciones.

Participación pública y capital social

La finalidad de este trabajo no consiste en problematizar algo sencillo sino destacar la complejidad de la participación social, su importancia en el análisis de las sociedades contemporáneas y los problemas que surgen en las relaciones entre naturaleza y sociedad. Lo segundo cuenta con una rica tradición sociológica. La primera teoría sobre participación y estructura social entronca con el nacimiento de la sociología como disciplina autónoma en el siglo XIX. Me refiero a la teoría de Durkheim (1985) sobre el paso de la sociedad tradicional a la moderna y el cambio en las formas de asociación entre las personas. Los problemas que presentan las formas convencionales de participación fueron analizadas por Weber (1944) y Michels (1984); el primero, en su análisis de la organización burocrática y su teoría sobre la jaula de hierro en que tiende a convertirse la sociedad moderna a raíz de la difusión de esa clase de organizaciones y de la forma de razonar que generan entre sus miembros, a la que llamó racionalidad formal.

Michels (1984) contribuyó a nuestro conocimiento de esos problemas en su análisis de lo que sucedía con los partidos socialdemócratas alemán e italiano, en los que participó personalmente. Su clásica obra sobre la ley de hierro de la oligarquía, y sobre los problemas de confianza que suscitan algunas organizaciones instituidas como cauces de participación social (partidos y sindicatos), así como el conocimiento de aquellas que presentan como alternativas a ellas, nos brinda información estratégica para el tema de este trabajo por las razones que expongo a continuación.

Mi argumento consiste en afirmar que la complejidad de los procesos de participación social requiere abordarlos como un problema tanto en sus aspectos formales como sustantivos. i) Los primeros se refieren a las dificultades que plantea el estudio de esta cuestión con los métodos cuantitativos tradicionalmente empleados para ello. ii) Los aspectos sustantivos se centran en la evolución de la participación social en España desde la transición a la democracia, y en el análisis de sus formas.

En los últimos años, el estudio de las formas de participación está adquiriendo creciente relevancia en la literatura sociológica, vinculado a los conceptos *capital social* y *gobernanza* (governance). El primero aparece asociado al proceso de modernización social y se ha considerado como un indicador estratégico en este sentido. En la sociología contemporánea, el concepto de capital social se emplea para designar aquellas relaciones sociales a través de las cuales se producen y reproducen los valores basados en la confianza y las normas sociales (Diani 1997: 133). Los precedentes de este concepto han tenido trascendental importancia en el desarrollo de la sociología, inicialmente, en la teoría de Durkheim sobre el papel de los grupos secundarios y el cambio en las formas de solidaridad de la sociedad moderna. Posteriormente, ese mismo tema es abordado en la teoría crítica de la sociedad de masas, uno de cuyos principales autores fue Ortega y Gasset, y en los últimos años, ha sido empleado por

Pierre Bordieu y Robert Putnam. En un libro de éxito¹, Putnam (2000) señala que este concepto se ha reinventado por lo menos seis veces a lo largo del siglo XX y la pauta recurrente en esos enfoques consiste en acentuar la forma en que los lazos sociales hacen más productiva nuestra vida.

Putnam establece una analogía con los conceptos de capital humano y capital físico—en tanto que herramientas que incrementan la productividad individual (un destornillador o una educación universitaria)—“también los contactos sociales aumentan la productividad de las personas y los grupos” (2003, 2000: 19). La diferencia estriba en que, “mientras el capital físico se refiere a objetos físicos y el humano a características de los individuos, el capital social se refiere a conexiones entre individuos, a redes sociales y normas de reciprocidad que surgen entre ellos” (op. cit.: 19). Este concepto se asemeja a la noción de valores cívicos pero la diferencia también consiste en el énfasis que se pone en el elemento que confiere eficiencia y poder a esos valores, que están “inmersos en una densa red de relaciones sociales recíprocas”. Por ello, no se trata de simples contactos ya que esa inmersión en unas redes sociales comporta una serie de obligaciones recíprocas para sus miembros. “Yo haré esto por ti ahora, en la expectativa de tú me devuelvas el favor”. En algunos casos, la reciprocidad es específica y se manifiesta como un *quid pro quo*. Sin embargo, “la que tiene más valor es la reciprocidad generalizada: ‘Yo haré esto por ti sin esperar nada en concreto de ti, pero con la expectativa confiada de que alguien hará otro tanto por mí’. La reciprocidad generalizada es la regla de oro del capital social” (op. cit: 20-21).

Putnam remite a uno de los principios centrales en las sociedades capitalistas más avanzadas, en las cuales la confianza es un elemento básico en el funcionamiento de su economía: “Una sociedad caracterizada por esa clase de reciprocidad es mucho más eficiente que otra basada en la desconfianza” (op. cit: 20-21). Una cuestión de confianza que, sin embargo, tiene su contrapunto en la creciente pérdida de la que los ciudadanos otorgaban a los políticos en las sociedades democráticas. En ese plano de la recuperación de la confianza en los cauces políticos es en el que opera el sistema de redes y grupos que canalizan la participación de los ciudadanos en la vida social. Curiosamente, al hacerlo, actúan como cauces alternativos de participación y como instancias de control de la actividad política. Por ello, el aumento de las organizaciones secundarias en la actualidad se considera relacionado con la pérdida de confianza en los cauces tradicionales de participación social (Whalen y Flacks, 1984).

No obstante, el concepto de capital social que emplea Putnam no distingue entre grupos informales y formales, ya que tiene un significado muy amplio que abarca desde las familias extensas hasta nuestros compañeros de universidad, pasando por “la clase de la catequesis dominical, los viajeros con quienes nos encontramos habitualmente en el tren...el chat de Internet en el que participamos y la red de profesionales conocidos y anotados en nuestra agenda” (2003: 15). Como sucede con el concepto

¹ Putnam, Robert. 2000. *Bowling Alone. The collapse and revival of American Community*. Simon and Schuster, New York.

de riesgo, el problema que plantean los que tienen un significado tan amplio es que resultan poco operativos porque no orientan al analista hacia el objeto de observación, que se multiplica sin cesar, y pueden convertirse en un cajón de sastre, en el que todo cabe pero nada se observa con detenimiento. Putnam arguye que "*los primeros estudios sobre capital social se concentraban en las asociaciones formales por razones de conveniencia metodológica*" y que "*la asociación más informal (por ejemplo, las comidas en familia) suele ser más útil que la formal para conseguir objetivos valiosos*" (2003: 17). Sin embargo, ese argumento, que puede ser cuestionable, no parece justificar el uso tan amplio del concepto por las razones que acabo de exponer, que no son de simple conveniencia metodológica sino de eficiencia y rigor en la investigación empírica.

El estudio de la participación social

Puesto que la palabra *participación* designa una forma de acción social que consiste en *tomar parte en algo o formar parte de algo*, y ese *algo* constituye un fenómeno colectivo, los problemas inherentes al estudio de las organizaciones de movimientos sociales se manifiestan también en el de las formas de participación social. Dicho estudio no siempre se adapta a las operaciones convencionales de medida en las ciencias sociales, que pueden tener una relevancia relativa en su investigación, como intenté mostrar en un libro sobre la participación en movimientos sociales (Laraña, 1999). Mi argumento consistía en destacar que los datos que suelen emplearse en estudios sobre participación proceden de encuestas y estadísticas destinadas a medir las actitudes de la población hacia estas organizaciones, y suelen centrarse en el análisis de las características del contexto social en el que surgen los movimientos². Al segundo objetivo suele atribuírsele carácter explicativo, ya que se parte del supuesto según el cual las características económicas y políticas del contexto donde surgen las organizaciones de los movimientos son datos básicos para explicar por qué los ciudadanos participan en ellas. Ese supuesto, según el cual la estructura social determina la acción, es el que ha prevalecido en la literatura especializada en este campo.

Sin embargo, ese procedimiento con frecuencia plantea problemas de interpretación porque 1) no presta atención a factores cognitivos y psicosociológicos que confieren sentido a participación; 2) exige al analista del trabajo etnográfico, basado en observaciones directas, que considero necesario para analizar los procesos de participación social. Ambas cosas son necesarias para penetrar en esos fenómenos colectivos

² O bien recoger las opiniones de una muestra de la población sobre temas controvertidos en relación con los cuales se han producido movilizaciones colectivas.

y conocer la forma en que suscitan la motivación para la acción y el compromiso de las personas con una causa. Hace algunos años, los motivos para participar en la vida pública se consideraban dados por la configuración de la estructura social, se traducían a intereses e incentivos selectivos y su estudio era relegado a un plano secundario. En la actualidad, esos motivos se sitúan en el centro de la explicación de la acción colectiva y los movimientos sociales.

Desde el final de los años ochenta, algunos sociólogos constructivistas hemos cuestionado la línea de explicación anterior³ y enfatizado la necesidad de estudiar con detalle los procesos de persuasión colectiva—o de creación de los marcos de significados con los que se identifican los seguidores de un movimiento— y la forma en que las organizaciones sociales consiguen definir ciertas cuestiones como problemas en cuya solución deben participar los afectados por ellos (Melucci, 1996a; Snow y Bendford, 1992; Laraña, 1999). La necesidad de distinguir entre dos fases diferentes, de visibilidad y latencia, en los procesos de participación social y movilización colectiva (Melucci, 1989, 1994) ha sido un argumento importante para producir una revisión en profundidad de la lógica explicativa de la participación social que ha prevalecido hasta hace poco.

Me refiero al influyente modelo de la *instrucción pública*, que intenta promover cambios en las pautas cotidianas de los ciudadanos en relación con los problemas medioambientales (Peretti-Watel, 2001). La gravedad de estos problemas se considera suficiente para motivar la participación ciudadana en políticas sostenibles y para producir el necesario cambio de actitudes en este sentido⁴. El problema de ese modelo radica en su simplificación de la cuestión, que aborda como una simple cuestión de cálculo de ventajas y beneficios, lo cual deja de lado el papel fundamental que juega otra clase de motivos que no se pueden encuadrar en cálculos porque implican costes e inversiones de carácter emocional y expresivo. Esos aspectos son esenciales para explicar la participación en los movimientos sociales contemporáneos y sólo pueden analizar con supuestos y conceptos procedentes de la psicología social.

La participación social en España

Mi argumento sobre los problemas de medida que plantean los estudios cuantitativos sobre participación social se funda en las consideraciones teórico-metodológicas

³ La crítica a los enfoques anteriores consiste en mostrar que la información sobre las condiciones del contexto donde surgen los movimientos sociales no es suficiente para entender por qué las personas participan en ellos.

⁴ Un peculiar ejemplo de esa forma de abordar la cuestión lo encontré durante los años 80 en la revista interna de una empresa vinculada a Telefónica. Para instar a la participación de los empleados, la revista empleaba los mismos términos en que solía darse la voz de mando en los cuarteles: ¡A formar! con la única diferencia en el verbo, que era sustituido por "participar".

que acabo de exponer y en los datos sobre las fluctuaciones que experimentan los indicadores de participación social en España. El análisis de su evolución reciente precisa adoptar una perspectiva matizada por los contrastes entre los resultados que presentan algunas encuestas sobre esta cuestión. Éstas suelen medir el grado de pertenencia (o afiliación) y de colaboración (o prestación de trabajo voluntario) en asociaciones voluntarias entre el conjunto de la población española, siguiendo el procedimiento habitual de identificar muestras representativas (Orizo, 1991; González Blasco y otros, 1989; Díaz-Salazar, 1996). Al comienzo de los años noventa, una de las más difundidas⁵ mostraba una situación que fue considerada paradójica: se registraba un pronunciado descenso durante la década anterior, en la que los analistas esperaban que se produjese lo contrario, ya que la transición a la democracia había producido un drástico cambio en las oportunidades de participar en la vida pública. Ese hecho chocaba con el principio prevaleciente en la explicación de los movimientos sociales al que me acabo de referir, el cual considera que la estructura de las oportunidades políticas es la variable determinante de la participación en asociaciones y movimientos sociales (McAdam, 1995; Tarrow, 1994). La modificación de esa estructura, que produjo la posibilidad de legalizar asociaciones voluntarias en España, fue el fundamento de aquellos análisis, luego cuestionados por los hechos.

Los datos obtenidos en 1990 fueron contrastados con los de la misma encuesta realizada diez años antes en la que también intervino el autor de la publicada al comienzo de los noventa (Orizo, 1991). La conclusión fue que durante los años de la transición política en España se había producido un fuerte descenso en las tasas asociativas. Los índices de pertenencia a una asociación y de prestación de trabajo voluntario mostraban que la población española en 1990 participaba en asociaciones voluntarias bastante menos que al comienzo de los años ochenta. El porcentaje de personas afiliadas a una asociación pasó de representar el 31 al 22 por 100 de la población, y el de aquellas que prestan trabajo gratuito se redujo del 23 al 12 por 100. Ello significaba que el 78 por 100 de toda la población no participaba en ninguna clase de asociación después de la década de la transición. Las que atraían a más personas eran las más distanciadas de la política y tenían carácter cultural o religioso⁶. Los partidos políticos se situaban en el último lugar, con tan sólo un 1 por 100 de participación, frente al 3 por 100 de 1981.

⁵ Me refiero a la Encuesta Europea de Valores, realizada en doce países europeos en 1981, lo cual permitió un análisis comparado con lo que sucede en ellos.

⁶ A pesar de que experimentan un fuerte de decremento, las asociaciones religiosas suscitaban la participación del mayor porcentaje de la población (6 por 100), las deportivas (5 por 100), y las de tipo educativo, artístico, musical o cultural (4 por 100). Un segundo sector de asociaciones por orden de importancia, y a pesar de que presentan tasas muy bajas de participación (3 por 100), son las de asistencia a la tercera edad, minusválidos o personas necesitadas, los sindicatos y las asociaciones profesionales.

Esa conclusión venía a reforzar una idea que cuenta con una amplia tradición en los estudios de sociología política: la sociedad española es una de las menos participativas y más *estatistas* de Occidente (Wert 1996: 147). Desde los años ochenta, una de las primeras conclusiones del citado estudio en los doce países europeos destacó la tendencia de los españoles a esperar del Estado la solución de sus problemas como una diferencia básica entre España y Europa (Linz, 1984). Estas afirmaciones también parecen chocar con lo que viene sucediendo desde la mitad de los años noventa, ya que desde entonces es difícil afirmar que ésa siga siendo la pauta dominante en España. En el citado trabajo (Laraña, 1999), argumenté que esos hechos apuntaban hacia un cambio de la tendencia propia de las décadas anteriores, que se había producido en las organizaciones no gubernamentales dedicadas a tareas de cooperación con países del Tercer Mundo. La documentación sobre ese cambio procedía tanto de mi trabajo de campo en el área de los movimientos sociales como de encuestas y datos secundarios publicados en la prensa. A mediados de los años noventa, algunas estimaciones situaron el crecimiento de las diez principales ONG españolas en 375.000 socios, y su presupuesto global se estimaba en 330 millones de euros en 1995⁷. Según la Coordinadora de las asociaciones de ayuda al desarrollo, en esas fechas 800.000 españoles colaboraban con ellas, de los cuales 6.000 trabajan como voluntarios (Díaz-Salazar, 1996: 43). Esa Coordinadora estimó que entre 1994 y 1997 el número de socios experimentó un crecimiento de 200.000 personas (Calle, 1998: 69).

En el año 2003 el número de españoles que participaban en sesenta y ocho organizaciones de desarrollo y acción social fue superior al millón de personas según la Fundación Lealtad. La misma fuente señala que esos grupos gestionan 480 millones de euros, lo cual sólo representa el 30% del presupuesto del sector llamado no lucrativo de la economía, integrado por organizaciones no gubernamentales y no lucrativas; si estos datos son ciertos, ello significa que este sector gestiona 1.600 millones de euros y ha experimentado un aumento del 485 por 100 en ocho años⁸. Un estudio de la Universidad John Hopkins sobre el tercer sector refuerza la interpretación que venimos haciendo al situarla en contextos estructurales y compararla con otros países europeos. En 1995, ese sector "*empleó el equivalente a 475.000 trabajadores a tiempo completo*", que representan el 4.5 % de los activos no agrarios; y casi el 10% de la población adulta "*contribuyó con su tiempo a la actividad de estas organizaciones (lo que equivale a otros 253.000 empleados a tiempo completo)*" (Pérez-Díaz 2003: 461).

⁷ Según la encuesta realizada por Wert en 1995, el 72 por 100 de los ciudadanos piensa que el Estado es responsable del bienestar de todos y debe ocuparse de quienes tienen problemas.

⁸ Entre ellas, Cáritas, Cruz Roja, Médicos del Mundo, Médicos sin Fronteras (El País, 6 de febrero de 1996).

⁹ Guía de la Transparencia y las Buenas Prácticas (www.fundacionlealtad.org; El País, 7-1-2004).

"(...) Para 1995 este sector tuvo en España ingresos de del orden de 25,7 millones de dólares, sobre un producto interior bruto estimado en 559.000 millones de dólares (...) Ello se compara bien con las cifras de Francia y Alemania. En los tres países, el tercer sector representa aproximadamente el 4% del PIB. Por otra parte, la proporción de ingresos de las asociaciones del tercer sector que procede de fuentes privadas ha sido bastante más alto en España (32.1%) que en Francia (7.5%) o Alemania (3.4%)" (Pérez-Díaz, 2003: 461).

Estos datos contrastan con la anterior afirmación respecto al carácter estatista de la sociedad española. El aumento de la participación en organizaciones de ayuda al desarrollo en España aproxima estos índices a los de otros países de Europa donde existe una importante tradición democrática desde el siglo XIX. Sin embargo, esas estimaciones han sido matizadas por dos razones. i) A mitad de la pasada década, el número de voluntarios adscritos a estas organizaciones—que participan físicamente en estas organizaciones, prestando trabajo sin remuneración—fue estimado en 40.000 personas, de las cuales 32.000 pertenecían a Cruz Roja¹⁰. Como se ha indicado, otras estimaciones son mucho más moderadas para esos años y en la década siguiente: un estudio de la Fundación Lealtad afirma que el total de afiliados en las asociaciones de desarrollo y acción social eran 31.381 en el 2003. Para Calle (1998: 110), éste es el verdadero indicador del capital social de un país, ya que la afiliación a una asociación voluntaria puede tener un carácter meramente formal y limitarse al pago de la cuota anual, sin que ello implique un compromiso activo con la causa que defiende ese grupo. Esa distinción resulta pertinente y, con ella, Calle contribuye a la revisión de la teoría clásica sobre participación social que aquí se propone. Su argumento es reforzado por el origen de los fondos que, según la Fundación Lealtad (2003), son públicos en más de la mitad para la mayoría de las organizaciones citadas, mientras que sólo 17 de ellas reciben la mayor parte de su financiación de fondos privados¹¹.

Por otra parte, los últimos datos sobre participación social no reflejan un aumento en los índices de participación, sino todo lo contrario: muestran un declive aún más pronunciado en los años noventa. Según la encuesta del Centro de Investigaciones Sociológicas (2002) sobre participación ciudadana, los españoles que son miembros o socios de organizaciones rara vez superan el 10% del total de la población y los casos en los que esta cifra es superada corresponden a asociaciones culturales, deportivas o religiosas (Ganuza y Robles, 2004). Respecto de la participación en los movimientos sociales contemporáneos, alguno de los cuales se acaba de tratar (de ayuda al

desarrollo), junto con asociaciones antiglobalización, ecologistas y pacifistas, *"estos porcentajes no superan en ningún caso el 7% de la población"* (op. cit.). Si nos centramos en el movimiento ecologista, los datos del CIS y del IESA-CSIC¹² coinciden en mostrar una participación en torno al 3% de la población (op. cit.). Y no parece haber cambios en el ámbito regional. *"En Andalucía"*, por ejemplo, *la participación en este tipo de organizaciones es prácticamente la misma que ofrecen los datos en el resto del país*" (op. cit.). Por consiguiente, la cuestión radica en saber cuál es la situación real de la participación social en España. En este sentido, destacan otros datos que giran sobre la opinión que los españoles tienen de la política como actividad institucionalizada en los partidos políticos y las instituciones parlamentarias.

*"Según los datos del CIS y el IESA-CSIC, la desconfianza e indiferencia son los principales sentimientos que inspira la política a los españoles (28,8 y 27,2 %). El interés que despierta todo lo relacionado a la política es poco (35,7%) o nada (41,5%). Si combinamos estos datos, el 77,2% de la población no parece estar interesada en la política. Pese a su falta de entusiasmo por la política, los españoles no trasladan esta actitud al sistema político en el que viven. El 87,5% prefiere este sistema político a cualquier otra forma de gobierno y más del 60% se siente satisfecho o muy satisfecho con el funcionamiento de la democracia en España"*¹⁴ (Ganuza y Robles, 2004).

Si nos ceñimos a estos datos, tendríamos que concluir que el interés en asuntos políticos, y el capital social vinculado a las formas habituales de participación, son relativamente bajos, lo cual confirmaría la persistencia del *estatismo* como rasgo distintivo de la sociedad española. Sin embargo, nuestro argumento consiste en afirmar que ese diagnóstico es más complejo y que la participación es de carácter puntual, es decir: se produce en determinadas situaciones que suscitan auténticas oleadas de participación social, en fenómenos colectivos de efervescencia social que dan al traste con las conclusiones inducidas por las encuestas. En otros términos, cuando se trata de algunos temas políticos concretos, los españoles muestran tener una conciencia y una preocupación clara sobre dichos problemas. Ello viene a cuestionar la idea de que la española es una sociedad *estatista*.

La cuestión se plantea en una doble dimensión que fue analizada por Alberto Melucci (1989) en los términos de visibilidad y latencia, antes citadas. Mientras que la participación visible es escasa, la de carácter latente puede ser espectacular y des-

¹⁰ Dicha estimación difiere de la que hace el diario El País para 1995, que situaba en 80.000 las personas enroladas como voluntarios en distintos tipos de asociaciones no lucrativas, la mayoría en países de África y América Latina. Para Calle, Cruz Roja no puede considerarse como una organización de ayuda al desarrollo en sentido estricto (1998: 110).

¹¹ El País, 7-1-2004.

¹² Fuente: IESA-CSIC. 2004. Ganuza y Robles (2004).

¹³ Fuente: IESA-CSIC. 2003.

¹⁴ Fuente: encuesta de ciudadanía y participación. CIS 2002.

LARAÑA, E. (2004). Participación Pública Y Nuevos Conflictos Sociales Desde La Sociología Del Riesgo.

bordar todas las previsiones oficiales y oficiosas de instituciones públicas y científicos sociales. Por ello, el perspicaz sociólogo italiano, ilustró esta doble dimensión de los movimientos sociales contemporáneos con una metáfora según la cual éstos son como submarinos que navegan sumergidos en la vida cotidiana, se configuran a través de redes de relaciones interpersonales sin visibilidad pública y surgen a la superficie cuando se da una situación de conflicto con las instituciones que administran el poder en la sociedad. En esas fases de latencia se gesta la identidad colectiva que hace posible la unidad entre los miembros de los movimientos y su confrontación de dichas instituciones (Melucci, 1989, 1996).

En las formas de participación y movilización propias de sociedades complejas adquieren singular importancia estas redes de relaciones interpersonales sumergidas en la vida cotidiana de los individuos (Melucci, 1989, 1996). Esas redes pueden estar conectadas con grupos organizados y consistir en grupos informales, que están conectados entre sí y se activan cuando se producen determinados hechos como los que motivaron las movilizaciones de masas contra el terrorismo de ETA en Madrid entre 1996 y 1997 (en repulsa de los asesinatos de Tomás y Valiente y M.A. Blanco), y el 12 de marzo de 2004 por los atentados de la víspera. Para investigar estas formas de asociación, Ganuza y Robles (2004) han empleado el tipo designado como "actor en red".

Aplicado al caso de España, este argumento explicaría los contrastes entre los datos de las encuestas y la realidad que estamos habituados a presenciar en la calle y las cifras que dan distintas fuentes. Para ambas cosas, lo que viene aconteciendo en las calles de Madrid constituye una referencia sobre el contraste del que aquí tratamos, ya que es la ciudad más movilizadora de España, y probablemente una de las más activas del mundo en este terreno. Si tomamos como referencia las estimaciones de la Delegación del Gobierno en esta ciudad, entre 1996 y 2004, hubo manifestaciones en las que participaron entre 660.000 personas (contra la guerra en Irak; 15/02/03) hasta 2.300.000 (por los atentados del 11-M; 12/03/04), pasando por dos millones de personas en la que tuvo lugar contra ETA por su asesinato de Miguel Ángel Blanco (14/07/97), y 850.000 en la que se convocó contra ETA por el asesinato de Tomás y Valiente (19/02/96) (Adell, 2004: 21-22). Con diferencia, se trata del periodo más movilizatorio de la transición, ya que en los últimos 25 años sólo hubo una macromanifestación comparable a las citadas, la que se produjo en apoyo a la democracia y en protesta por el intento de golpe de Estado de 1981 (27/02/81), que movilizó a 1.400.000 personas. La condena del terrorismo ha sido la reivindicación dominante en estas macromanifestaciones, a la que respondían cuatro de las seis que estudia Adell¹⁵.

¹⁵ La sexta se convocó el 23 de enero de 2000 con el lema "Por la paz y la libertad. ¡Terrorismo No!"

Mi interpretación es que el contraste entre estos hechos y los datos que ofrecen las encuestas está relacionado con la distinción entre dos fases, de visibilidad y latencia, en la formación de un movimiento social (Melucci, 1989). Los criterios que se emplean en encuestas no pueden registrar lo que acontece en las fases de latencia de un movimiento, entre otras cosas porque se basan en preguntas elaboradas desde supuestos convencionales sobre participación social. Melucci (1989) los designó como elementos del "punto de vista político-profesional" que ha dominado la explicación de los movimientos sociales, y defendió la necesidad de ir más allá de esa lente que no nos permite percibir la realidad de la acción colectiva.

Movimientos iniciadores

Para abordar estos fenómenos colectivos y los cambios que se están produciendo en España, un dato básico consiste en afirmar que uno de ellos se produjo después de las campañas promovidas por la Plataforma del 0,7, las acampadas en la vía pública de varias ciudades españolas para reivindicar el aumento de la ayuda que el Gobierno presta a los países del Tercer Mundo. Estos hechos, que tuvieron lugar en el otoño de 1994 en varias ciudades españolas, y en Madrid con especial visibilidad, han generado cambios en la percepción pública de las asociaciones voluntarias. Mi argumento ha consistido en señalar que aquellas movilizaciones pudieron desempeñar el papel de *movimiento iniciador*—que pone en marcha un nuevo ciclo de movilización (McAdam, 1995a)—de los de solidaridad internacional que proliferan desde entonces en España. Las encuestas realizadas en los dos años siguientes mostraban la influencia de ese movimiento en la opinión pública, "un notable incremento de la preocupación de los españoles por los países en desarrollo" (Díaz-Salazar, 1996: 39; Del Campo 1994). El cambio en la percepción del problema se puso manifiesto comparándolo con estudios anteriores. Como ha señalado Del Campo (1994), en 1991 y 1992 la mayoría de los españoles se consideraba satisfecha con la ayuda que prestaban a los países del Tercer Mundo, pero modificaron su opinión después de las acampadas promovidas por la Plataforma del 0,7. Este cambio ilustra un aspecto central de los movimientos sociales contemporáneos, en el que se basa este trabajo sobre su influencia en la participación social: su reflexividad social¹⁶ o su capacidad actuar como agencias de significación colectiva y difundir nuevas ideas en la sociedad (Snow y Benford, 1988; Melucci, 1989, 1996; Gusfield, 1994; Laraña, 1999).

¹⁶ Esta expresión se emplea aquí para aludir a la capacidad de los movimientos de producir debates públicos que generan nuevas ideas en la sociedad y cambian las establecidas respecto a temas controvertidos. Es un significado diferente del que empleo más adelante para conceptualizar los problemas de las organizaciones convencionales para la participación en la vida pública. Esta acepción del término es complementaria de la que acabo de exponer; ya que la palabra tiene dos significados distintos que considero complementarios desde la perspectiva de la sociología de la acción (Laraña 2001; Lamo de Espinosa 1998).

Política y participación

Mi intención en este trabajo no consiste en generar problemas inexistentes sino en señalar los que se interponen en los cauces instituidos para la participación social. Ello es algo que no sólo considero útil— en el sentido de emplear el conocimiento de la investigación para entender los problemas sociales—sino también necesario para que esos caminos se adapten a los cambios que se están produciendo en las sociedades occidentales. Algunos de ellos fueron conceptualizados por un influyente teórico de la sociedad de riesgo como el *desencadenamiento de la política* de los cauces convencionales a los que se hallaba ligada en la sociedad moderna (Beck, 1992, 1996). Su argumento consiste en afirmar que necesitamos una forma completamente nueva de abordar la política y lo que sucede en las organizaciones destinadas a canalizar la participación de los ciudadanos si queremos afrontar las situaciones sociales que hoy se presentan en las sociedades complejas. En estas situaciones, los movimientos sociales se sitúan en la primera línea de las controversias sobre cuestiones públicas y suministran ideas a los políticos sobre la forma de actuar y tomar decisiones.

A la luz de nuestra investigación, este argumento plantea dos cuestiones distintas. Por una parte, puede contribuir a nuestro conocimiento de los bajos índices de participación en partidos y sindicatos en España, al igual que en otros países del mundo. La concepción tradicional de la política que siguen estas organizaciones, como lucha por el poder entre ellas, con frecuencia suele presentarse conforme a divisiones de clase e ideología que se formulan con las categorías geopolíticas tradicionales (izquierda/derecha). Frente a ella, existe la concepción alternativa, como participación de todos en asuntos de interés general a través de organizaciones diferentes, respondería al fenómeno del desencadenamiento de la política de sus cauces convencionales. Esa concepción parece ganar terreno en las sociedades complejas y ello se manifiesta en una creciente participación en organizaciones de nuevos movimientos sociales y en el aumento del capital social que se produce en España desde los años 90. El origen de esa concepción de la política como participación puede trazarse a los primeros fenómenos colectivos que dieron lugar al concepto *nuevos movimientos*: los integrados por estudiantes en los años 60, para los cuales también se difundió la expresión *nueva izquierda*. Uno de sus teóricos fue el sociólogo norteamericano C. Wright Mills, en cuya obra hay un lúcido análisis de la participación social como uno de los ejes fundamentales de la sociología y la imaginación sociológica.

Por otra parte, esa influencia de los movimientos en las decisiones políticas fue documentada en nuestro estudio, en el que los efectos de la influencia de Greenpeace sobre los cargos públicos fueron reflejados en términos muy críticos para con la Secretaría de Estado del Medio Ambiente en aquellos años (1994-1996), (Ent-1; Ent-27). Los resultados del proceso citado se identificaron con la ausencia de una política eficiente

de gestión ambiental por aquellos que abogaban por la incineración de residuos, en relatos salpicados de sarcasmos y pesimistas reflexiones sobre el retraso de esa política en España debido al escaso número de incineradoras en funcionamiento.

La importancia de la creciente falta de confianza en los cauces convencionales para la participación pública se pone de manifiesto en los problemas que hoy afrontan algunas sociedades democráticas. Los índices de abstención en elecciones federales y locales, el apoyo que reciben partidos considerados antidemocráticos y marginales en España, Francia y Alemania, como Euskal Herritarrok, el Frente Nacional o la Liga del Norte, ilustran las dimensiones del problema. Dado que estos partidos no son democráticos en sus objetivos, los efectos no queridos de la ley de hierro de la oligarquía (Michels, 1984) se ponen de manifiesto como una amenaza para este sistema político. Ese aspecto fue predicho por la teoría crítica de la sociedad de masas, uno de cuyos objetivos consistía en proteger a la sociedad moderna de las fuerzas sociales que protagonizan esa amenaza contra su sistema de libertades. El estudio de los movimientos contribuye a revisar este enfoque clásico y adaptarlo a los cambios que están teniendo lugar en las sociedades contemporáneas, y la teoría de Michels forma parte de ese cuerpo de teoría. La combinación de esas teorías arroja luz sobre los hechos y se sitúa en la base de una teoría sobre la participación social en la que ésta se aborda como un proceso complejo, sujeto a cambios continuos y para cuya interpretación no nos sirve la mayor parte de las herramientas analíticas que se utilizaban en el estudio de la sociedad moderna.

Participación y conflicto social

Si queremos entender cómo surge la voluntad de participar en las decisiones sobre cuestiones medioambientales, los procesos de persuasión que promueven algunas organizaciones adquieren central importancia. Esos procesos suelen estar relacionados con controversias públicas y movilizaciones colectivas y se manifiestan con nuevas formas de conflicto cuyo conocimiento es de singular utilidad. Los estudios sobre movimientos sociales contemporáneos contienen información relevante para ello.

Los conflictos que surgen entre asociaciones medioambientales y sindicatos pueden potenciar los problemas de confianza en los cauces establecidos e ilustran una nueva dinámica de conflicto que fue pronosticada hace más de un cuarto de siglo. En su influyente obra sobre el surgimiento de la sociedad postindustrial, Bell (1976) afirmó que una de las nuevas dinámicas de los conflictos sociales consiste en el declive del conflicto industrial y el surgimiento de nuevos enfrentamientos y controversias que antes no tenían la misma importancia que hoy. Entre los grupos que ponen en marcha tales conflictos, destacó los de carácter étnico pero no pudo predecir la que adquieren los que se plantean en relación con

el medio ambiente, probablemente debido a su profunda fe en la incontestable autoridad de los técnicos en la sociedad industrial¹⁷.

Sin embargo, la autoridad científica de los expertos es progresivamente cuestionada en las controversias medioambientales, y un hecho que está en la raíz de este fenómeno es el surgimiento de *contraexpertos* que promueven diagnósticos alternativos sobre esta clase de problemas y sus soluciones, como se puso de manifiesto en el estudio sobre el riesgo de las incineradoras de residuos. Sin embargo, Bell hizo un pronóstico acertado respecto a una nueva pauta de conflicto que no puede analizarse con arreglo al tradicional análisis de los que surgen entre las clases sociales, lo cual constituye una característica de los nuevos movimientos sociales (Melucci, 1989, 1996; Johnston, Laraña y Gusfield, 1994). Dicha pauta consiste en que la multiplicación de nuevos grupos de conflicto produce situaciones en las que las reivindicaciones de unos chocan con las de otros y hacen difícil el éxito de la movilización.

Ese pronóstico encaja con lo sucedido en un largo conflicto sobre la contaminación del río Saja-Besaya en Cantabria por parte de una fábrica productora de papel. Durante la pasada década, las asociaciones de vecinos de los pueblos situados a orillas del río se movilaron contra la compañía contaminante (Sniace) y pidieron que las autoridades regionales aplicaran la normativa europea sobre protección del medio ambiente. Cuando se exigió a Sniace que introdujese los dispositivos necesarios para evitar una fuerte contaminación del río—visible en forma de una gruesa capa de espuma que con frecuencia cubre sus aguas—, esta compañía argumentó que el elevado coste de esa tecnología la llevaría a la quiebra. Ello indujo una nueva dinámica de conflicto entre organizaciones: las reivindicaciones de las asociaciones de vecinos chocaron con el poder de los sindicatos, que exigieron el mantenimiento de la actividad industrial para proteger los puestos de trabajo de la fábrica. En parte debido al poder de los sindicatos, y en parte como resultado de la falta de decisión y ambivalencia de las autoridades regionales ante un problema con dos vertientes sociales, la solución del problema se ha postergado en perjuicio de las asociaciones ecologistas. Actualmente, la empresa sigue vertiendo su espuma contaminante al río y, en lugar de instalar esos filtros, ha construido una presa destinada a evitar que la contaminación del río sea visible durante los meses de verano, en los que hay afluencia de turistas. Sin embargo, en agosto de 2001, la presa se rompió, el río quedó cubierto de espuma contaminante, los peces murieron a mansalva y la cuestión fue reflejada en los medios de comunicación de la región.

¹⁷ Dicha fe parece fruto de la influencia de la concepción sansimoniana de la sociedad moderna, y su énfasis en que el control del desarrollo tecnológico por los políticos, que siguen el criterio de los técnicos, se convierte en una característica central de la nueva sociedad postindustrial. Se trata del argumento opuesto al que defiende la teoría más difundida sobre la sociedad de riesgo (Beck 1992).

Por tanto, la contaminación del río no se convirtió en una “cuestión pública” (*issue*) porque constituyese un problema para la salud de los habitantes de la zona, sino porque hubo movilizaciones de vecinos que definieron el problema en esos términos ante la opinión pública y así consiguieron romper en parte la pasividad de las autoridades locales. Mi argumento consiste en señalar la importancia de estos procesos en las políticas de desarrollo sostenible, a través de los cuales un problema ambiental se convierte en una cuestión pública. La intervención de los ciudadanos es lo que marca la diferencia entre ambas cosas, al tiempo que ilustra la relación entre participación y conflicto social que subraya este trabajo.

Sin embargo, hay muchas formas de movilización, y la existencia de “tradiciones activistas locales de larga duración” (McAdam, 1994), o de un movimiento ecologista activo establece otra diferencia importante. El caso del río Saja-Besaya parece indicar escasa capacidad de movilización, problemas de continuidad o de eficacia en la acción de estas asociaciones de vecinos, o simplemente ilustra el peso que conservan las organizaciones sindicales y el sistema de relaciones industriales frente a las que dan lugar a los conflictos medioambientales. Por ello constituye un caso interesante para futuras investigaciones sobre participación social y protección medioambiental, al mostrar distintos grados de implicación personal y continuidad en la acción colectiva, los conflictos entre asociaciones voluntarias, y los efectos que todo ello puede tener en la protección de los recursos naturales.

Participación pública y percepción del riesgo

La contestación a la autoridad científica de los expertos fue la base de una controversia sobre el riesgo de la incineración de residuos que surgió en España durante la última década, a pesar de que se trata de tecnologías cada día más empleadas en las sociedades occidentales y promovidas por la Comunidad Europea. Las discrepancias sobre sus efectos, y la difusión de la amenaza que representan para la salud de la población según los grupos ecologistas, dieron lugar a una interesante controversia en España e Inglaterra. Para las personas que se movilaron contra las incineradoras, los diagnósticos de los expertos no fueron considerados simplemente técnicos, sino *definiciones de la realidad* promovidas por personas vinculadas a organizaciones diferentes en sus objetivos e intereses. Son las tres que hemos estudiado: compañías de gestión de residuos, grupos ecologistas y administraciones públicas.

Algunos sociólogos han señalado que las definiciones de la realidad son elementos de la conciencia, la cual constituye un elemento subjetivo y esencial de la realidad social, susceptible de ser descrito de forma objetiva ya que es compartido por una serie de personas y puede ser observado por un analista (Berger *et al.*, 1973). Debido a su utilidad para analizar las relaciones entre estas definiciones de la realidad y lo que se

ha denominado *conciencia de riesgo* en la teoría sobre este tipo de sociedad (Beck, 1992, 1997), voy a emplear este concepto en el sentido arriba citado. Cuando esas definiciones adquieren carácter colectivo porque son promovidas por organizaciones de los movimientos sociales, aumentan las posibilidades de describir de forma objetiva la conciencia, que no sólo es subjetiva sino también colectiva. En ello vienen trabajando los analistas de los movimientos sociales que emplean el concepto de identidad colectiva desde hace tiempo, pero en algunos casos con una tendencia a reificar ese aspecto y considerarlo como una estructura persistente, en lugar de ser un proceso cambiante de identificación. La importancia de la conciencia ecológica, en tanto que elemento subjetivo de la realidad con una clara dimensión objetivable y grupal, se manifiesta en su relación con las políticas de desarrollo sostenible, ya que suministra los motivos para la participación de los ciudadanos en ellas. Y ello se convierte en una precondition para la eficiencia de dichas políticas como sucede con las de tratamiento de residuos sólidos urbanos.

En la controversia sobre el riesgo generado por su incineración, las dos principales definiciones de esos efectos fueron promovidas por personas que pueden situarse en dos grandes grupos a estos efectos y en función de su discurso, no de su vinculación organizacional. Por una parte, empresarios, políticos y técnicos de las administraciones públicas presentaban a las incineradoras como la solución más eficiente a este problema medioambiental y como algo inocuo para la salud de las personas. Por otra, los miembros de numerosas organizaciones ecologistas cuestionaban ese principio de eficiencia y las definían como una grave amenaza para la salud de los que viven en zonas próximas a las incineradoras, ya que atribuían efectos cancerígenos a las emisiones que producen. Estos últimos, y las movilizaciones que promovieron, han tenido un efecto importante en el diseño de políticas de tratamiento de residuos en España, así como en la voluntad e interés de empresarios y políticos de afrontar el riesgo de promover incineradoras e invertir en un sector económico cada vez día más rentable.

La divergencia de diagnósticos promovidos por dichos grupos sobre los efectos de la incineración generó la clase de confrontación simbólica que ha sido considerada como una pauta constitutiva de la sociedad de riesgo (Beck, 1992). Desde el comienzo de la investigación citada fuimos conscientes de la necesidad de contextualizar y desarrollar empíricamente algunos de los supuestos de esa teoría que pueden ser útiles para desarrollar el marco analítico propio de la sociología del riesgo tecnológico. Esta última puede contribuir mucho al desarrollo de la sociología del medio ambiente (Laraña 2001). Para ello, abordamos la controversia en términos de discursos rivales en cuyo análisis y difusión adquieren una importancia central las formas de persuasión o alineamiento de marcos que promueven los grupos ecologistas. El análisis de ambos discursos suministra ideas útiles sobre las dinámicas simbólicas de los conflictos medioambientales, así como sobre su influencia en la opinión pública y en la

voluntad de los ciudadanos para participar en políticas de desarrollo sostenible. La importancia de estas controversias en ellas ilustra la utilidad del análisis de estos discursos y de las condiciones que potencian su difusión entre el público.

La producción de residuos constituye un problema de medioambiental cada día más importante en las sociedades occidentales, que se caracterizan por el continuo aumento en sus niveles de consumo¹⁸. Esta clase producción—de desechos— da lugar a una clase de contaminación que ocupa un lugar prominente en las políticas de desarrollo sostenible y constituye un problema central en la protección del mar, especialmente el Mediterráneo debido a su forma y a la concentración de población en sus costas. Dada la importancia que han adquirido nuevas tecnologías en el tratamiento de este problema, también representa un campo estratégico de observación de los comportamientos en relación con cuestiones de riesgo. Esta controversia nos brinda ideas útiles para profundizar en otras recientes de la misma clase, como la causada por el mal de las vacas locas y otras que están siendo reflejadas con profusión por los medios de comunicación en España durante los últimos años.

Para desarrollar nuestro conocimiento sobre la percepción del riesgo por el público, pueden ser de mucha utilidad algunos argumentos y conceptos procedentes de las sociologías del conocimiento, de los movimientos sociales y de las organizaciones económicas. El carácter ecléctico de la sociología del riesgo es congruente con la compleja naturaleza de los riesgos tecnológicos y su percepción por el público, y también con la teoría más difundida al respecto (Beck, 1992). Un argumento central en esta última consiste en afirmar que las ciencias de la naturaleza han perdido su monopolio en la evolución de los riesgos, y ello hace necesarios equipos interdisciplinarios en los que participen científicos sociales. Un objetivo de este trabajo ha consistido en mostrar que no se trata de un simple argumento vinculado a una teoría de moda sino una necesidad para producir mayor equilibrio en las relaciones entre sociedad y naturaleza. Esa necesidad se manifiesta en campos diferentes, pero relacionados entre sí por la naturaleza de los problemas que comportan dicho equilibrio, cada vez más precario, como los que se refieren a la participación en políticas sostenibles y las evaluaciones de los impactos ambientales de ciertas tecnologías que se consideran fuente de riesgo para la población.

Sociología del riesgo y participación social

Por las razones expuestas en este trabajo, sugiero que la sociología del riesgo puede contribuir mucho a la que estudia las formas de participación en la vida social

¹⁸ En España, las estimaciones oscilan entre 1,2 y 1,6 kilos diarios por persona.

y a la sociología del medio ambiente. Las tres subdisciplinas están interrelacionadas entre sí y necesitamos estudios que aborden los temas de que tratan con la profundidad necesaria para abarcar su complejidad. La sociología del riesgo puede aportar esto. Esta subdisciplina está formándose en la actualidad y ha sido objeto de enfoques muy distintos en las tradiciones europea y norteamericana, vinculadas a la literatura sobre modernización reflexiva (Beck, Giddens, Lash y a la antropología cultural (Douglas). En otro lugar, he abordado algunos problemas que plantean esas dos aproximaciones y he propuesto un enfoque intermedio, centrado en el papel de los grupos en acción (Laraña, 2001).

En las ciencias sociales, la noción de "riesgo" cada vez se emplea con mayor frecuencia en un sentido distinto al que tradicionalmente tenía en la teoría económica, para referirse a los procesos de su decepción social así como a la relación que mantienen con los procesos de modernización social y desarrollo tecnológico. En contraste con la noción de riesgo tradicionalmente empleada en las ciencias sociales, la que aquí tratamos se refiere a hechos que no se atienen a cálculos de probabilidades de que se produzcan ciertas amenazas, no responden a decisiones a decisiones individuales y son generados por el desarrollo tecnológico. Una idea central que informa la noción de riesgo, e ilustra su relevancia para la sociología del medio ambiente, consiste en afirmar que *en las comunidades humanas hay relaciones de intercambio con las biosferas y, cuando las tecnologías perturban esas relaciones "tanto las comunidades como sus medios físicos experimentan cambios"* (Kroll-Smith et al., 1997: 2).

Si este argumento es de sentido común, no por ello ha sido reconocido por los muchos científicos sociales y el punto de vista prevaleciente en sociología consiste en pensar que los recursos naturales tienen carácter ilimitado y los seres humanos forman una especie única, capaz de resolver con su inteligencia los problemas que se produzcan en el equilibrio entre la evolución de la población, el aumento del capital industrial y esos recursos (Catton y Dunlap 1977; Kroll-Smith et al., 1997: 2, 15). Ese ha sido el paradigma (de la Excepcionalidad Humana) dominante en la sociología desde su origen. En el proceso de cambio que atraviesa actualmente dicho paradigma, adquiere singular importancia el surgimiento de la sociología del riesgo, en tanto que subdisciplina vertebrada en torno a una noción que va más allá del cálculo probabilístico habitual en la identificación de riesgos (Douglas, 1996; Luhmann, 1993). Mi contribución a esa subdisciplina se funda en la citada investigación sobre el riesgo de nuevas tecnologías de tratamiento de residuos que he coordinado en España e Inglaterra.

Los cimientos de esta subdisciplina provienen de la obra de Mary Douglas (1996), la cual propone un enfoque alternativo al prevaleciente sobre el riesgo, en tanto que proceso social, no individual, que es resultado de percepciones colectivas. Nuestro estudio ha mostrado la importancia de esta idea para la sociología del riesgo, la cual se aparta de la concepción tradicional de estos fenómenos como un asunto individual que se decide

en función de un análisis coste-beneficio (Laraña 2002). Para entender cómo se perciben los nuevos riesgos de la tecnología, tenemos que tener en cuenta que no vienen dados de forma objetiva sino que son fruto de un proceso de construcción social en el seno de diferentes grupos, que promueven definiciones rivales de sus efectos.

La noción convencional de riesgo se basa en el cálculo de probabilidades de que ocurra, ha sido usada en especial por compañías de seguros y ha jugado un papel importante en el desarrollo científico desde el siglo XVII (Douglas, 1966; Peretti-Wattel 2001)¹⁹. Sin embargo, para ser eficaz, esta noción requiere que los riesgos sean predecibles y puedan calcularse de forma racional. Para la sociología del riesgo, los dos casos más importantes en los que los riesgos dieron lugar a catástrofes—Chernobyl y Bhopal—ilustran la imposibilidad establecer los límites de algunos riesgos tecnológicos, así como su carácter global. Ambas características se consideran centrales para su percepción y prevención (Beck, 1992).

Esta influyente antropóloga norteamericana también plantea que el sistema de estratificación social informa el proceso de atribución de significado y percepción del riesgo. Nuestra propuesta para la sociología del riesgo difiere de esta última ya que afirma que, para conocer la influencia de los grupos sociales en las representaciones individuales de las amenazas que generan ciertas tecnologías, el analista debe centrarse en los grupos que desempeñan papeles activos en las controversias públicas que surgen en torno a estas cosas, en lugar de ocuparse de las categorías abstractas identificadas como elementos del sistema de estratificación social. La expresión *grupos sociales* aquí se emplea en sentido amplio y comprende redes informales, organizaciones sociales y económicas e instituciones públicas - todos los cuales promueven las definiciones colectivas de las tecnologías que suscitan la controversia. Los grupos que desempeñan papeles relevantes en estas controversias tienen la capacidad de moldear las percepciones públicas del riesgo y abarcan desde redes informales hasta organizaciones económicas²⁰. Su poder simbólico puede ejercerse a través de las estrategias habituales de los movimientos sociales (movilizaciones colectivas y desafío a las autoridades científicas tradicionales), con ayuda de recursos que las organizaciones industriales y públicas dedican a las controversias sobre riesgos tecnológicos.

Participación social e instrucción pública

Las confrontaciones que se produjeron en torno a la gestión de residuos en España ilustran la importancia de la participación de los ciudadanos. La *política de las tres*

¹⁹ En el sentido original de esta palabra, que procede del árabe, az-zhar, y se refiere al juego de los dados (Peretti-Wattel)

²⁰ Desde pequeñas pero activas redes como la Plataforma contra la incineradora de Valdemingomez hasta la asociación de empresas incineradoras agrupadas bajo las siglas AEVERSU.

erres - la denominación popular de una secuencia de acciones de tratamiento de residuos (reducir, reutilizar y reciclar) que son promovidas por grupos ecologistas tanto como por políticos y empresarios en la industria de los residuos - requiere un compromiso activo del ciudadano.

Sin embargo, un problema frecuente de muchas políticas destinadas a promover la participación pública radica en una concepción sobresimplificada de los procesos a través de los cuales los ciudadanos se hacen conscientes de los problemas medioambientales y se comprometen activamente con sus soluciones. En el caso de la gestión de residuos, ese compromiso entraña una clase de acción social que exige cambios en las pautas diarias de los ciudadanos, en sus relaciones con sus desechos. Me refiero a los esfuerzos por separar los distintos elementos de la basura en casa y llevarlos a distintos contenedores, que con frecuencia no suelen estar a la puerta de la casa en que se vive. Ese cambio de hábitos implica esfuerzos hasta ahora no realizados de separación de los desechos, lo cual requiere habilitar espacio para ello en la vivienda, en lugar de la tradicional conducta consistente en tirarlo todo al mismo cubo y esconderlo. Requiere asimismo transporte de esos residuos al menos a tres contenedores distintos (plástico y aluminio, papel y cartón, vidrio).

Por ello, ese cambio también implica elementos estructurales, de clase social y de servicios públicos, que intervienen en este proceso tanto como las campañas de sensibilización ambiental que activan las instituciones públicas y los grupos ecologistas. Sin embargo, la idea de que la basura constituye una fuente de riqueza - un argumento recurrente en el discurso ecologista - puede actuar como un estímulo para cambiar las pautas tradicionales en nuestra cultura. Otros factores sociales proceden de la preocupación por el destino que les espera a las generaciones futuras en caso de seguir con las pautas establecidas - un aspecto observado en mi trabajo de campo y una nueva forma de distinción, asociada en la imagen positiva de aquellas personas que separan la basura en sus hogares. La importancia de este factor proviene de que hunde sus raíces en el sistema de prestigio de una sociedad, y por tanto remite a una dimensión psicosociológica que mantiene su interés como elemento estructural de la sociedad contemporánea. Esa dimensión enlaza con el enfoque de Douglas sobre el riesgo y a través de ella se puede abordar el estudio de los procesos de identificación social basados en el poder de grupos más amplios que las organizaciones de movimientos sociales.

Mi argumento es que estos cambios culturales no pueden realizarse desde arriba, desde las instituciones estatales, ni se abordan correctamente desde la perspectiva de la elección racional que subyace a buena parte del análisis tradicional del riesgo. Para que el individuo se vuelva consciente de problemas medioambientales como los que genera con sus desechos, debe ser movilizado (desde fuera) en un sentido simbólico. Considero que esto constituye un prerrequisito para afrontar los costes de participar

en políticas ambientales (tiempo y esfuerzo), pero también lo es los servicios públicos que ofrecen los ayuntamientos (contenedores y sistemas de recogida selectiva). Si bien esa forma de movilización no necesariamente implica que los ciudadanos estén comprometidos en una acción colectiva, en nuestros casos fue promovida por las confrontaciones públicas motivadas por la gestión de residuos. Estas últimas abren el camino para que los ciudadanos se conviertan en participantes activos en políticas sostenibles. Las personas necesitan motivos para modificar sus hábitos tradicionales, y superar la resistencia que ofrecen cuando se trata de nuevos esfuerzos que se añaden a los que ya se ven obligados cada día y dado que viven en el seno de una *cultura de usar y tirar* que no se los exigía. Estos procesos de persuasión son canalizados a través de movimientos sociales que cuestionan dicha cultura y se convierten en uno de los principales motores de cambios sociales en las sociedades complejas.

Asimismo, ésta es la razón por la cual he planteado que la sociología del riesgo debe seguir un enfoque más complejo y concentrarse en los papeles desempeñados por agencias distintas del Estado, que es en la que suele centrarse el modelo prevalente de participación pública. Una razón para ello radica en la naturaleza de los cambios a los que me vengo refiriendo, que son de carácter cultural. Como sucede con el surgimiento de una sociedad pluralista, los cambios culturales que requiere la formación de la cultura democrática, que constituye su base, son bastante complejos y son más eficaces cuando son promovidos por ciertas agencias que complementan la acción de las instituciones estatales, regionales o municipales. Me refiero a las *agencias de significación* que tienen el poder de definir cuestiones medioambientales y promover cambios en la vida diaria. Las administraciones públicas son parte de estas agencias pero su eficacia en este terreno puede verse hipotecada por los problemas de credibilidad de los partidos políticos y por un modelo muy simple sobre la forma de implicar a los ciudadanos en políticas sostenibles.

Un problema central en el modelo de la instrucción pública, que informa las campañas de concienciación o sensibilización ciudadana, proviene de su visión simplificada de estos procesos de cambio cultural, su ingenua fe en la capacidad de la ciencia para resolver toda clase de problemas y su pasivo modelo del actor social. Este último es considerado como un estudiante dócil que debe ser adoctrinado por sistemas expertos y funcionarios públicos sobre la forma correcta de proceder (Peretti-Watel, 2001). Ese modelo, considerado el más extendido y el menos adecuado a las características de la sociedad compleja, rinde culto a la clase de conocimiento científico en el que se funda la autoridad de los expertos tradicionales en riesgos. Este modelo considera que ese conocimiento es "*universal y objetivo, en abierto contraste con las supersticiones y las falsas creencias, de las cuales tenemos que ser liberados*" (op.cit: 51).

En este sentido, el modelo de la instrucción pública es un buen exponente de lo que se ha designado como la *ideología moderna* (Touraine, 1993), expresión que puede

sernos útil para entender las bases simbólicas de los conflictos ambientales porque se refiere a aspectos cognitivos que considero básicos en su comprensión. Si bien Touraine la empleó para aludir a la ideología prevaleciente en la sociedad moderna, su utilidad es mayor si la situamos en el contexto de las organizaciones profesionales contemporáneas y la usamos para describir el sistema de creencias prevalecientes en ellas²¹. Desde esta ideología, el cambio social se concibe en términos evolucionistas, como resultado de un proceso lineal, acumulativo y sin retrocesos que conduce a una continua mejora de las condiciones de vida en la sociedad moderna, al aumento sistemático del bienestar económico, la libertad política y la felicidad individual (Touraine, 1993). La sociedad moderna se considera el fruto del empleo del conocimiento científico a la solución de toda clase de problemas, incluidos los sociales—una formación única ya que es la primera sociedad en hacerlo en la historia. Esta concepción tuvo una importancia básica en el desarrollo de la Sociología, en tanto que ciencia de una sociedad cuyo progreso guarda una relación causal con la ciencia, supuesto fundacional que fue explicitado por influyentes teorías clásicas y contemporáneas sobre la sociedad industrial (Saint-Simon 1975; Comte 1980; Bury 1973; Aron 1976; Bell 1976, 1980). Es la visión sansimoniana de la sociedad que ha informado el paradigma de la Excepcionalidad Humana antes citado y a la que responde el siguiente argumento: si el conocimiento científico es la causa del progreso occidental, “todo lo que tenemos que hacer es preservar su autonomía y pureza”, como “única fuente de conocimiento válido con capacidad para producir progreso” (Peretti-Watel, 2001: 51).

Tal concepción parece fundada en otra que está enraizada en nuestra cultura occidental y deriva de la doctrina dominante del progreso en la filosofía griega. Esta última está basada en la metáfora de la semilla como ejemplo de la lógica de crecimiento y cambio, tanto social como biológico. En la sociedad occidental, la semilla que genera su progreso está constituida por la razón humana, el motor de su desarrollo científico y tecnológico que convierte a esta sociedad en el modelo para toda la humanidad (Nisbet, 1980; Nisbet, Kuhn y otros 1979). La fuente del cambio se sitúa en el interior del objeto en transformación y se explica por una lógica interna al mismo, por un principio germinativo que está contenido en él como sucede con la semilla. La relación analógica entre el cambio social y el orgánico se manifiesta en esta lógica de transformación.

En el caso de la sociedad moderna, esta lógica se identifica con la Razón Occidental, la semilla del tipo de conocimiento que conduce a la sociedad a una constante expansión en todos los ámbitos sociales (Touraine, 1993; Bell 1977).

²¹ En la forma en que lo empleamos en un trabajo anterior (Laraña 2002), el término ideología moderna es aplicable a actitudes de las personas respecto de la controversia sobre el riesgo de la incineración de residuos, a los discursos de los entrevistados en nuestro estudio y a los documentos que producen sus organizaciones.

En anteriores trabajos, expuse los problemas que plantea esa concepción de la sociedad y del cambio social (Laraña, 2002, 1984). Uno de los más importantes proviene de la forma en que simplifica la complejidad de la sociedad moderna, cuyos cambios sociales no admiten simples explicaciones organicistas. Otro problema básico, y relacionado con éste, de la concepción sansimoniana de la sociedad radica en que deja de lado el papel de las agencias externas de ese cambio que plantean conflictos sociales.

En la confrontación sobre el riesgo de la incineración de residuos, los movimientos ecologistas son instancias externas al sistema económico y al político en el que se toman las decisiones sobre la incorporación de nuevas tecnologías de tratamiento de residuos. Sin embargo, son agencias con singular poder para definir la naturaleza y el riesgo de esas tecnologías, al tiempo que desempeñan un papel importante en el control de su actividad y en la implementación de las políticas de desarrollo sostenible. Esas organizaciones no pertenecen al sector económico ni al político pero tienen efectos importantes en ellos. En esa confrontación, el modelo de la instrucción pública se expresaba a través de un discurso que he llamado *tecnocientífico* debido a su correspondencia con la visión sansimoniana de la sociedad (Laraña, 2002). La concepción del progreso antes descrita era compartida por todos los que empleaban este discurso y está fuertemente relacionada con el modelo sobre la participación de los ciudadanos que acabo de mencionar.

Para terminar, mi argumento consiste en afirmar que las movilizaciones que hemos estudiado juegan un papel central en las políticas sostenibles debido a la relación que mantienen con los procesos de cambio social que éstos implican. La noción de que la seguridad del individuo se ve amenazada por riesgos tecnológicos que con frecuencia son invisibles es un aspecto central de estos cambios. Las organizaciones ecologistas que promueven estas definiciones se convierten en agencias de significación colectiva con singular poder de definición. Al infundir el miedo en los ciudadanos sobre los efectos de la incineración de residuos, actúan sobre el marco de significados que orienta sus relaciones con sus desechos y sobre sus motivaciones para la acción, para asumir el cambio de hábitos y el tipo de conducta responsable que requieren las políticas sostenibles. Al abogar por un cambio radical en la actitud de los ciudadanos en este terreno y al difundir la idea de que la basura constituye una fuente de riqueza, esos movimientos están generando las condiciones para el compromiso activo de los primeros en políticas sostenibles. Esto constituye otro ejemplo de la forma en que los movimientos sociales están directamente relacionados con el cambio social. Si situamos nuestra atención en estos fenómenos colectivos evitamos uno de los problemas básicos del modelo de la instrucción pública, su pasivo modelo del actor que está en

el eje de su simplista concepción de la participación social. Ese modelo tiene resultados contraproducentes, ya que no sólo no promueve el deseo de participar sino que resta buena parte de su eficacia a políticas a las que se dedica una considerable cantidad de fondos públicos. En otras palabras, la participación en las tareas de desarrollo sostenible requiere la presencia de un elemento intangible, que no mantiene relaciones causales con los incentivos ofrecidos por las instituciones públicas, ni depende de la racionalidad objetiva de los discursos con que se promueven esas políticas, sin que eso implique negar su importancia. Ese elemento se plantea en términos de conciencia medioambiental y definiciones colectivas de nuevos riesgos, aspectos en cuya génesis influyen con fuerza los movimientos sociales.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

- ADELL, R. (2004). "Sociología de la protesta: recuento de multitudes y significados de la movilización". *Congresos Español de Sociología*. Alicante.
- ARON, R. (1976). *Las etapas del pensamiento sociológico*. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte.
- BECK, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage.
- BECK, U. (1997). "La reinención de la política: hacia una teoría de la modernización reflexiva". en U. Beck, A. Giddens y S. Lash. *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*. Madrid: Alianza.
- BELL, D. (1976). *La llegada de la sociedad postindustrial*. Madrid: Alianza Editorial.
- BELL, D. (1977). *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Alianza Universidad.
- BELL, D. (1980). *The Winding Passage*. Massachusetts: ABT Books.
- BERGER, P, B. Berger y H. Kellner. (1973). *The Homeless Mind. Modernization and consciousness*. New York: Vintage Books. Traducido al español: *Modernización y conciencia. Un mundo sin hogar*. Austral.
- CALLE, A. (1998). *Ciudadanos Solidarios. Las ONGD como Movimiento Social*. Trabajo para el VI Congreso Español de Sociología. A Coruña. 22-24 de septiembre.
- CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas). (2002). "Ciudadanía, participación y democracia", estudio 2.450.
- CROZIER, M. (2000). *A quoi sert la sociologie des organisations*, vol. 1.
- DIANI, M. (1997), "Social Movements and Social Capital", *Mobilization* 2, pp 129-147
- DÍAZ-SALAZAR, R. (1996). *Redes de solidaridad internacional para derribar el muro Norte-Sur*. Madrid: Ediciones Hoac.
- DOUGLAS, M. (1996). *La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales*. Paidós. Madrid.
- DURKHEIM, E. (1985). *La división del trabajo social*. Barcelona: Planeta.
- GANUZA y R. (2004). "Modelos no corporativos de acción política en una sociedad asimétrica" trabajo presentado en el VIII Congresos Español de Sociología, Alicante, septiembre de 2004.
- GOFFMAN, E. (1959). "The Presentation of Self in Everyday Life". New York: Anchor Books.
- GOFFMAN, E. (1961). *Asylums*. New York: Anchor Books.
- GÓNZALEZ BLASCO, P. y otros. (1989). *Jóvenes vascos 1989. Informe sociológico*

- sobre comportamientos, actitudes y valores de la juventud vasca. Vitoria: Servicio de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- JOHNSTON, H., Laraña, Enrique and Gusfield, Joseph. (1994). Identities, Grievances and Ideologies of Everyday Life. In: Laraña E.; Johnston, H. & Gusfield, J. (eds). *New Social Movements. From ideology to Identity*. Enrique Laraña. Hank Johnston and Joseph Gusfield (eds.). Philadelphia: Temple University Press.
- KROLL-SMITH, S., Stephen Couch and Brent Marshall. (1997). Sociology, Extreme Environments and Social Change, *Current Sociology* 45, 3, 1- 18.
- LARAÑA, E. (1999). *La construcción de los movimientos sociales*. Madrid: Alianza.
- LARAÑA, E. (2001). Reflexivity, Risk and Collective Action Over Waste Management. A Constructive Proposal, *Current Sociology* 49, 1, pp. 23-48.
- LARAÑA, E. (en prensa). *Participación y conflicto en el desarrollo sostenible*.
- LARAÑA, E. (2002). La construcción social de discursos rivales sobre el riesgo. Modernización y acción colectiva. In: Robles, J. M.M. *El reto de la participación. Movimientos sociales y organizaciones: una panorámica comparativa*. José Manuel Robles Morales (ed.). Madrid: Manuel Machado.
- LINZ, J. J. (1984). Pasado, presente y futuro de la sociedad española. In: *España: un presente para el futuro*, Madrid: Instituto de Estudios Económicos.
- LUHMANN, N. (1993). *Risk. A Sociological Theory*, Berlin, Water de Gruyter.
- McADAM, D. (1995a). Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug, McCarthy, John y Zald, Mayer. *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge: Cambridge: University Press.
- MEAD, G. H. (1972). *Mind, Self and Society*. University of Chicago Press.
- MELUCCI, A. (1994). ¿Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?. In: E. Laraña y J. Gusfield (eds.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- MELUCCI, A. (1989). *Nomads of the Present*. Philadelphia: Temple University Press.
- MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes. Collective Action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MERCEDES P. (2002). *La evaluación del impacto ambiental y social para el siglo XX. Teorías, proceso y metodología*. Madrid: Fundamentos.
- MERTON, R. (1964). *Teoría y estructura sociales*. México: Fondo de Cultura.
- MICHELS, R. (1984). *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, Buenos Aires: Amorrortu editores.
- NISBET, R.; KHUN, TH. S; WHITE, L y otros. (1979). *Cambio social*. Madrid: Alianza Universidad.
- ORIZO, A. (1991). *Los nuevos valores de los españoles*. Fundación Santa María, Madrid: Ediciones SM.
- Peretti-Watel. (2001). *La société du risque*. Paris: Editions La Découverte.
- PÉREZ-DÍAZ, V. 1987. *El retorno de la sociedad civil*. Madrid: Instituto de Estudios Económicos.
- PÉREZ-DÍAZ, V. (2003). De la guerra civil a la sociedad civil: el capital social en España en los años treinta y los años noventa del siglo XX. In: *El declive del capital social. Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Madrid: Círculo de Lectores.
- PRIETO LACACI, R. (1993). Asociaciones voluntarias en S. del Campo. Tendencias sociales en España. Bilbao: Fundación BBV.
- PUTNAM, R. (2003). (Ed.). *El declive del capital social. Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Madrid: Círculo de Lectores.
- PUTNAM, R. (2000). *Bowling Alone, The collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.
- SAINT-SIMON, H. (1975). *El sistema industrial*. Madrid: Ediciones de la Revista de Trabajo.
- SNOW, D. & BENFORD, R. (1988). Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. In: KLANDERMANS, Bert KRIESI, Hanspeter & TARROW, Sidney. *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*, International Social Movement Research, Vol. 1, JAI Press Inc.
- SNOW, D. and BENFORD, R. (1992). Master Frames and Cycles of Protest in *The Frontiers in Social Movement Theory*, edited by Aldon Morris and Carol Mueller, London: Yale University Press.
- STRYDOM, P. (1999). The Challenge of Responsibility for Sociology, *Current Sociology*, 47, 3, 65-82.
- TARROW, S. (1994). *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics*. New York: Cambridge University Press.
- TOURAINÉ, A. (1993). *Crítica a la modernidad*. Madrid: Temas de Hoy.
- WEBER, M. (1944). *Economía y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- WERT, J. (1995). (ed.), *Sobre la cultura política. Legitimidad, desafección y malestar, en Lamo de Espinosa*. In: *Culturas, Estados y Ciudadanos: una aproximación al multiculturalismo en Europa*. Madrid: Alianza.
- WHALEN, J. & FLACKS, R. (1989). *Beyond the Barricades. The sixties Generation Grows Up*. Philadelphia: Temple University Press.

* Recebido em 12 de Maio de 2004.

* Aprovado em 24 de Junho de 2004.

LARAÑA, E. (2004). Participación Pública Y Nuevos Conflictos Sociales Desde La Sociología Del Riesgo.

La Re-Habilitation d'un Paradigme Perdu: la Psychologie Politique.(*)

The Re-Habilitation of a lost Paradigme: Political Psychology

Alexandre Dorna*
a.dorna@free.fr

Resumo

Observamos uma séria crise epistemológica nas ciências humana e sociais. Diversas disciplinas conflitam em múltiplas micro-teorias auto-reprodutoras. A falta de um paradigma comum dificulta abordagens multi-diciplinares. Neste sentido a re-habilitação da psicologia política tem um papel deferidor. Configurando-se como um abordagem heurística transversal, onde as variáveis políticas e sociológicas são compreendidas como um todo histórico e cultura. Alem disto, a Psicologia Política é capaz de analisar conjunturalmente os principais problemas da sociedade contemporânea e inaugurar novos campos de pesquisa sobre as debilidades democráticas e o congelamento das elites políticas.

Palavras-chave

Psicologia Política, crise epistemológica, elites políticas, paradigma, multidisciplinaridade

Resumen

Observamos una grave crise épistémologica de las ciencias humanas y sociales. Las diversas disciplinas han estallado en multiples micro-theorias auto-reproductivas. Y la ausencia de un paradigma comun hace dificil un trabajo pluridisciplinario. Es por esto que la re-habilitacion de la psicologia politica tiene un rol deferador. Se trata de un enfoque heuristico transversal donde las variables psicologicas, sociologicas et politicas son abordadas como un todou historico y cultural.

*Pr de psychologie sociale et politique Université de Caen. France. President de l'Association française de psychologie politique. Directeur de Les Cahiers de psychologie politique (on line) (www.cahierspsypol.st.fr)

DORNA, A. (2004) La re-habilitation d'un paradigme perdu : la psychologie politique. *Psicologia Política*, 4(8), 225-254.

(*) Ce texte est fait partie de la post-face de l'édition roumaine (en presse) de mon livre : « Les fondements de la psychologie politique ».Paris. PUF 1998.

Por otra parte, la psicología política puede analizar con una visión de conjunto los grandes problemas de la sociedad contemporánea y abrir nuevas canchales de investigación sobre las debilidades democráticas y la « glaciación » de las elites políticas.

Palabras claves

Psicología política, crise epistemológica, elites políticas, paradigma, pluridisciplinaridad

Résumé

Nous observons une grave crise épistémologique au sein des sciences humaines et sociales. Les diverses disciplines ont éclaté en multiples micro-théories auto-reproductives. Le manque de paradigme commun rend difficile un travail pluridisciplinaire. C'est là que la re-habilitation de la psychologie politique joue un rôle fédérateur. C'est une approche heuristique transversale où les variables psychologiques, sociologiques et politiques sont abordées comme un tout historique et culturel.

Par ailleurs, la psychologie politique est en mesure d'analyser avec une vision d'ensemble les grands problèmes de la société contemporaine et d'ouvrir de nouveaux chantiers de recherche sur les malaises démocratiques et la « glaciación » des elites politiques.

Mots clefs

Psychologie politique, crise épistémologique, elites politiques, paradigme

Abstract

We observe a serious epistemological crisis within the human social sciences. Several disciplines crash in multiple micro-theories self-reproductions. And the not lack of common paradigm makes difficult a multi-field work. It is there that the Re-enabling of political psychology plays a federator role. It is a transverse heuristic approach where the psychological, sociological and political variables are approached like a historical and cultural whole.

In addition, political psychology is able to analyze with an overall vision the major problems of the contemporary company and to open new building sites of research on democratic faintnesses and the "ice" (glaciación) of the political elites

Keywords

Political psychology, epistemological crisis, political elites, paradigm, multi-fieldwork

Discipline pratiquement disparue de l'enseignement universitaire – sa ré-habilitation est indispensable dans un moment historique qui pose un nombre considérable de questions à ce sujet. C'est un vaste domaine d'étude pratiquement en friche; et cela entraîne le besoin de réfléchir non seulement sur la discipline en elle-même, dont les contours sont encore trop flous, mais aussi sur ses limites et ses rapports avec l'ensemble des connaissances en sciences humaines et sociales. En effet, l'objectif de ce texte est de tracer une brève interprétation de ses enjeux et resumer en quelque sorte de manière plus pratique les contenus théoriques exposés ailleurs (Dorna, 1998;2003).

Je pense nécessaire de lever d'emblée un malentendu : la psychologie politique n'est pas l'application de la psychologie sociale au domaine de la politique, mais une approche à part entière qui se trouve à l'écoute d'une lame de fond social qui traverse notre époque.

1 - L'impact de la crise de la modernité sur les Sciences Humaines et Sociales (SHS)

La psychologie politique puise son renouveau dans une crise de la modernité qui frappe tous les domaines. Une série de perturbations provoquent une impasse de nouveau type. L'essoufflement progressif du projet politique des lumières et le marasme démocratique sont en cause. La société est bloquée produit d'un véritable télescopage. Au même moment un vaste séisme épistémologique traverse les disciplines scientifiques « dures » et par ricochet touche l'ensemble des sciences humaines et sociales. La fragmentation du savoir est mise en évidence par la multiplication de questions laissées sans réponses par l'idéologie libérale autant que par le marxisme. D'ailleurs, les observations faites par les auteurs post-modernes (notamment Lyotard, Giddens, Habermas, Beck) cristallisent des controverses encore plus anciennes, dont la fameuse polémique entre les philosophes (socratiques) et les sophistes.

Il n'est, bien entendu, pas question d'y revenir ici. Néanmoins, il faut reconnaître que la modernité est victime d'un énorme effet pervers. Elle s'est appuyée sur la science afin de bâtir un projet de société d'avenir, sans percevoir, probablement, que cela entraîne sa propre dislocation. La raison (re)découvre des zones d'incertitude, car les « micro-théories » fonctionnent avec des forces centrifuges, entraînant l'augmentation exponentielle des informations, rendant de plus en plus complexe la réalité étudiée, et empêchant davantage leur intégration dans un tout théorique cohérent. La logique éclate sous l'effet de la surcharge.

Schématiquement, la situation est grosso modo la suivante : la recherche est devenue un archipel des « petits mondes », faute de paradigme unificateur (macro-théorie), un vaste terrain où les chercheurs et les experts creusent aveuglément de profondes galeries souterraines, pour échafauder des micro-théories (parfois belles)

avec la conviction intime de faire de la bonne science et l'espoir de contribuer ainsi à la connaissance générale. Or, comble de la perversion, la prolifération des ces micro-logiques conduisent à une telle masse de données et une telle accumulation d'informations que le traitement d'ensemble se révèle impossible. Bref, aucune macro-théorie ne s'en dégage. D'où une lente et persévérante perte de sens, aggravée par les stratégies idéologiques de réussite institutionnelle et personnelle qui poussent à des expériences de plus en plus spécialisées, à des rivalités « micro-théoriques » et à des querelles de chapelles (voire de labos) sur un fond de méconnaissance réciproque.

De plus, un autre effet pervers est visible : la multiplication des techniques (et des gadgets) est inversement proportionnel au développement d'un cadre global de reconnaissance. Un physicien, J. P. Levy-Leblond (1975), rappelle que nous vivons en matière de science sur l'héritage et les acquis du XIXe et des débuts du XXe siècle. Après, c'est un «bricolage» technologique. Car, si les sciences dures ont réussi à développer une technologie de plus en plus impressionnante, les théories scientifiques (au sens des lois générales) n'arrivent pas à dépasser leurs croissantes incertitudes épistémologiques.

C'est le syndrome des «micro-théories» qui se développe de plus en plus dans les sciences humaines et sociales. Plus elles se multiplient (via les expériences de laboratoire), moins on dispose d'une théorie sociale explicative compatible avec l'évolution vertigineuse du monde. En conséquence, la connaissance sur l'homme s'émiette, se fragmente et finit par se transformer en connaissance de rien, ponctuelle et rapidement démodée.

Par ailleurs, ce paradoxe se renforce par l'intervention des politiques, lesquels s'entourent d'experts fortement influencés par le syndrome des micro-théories, qui leur apportent une vue partielle, parce que technicienne, démunie de sensibilité historique et affective. Les politiques, c'est un truisme, n'aiment pas les théories ni les connaissances des généralistes (tradition, culture et psychologie), qu'ils jugent spéculatives. Les hommes de pouvoir sont trop tiraillés par l'urgence, faute de temps, pour s'occuper de ce qui est important. L'élite politique au pouvoir est devenue trop éprise de technocratie. Il n'y a plus de grandes perspectives ni de visionnaires.

C'est là l'enjeu épistémologique qui justifie à nouveau les disciplines transversales, face à l'éparpillement des connaissances générales, en particulier dans le domaine des sciences humaines et sociales, ce qui constitue une des raisons de fond du retour de la psychologie politique. Une autre en est l'actualisation de la question du sujet et de la subjectivité.

2 - Le retour paradoxal de la problématique du sujet

Parallèlement à la fragmentation des sciences sociales, un virage épistémique se produit dans l'appréciation du sujet et de l'affectivité. Plusieurs penseurs posent les

jalons d'un retour à la subjectivité, avec Foucault et les questions sur le pouvoir, Habermas et ses interprétations de la communication, en passant par la réflexion de Dumont sur l'individualisme et l'holisme, jusqu'à l'anthropologie sacrificielle de Girard, sans oublier la brillante pensée psycho-historico-sociologique d'Elias sur la dynamique de l'Occident.

Comble du paradoxe, A. Touraine(1984), un des maîtres à penser de la sociologie contemporaine se prononce pour l'actualisation du sujet, jusqu'au point de mettre en doute la pertinence de sa propre discipline mère : la sociologie. Car il accepte clairement «l'idée que la notion de société doit être éliminée de l'analyse de la vie sociale» (sic). Et, il ajoute : « La crise de la sociologie porte sur sa définition même.» (...) «Le temps des émotions, au sens psychologique comme au sens historique ancien de ce mot, est revenu.» (...) « Il nous faut rompre avec cet objectivisme auquel nous étions si accoutumés.» (...) «Aujourd'hui s'opère le passage d'une image cosmocentrique à une image anthropocentrique de la vie sociale.» (...) Et enfin, non sans ambiguïté Touraine exulte : « Cette rupture avec la sociologie classique n'est possible que si nous cessons aujourd'hui d'identifier l'acteur à ses œuvres, le sujet à l'histoire, si nous abandonnons les visions épiques, sur lesquelles se sont fondées les idéologies politiques qui nous étouffent, pour adopter une position plus romantique, pour retrouver l'acteur dans son emprisonnement ou dans sa solitude plutôt que dans le triomphe de ses œuvres.»

Ces propos révèlent une étonnante volte-face. Faut-il rappeler que la sociologie était le vaisseau amiral de la pensée positiviste. Ainsi, la position de Touraine est loin d'être neutre. Et probablement sans le préméditer, elle re-ouvre la porte au retour de la psychologie politique

En conséquence, la crise contemporaine de la politique met en évidence de manière éclatante l'importance d'un paradigme perdu : le côté psychologique de la cité. Au cœur du débat se retrouvent les notions anciennes de démocratie, République, citoyeneté, Etat-Nation.

3 - Saisir la psychologie politique par ses qualités propres.

Aujourd'hui, les grandes orientations qui traversent la psychologie politique actuelle illustrent parfaitement la difficulté de lui donner une définition générique, ou de lui attribuer une théorie commune. Cependant, les unes et les autres partagent une vision d'ensemble, malgré l'hétérogénéité des regards (Dorna, 1998;2001), marquée par une sensibilité portée à la fois sur la science et les affaires de la cité : les bruits de la rue, les mouvements des masses, les conflits de société, l'engagement des citoyens et l'action politique elle-même.

La psychologie politique actuelle ne se présente pas comme un bloc, puisqu'elle exprime multiples préoccupations théoriques et l'observation des problèmes divers.

C'est une mosaïque, dont la cohérence se découvre dans la mise en œuvre d'une l'approche transversale et la prise en compte du processus historique et culturel. C'est essentiellement un schéma heuristique, dont j'ai déjà décrit (dans le livre) les diverses orientations.

Peut-on s'en étonner ? Le modèle dominant est individuel, sous-tendu par l'idéologie libérale. L'homme moderne est un être idéalement autonome, rationnel (cognitif), indépendant et libre. D'où l'hostilité, ou l'indifférence, face à la chose politique. Et la victoire planétaire de la démocratie (représentative) est en train de s'associer à la fin de l'histoire et du politique sous sa forme participative.

Chose curieuse, aucun débat large et sérieux n'est encore organisé à ce sujet, faute d'intérêt de la part d'une majorité de psychosociologues. Sauf quelques exceptions : Billig, Martin Baro, Ibañez. Toutefois, une position plutôt intermédiaire et pragmatique s'est manifestée ces derniers temps. Beauvois (1994) l'exprime en ces termes : «...faisons sérieusement de la psychologie politique, puisqu'on n'en fait pas suffisamment. Nous verrons seulement alors si les questions que nous poserons, à partir de notre problématique, et les réponses provisoires que nous y apporterons, ont quelques retombées utiles sur la cité».

Ainsi, la question reste ouverte, mais elle a le mérite d'être posée.

4 - Les chantiers récents de la psychologie politique

La vivacité de la psychologie politique se mesure par la profondeur de la crise. Il n'est pas question ici de refaire l'inventaire des malaises et des représentations (Dorna, 1998), mais juste de donner un bref aperçu de plus pertinents d'aujourd'hui. Notamment : la mémoire collective, le discours politique, le néo-populisme, le charisme, le machiavélisme et surtout l'énergie de fond : la crise de la démocratie représentative. Il y a bien d'autres chantiers qui se développent pas à pas : la citoyenneté, la justice, la corruption, les médias, les femmes en politique, la démocratie participative, les stratégies identitaires, le nouveau syndicalisme, etc. Ces chantiers concernent de préoccupations concrètes des nos sociétés et méritent toute notre attention, afin d'essayer, de résoudre, ou d'atténuer, certains dysfonctionnements socio-politiques qui menacent l'équilibre social.

Je souhaite évoquer brièvement la portée de quelques uns de ces chantiers :

Le premier chantier : faire le diagnostic de crise de la société moderne.

Voilà un vaste chantier. Comprendre les changements et les crises fait partie de l'enjeu de la psychologie politique. Il faut insister sur un point : la crise actuelle de la modernité est d'autant plus profonde qu'elle résulte d'un télescopage des crises préalables. C'est une des raisons qui expliquent en partie l'impuissance du discours politique contemporain et le rétrécissement de la conscience citoyenne. Pour ce faire,

un diagnostic aussi complet que possible se révèle indispensable. L'art de l'analyse nécessite non seulement de cerner les éléments en jeu et de délimiter les enjeux, mais surtout d'en tirer une vision d'ensemble et de proposer une stratégie d'ajustement ou de changement.

Une telle démarche n'a pas été encore clairement envisagée, sauf dans un cas exceptionnel : au moment de la montée du fascisme en Allemagne, avec la création de l'Institut des Recherches Sociales à Francfort.

Pour mémoire : l'École de Francfort représente l'apport le plus systématique au développement de la psychologie politique dans les années 30 en Allemagne. C'est le groupement dans l'urgence d'un nombre considérable de penseurs, autour d'un projet d'explication de l'autoritarisme antisémite et fasciste.

Les noyaux durs de la réflexion sont :

- sociologiques-économiques: le nazisme n'est pas un accident historique, mais le fruit d'une conjoncture précise au regard du développement du capitalisme monopoliste.

- politiques: le capitalisme monopoliste trouve une solution à ses contradictions dans un régime autoritaire fasciste.

- psychologiques: si la société accepte le nazisme, on en découvre la raison dans la formation psychosociale des préjugés et de la culture.

C'est un travail théorique considérable et inachevé entrepris par l'école de Francfort sur le déplacement de l'objet d'étude économique et politique vers le politique, le psychologique et le culturel. C'est une tentative de reprendre une approche critique de la société au moment de la montée du nazisme. J'ai déjà abordé ailleurs ce point. Mais, la reprise de mes propos est un fil conducteur encore valide pour réaliser le nouveau diagnostic

Rappelons quelques éléments. L'histoire des crises politiques parle des périodes critiques (l'étymologie est la même: discerner, décider, juger) entre deux points d'équilibre. La crise est une conjoncture accoucheuse d'idées novatrices et de comportements extrêmes. Mais aussi de l'ébranlement des régimes jusque-là solides.. La dynamique et l'énergie des crises sont en relation directe avec l'idée que les hommes se font des conséquences de leurs actions. Là le facteur affectif est décisif.

Le débordement émotionnel affaiblit la conscience ; la personne ne réussit pas à échapper à l'expérience immédiate du danger ; le cadre perceptible (le degré de conscience) se rétrécit ; le processus d'intégration des perceptions (nouvelles) et les mécanismes de la cohérence se font plus rigides. L'épisode psychotique représente un cas extrême, où la séparation entre l'expérience immédiate et l'explication évoquée devient brutale.

Les travaux récents de Garzon et Seoane (1996) sur les systèmes de croyances "postmodernes" s'inscrivent dans cette perspective. Ils renouvellent l'étude des

mentalités et de l'historicité psychologique. Un modèle général à partir de trois dimensions (politique, sociale et culturelle) est proposé. La dimension politique est le reflet de la volonté et la direction de ce que les hommes veulent à un moment donné ; la dimension culturelle correspond à leurs représentations du monde et la dimension sociale n'est rien d'autre que l'expression de leurs sentiments.

Enfin, pour mieux comprendre le sens et l'irruption des crises, il est prioritaire non seulement d'actualiser certains thèmes (par exemple la soumission à l'autorité, le modèle de la personnalité démocratique, la personnalité machiavélique) mais encore d'explorer la psychopathologie des situations, le leadership charismatique, l'expérimentation des comportements de contre-pouvoir, d'examiner les méthodes d'éducation civique, les tests de cohésion sociale, la connaissance du rythme politique, l'intégrisme sous ses diverses formes.

Le deuxième chantier : la mémoire sociale en reconstruction.

La mémoire collective est un des plus riches chantiers dont dispose la psychologie politique actuellement. Si les sources sont anciennes, Bartlett, Berr, Blondel, Halbwachs et d'autres, l'actualisation est en cours et tisse une toile très étendue qui englobe d'autres disciples anciennement proches, mais jusqu'à présent cloisonnées par les structures académiques.

C'est le cas en France ces dernières années où, dans le cadre de la psychologie sociale et clinique, de nombreuses études, Jodelet (1992), Rouquette (1994), Hass (1997), Kiss (1999), mettent en relief d'une manière très pertinente le rôle et la portée de la mémoire dans les contextes politiques.

H. Arendt (1972) avait évoqué jadis, à propos du procès d'Eichmann, la signification psychopolitique et le fonctionnement technocratique de la machine meurtrière du nazisme, mais c'est l'analyse de Jodelet (1999) qui met en lumière la signification de la mémoire dans les conflits entre les propres victimes lors du jugement de Klaus Barbie. Par ailleurs, l'étude monographique de Hass (1999) articule finement la mémoire collective avec le processus identitaire, en fonction des traces historiques qui imprègnent l'histoire de la ville de Vichy. L'essai de Rouquette (1994) sur la psychologie des masses réserve une belle place à la mémoire sociale, mais sans l'analyser directement. Quant au travail clinico-social de Kiss (1999) sur l'obéissance contraire aux droits humains, il éclaire les processus de la mémoire, à partir des entretiens, concernant des "collabos", des tortionnaires, des criminels de guerre et des dictateurs.

D'autres contributions sont à retrouver dans les travaux du sociologue Namer (1987) à la fois sur l'œuvre d'Halbwachs et les pratiques commémoratives en France. Le philosophe Debray (1998) propose une grille de lecture très érudite sur les "monuments"

comme médiation de la mémoire collective. Le monument cache une tragédie : c'est une masse mise en valeur par le vide, écrit-il. C'est le jeu entre l'oubli et le motif. Le paraître qui risque de ne rester qu'un vestige en l'absence d'une éducation publique du sens. La mémoire est une affaire de pouvoir, tel que certains le posent aujourd'hui.

Par ailleurs, faut-il insister, la mémoire n'est pas une chose. Elle est changeante, mais obéit à des règles de transformation ; elle est à la fois sélective et culturelle ; elle incorpore les expériences, afin de fabriquer de nouvelles cohérences au fur et à mesure que les événements se passent, se stockent et s'actualisent. Processus historique et social donc. Un "bricolage" de pièces d'origines différentes dans une cohérence culturelle nouvelle.

Toutefois, la mémoire travaille à la fois pour oublier et se souvenir. Il y a là une sorte de solidarité des termes, puisque les données de la mémoire ne sont pas fixes pour toujours. La synergie de la mémoire se manifeste dans le rapport entre l'affectif et la raison au sein d'une histoire, d'une culture et d'une société. Mais, bien entendu, tout ne se passe pas sans conflits. Quant le passé possède une autorité transcendante, le présent se reproduit, c'est la dimension "normative" de la mémoire sociale ; mais le conflit est latent avec ceux qui sont attirés par le changement. C'est la dimension "novatrice", chacun s'approprie le passé selon ses re-lectures et ses inserts. Certes, ce conflit n'est pas inexorable : la tradition peut incorporer les innovations et vice versa.

La tradition, écrit Trompson (1995), concerne quatre éléments :

- L'herméneutique : il y a un cadre perceptif avec lequel les individus et les masses s'expliquent la réalité et donnent sens au présent en fonction des expériences passées ;
- Le normatif : c'est le *magistra vitae*. La tradition donne la définition de ce qui est licite, tolérable, acceptable ou ne l'est pas dans une situation donnée,
- L'identitaire : la tradition collabore à défendre l'identité sociale, à en rendre la spécificité et même à fournir une "stratégie identitaire" (Cuche, 1999) ;
- La légitimation : la mémoire des mythes fondateurs est source de légitimité du pouvoir traditionnel.

Cette grille s'avère utile dans l'analyse des "corrélations des forces" entre les dimensions normatives et innovantes. Mais c'est un tort de croire que la seconde remplace clairement la première. La société a tendance à consolider une mémoire officielle dans une nébuleuse de souvenirs devenus symboles et presque invisibles à l'œil nu. Paroles perdues donc ? C'est là que l'actualisation des mémoires peut constituer une stratégie de résistance. Car l'histoire officielle finit, malgré elle ou à cause d'elle, par devenir une aliénante source de domination.

C'est là que la mémoire peut être perçue comme un espace stratégique de résistance. La présence d'un phénomène "charismatique" (Dorna, 1998) au sein d'une société dans un moment de crise, où l'affectif et la logique du politique s'affrontent, est propice à l'actualisation de la mémoire novatrice.

Pour illustrer, brièvement, ces propos, il est utile de faire appel à une situation actuelle largement médiatisée de surcroît : l'irruption de l'armée zapatiste de libération nationale (EZLN) au Mexique et l'émergence d'un leader charismatique (le sous-commandant Marcos), dont la parole, la persévérance et la stratégie médiatique marquent un tournant dans l'histoire politique de ce pays. C'est au fond un vrai cas d'école pour l'étude de la mémoire collective politique. Ici, la relation sujet-histoire-mémoire-politique se montre à ciel ouvert.

L'EZLN, dont le nom évoque la figure mythique d'Emiliano Zapata, est porteuse d'une histoire (populaire) et d'un discours (politique) où la mémoire de la nation indigène représente le pivot central. C'est un défi à la culture réifiée et à l'idéologie de la fin de l'histoire, qui exprime le besoin de redéfinir les termes de la relation entre démocratie et néo-libéralisme, l'idée de la société civile comme sujet historique et la question de l'indigénisme et du sort des opprimés.

Étrange mélange de tradition et de modernité, de culturalisme et de cosmopolitisme, de figures révolutionnaires et d'une utilisation étonnante des médias. Il y a là une vision transversale des enjeux idéologiques actuels et une volonté de dépassement des impasses de la mondialisation. Ainsi, le discours zapatiste fait-il la critique de la démocratie (représentative) dominante et d'une politique institutionnelle oligarchique devenue une "cage de fer" pour le peuple. Le zapatisme (ré)introduit la question de la subjectivité dans la politique et le rôle (psychologique) de l'histoire dans la politique contingente.

La mémoire s'illustre par des images fortes. Voir Marcos à cheval et les armes en bandoulière est une image que la mémoire collective mexicaine actualise, car c'est le rappel d'un personnage légendaire : Zapata. Si Marcos renvoie à Zapata, ce dernier renvoie à la figure du général Morelos (héros de l'indépendance du Mexique), qui s'enracine à son tour dans la mémoire biblique.

L'histoire est un enchaînement de souvenirs fait d'images, dont le pouvoir et la politique se servent, soit pour les effacer, soit pour les utiliser comme des drapeaux ou les ritualiser. D'où l'observation classique : l'avenir n'est que le reflet de la manière dont le passé est traité.

Finalement, il semble utile, afin de démontrer encore le besoin de revenir sur la question de fond de la mémoire politique que pose la psychologie politique : reconstruire un regard d'ensemble. Non seulement au sens de la ré-introduction du sujet, dont tous conviennent, mais de débattre avec ceux qui tendent à fragmenter l'histoire-sujet elle-même.

L'important travail des historiens sur la mémoire des lieux l'illustre parfaitement : Pour ce faire, ils fragmentent l'unité nationale et proposent implicitement une politique décentralisée. C'est de la micro-histoire : l'histoire événementielle, qui s'oppose à l'histoire comme processus.

En somme : il n'y a plus une histoire générale... ni une identité commune, mais une parcellisation. C'est là une manière subtile de gommer une histoire passée pour nouer des liens *inédits* avec le passé au service d'un présent. Les résonances de la mémoire ne sont pas innocentes ni sans perversions possibles.

Le troisième chantier : le discours politique

Le plus classique des moyens politiques est le discours. C'est un chantier inépuisé et inépuisable. La recherche en France est riche, immense et périodiquement réexaminée, avec des résultats encore fort limités.

Les travaux sur les discours politiques se sont multipliés ces dernières années, les références universitaires en témoignent (Cotteret, 1973; Guespin, 1984, Bellenger, 1992; Brechon, 1994; Breton 1996). Mais c'est dans le cadre de la "communication contractuelle" (Ghiglione *et al.* 1986, Ghiglione *et al.* 1989, Dorna; Ghiglione, 1990, Dorna 1995, Ghiglione et Bromberg 1998), qu'on peut constater les avancées les plus significatives. Le discours est un processus dialectique de co-construction de la réalité ; la réalité sociale n'est pas une donnée que le langage ne ferait que traduire, copier, véhiculer, mais une réalité qui se construit (se renouvelle) par des transactions sémantiques que les personnes actualisent dans leurs interactions sociales. Le postulat de base se résume ainsi : toute parole est à visée persuasive. D'autres études (Argentin, Ghiglione et Dorna (1990), Dorna (1991), proposent comme complément une grille d'analyse gestuelle du discours, afin d'identifier l'impact persuasif des gestes dans une situation politique réelle et directe.

Ces recherches de laboratoire ont permis de dégager quelques postulats théoriques :

- la parole politique fait partie du paradigme de l'influence et de la persuasion sociale ;
- le discours politique vise un but : faire agir l'autre dans le sens souhaité par la source ;
- il y a toujours dans le processus de persuasion discursive un enjeu quelle que soit l'importance de celui-ci ;
- il y a des patterns stratégiques et des logiques persuasives ;
- la persuasion discursive, spécialement en politique, est articulée, à la fois, par une logique du vraisemblable et des contrats de communication dans des situations à des moments donnés.

Trognon et Larrue (1994) participent à la recherche sur le discours politique avec un autre outil méthodologique : l'analyse conversationnelle dans le cadre de la linguistique pragmatique. C'est la parole d'affrontement dans un débat public ou lors d'échanges de points de vue entre militants. Dans un cas comme dans l'autre s'opère une co-construction du référent, dont on décèle les échanges successifs. Tout se passe

dans le cadre des règles conversationnelles et c'est la règle d'alternance qui se révèle une pièce-clé de la stratégie discursive.

Les discours politiques, analysés par divers méthodes, montrent tous le poids sémantique des mots et la force persuasive de la rhétorique dans le cadre des stratégies argumentatives. C'est ainsi que les grands débats à la télévision offrent les moments les plus frappants de la manipulation par les mots. L'affrontement entre Mitterrand et Giscard (Labbé, 1963) reste un classique : le vocabulaire de Mitterrand ne se différencie pas - malgré sa richesse lexicale - de celui des autres hommes politiques de son époque. Or, c'est son caractère aristocratique qui le rendait redoutable et lui permettait, à travers un choix de figures, de garder une distance à la fois polie et fascinante. Aussi la machine rhétorique de J. Chirac est redoutable : les échanges vifs du débat Chirac-Fabius (Ghiglione et al 1989) est un des exemples à retenir dans les anthologies de l'analyse du discours politique. C'est là que la maîtrise et la lourdeur de la technique rhétorique de Chirac l'a emporté sur le discours lisse et technocratique de Fabius.

Force est de constater que l'ensemble de ces travaux fait du discours seulement le lieu d'articulation entre la langue et les conditions (sociologiques) de la production discursive. Ainsi, le discours politique est-il vidé de ses autres composants, notamment de l'émotion. Certes, la reconnaissance d'une intentionnalité demeure, mais son traitement purement cognitif ne prend pas en compte la partie affective. La tâche reste donc inachevée. Il y a là, de toute évidence, une nouvelle piste pour un travail empirique. Question à vérifier.

Le quatrième chantier : la crise de la démocratie représentative

Certains redoutent l'étude de la crise politique moderne ; loin d'être un problème théorique, c'est une question éminemment pratique. C'est l'acceptation passive d'un consensus mou qui renforce le statu quo et le glissement vers un mode d'existence où la volonté citoyenne est remplacée par la volonté d'une nouvelle caste d'experts et de technocrates solidement incrustés dans toutes les sphères décisionnelles, marquant ainsi la subordination du politique (l'intérêt général) au corporatisme des intérêts particuliers. Les institutions politiques sont touchées de plein fouet. Quelques-unes (la justice, le Parlement, le gouvernement, l'éducation, la République) ne sont plus en accord, dans leur fonctionnement, ni avec les principes fondateurs ni avec la demande actuelle. N'est-il pas évident que l'actuelle Constitution française fige encore davantage l'action politique. La dérive est devenue visible y compris dans un domaine où la réflexion semblait bien arrêtée : l'État de droit. Car force est de constater (Guérain, 1998) que l'influence croissante du pouvoir constitutionnel sur la société s'accompagne d'un malaise intense. Le consensus légal démocratique ronge de l'intérieur le régime démocratique lui-même. Faut-il rappeler que le déclin de la volonté

politique marque la fin de l'intégration des hommes dans la société politique? Le trop de droit risque de tuer le droit à faire de la politique sans intermédiaires. C'est dans ce contexte que divers travaux, dans des domaines très variés (travail, prisons, hôpitaux, écoles, municipalités), profilent une recherche sur les remparts de la démocratie participative où se mêlent à la fois les questions des droits humains et les principes du contre-pouvoir. L'élément clé de ce mouvement de ressourcement social reste, dans la tradition française (Duchesne, 1998) la notion de citoyen.

Le système démocratique représentatif moderne (Manin 1995) est une savante alchimie de régimes politiques contradictoires. Un compromis entre l'autoritarisme monarchique et le libéralisme utopique. Et, si la démarche moderne reste incertaine, l'ancienne est encore enracinée. La raison en est simple et la forme complexe. A la différence de celui d'hier, le monde d'aujourd'hui se précipite vers l'avenir sans se donner le temps de saisir le présent ni de se souvenir du passé. Les points de repère à l'échelle individuelle diffèrent de ceux de l'échelle collective. La perception en est proche, mais virtuelle. Vouloir percevoir le monde dans sa globalité contradictoire est une charge psychologique trop lourde. D'où son caractère sélectif, dont une des conséquences est l'effritement des valeurs communes. Ainsi, morale et politique se cherchent dans un jeu de cache-cache polémique qui conduit à des impasses. Ce sont des impasses où l'idéal grec de *virtus* s'est transformé en simple représentation au sens scénique du terme et la volonté en résignation. Myopie ou démission ? Ce n'est pas l'absence de lucidité qui caractérise les hommes politiques dans les situations critiques, mais l'absence de courage.

L'affaiblissement des valeurs de la modernité et l'affaîsissement des institutions démocratiques rend de plus en plus légitimes les pratiques de manipulation et la démagogie. Aussi l'ambiguïté est-elle de retour en démocratie, mais avec un élément supplémentaire et auto-mutilatoire : la stagnation. C'est une telle démocratie qui est en train de produire une République sans républicains et une élite machiavélique et technicienne.

Le cinquième chantier L'ambiguïté machiavélique de l'homme démocratique

La question des élites est toujours au cœur des impasses et le machiavélisme dans les raisonnements des hommes de pouvoir. Le Bon n'a-t-il pas désigné Machiavel comme le premier des psychologues de la politique? Mosca et Pareto n'ont-ils montré les mécanismes de la circulation des élites et leurs pratiques suicidaires?

Bien entendu, la réflexion théorique sur le machiavélisme a gagné en ampleur : cinq siècles de polémiques se sont télescopés. La psychologie politique retrouve avec le machiavélisme (Dorna, 2001) un ancien chantier cognitif qui fait le lien avec la crise du politique.

La représentation que se font les hommes ordinaires de la situation de crise actuelle évoque un parfum de puissance machiavélique. Le pouvoir politique républicain (issu des valeurs de la modernité) est de plus en plus perçu comme une oligarchie technocratique, paradoxalement à l'aide des stéréotypes anciens avec lesquels le machiavélisme vulgaire est jugé : cynisme, manipulation, fourberie, arrogance, froideur, mépris, langue de bois, et surtout raison d'État. D'où quelques questions (im)pertinentes à l'égard des élites modernes : Et si le progrès n'en était pas un ? Et si l'évocation des droits n'était qu'une grande mascarade bien orchestrée par une élite machiavélique ? Et si l'absence de morale politique des gouvernants était directement responsable d'un étouffement juridique qui semble vider de sens l'action politique au profit des *condottieri* ?

Questions qui renvoient au prétendu amoralisme de la pensée machiavélique. L'ambiguïté des situations de crise rend la morale insaisissable. N'est-ce pas dans de tels moments, où tout se vaut, que des personnages bariolés et volontaristes émergent de partout ? Cette pensée n'est-elle pas l'expression d'un sentiment profond de vide collectif dans des périodes charnières et des grandes mutations ? N'est-elle pas l'intériorisation de l'éclatement d'individualités dont la volonté de puissance semble sans mesure ? Le mérite de Machiavel consiste probablement à avoir observé avec acuité, dans un contexte bouleversé, les rapports des hommes politiques avec le pouvoir, de ces mêmes hommes avec d'autres hommes, et éclairé ainsi la zone d'ombre qui couvre les passions humaines et rend (trop) subtils les raisonnements rationnels. Enfin, la société est-elle en train de vivre une transformation de la morale au sein de la crise de la démocratie représentative moderne ?

La recherche empirique fournit des informations capables d'approfondir la recrudescence générale. Christie et Geis (1979) sont les premiers à étudier le machiavélisme d'un point de vue expérimental. Leurs recherches s'étendent sur une longue période qui commence dans les années 60. Au départ, Christie s'intéresse particulièrement au sujet manipulateur, dont le comportement se révèle assez différent du comportement des individus ordinaires. Son profil est assez clair : un grand détachement à l'égard des conventions sociales, ainsi qu'une relation peu affective avec autrui. D'où l'hypothèse que l'individu manipulateur tire un maximum de bénéfice d'un comportement rationnel stratégique. Après un programme d'expériences, l'élaboration d'une échelle permet d'identifier le type machiavélique et les situations dans lesquelles son influence est la plus performante.

Quelques expériences dans le cadre du groupe de recherches psychosociales et politiques à l'Université de Caen ont corroboré les résultats obtenus par les expérimentalistes américains, bien qu'il ne s'agisse pas de répliques à l'identique. Certaines ont déjà fait l'objet d'autres publications (Dorna, 1996; Desmezières et Lehodey, 1994; Reboul, 1994; Dorna, 2001), mais leurs objectifs portent sur de

nouvelles situations. Par exemple, l'étude de la relation entre le positionnement politique des sujets et leur degré de machiavélisme s'avère statistiquement significative. Schématiquement les résultats indiquent que le machiavélisme politique s'établit ainsi :

droite > centre > apolitique > gauche

Certes, les différences sont minimes, mais elles existent. Il y a là des pistes à explorer plus en détail. Une autre enquête cherche à préciser la capacité persuasive de sujets machiavéliques et non machiavéliques. Bien que les résultats ne permettent pas de conclure, les données brutes indiquent que, "dans la situation explorée" (rédiger un texte sur la semaine de 32 heures, puis le défendre devant quelqu'un), contrairement à l'attente, ce sont les non-machiavéliques qui semblent plus convaincants que les machiavéliques. C'est une situation où les grands machiavéliques sont moins motivés, mais la question n'est pas tranchée. En revanche, d'autres éléments s'y ajoutent : si la richesse de vocabulaire dans les divers textes était assez semblable, le nombre de mots des non-machiavéliques était plus important. D'ailleurs, il y a quelques différences dans la structure de leurs discours : les machiavéliques ont une structure plus marquée par les verbes factifs que par les verbes déclaratifs, ils personnalisent davantage leurs discours, utilisent plus de modélisations. Plus originales sont deux observations qualitatives : d'une part, on convainc mieux ses pairs, d'autre part, on est plus convaincant quand on part d'une position critique.

Par ailleurs, si l'ensemble des résultats visent l'existence d'un système de pensée, c'est la mise en évidence du poids de l'ambiguïté des situations qui le rend plus performant. L'homme machiavélique n'est pas un froid ordinateur rusé et sans scrupules, ce sont certaines situations d'interaction qui renforcent ces comportements. A savoir : les relations face à face, peu structurées (l'ambiguïté règne), et lorsque les règles et les moyens ne sont pas définis préalablement. Encore davantage quand les situations sont d'une grande intensité affective, la performance des non-machiavéliques se détériore.

Le profil de la personnalité machiavélique semble confirmé. Ce qui le rend redoutable est la neutralité émotionnelle et le goût pour les rapports de force. Il sait mesurer la puissance des situations avec une grande maîtrise de soi. De fait, le grand machiavélique ne se laisse pas arrêter par les contraintes, les conventions morales ou culturelles de son propre milieu. La capacité de percer les points faibles d'autrui, le calme et le manque d'engagements idéologiques lui sont autant d'atouts. D'où l'aura de cynisme et la logique froide qui l'entoure dans son pouvoir. L'action des machiavéliques s'inscrit dans l'ordre établi des choses.

En somme, le machiavélisme hante les situations de crise. Comme personne n'arrive à cerner l'avenir, il y est comme un poisson dans l'eau. Un sentiment de non-sens s'empare de l'action citoyenne. La peur de la liberté, selon la fameuse formule de Fromm, reste le syndrome de notre temps. Il y a là une situation que l'ambiguïté transforme en un vivier de machiavélisme, dans lequel les grands mangent les petits dans le silence et l'impuissance des masses orphelines d'un projet de société autre.

Enfin, le machiavélisme des élites est un symptôme. Quand la démocratie ne répond pas aux aspirations profondes des masses qui l'ont plébiscitée, alors la déception est grave. C'est une glaciation subite.

Le "règne" de F. Mitterrand peut se prêter à une interprétation de ce type, mais ce n'est pas ici le lieu pour développer le caractère démocratico-machiavélique du personnage ni d'analyser, en amont ou en aval, le processus politique qui lui est propre. Il suffit de poser une telle hypothèse.

En vérité, les crises démocratiques sont de véritables "boîtes de Pandore". Le spectre de la révolte peut se lire à travers les indices socio-économiques, mais encore mieux dans l'anxiété sociale, la violence latente, l'apathie, l'individualisme effréné, la fascination de l'éphémère. Il y a là encore une quête mythique de certitudes et de vérités palpables.

Parmi les issues, le populisme offre dans ces cas une porte de sortie chaleureuse, et un élan pour débloquent les situations devenues assiégées.

Le sixième chantier : charisme et populisme.

Formidable vieux chantier en pleine expansion, le leadership est une notion capitale qui traverse toute la problématique de l'homme et de la cité. C'est le vecteur psychologique fondateur de toutes les organisations qui composent la structure sociale. Ce n'est pas un hasard que la question du leadership se trouve dans l'œil du cyclone de la crise globale de la modernité. L'idéal d'autonomie de l'homme moderne se décompose ainsi que le système qui lui donne sens. Le conformisme a épousé l'individualisme et le statu quo rend la situation tendue entre une masse dans l'attente d'un sauveur et une élite de moins en moins en phase avec la réalité concrète. Là, le charisme rejoint le populisme toujours latent dans les systèmes démocratiques.

Comment reconnaître le syndrome populiste ?

L'attitude populiste (Dorna, 1999) est la constituante de toute politique démocratique : il n'y a pas de discours politique sans référence au peuple. C'est un phénomène de transition éruptif et presque éphémère, qui se développe sous la pression d'une crise généralisée devenue chronique. C'est le désarroi des masses populaires devant l'immobilisme d'une aristocratie d'État au pouvoir, qui se considère compétente et propriétaire des lieux.

Une constatation s'impose: le populisme est associé soit à l'échec des régimes autocratiques, soit à l'échec des régimes démocratiques corrompus. C'est le manque de liberté autant que la désillusion de l'égalité qui poussent les masses vers d'autres issues.

Le plus poignant et, à la fois, le plus insondable de la réalité populiste est le fond émotionnel qui l'anime. Le ciment n'est pas sociologique, mais psychologique. Véritable socle sur lequel tous les autres composants (sociologiques et économiques) s'installent. L'étonnante vitalité que dégage le populisme est, en ultime analyse, plus une sonnette d'alarme qu'une explosion violente capable de tout emporter sur son passage. Mais, c'est une lame de fond: une réaction de colère et de méfiance à l'égard des institutions.

Le populisme contemporain, *mutatis mutandis*, a trouvé un nouvel élan dans la société de consommation et les moyens modernes de communication. Or, c'est là une perversion remarquable des attitudes populistes de naguère. Il faut donc se méfier des contrefaçons : le néo-populisme peut s'apparenter au néo-fascisme. Mais, c'est une erreur stratégique de les confondre. Les médias, notamment la télévision, démultiplient en images la portée des discours ; la forme émotionnelle l'emporte sur la parole réfléchie.

Il y a un appel au peuple. L'homme populiste s'adresse à tout le peuple, mais surtout à ceux qui n'ont pas de pouvoir, ceux qui subissent en silence l'impasse et la misère. Il y a dans cet appel l'évocation des grands mythes fondateurs. C'est là sa force et sa raison d'être. Les symboles jouent un rôle de reconnaissance, formidablement accéléré par l'espérance d'un retour à l'équilibre d'antan.

Pour mieux comprendre, le mouvement populiste s'incarne toujours dans une des figures les plus classiques du maître : l'homme providentiel charismatique. Le style du leader compte pour beaucoup : la forme entraîne le fond. C'est le jeu de la séduction et du savoir-faire, la finesse dans l'esquive, le contact direct et chaleureux. La dimension anti-dépressive n'est pas absente. Le leader charismatique épouse la rhétorique, mais rarement la démagogie. Si l'imposture guette le chef démagogue, la démesure accompagne le leader populiste.

Le leader populiste émerge d'une manière abrupte, apparemment de nulle part, sans appareil structuré ni doctrine élaborée. Un self-made man. Populaire par sa démarche autant que par son langage, il incarne la tradition de la terre et l'innovation technique, avec une farouche volonté de contestation. Ce n'est pas un prophète, encore moins un César, mais quelqu'un qui traverse le firmament social et politique comme un météore avec beaucoup de prestance et une parole fracassante.

Le leader populiste se distingue d'autres types charismatiques (Dorna, 1998) par la plasticité pragmatique et l'habileté émotionnelle exubérante avec laquelle il féconde le temps du changement. L'attitude de base est celle du grand frère proche qui cherche le contact direct et le dialogue avec tous. La communication est horizontale et chaleureuse. Les échanges sont ouverts, vivaces, directs. C'est l'image vivante de

l'homme disponible, simple, qui apparaît sans affectation ni calcul.

Quelques chercheurs pensent (House, 1992; Rondeau, 1986; Barbuto, 1997) que le leader charismatique assume un rôle de transformation. Quatre points sont ainsi évoqués :

- l'inspiration : le leader incite les membres du groupe à se dépasser eux-mêmes pour la réussite de l'ensemble ;
- la considération : le leader agit comme un mentor auprès de ceux qui ont besoin d'aide pour se développer ;
- l'encouragement : le leader stimule de nouvelles manières d'envisager le changement de croyances et de valeurs ;
- l'identification : le leader représente, à la fois, l'incarnation d'un projet collectif et l'adhésion du plus grand nombre.

Par ailleurs, le leadership charismatique est définissable essentiellement à partir de ses rapports avec l'émotion par la parole. Il possède la maîtrise des émotions en même temps qu'il dégage des émotions fortes. Ce n'est pas un trait de caractère, mais une forme de savoir, savoir qui s'apprend et se développe même tardivement. (Goleman, 1995). Il faut rappeler que la logique du syndrome néo-populiste est de nature affective. Aussi le discours explicatif purement rationnel ne suffit-il pas. Encore pis : il induit des erreurs de diagnostic et néglige, par méconnaissance, les données subjectives, c'est-à-dire les vraies questions d'une société en crise.

Rien ne remplace dans une argumentation l'appel à l'exemple vivant. Si nous avons évoqué en introduction la figure de Berlusconi, d'autres sont tout aussi identifiables. Les traiter en épiphénomène serait une erreur issue de la méconnaissance de la lame de fond néo-populiste qui traverse le monde. Il y en a bien d'autres, et la figure de Berlusconi n'est pas qu'un des exemples européens. Jeter un regard ailleurs peut s'avérer fort utile : Que penser du néo-populisme charismatique d'Hugo Chavez et de la récente tentative de coup d'état dont il fut l'objet ?

Toutes les conditions d'un néo-populisme étaient réunies lors de l'arrivée tumultueuse de Hugo Chavez à la présidence du Venezuela en 1998. La récente tentative de l'évincer du pouvoir et la riposte populaire qui le rétablit dans son fauteuil sont une preuve supplémentaire du caractère charismatique de son leadership.

La volte-face de la situation vénézuélienne re-pose la question des causes et des formes du populisme, dont l'histoire est longue et complexe. Encore davantage lorsque les transgressions et les défis à la "main invisible" se répandent comme une tache d'huile dans un contexte de réchauffement de la planète.

Chavez incarne dans son pays, de manière paradigmatique, le renouveau et la renaissance médiatique du néo-populisme. Jeune colonel en 1992, à l'issue d'un putsch avorté, il est devenu le symbole de la cause "bolivarienne" (mythe têté d'une Amérique latine autonome et unifiée) et le porte-parole d'un discours libérateur. Il ne faut pas oublier qu'il est aussi un diplômé de la prestigieuse Université Simon Bolivar en

sciences politiques. Rien d'étonnant alors d'observer que ses premiers actes politiques témoignent d'une lutte ouverte contre l'establishment et la corruption, associés à la crise structurelle du pays. Enfin, une fois président, son programme le conduit à faire voter plusieurs lois sur l'expropriation des terres improductives et le contrôle de l'industrie pétrolière.

Récapitulons : cet exemple, face à l'embarras conceptuel, permet de dégager quelques signes de reconnaissance, afin de mieux saisir les caractéristiques de la question populiste et ses manifestations charismatiques. On peut en tirer trois constats :

Premier constat : le populisme n'est pas un simple mouvement de masse, mais la réponse des masses à l'action (jugée courageuse) d'un homme charismatique. Le style du leader compte pour beaucoup, car la forme entraîne le fond. C'est le jeu de la séduction et du savoir-faire, de la finesse dans l'esquive, du contact direct et chaleureux. L'énergie étant contagieuse, la dimension anti-dépressive du charisme n'est pas absente. Le leader charismatique épouse la rhétorique, mais rarement la démagogie et, si l'imposture guette le chef démagogue, la démesure accompagne le leadership populiste.

Deuxième constat : l'effervescence sociale n'est pas la caractéristique principale du populisme, mais la volonté farouche de rupture. Le ciment qui le fonde n'est pas sociologique, mais psychologique. Véritable socle sur lequel tous les autres composants (sociologiques et économiques) se mettent en place pour former un nouveau monde imaginaire.

Enfin, troisième constat : l'appel populiste s'adresse à tout le peuple, à tous ceux qui subissent en silence l'impasse et la misère. Il y a dans cet appel l'évocation des grands mythes fondateurs, c'est là sa puissance et sa raison d'être. Les symboles jouent ici un formidable rôle de reconnaissance.

Par ailleurs, il faut insister sur le contexte : le populisme émerge toujours associé à une situation de crise sociétale. Sa signification se trouve en amont lorsque le fonctionnement de l'État s'est rendu hermétique au peuple et la classe politique coupable d'une confiscation sournoise du pouvoir. Cela s'accompagne d'un épuisement culturel et idéologique, d'un manque de confiance dans l'avenir et d'une dose létale de conformisme. La cohésion sociale (nationale) cesse d'être un rempart contre le processus de désintégration et l'action corrosive de l'immobilisme des institutions. D'où la sensation de vieillissement. En réalité, il y a une absence de projet commun. C'est l'enchaînement de trois facteurs : la déception, la frustration et l'attente. La croyance dans le gouvernement se fissure et l'avenir fait peur. Le doute se transforme en silence politique complice et en individualisme étroit. Il y a un sentiment diffus et contradictoire d'ordre et de changement.

En somme, le néo-populisme n'annonce pas la fin d'un système, ni le commencement d'un autre, mais l'état de délabrement de la gouvernance démocratique.

DORNA, A. La re-habilitation d'un paradigme perdu : la psychologie politique.

D'où la nécessité de le (re)connaître, l'utilité de le comprendre et l'intérêt de le canaliser autant que possible.

Pour revenir au cas de Chavez, nous nous trouvons devant une des multiples expériences actuelles de recomposition des forces politiques institutionnelles dans le monde. Si les partis de gauche et de droite se décomposent dans un libéralisme gestionnaire, des mouvements de résistance s'incarnent sous la forme de *remakes* populistes inattendus. La question néo-populiste est devenue, aujourd'hui, le symptôme politique de la crise de la démocratie représentative.

Il peut paraître naïf de remonter à Pascal pour rappeler que la logique de la raison dérape sans l'aperçu de la logique du cœur. Mais, incontestablement, c'est là que se situe le talon d'Achille de la science politique classique, et encore davantage des élites tristes au pouvoir, trop prises dans le carcan technocratique et la mécanique calculatrice de la pensée unique. La psychologie politique retrouve là une de ses raisons d'être.

Le septième chantier : la ville comme centre de l'insécurité.

La ville est généralement le centre de nombreuses représentations associées à la politique, ainsi l'étude de ce phénomène est-elle devenue un chantier pour la psychologie politique. Pour les responsables de la fameuse école de Chicago, la ville est un "état de l'âme" (R. Park), d'autant que la matrice psychologique urbaine marque profondément les mentalités et les comportements de ses habitants.

Chacun sait que la politique est le résultat de l'urbanisation. La racine étymologique de ville (cité) et politique est la même : polis. Ainsi toutes les villes ont une histoire politique. L'urbain engendre des représentations affectives, des comportements stratégiques, des personnalités "citadines", des émotions qui terrorisent ou charment. La ville attire et elle répugne. Et elle dégage des styles de vie contradictoires.

Faut-il rappeler l'importance de tout temps octroyée par le pouvoir politique à l'aménagement de l'espace public de la ville ? Cela fait partie de la légitimation de l'État : la mémoire collective des masses s'en nourrit en permanence. Il y a là, au milieu des jardins et à l'ombre des monuments, un véritable agenda historique de l'identité politique des peuples, de ses héros et martyrs, de ses batailles, de l'idéalisation des grands projets, et rarement le souvenir des grands échecs.

Par ailleurs, comme à la fin du XIX^e siècle, la ville (les mégapoles et plus particulièrement leurs banlieues) est perçue sous l'optique du danger et de l'insécurité : le sentiment de menace permanente se traduit par une demande de plus en plus forte de mesures répressives. La littérature psychologique sur le syndrome des "foules délinquantes" est à la base des interprétations politiques à la fin du XIX^e siècle. Aujourd'hui, la question de la sécurité est devenue le centre et la pierre d'achoppement des discours politiques.

L'idéologie politique puise dans les scènes de la vie quotidienne des villes : le bruit, la promiscuité, la saleté, les maladies, le vice, le désordre, le melting-pot culturel, l'anonymat, la marginalité, mais également se dégagent d'autres arguments plus positifs : le changement, la vitesse, l'échange, l'animation, la technologie, les divertissements, les équipements sportifs et culturels. Nul n'ignore que le gigantisme des villes est devenu le symbole à la fois de la gestion politique et la vitrine de l'ambiguïté intrinsèque de la modernité. Singapour, Mexico, Sao Paulo, New York, sont là pour rappeler la puissance et l'arrogance du pouvoir.

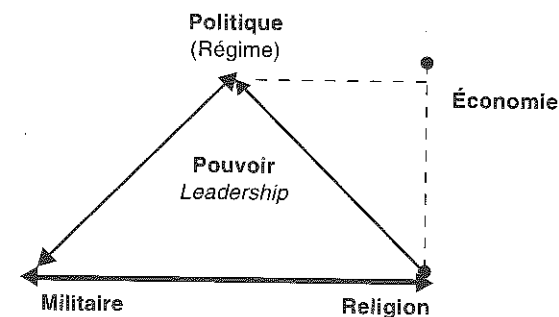
L'attentat terroriste du 11 septembre 2001 contre les tours jumelles de New-York mêle dans un même acte politique les multiples représentations contradictoires de l'urbanisation, de l'idéologie et du sentiment d'insécurité.

Le huitième chantier : l'économie politique et ses rapports avec la psychologie

Faut-il dire que ce chantier est en pleine évolution, voire en quête d'autonomie fonctionnelle. Si la vieille question du pouvoir politique est représentée par un triptyque fort ancien, dont les éléments sont symbolisables par une figure triangulaire en mouvement rotatif, l'économie politique réintroduit le psychologique, mais d'une manière équivoque avec la formule : "l'homo economicus". Car, ici, la question psychologique tourne autour du leadership à un moment donné. Rappel : tout pouvoir (commandement) a un visage.

L'histoire des processus politiques et de ses régimes illustre à merveille la complexité de l'interaction de leurs composants. Certains auteurs classiques ont postulé une éternelle circularité de la structure du pouvoir. Pourtant, sans revenir aux querelles idéologiques, il semble utile de re-situer un quatrième composant du pouvoir qui progressivement surdétermine l'ensemble, et dont la particularité est de toujours rester à l'ombre, bien que de nos jours sa présence soit devenue d'une grossière évidence : le système économique.

Figure 1: L'interaction des grandes représentations du pouvoir



Si, dans ces dernières décennies, il y a eu plusieurs tentatives pour développer une psychologie économique (Katona 1963, Albou 1884, Lassare 1995) pratiquement personne ne s'est occupé de ses liens avec les régimes politiques. Certains ont voulu introduire un rapprochement avec le concept de "besoin". Or, une telle initiative s'est transformée en vœu pieux. Ni les économistes ni les psychologues ne sont arrivés à en faire une notion commune. L'effort est épistémologique. Il faudrait revenir au dialogue (subjectif-objectif) proposé par H. Berr et certains de ses disciples, notamment Simiand, dans le cadre d'une théorie synthétique. Et surtout sans oublier l'œuvre de G. Tarde (1902) qui porte déjà justement le titre de "psychologie économique". Il dénonce dans ce cours au Collège de France l'erreur de méconnaître la nature "éminemment psychologique des sciences sociales, dont l'économie politique n'est qu'une branche" (souligné par nous). Or, contrairement à ce vœu, l'économie politique s'est située hors du champ des sciences humaines et sociales pour devenir une technique.

C'est pourquoi le "vide" persiste encore. Or ce "vide", la psychologie politique est en mesure de le combler, à condition de dépasser la simple utilisation des méthodes psychosociologiques pour étudier les comportements de "consommation".

Pour y parvenir, il faudrait la ré-ouverture des vieux chantiers épistémologiques qui renforcent le cloisonnement de chaque discipline. Car le manque de dialogue et d'intercommunication entre les disciplines humanistes et sociales a fortement contribué à leur propre épuisement sous la forme des micro-théories autonomes.

Neuvième chantier: les étranges liens entre religion, psychologie et politique

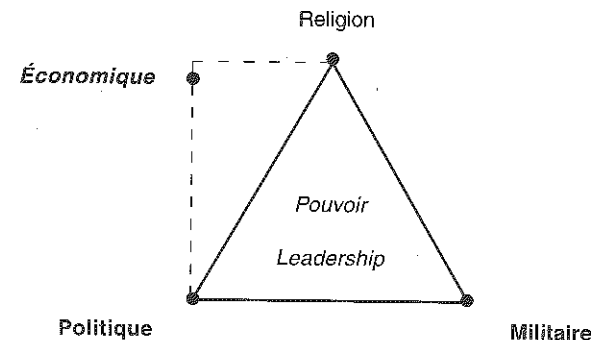
La question de la relation omniprésente de la religion avec l'ensemble des phénomènes sociaux, politiques et psychologiques est un truisme. Tous les auteurs classiques en conviennent. L'histoire en témoigne. Or, le poser dans le cadre actuel, quand l'emprise religieuse est évanescence en Occident, relève d'une réflexion plus récente. La montée de l'islamisme dans le monde et son caractère terroriste (l'attentat du 11 septembre 2001 à New York) sont des faits, dont l'amalgame est fâcheux, mais non moins pertinent.

Sans vouloir évoquer les clichés, largement vulgarisés par la presse, les réflexions des quelques sociologues et politologues tels Kepel (1991), Barber (1997), puis Huntington (1996) montrent l'importance contingente de la question religieuse de nos jours. L'islam n'étant que le sommet d'un iceberg, le renouveau religieux se trouve au cœur de la transmutation culturelle, du malaise de la société moderne et de la crise politique de la démocratie représentative.

Si nous revenons sur la religion, il faut rappeler l'hypothèse de son rôle dans l'organisation sociale, à l'aube de l'humanité, et dans de périodes des crises profondes

(le Moyen Age en Occident reste un paradigme), alors la figure (ci-dessus) que nous avons utilisée pour montrer l'interaction des grandes représentations du pouvoir pivote et, au sommet de la pyramide, l'ordre "politique" est remplacé par l'ordre religieux au sens théocratique.

Figure 2: L'interaction des grandes représentations du pouvoir



Sans rallier les conclusions de l'essai de S. Huntington (1996), faire attention à l'éventualité d'un retour du refoulé religieux est une attitude candide. La société occidentale est sortie depuis un moment des guerres de religion, quoique la virulence et la durée du conflit d'Irlande du Nord dussent (nous) faire réfléchir davantage. D'ailleurs, la séparation de l'État et de l'Église reste un vœu pieux dans un Occident profondément marqué par la tradition judéo-chrétienne.

Le réveil musclé de l'Islam fait partie d'une longue série d'événements qui montrent la fragilité des valeurs laïques et le retrait des positions matérialistes, scientifiques et rationalistes.

Le retour du religieux en politique - sous diverses formes - s'inscrit dans la crise qui traverse depuis plus d'un siècle la culture dite occidentale. Faut-il insister sur le fait qu'il s'agit d'une crise de "sens" plutôt que de "vérité" ? Il y a là un vaste terrain vide, jadis occupé tant bien que mal par ce que certains appellent encore le "sacré", c'est-à-dire le rapport psychologique de l'homme avec le cosmos. Question ancienne, mais jamais vraiment dépassée, qui retrouve une place dans les nouveaux rapports à ciel ouvert que la religion tisse avec la politique à travers la reconversion religieuse des anciens pays communistes, la vision providentielle de l'idéologie libérale de G. W. Bush ou l'engagement des islamistes dans le terrorisme politique.

Comment expliquer cette renaissance religieuse ? Les réponses sont multiples, Spengler n'a-t-il pas parlé déjà au début du XXe siècle de la "décadence d'occident", puis de l'impact de la modernisation et de la technologie sur les structures traditionnelles, des traumatismes affectifs et sociaux, de la fragmentation de

l'homme moderne, et des besoins qui en découlent autour de la recherche d'une nouvelle identité dans un monde sans repères. En somme : c'est une réaction en chaîne à la laïcisation de la société, au relativisme culturel et moral, à l'individualisme et à la solitude des masses. Les conséquences sont une réaffirmation des valeurs canoniques d'ordre, de discipline, de solidarité de groupe et de cohérence psychologique.

En quelque sorte la religion prend la place de l'idéologie de l'émancipation politique et le nationalisme confessionnel celle du cosmopolitisme révolutionnaire issu des révolutions modernes. La force de la transfiguration du religieux nous révèle un fait étonnant : le retour de la religion touche toutes les couches sociales, notamment dans les pays occidentaux : les secteurs urbains, les immigrés, les jeunes et certains intellectuels déçus de la modernité.

Impossible donc de faire comme si ce chantier n'existait pas. Or, les psychosociologues et les psychologues expérimentalistes campent sur des positions révolues en matière de religion, sauf quelques rares exceptions. Il faut se tourner du côté de la sociologie classique et des études en sciences politiques pour reprendre les traces d'une si longue histoire et d'une rentrée si peu attendue, malgré des signes existant depuis fort longtemps.

Le dixième chantier : les rapports entre l'état de la science et la pratique politique.

L'emprise du modèle des sciences dures sur les sciences humaines et sociales s'est effritée. Nombreuses sont les voix qui se prononcent pour une révision de l'état de la question.

La fragmentation des sciences humaines et sociales (SHS) dans laquelle nous avons décelé une des raisons du retour de la psychologie politique et de la tâche de se doter d'une nouvelle transdisciplinarité pose un problème encore majeur : la crise de l'approche scientifique et des modèles issus de la modernité est-elle responsable de l'absence d'un projet alternatif de société ?

La crise de la modernité frappe tous les domaines. C'est une déflagration, dont les conséquences sont politiques. Le marasme démocratique répond - à notre avis - à l'essoufflement du projet humaniste et rationaliste des lumières. De fait, les SHS se trouvent dans l'œil du cyclone. Comment ne pas s'apercevoir que la fragmentation du savoir en SHS et la multiplication de micro-théories laissent sans réponse les grandes questions de société de ces deux derniers siècles.

En réalité, l'époque contemporaine traverse une crise aiguë de manque de synthèses, dont le symptôme est la perte du sens collectif et d'un horizon théorique. L'avenir est envisagé subjectivement d'une manière incertaine et indéchiffrable. L'ambiguïté

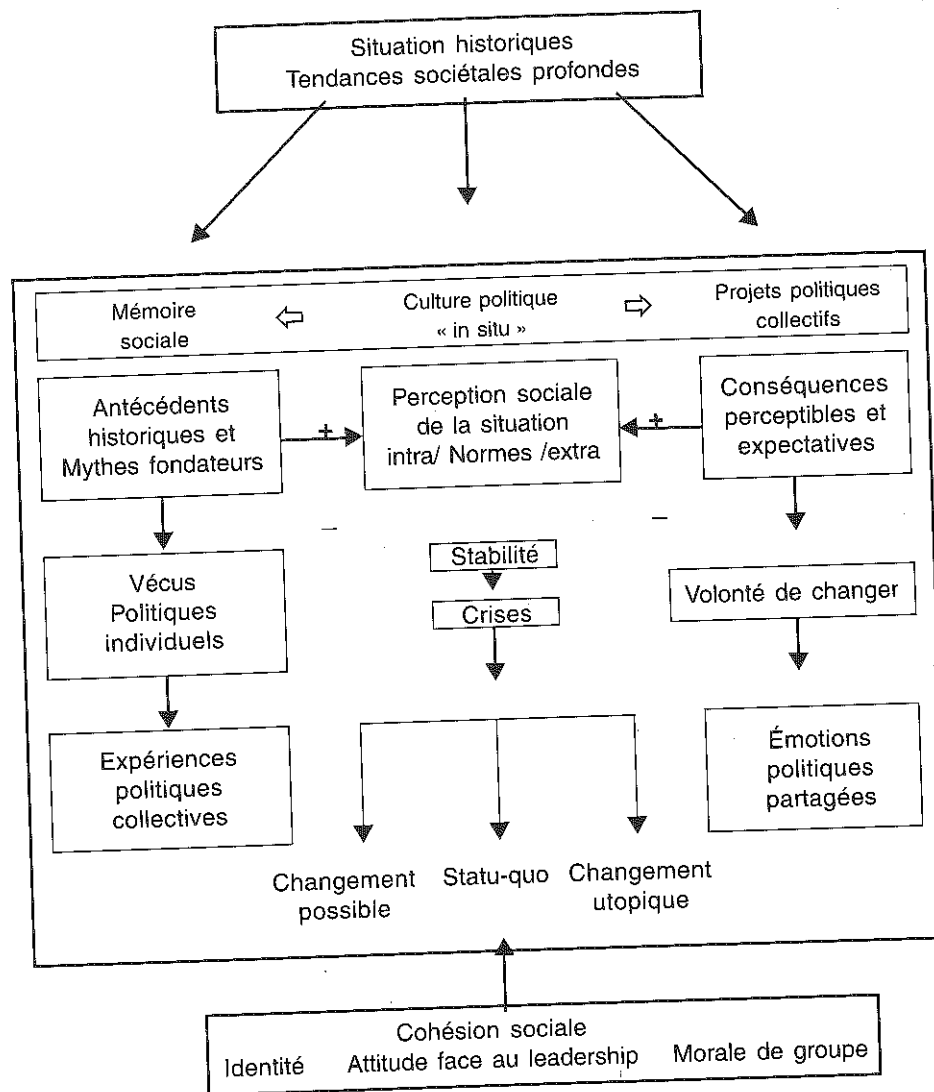
brouille les pistes, renverse les perspectives et fragmente la vision du monde introduite par la modernité. Le siècle des lumières s'obscurcit. La perception de ses grands principes fondateurs (la rationalité, l'universalisme, l'humanisme et la laïcité) se trouble et la réalité se fait évanescence.

La société actuelle est perçue en conséquence comme plus complexe et son processus d'évolution fort peu maîtrisable. Les cadres de compréhension de ses racines, la relation entre société et individu, culture et politique, se trouvent profondément altérés et méconnus de surcroît. D'ailleurs, si la société moderne retrouve une nouvelle phase de globalisation, la transformation des rapports humains et des rapports de production modifie les mentalités autant que les contours de la civilisation. De fait, dans ce contexte, le modèle démocratique montre ses limites, curieusement, au moment même où il s'impose à l'échelle de la planète.

Certes, la société est devenue réflexive, autocritique et globale, mais la sociologie de la modernisation est en train de développer un fatalisme négatif et des comportements à la fois plus compétitifs et davantage individualistes. Les rapports sociaux et les attentes psychologiques ont changé de nature. En conséquence, l'approche des SHS n'échappe guère à cette évolution générale.

Si une telle incertitude touche à la fois le domaine de l'expérience individuelle et celui des institutions collectives, c'est la pertinence, non seulement des gouvernements, mais également des sciences, autant "naturelles" que "sociales", qui est en cause. Certes, la question n'est pas nouvelle en ce qui concerne les sciences sociales, mais elle pose à nouveau deux problèmes, l'un évoqué dans les années 60 par Snow, sur la séparation progressive de la culture scientifique (dure) et de la culture littéraire (molle), l'autre un bilan paradoxal de la production de la connaissance en sciences sociales : le syndrome des "micro-théories". Plus elles se multiplient (via les expériences de laboratoire ou les travaux purement empiriques), moins on dispose d'une théorie sociale explicative compatible avec l'évolution vertigineuse du monde. En conséquence, la connaissance s'émiette, se fragmente et finit par se transformer en connaissance de rien. Il existe deux politiques du savoir que les politiques eux-mêmes sont en train d'écarter : l'attitude de l'expert, de plus en plus légitimé par les pouvoirs, est trop partielle, car munie de la sensibilité de l'histoire. En revanche, l'attitude du généraliste correspond mieux à l'urgence de tenir compte de l'ensemble. Il s'agit de renverser ou plutôt ré-équilibrer la tendance à la micro-spécialisation et l'incommunication du savoir qui en résulte. Une manière d'envisager une telle démarche consiste à réconcilier à la fois la raison et l'émotion, la subjectivité et l'objectivité, ainsi que la volonté de réduire la distance entre les approches qualitatives et quantitatives. Afin d'illustrer la tâche, voici un schéma (provisoire) des variables en considérant les analyses des perceptions de l'interaction sociale et politique.

SCHEMA HEURISTIQUE DE LA PSYCHOLOGIE POLITIQUE



Ce schéma (simple échafaudage à revisiter) ré-introduit trois dimensions, à notre avis négligées par la psychologie sociale et les SHS lorsqu'elles se penchent sur la recherche d'explications de la réalité construite par les hommes. A savoir : la culture, l'histoire et le temps. Les éléments que nous appelons "antécédents" sont le levier de la situation *hic et nunc*, autant que les variables dites d'expectatives (conséquences perçues par les individus) permettent d'envisager le cadre large dans lequel se situe le processus psychologique des changements politiques.

Au fond, notre démarche fait appel à une vision d'ensemble et à la coopération transversale des connaissances issues du champs des SHS, afin de retrouver la matrice originale. Voilà une question d'une heuristique psychopolitique pour observer les phénomènes en mouvement, et les interactions des comportements humains dans un devenir historique (avec ses continuités et ses ruptures), sans faire de la rationalité un système fermé, ni postuler une connaissance unique et indépassable.

5.- A la recherche du temps retrouvé.

Avant de conclure, provisoirement, l'utilité de la psychologie politique se place à la fois sur la construction d'un projet heuristique dans le domaine des sciences humaines et sociales, dont le noyau est la question psychopolitique, et sur le questionnement des problèmes "in situ" qui touchent la contingence de la société contemporaine dans leur historicité et dans leur contexte culturel. Il y a là matière à de nouvelles recherches, capables de dégrossir les rapports concrets entre morale, science et politique. La nature complexe de l'univers politique est ouverte dans ce cas à l'examen rigoureux des attitudes et des comportements à condition de sortir, à la fois, du cadre trop étiqué des résultats expérimentaux de laboratoire et d'une réflexion trop spéculative. La psychologie politique propose une alternative, à la fois, à l'émission des connaissances scientifiques et à l'ambiguïté de la recherche. Ici, il (me) semble suggestif de rappeler une réflexion presque romantique de Moscovici (1988) : "une recherche, si modeste soit-elle, commence par un geste d'indignation". C'est le cœur qui dicte son comportement, mais la formule peut aussi se renverser dans la tradition de la rationalité des anciens : une indignation commence par une idée, si modeste soit-elle, de recherche-action.

Émotion ou raison ? Individu ou masse ? c'est la dualité impérieuse de la pensée occidentale moderne. Mais, contrairement au choix excluant de la raison pure, c'est dans une théorie de l'âme de la cité, si décriée, à une époque encore non complètement révolue, que le dépassement du paradigme cartésien est en train de s'effectuer. Cela vaut aussi pour l'individualisme libéral forcené qui plane sur l'ensemble des sciences humaines et sociales contemporaines.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES:

- ALBOU P. (1984). *La psychologie économique*. Paris: PUF.
- Arendt H. (1972). *Le Système totalitaire*. Paris: Seuil.
- BARBER R. (1997). *La démocratie forte*. Paris: DDB.
- BARBUTO J. (1997). *Taking the charisma out of the transformation leadership*. JSBP. Vol. 12, N°3, 689-697.
- BEAUVOIS J.L. (1994). *Traité de la servitude libérale*. Paris: Dunod.
- BELLENGER L. (1992). *L'Argumentation*. Paris: ESP.
- BRETON Ph. (1996). *L'Argumentation dans la communication*. Paris: La Découverte.
- BRECHON P. (1994). *Le Discours politique en France*. Paris: La Documentation française.
- BRUNER J. (1996). *Meyerson aujourd'hui: quelques réflexions sur la psychologie culturelle*. In Parot F. : *Pour une psychologie historique. Hommage à I. Meyerson*. Paris: PUF.
- CUCHE D. (1999). *La Noción de cultura en las ciencias sociales*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- CHRISTIE R. et Jahoda M. (1954). *Studies in Scope and Method of the Authoritarian Personality*. N.Y: Free Press.
- CHRISTIE R. et Geis F. (1979). *Studies in Machiavelianism*. N.Y: Academic Press.
- COTTERET J-M (1973). *Gouvernant et gouvernés*. Paris: PUF.
- DEBRAY R. (1998). *Le Monument ou la Transmission comme tragédie*. In Actes des entretiens du patrimoine. Fayard.
- DESMEZIÈRES C. et Lehoudey F. (1994). *Les Enfants et le Machiavélisme*. CEPS. U. de Caen.
- DORNA A. (1989). *La psychologie politique, un carrefour disciplinaire*. Hermès 5/6. Paris.
- DORNA A. et Ghiglione R. (1990). *Psychologies politiques*. Psychologie Française. T. 35-2. Paris.
- DORNA A. (1991). *Changement et persuasion*. Thèse d'Habilitation. Université Paris 8, saint Denis.
- DORNA A. (1994). *Diagnostic de la société démocratique contemporaine, pour une psychologie politique pluridisciplinaire*. Connexions n°64.
- DORNA A. (1995). *Les Effets langagiers du discours politique*. Hermes n°16. Paris.
- DORNA A. (1996). *Personnalité machiavélique et personnalité démocratique*. Hermès n°19. Paris.
- DORNA A. (1998 a). *Le Leader charismatique*. Paris: DDB.
- DORNA A. (1998 b). *Fondements de la psychologie politique*. Paris: PUF.
- DORNA A. (1999). *Le Populisme*. Paris: PUF.
- DORNA A. (2001). *La psychologie social a fines del siglo XXe*. Psicología Iberoamericana. México. (à paraître)
- DORNA A. (2003). *La democracia: un espejismo?*. Mexico: Lumen.
- DUCHESNE S. (1998) : *La Citoyenneté à la française*. Paris: Presse FNSP.
- ELIAS N. (1975). *La dynamique d'occident*. Paris: Calmann-Levy.
- GARZON A. et Seoane J. (1996). *El marco de investigacion del sistema de creencias post-modernes*. Psychologie politique n°13. Valencia: Espagne.
- GERTHÉ J. (1979). *Le Langage des socialistes*. Paris: Stanké.
- GHIGLIONE R. et Bomberg M. (1998). *Discours politique et télévision*. Paris. PUF
- GHIGLIONE R. et al (1986). *L'Homme communiquant*. Paris: Colin.
- GHIGLIONE R. et al (1989). *Je vous ai compris*. Paris: Colin.
- GOLEMAN G. (1995) : *Emotional intelligence*. N. Y: Batam books.
- GUÉRAINE M. (1998) : *Le Prince moderne*. Paris: Flammarion.
- HAGÈGE C. (1985) *L'homme de paroles*. Paris: Fayard. Hass V. et Jodelet D. (1999) : *Pensée et mémoire sociale*. In J.P. Petard: psychologie sociale. Bréal.
- HALLOWAY J. et Pelaez E.: *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico*. London. Pluto Press. 1998.
- HASS V. et Jodelet D. (1999) : *Pensée et mémoire sociale*. In JP Petard: psychologie sociale. Paris: Bréal.
- HASSAN al-turabi (1992) : *The islamic awakening second wave*. New perspectives quarterly. 9, p. 52-55.
- HOUSE R. (1992) : *Personality and Charismatic Leadership*. Leadership quarterly 3(2), 81-108.
- HUNTINGTON S. (1997) : *Le choc des civilisations*. Paris: Jacob.
- JODELET D. (1992) : *Mémoire de masses: le côté moral et affectif de l'histoire*. Bulletin de Psychologie, 45, n°405.
- KATONA G. (1963) : *Psychological analysis of economics behaviour*. N. York: McGraw-hill
- KEPLER G. (1991) : *La revanche de Dieu*. Paris: Seuil.
- KISS A. (1999) : *Des aveux incertains ?* Topiques, n° 70.
- LABBÉ D. (1983) : *F. Mitterrand. Essai sur le discours*. Paris: La pensée sauvage.
- LANE R. (1982) : *Gouvernement and self-esteem*. Political today. Vpl.1. 1. 5-31
- LASSARE D. (1995) : *Psychologie sociale et économie*. Paris: Colin.
- LEVY-LEBLOND JP et Jaubert A. (1975) : (auto)critique de la science. Paris. Seuil.
- MANIN B. (1995) : *Le Principe du gouvernement représentatif*. Paris. Flammarion.
- MOSCOVICI S. (1988) : *La Machine à faire des dieux*. Paris: Fayard.
- NAMER G. (1987) *Mémoire et société*. Paris: Méridiens.
- RAJCHENBERG E. et Héau-Lambert C. (2000) : *Las Mil y Una Memorias*. Revue «Bajo el volcan». Puebla: (Mexique)

- ROUQUETTE M.L. (1994). *Sur la connaissance des masses*. Grenoble: P.U.G.
- REBOUL B. (1994). *Comparaison de la structure du langage de deux types de personnalité: le machiavélique et le non-machiavélique*. Maîtrise. U. Paris 8
- RONDEAU A. (1986). *La Relation supérieur-subordonné: un modèle diagnostic*. Revue québécoise de psychologie. Vol.7,nº&-2.182-202
- SARTORI (1979). *La politica*. Milan: Sucargo.
- THOMPSON J.B. (1995). *The Media and Modernity*. Stanford. University Press.
- TOURAINÉ A. (1984). *Le Retour de l'acteur*. Paris: Fayard.
- TROGNON A. et Larrue J. (1994). *Pragmatique du discours politique*. Paris: Dunod.

Neste número da Revista Psicologia Política inicia uma nova sessão chamada *Dossiê em Debate*. A intenção, neste espaço, é trazer a público questões contemporâneas para que sejam motivo de debate junto à comunidade acadêmica e aos demais leitores envolvidos com o tema. Assim, cada vez que houver um tema que mereça ser trazido a público, a Revista Psicologia Política selecionará um conjunto de artigos e ensaios e lançará uma nova edição desta sessão.

Na presente sessão, o tema escolhido refere-se à luta por Direitos Humanos e pela livre expressão da sexualidade deflagrada pelo Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros – LGBT. Tal temática vem à tona devido ao fato de quase não haver publicações acadêmicas que busquem debater a questão, apesar deste movimento ter reunido um número expressivo de pessoas nas ruas do Brasil e do Mundo em suas tradicionais Paradas do Orgulho LGBT.

Nesta Edição da Revista Psicologia Política apresentamos três artigos internacionais que se propõem a debater algumas das inúmeras questões que envolvem o universo LGBT. No primeiro artigo, vindo de Portugal e de autoria de Ana Cristina Santos, debateremos as questões relacionadas à cidadania sexual, contextualizando o exercício da cidadania através do ativismo lésbico, gay, bissexual e transgênero nas três décadas de democracia portuguesa, bem como as conquistas simbólicas e factuais deste movimento, suas reivindicações e suas redes sociais. No segundo artigo, escrito pelo espanhol Fernando Villaamil Perez, encontramos o fecundo debate acerca de uma questão importante para qualquer uma das pessoas que vivem uma outra orientação sexual que não a orientação heteroerótica dominante. Neste trabalho, o autor discute as múltiplas facetas envolvendo o *armário*, os modos em que se articulam as práticas de sujeitos gays frente às desigualdades socioestruturais e a produção de representações e identidades em torno da diferença sexual. Por fim, o terceiro artigo escrito pelo Antropólogo Francês Daniel Weltzer-Lang trata de debater um problema de ordem interna do movimento. Weltzer-Lang, fundador da rede de homens pró-feministas, debate o preconceito internalizado que uma significativa parcela da comunidade LGT tem para com os 'B' – Bissexuais. Para tanto, o autor fundamenta-se, tanto na literatura disponível quanto em entrevistas realizadas com estudantes universitários de Toulouse – França – buscando publicizar o debate sobre a *bifobia*.

Assim, a Revista Psicologia Política procura contribuir para a ampliação dos estudos a respeito de temáticas que são relevantes em nosso cotidiano, mas que nem sempre têm visibilidade. Aqui se lança um olhar psicopolítico sobre a questão, na esperança de, com essa iniciativa, auxiliar os pesquisadores que se dedicam a esta temática, aprofundá-las e a consolidar este tema como um tema merecedor da atenção dos acadêmicos brasileiros.

Alessandro Soares da Silva
Organizador do Dossiê

Cidadania Sexual na Democracia Portuguesa

Sexual citizenship in Portuguese democracy

Ana Cristina Santos*,
cristina@ces.uc.pt

Resumo

As questões relacionadas com a cidadania sexual são muito recentes em Portugal. Este artigo visa contextualizar o exercício da cidadania através do activismo lésbico, gay, bissexual e transgênero nas três décadas de democracia portuguesa. Para o efeito são analisadas as conquistas simbólicas e factuais deste movimento, suas reivindicações, bloqueios jurídicos e construção de redes com outros grupos sociais discriminados.

Palavras-chave

cidadania sexual, LGBT, direitos, democracia, movimentos sociais

Resumen

Las cuestiones relacionadas con la ciudadanía sexual son muy recientes in Portugal. Este artículo visa contextualizar el ejercicio de la ciudadanía por medio del activismo lesbiano, gay bisexual e transgênero en las tres décadas de democracia portuguesa. Por lo tanto, son analizadas las conquistas simbólicas y factuais de este movimiento, sus reivindicaciones, bloqueos jurídicos y construcción de redes con otros grupos sociales discriminados.

Palavras-Clave

Cidadania sexual, LGBT, derechos, democracia, movimientos sociales

* Socióloga, Investigadora Permanente no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

SANTOS, A. C. (2004). Cidadania sexual na democracia portuguesa. *Psicologia Política*, 4(8), 257-278.

Abstract

In Portugal issues related to sexual citizenship are very recent. This paper aims to contextualise the exercise of democracy through LGBT activism on the three decades of Portuguese democracy. Therefore, I analyse the factual and symbolic achievements of this movement, its demands, juridical obstacles and networking with other discriminated social groups.

Keywords

sexual citizenship, LGBT, rights, democracy, social movements

Introdução

Portugal celebrou recentemente trinta anos da queda de um regime político autoritário que foi dominante durante quase meio século. A emergência da democracia numa sociedade profundamente católica, conservadora e vergada sob o peso de défices socio-económicos e culturais diversos revelou-se de modo intenso embora irregular. As contradições internas da sociedade civil portuguesa têm sido apontadas por diversos autores. Algumas destas contradições tiveram reflexos directos nas formas colectivas de protesto entretanto construídas. Assim, a ausência de mecanismos de participação decorrente da opressão política traduziu-se em colectivos sociais dispersos, pouco organizados e com fracas articulações entre si. Estas características exerceram os seus efeitos na génese de muitos movimentos sociais que, pesem embora manifestas dificuldades organizacionais, identificaram sementes de indignação e formularam reivindicações partilhadas conducentes a formas sistemáticas de expressão colectiva. Assim nasceu também o movimento lésbico, gay, bissexual e transgénero (LGBT) em Portugal.

O presente artigo pretende reflectir sobre o modo como o movimento LGBT português se constituiu, trazendo à superfície exigências, obstáculos, avanços e articulações num contexto de construção da democracia nacional e do projecto político europeu.

1. Construindo a (in)visibilidade histórica

O regime ditatorial encarregou-se de reprimir, perseguir e encarcerar pessoas suspeitas de transgredir uma lei datada de 20 de Julho de 1912 e que equiparava a homossexualidade ao crime de vadiagem, criminalizando-a de forma idêntica à prostituição ou ao proxenetismo. A homossexualidade era encarada como um vício *contra natura*, ao que acrescia o facto de subverter os valores da honra masculina, desafiando os padrões morais e as estruturas familiares tradicionais tão caras ao regime. Assim sendo, procurou-se controlar os perigos que o homossexual colocava através da aplicação de algumas “medidas de segurança”, remetendo-o, quer por sentença do tribunal, quer por decisão administrativa, para as Mitras, estabelecimentos para “vadios e seus equiparados”, resultantes da Nova Organização Prisional de 1936, ou internando-os em casas de trabalho (Bastos, 1997: 238-239). Mas nem todos os instrumentos de repressão à homossexualidade utilizados pelo regime eram protegidos pela lei. Na verdade, eram comuns as acções levadas a cabo pelos “arrebentas”, polícias responsáveis por rugas a locais públicos alegadamente frequentados por homossexuais, tais como casas de banho, praias e jardins, a fim de lhes extorquir dinheiro em troca de silêncio e liberdade (Bastos, 1997: 239).

A conquista da democracia através da revolução político-militar de Abril de 1974

gerou um clima de abertura ideológica aparentemente propiciador à aceitação daqueles que o regime silenciara durante quase meio século. Ao longo do período revolucionário, surgiram algumas manifestações de mobilização lesbígay no país. A 13 de Maio de 1974 o *Diário de Lisboa* publicou o manifesto do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária (MAHR), intitulado “Liberdade para as minorias sexuais”.¹ Seis anos depois, a 25 de Outubro de 1980, nasceu o Colectivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), primeiro motor de dinamização colectiva dos homossexuais portugueses. Durante a década de 1980, verificam-se ainda dois outros acontecimentos que afectaram directamente o meio lesbígay português: o ciclo de debates “Ser (Homo)sexual”, realizado em 1982 no Centro Nacional de Cultura, unanimemente considerado como o primeiro grande debate público sobre o tema, e duas edições do Congresso Nacional de Sexologia, em 1984 e 1987.

Excepção feita a estas movimentações, a década de 1980 acabou por ficar aquém das expectativas face ao que vinha sendo uma realidade em países como a Grã-Bretanha, a França ou os Estados Unidos.² Mas se esta década pode ser caracterizada por uma série de pequenos acontecimentos dispersos, com destaque para os debates, os anos 1990 foram marcados pela emergência de diferentes organizações LGBT em Portugal e pelas acções que estas levaram a cabo.³

Em 2004, a história das associações LGBT em Portugal conta com a existência de cerca de 15 organizações (entre grupos informais e associações formais), das quais 11 se mantêm activas até hoje.⁴

Na história mais recente do movimento LGBT português, destaco quatro marcos temporais. O *primeiro marco* é 1997, ano da inauguração do Centro Comunitário Gay e Lésbico, da responsabilidade da delegação portuguesa da International Gay and Lesbian Association (ILGA Portugal). É ainda de 1997 que data a realização da primeira celebração do orgulho homossexual no país, denominada “Arraial Gay” e da primeira edição do Festival de Cinema Gay e Lésbico, ambos em Lisboa.

O *segundo marco* é 2000, ano em que se organizou a 1ª Marcha de Orgulho à qual aderiram cerca de 500 pessoas. Foi também neste ano que, pela primeira vez, o Arraial Gay – celebração noturna com espectáculos diversos – foi organizado conjuntamente pelas

¹ Este manifesto caracterizava-se por uma forte consciência política identificada com a esquerda revolucionária e apelava à luta conjunta de todos os cidadãos contra a repressão sexual, exigindo simultaneamente a introdução de uma disciplina de Educação Sexual em todas as escolas e alterações jurídicas no sentido da descriminalização da prática homossexual.

² Recorde-se que os anos 1970 surgiram como um período de libertação LGBT para os Estados Unidos da América, palco de uma crescente diversidade sexual cada vez mais pública e politizada, bem como de uma cultura homoerótica consolidada. Foi durante esta década que a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da sua tabela de doenças mentais, o que constituiu um importante marco na luta contra a discriminação com base na orientação sexual.

³ Para uma reflexão acerca dos actores que se envolvem nos movimentos sociais, ver McAdam et al (2001: 132 ss.).

⁴ Uma descrição detalhada das associações LGBT pode ser encontrada em Santos 2004 e 2005.

principais organizações LGBT do país. Para além da já habitual leitura do comunicado do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Arraial 2000 começou com um momento de discurso, no qual os dirigentes das organizações LGBT envolvidas⁵ reflectiram sobre a importância daquele dia no processo de emancipação sexual, enfatizando a necessidade de alargar esta luta ao interior, aos que estão isolados e a toda a sociedade.

O *terceiro marco* aconteceu em 2002 através de dois eventos principais: a realização da 1ª Semana do Orgulho Gay, Lésbico, Bissexual e Transgénero, culminando na Marcha do Orgulho inserida num panorama político adverso⁶ e desenhada em novos moldes, e a realização das primeiras Jornadas Lésbicas. Realizada em Lisboa, de 24 de Junho a 1 de Julho de 2002, a 1ª Semana do Orgulho LGBT incluiu exposições, recitais, debates e filmes de temática não-heterossexual. Reflectindo uma evolução claramente positiva nos eventos públicos LGBT nacionais, a Marcha do Orgulho de 2002 reuniu o maior número de participantes desde a sua primeira edição em 2000 – segundo dados fornecidos *in loco* pela organização do evento, estiveram presentes cerca de 2 mil pessoas. Uma outra característica importante desta sua 3ª edição prende-se com o abandono do traçado anterior, conotado com as geografias da homossexualidade lisboeta.⁷ Assim, esta Marcha seguiu o percurso adoptado por todas as marchas realizadas na capital – desde os sindicatos até ao activismo em torno da paz –, com início na rotunda do Marquês de Pombal, descendo a Avenida da Liberdade e culminando no Largo do Rossio. Por fim, o próprio modelo da Marcha adquiriu novos contornos, fazendo-se uso de símbolos mais visíveis – destaque-se a presença de dois aros gigantes revestidos com balões coloridos formando arco-íris –, de apoio sonoro – uma carrinha de som intercalava música temática com palavras de ordem que eram repetidas pelos manifestantes – e de carros alegóricos decorados pelas associações participantes. Também a comunicação social deu uma maior cobertura ao evento, não só nos espaços noticiosos daquele mesmo dia como num especial levado a cabo por dois programas – “Catarina.com” e “Master Plan” –, ambos no canal televisivo SIC.

Uma semana após a Marcha, entre 5 e 7 de Julho do mesmo ano, nas instalações do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, o Clube Safo realizou as primeiras Jornadas Lésbicas, ocasião em que cerca de 300 especialistas e interessados/as discutiram um leque variado de temas relacionados com o lesbianismo em Portugal – desde o enquadramento jurídico, até as questões da saúde, passando por outros temas como a população LGBT idosa, a adopção, o activismo, a inseminação artificial, o feminis-

⁵ Ao palco foram chamados os dirigentes José Manuel Fernandes, da ILGA Portugal; António Serzedelo, da Opus Gay; Fabiola, do Clube Safo; e Sérgio Vitorino, do Grupo de Trabalho Homossexual.

⁶ Recorde-se que, desde 17 de Março de 2002, o governo eleito resultou de uma coligação entre os dois partidos de Centro-direita: Partido Social Democrata (PSD) e Partido Popular (PP).

⁷ A Marcha costumava partir do Jardim do Príncipe Real, uma zona da cidade de Lisboa que pertence ao imaginário gay que lhe está associado por via dos diversos locais de diversão nocturna LGBT que ali se situam.

mo, a saída do armário, o discurso heterossexista, as famílias, as políticas sociais ou a educação sexual. Das Jornadas resultou um documento final – já designado como um manifesto lésbico português – contendo as principais tomadas de posição aprovadas pelos/as participantes.⁸ Para além das diversas reflexões de cariz mais técnico-cognitivo apresentadas por sexólogos/as, sociólogos/as, psicólogos/as e juristas, importa realçar outra vertente do evento trazida pelos testemunhos de familiares de gays e lésbicas, de famílias lésbicas e de activistas dos direitos LGBT. Esta iniciativa do Clube Safo rompeu com a invisibilidade da temática lésbica no país.

Por fim, o *quarto marco* registou-se em 2003, designadamente durante o 1º Fórum Social Português (FSP). Produto construído ao longo de diversos meses de conversações, negociações e reconhecimentos mútuos entre o movimento LGBT e outros movimentos sociais portugueses, o FSP representou a entrada pela porta principal das organizações LGBT no edifício da sociedade civil organizada, cujos efeitos se traduziram pela sua elevada participação nos mais diversos momentos desse evento, bem como na adesão de outras organizações na 4ª edição da Marcha do Orgulho realizada 3 semanas depois e que contou, pela primeira vez, com as presenças oficiais da ATTAC, da Rede Lilás e da CGTP, entre outros.

2. Activismo LGBT nacional: reivindicações e discursos

Na década de 1990, com o surgimento de organizações LGBT portuguesas, começaram a tomar forma determinadas reivindicações conducentes a uma crescente politização da sexualidade. A primeira exigência por parte destas organizações consistiu na alteração do artigo 13º da Constituição Portuguesa, para adicionar a expressão “orientação sexual” ao rol de atributos que proibem a discriminação.⁹ Esta foi a bandeira política da ILGA-Portugal em 1996, ano em que apresentou uma proposta de revisão constitucional, posteriormente adoptada pelo Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e que acabou por ser chumbada.¹⁰ Apenas a 22 de Abril de 2004, foi aprovada pela Assembleia da República uma revisão constitucional que, entre outras alterações, inseriu a orientação sexual como critério de proibição da discriminação.

A partir de 1997 os esforços políticos canalizaram-se para a questão das uniões de facto desencadeada pelo projecto-lei apresentado pelo então líder da Juventude Socialista Por-

tuguesa (JS), Sérgio Sousa Pinto. Em 1998, o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, anunciava que seriam tomadas medidas legislativas em relação às uniões de facto de casais heterossexuais, deixando para um segundo momento as uniões homossexuais, com o argumento de que “não faz sentido sacrificar a solução de problemas concretos de pessoas cuja resolução é fácil de encontrar, enquanto procuramos soluções para problemas mais complexos que carecem, naturalmente, de estudo” (*Público*, 10/03/1998). As reivindicações colocadas pelos casais heterossexuais em união de facto acabaram por ser contempladas em Maio de 1998. A JS, porém, insistiu publicamente na necessidade de alargar a protecção jurídica às uniões de facto entre homossexuais.¹¹ Contudo, em Março de 1999, o Projecto-lei 527/VII sobre as uniões de facto viria a ser revogado pela Assembleia, levando a que, uma vez mais, os homossexuais ficassem excluídos do reconhecimento legal ambicionado. A 13 de Maio de 1999, a JS apresentou em Assembleia uma reformulação do anterior projecto-lei, propondo direitos sociais para as pessoas em situação de economia comum há mais de dois anos. Tal designação, reduzindo uma relação familiar e de afecto a uma vertente económica, provocou a indignação da comunidade homossexual. Todavia, o diploma consagrava direitos desde há muito pretendidos, tais como a protecção da casa de morada comum, o regime jurídico de férias, a aplicação do regime de imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados judicialmente e a protecção na eventualidade de morte do beneficiário pela aplicação do regime geral da Segurança Social. Finalmente, a 15 de Março de 2001 foram aprovados no Parlamento os diplomas visando a economia comum e as uniões de facto independentemente do sexo.¹²

Nos últimos anos, para além da questão das uniões de facto, outras exigências em matéria de política sexual tomaram forma. Uma das lutas mais mediáticas constituiu-se em torno da regulamentação da Lei 3/84 sobre “Educação sexual e planeamento familiar”. Somente em 1995, 11 anos após a aprovação da lei, foi decidida a implementação de um projecto experimental em cinco escolas do país¹³, designado

¹¹ Ver Juventude Socialista, 1999.

¹² A lei 7/2001, de 11 de Maio, adopta medidas de protecção jurídica das uniões de facto, garantindo o direito à protecção da casa de morada de família, a beneficiar do regime jurídico de férias, faltas, feriados, licenças equiparado ao dos cônjuges, preferência na colocação dos funcionários da Administração Pública, ao regime do imposto de rendimento nas mesmas condições dos sujeitos casados, à protecção em caso de morte do beneficiário através da aplicação do regime geral de segurança social, à prestação por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional e à pensão por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país. Por seu turno, a lei 6/2001, também de 11 de Maio, protege “pessoas que vivam em economia comum há mais de dois anos” e não constitui factor impeditivo da sua aplicação a coabitação em união de facto. A diferença essencial em relação à lei das uniões de facto consiste no facto de não mencionar especificamente que se aplica independentemente do sexo dos sujeitos e em não conceder quaisquer pensões.

¹³ Foram seleccionadas a Escola Básica nº 2 de S. Julião em Gouveia, a Escola Secundária do Viso em Setúbal, a Escola Secundária de Águas Santas no Porto, a Escola Básica 2-3 de Évora e a Escola Joaquim Magalhães de Faro. Foram também escolhidas outras cinco escolas, nas quais o projecto não será implementado, que servirão de grupos de controlo da experiência (Portugal, 1995).

⁸ Disponível em <http://www.clubesafos.com>

⁹ No nº 2 do referido artigo constitucional pode ler-se: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social” (Canotilho, 1997: 16).

¹⁰ Em Abril de 1997, a proposta de revisão constitucional do artigo 13º, apresentada por Os Verdes, reuniu a aprovação do PCP e do PS. Contudo, a abstenção do PP e do PSD constituiu um impedimento à maioria de dois terços de votos necessários, para que a lei fosse aprovada (Almeida, 1997: 6).

por “Educação Sexual e dos Afectos”. Contudo, dois anos depois da implementação do projecto-piloto, em 1997, um inquérito realizado pela Direcção-Geral de Saúde a 108 professores dos ensinos básico e secundário dava conta das dificuldades na abordagem a diversas questões relacionadas com a sexualidade no contexto escolar: 44% dos inquiridos sentiam-se embaraçados ao falar de masturbação, seguidos de perto pelos 32% que não gostavam de abordar a homossexualidade (Pereira, 1997: 76).

A educação sexual é, de facto, uma das mais antigas preocupações da comunidade LGBT portuguesa, como nos dá conta o Manifesto do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária, em 1974, onde se pedia “às autoridades e ao povo português [...] a imposição de uma Educação Sexual que não discrimine as práticas homossexuais, em todas as escolas”. Já na década de 1990, o *Manifesto de Fundação do GTH-PSR* apresentava exigências similares:

“Queremos uma escola que saiba educar sexualmente, que faça a distinção entre atracção e reprodução, entre sexo e cópula, entre afectividade e contratos legais. Queremos uma educação que eduque realmente, desenvolvendo o individuo pela resposta às suas potencialidades e não pela repressão dessas mesmas potencialidades. Queremos uma escola que questione as normas, em vez de as impor” (GTH, 1991).

Em 1999, por ocasião de mais uma celebração do Dia do Orgulho Homossexual,¹⁴ foi publicamente distribuído e divulgado o manifesto assinado por uma plataforma de associações portuguesas, nomeadamente ILGA-Portugal, GTH, Opus Gay, Grupo Lilás, Clube Safo, Abraço e revista *Korpus*. O referido manifesto, constituído por 15 reivindicações, não esqueceu, uma vez mais, o tema da educação sexual, exigindo a exposição da pluralidade das orientações sexuais e o combate à gravidez adolescente e ao aborto clandestino.

A 24 de Junho de 1999 a Assembléia da República aprovou o decreto nº 416/VII, resultante de um projecto-lei apresentado pelo Partido Comunista Português, no qual se consagrava a criação do “Programa para a Promoção da Saúde e da Sexualidade Humana”, cuja transdisciplinaridade significa o ensino obrigatório de temas como a sexualidade, a SIDA, a contracepção e a igualdade sexual, em diversas disciplinas desde o ensino básico ao secundário? (Sanches, 1999). Tal decisão permite adivinhar o reconhecimento, por parte do Estado, da importância da informação e da discussão pública em áreas anteriormente aprisionadas na esfera privada, denotando uma crescente intervenção política no âmbito dos comportamentos sexuais. Esta intervenção, como temos vindo a demonstrar, pauta-se por alguma timidez jurídica e governativa,

¹⁴ O Dia do Orgulho Homossexual é celebrado publicamente em Portugal desde 1997.

uma vez que escasseiam medidas de fundo inequívocas no combate à discriminação com base na orientação sexual.

Em 2002, no designado Manifesto “Reconhecer a Diversidade, Promover a Igualdade”, as associações LGBT portuguesas apelaram à aplicação efectiva da lei 120/99, de 11 de Agosto, que reforça as garantias ao direito à saúde reprodutiva, consagrando medidas específicas no âmbito da educação sexual.¹⁵ Nesse mesmo documento, outras três reivindicações foram formuladas, nomeadamente a protecção legal anti-discriminação, aplicação efectiva da lei das uniões de facto e a protecção de todas as formas de agrupamento familiar, incluindo o acesso à reprodução medicamente assistida e à adopção.¹⁶

Nos anos seguintes, os manifestos anuais do movimento mantiveram muitas das antigas reivindicações, assumindo contudo contornos renovados impostos pela agenda externa ao próprio movimento. De facto, é notória uma crescente aproximação da Europa e da retórica do direito internacional – com especial incidência nos documentos internacionais de direitos humanos e direitos sexuais – como forma de legitimar publicamente uma luta que frequentemente requer transformação jurídica nacional. Disso nos dá conta o texto do Manifesto “Reconhecer a diversidade, promover a igualdade”, apresentado em 2002 durante a Marcha LGBT:

“Portugal assinou em 1999 o Tratado de Amesterdão e em 2001 o Tratado de Nice. Ambos, juntamente com inúmeras directivas europeias, consignam, entre outras, a não discriminação em função da orientação sexual. Apesar disso, e embora a Constituição portuguesa contemple a proibição de várias formas de discriminação, continua a ignorar a discriminação em função da orientação sexual e de género (vivido ou percebido). (...) É tempo de a lei portuguesa dar aos cidadãos as mesmas garantias de defesa dos direitos humanos que a nível europeu o Estado português já assumiu. Seja explicitando no artigo 13º da Constituição a não discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, seja criando uma nova lei específica que assuma o papel do Estado no combate a todas as formas de homofobia” (<http://portugalpride.org/manif2002.asp>).

Acresce ainda que a defesa dos direitos humanos LGBT no contexto nacional parece tornar-se mais sólida por via da invocação das experiências que têm lugar noutros países europeus, com democracias consolidadas e pluralistas.

¹⁵ No nº 5 do artigo 2º da referida lei pode ler-se “Nos planos de formação de docentes, nomeadamente os aprovados pelos centros de formação de associações de escolas dos ensinos básico e secundário, deverão constar acções específicas sobre educação sexual e reprodutiva”.

¹⁶ Ver <http://portugalpride.org/manif2002.asp>.

3. Bloqueios jurídicos aos direitos LGBT

Esta secção incidirá sobre aspectos jurídicos que condicionam o pleno exercício de uma cidadania sexual no contexto da democracia portuguesa.

No actual Código Penal, revisto em 1995, a única situação em que a homossexualidade é considerada um factor relevante de incriminação da conduta refere-se ao “descaminho de menores por maiores do mesmo sexo” correspondente ao artigo 175º do actual Código.¹⁷ A existência deste artigo denuncia os preconceitos morais do legislador, ao repetir interdições anteriormente consagradas em outros artigos – “abuso sexual de crianças” (artigo 172º), “abuso sexual de adolescentes e dependentes” (artigo 173º) e “estupro” (artigo 174º) –, desta feita com o aparente intuito de criminalizar, especificamente, a orientação não-heterossexual do/a abusador/a, induzindo tratar-se de um crime porventura mais condenável do que um abuso heterossexual de menores. Na verdade, tal distinção tem tradução directa nas idades mínimas de consentimento sexual permitidas por lei – 14 anos, no caso de relações heterossexuais, e 16 anos, relativamente às relações LGBT – facto que contraria inúmeras recomendações por parte das instituições europeias.

Relativamente ao Código Civil português, os aspectos mais relevantes para esta discussão prendem-se com o Direito de Família, nomeadamente com o que é designado por fontes das relações jurídicas familiares:

“São fontes das relações jurídicas familiares o casamento, o parentesco, a afinidade e a adopção [artigo 1576º]. Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código [artigo 1577º; redacção do Decreto-lei 496/77, de 25 Novembro]. Parentesco é o vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum [artigo 1578º]. (...) Afinidade é o vínculo que liga cada um dos cônjuges aos parentes do outro [artigo 1584º]. (...) O casamento é católico ou civil [artigo 1587º]. (...) É juridicamente inexistente (...) o casamento contraído por duas pessoas do mesmo sexo [artigo 1628º]”.

Relativamente à adopção por casais de lésbicas ou gays, no âmbito da lei das uniões de facto, a possibilidade de adopção simples ou de adopção de filhos/as do/a companheiro/a existe apenas no registo da heterossexualidade. Relativamente ao exercício de poder

¹⁷ “Quem, sendo maior, praticar actos homossexuais de relevo com menor entre os 14 e os 16 anos, ou levar a que eles sejam por este praticados por outrem, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias” (apud Lopes, 1995: 67).

parental, o nosso Código Civil prevê a sua atribuição exclusiva ao pai e mãe biológicos do/a menor. Finalmente, a respeito da procriação medicamente assistida, a lei é omissa. Embora uma lei limitando o acesso a tais técnicas apenas a casais heterossexuais e casados tivesse sido aprovada pelo Parlamento a 17 de Junho de 1999, tal lei acabou por não ser promulgada pelo Presidente da República. Contudo, cada processo é manifestamente influenciado pelo parecer técnico da Comissão Nacional de Ética, para quem as reivindicações dos casais LGBT não são aceitáveis. De facto, a quando da preparação do projecto-lei sobre reprodução medicamente assistida (RMA) em 1993, o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida foi chamado a dar o seu parecer sobre a matéria em análise.¹⁸ No capítulo 3, alínea a), ponto iii) desse relatório parecer podia ler-se:

“a) O princípio da não instrumentalização da pessoa humana aplicado à utilização das técnicas de RMA leva-nos, assim, a concluir que essas técnicas: iii) Devem aplicar-se exclusivamente a casais heterossexuais com garantias de estabilidade (legalmente constituídos ou não) e de condições adequadas para o completo e harmónico desenvolvimento do nascituro, ficando excluídas as situações em que ele viesse a ter só mãe ou só pai, quer por inseminação post mortem, quer por procriação de uma mulher isolada (sem ligação, nem de direito nem de facto, a um homem) ou de um homem isolado (por recurso a mãe de substituição)” (Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, 1993).

Os argumentos frequentemente utilizados contra a adopção por casais do mesmo sexo invocam os direitos da criança como justificação moral e ideológica para a manutenção de uma lei que faz acepção de pessoas com base na sua orientação sexual, contrariando assim recomendações da União Europeia e do Conselho da Europa contra este tipo de discriminação.¹⁹

¹⁸ Em Janeiro de 1997, esta mesma entidade apresentou à Assembleia da República um parecer a cerca da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, no qual afirma que o aborto “nas primeiras doze semanas, a pedido da mulher, ‘é contrário aos princípios éticos’ e aos ‘fundamentos do nosso sistema jurídico’” (Almeida e Simões, 1997: 20).

¹⁹ A contra-argumentação é, de facto, ampla. Já sabemos que a orientação sexual das crianças não deriva da orientação sexual dos seus pais/mães (ainda que derivasse, apetece perguntar onde reside a legitimidade de quem receia que um filho de uma lésbica seja, por exemplo, gay, quando defendemos uma sociedade em que a orientação sexual não é factor de legitimação nem de desqualificação). Também sabemos que a discriminação das crianças adoptadas poderá acontecer num primeiro momento, tal como sucedeu com filhos/as de casais bi-raciais ou divorciados, sem que por isso o mundo tenha compactuado indefinidamente com a manutenção de uma situação de injustiça e desigualdade sociais. Sabemos ainda que a Academia Norte-Americana de Pediatria emitiu recentemente um parecer favorável à adopção homossexual, em que afirma que dois pais gay ou duas mães lésbicas podem facultar um desenvolvimento emocional, cognitivo, social e sexual das suas crianças equiparado ao desenvolvimento de filhos de casais hetero. O mesmo parecer postula ainda que “o desenvolvimento óptimo de uma criança parece ser mais influenciado pela natureza das relações e das interacções com a unidade familiar do que pela forma estrutural particular que esta assume” (<http://www.aap.org/policy/020008t.html>). Finalmente, as instituições europeias têm advertido os Estados-membro para a alteração de leis discriminatórias respeitantes, por exemplo, à adopção por casais não-heterossexuais.

Ao abrigo da lei, muitas outras situações de manifesta discriminação têm tido lugar, designadamente no que respeita acórdãos e sentenças judiciais. Entre outros exemplos, sobressai o caso Mouta *versus* Portugal, apresentado ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em 1998. Mais recentemente, em Outubro de 2003, a propósito do caso de um cidadão acusado de abuso sexual de adolescentes,²⁰ verificou-se a elaboração de um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça cujos conteúdos contrariam sucessivas recomendações por parte das instituições europeias. No referido acórdão pode ler-se, a propósito da natureza dos actos homossexuais entre adultos e menores:

“[É] objectivamente mais grave do que a prática de actos heterossexuais com menores. [...] [S]ão substancialmente mais traumatizantes por representarem um uso anormal do sexo, condutas altamente desviantes, contrárias à ordem natural das coisas, comprometendo ou podendo comprometer a formação da personalidade e o equilíbrio mental, intelectual e social futuro da vítima. [...] É mais livre e prematuro o consentimento de adolescentes para a prática de actos heterossexuais, sendo mais tardio o processo genético de formação da vontade de adesão dos adolescentes para a prática de actos homossexuais.”

Este acórdão foi prontamente condenado por um colectivo de associações LGBT portuguesas que responderam, a 27 de Outubro, através de um comunicado de imprensa noticiado pelos principais órgãos de comunicação social.²¹

No que toca ao caso específico da identidade de género, o sistema jurídico nacional é omissivo. Na ausência de um enquadramento jurídico da transsexualidade, assumem especial relevo outros documentos elaborados quer pela Ordem dos Médicos, quer por tribunais ou ainda por comissões constituídas para o efeito. O primeiro acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa a este propósito data de 5 de Abril de 1984 e estabelece como necessário o “reconhecimento da mudança de sexo” e “a sua consagração no registo civil”, remetendo para os artigos 278º e seguintes do Código do Registo Civil. Contudo, um acórdão do mesmo Tribunal datado de 6 de Fevereiro de 1986 recusa o reconhecimento jurídico da identidade de género, equiparando a mudança de sexo a estratégias abusivas de mutilação: “não pode considerar-se conforme os bons costumes a auto-mutilação e esterilização operadas. (...) Não são conformes à ordem jurídica quaisquer actuações tendentes a alterá-lo ou desfigurá-lo [ao sexo]” (<http://www.ilga-portugal.oninet.pt>). Pese embora tal retrocesso em meio jurídico, a alteração do Código Deontológico dos Médicos em 1994 tornou possível a interven-

²⁰ Uma descrição detalhada deste caso encontra-se na revista *Subjudice* (Outubro-Dezembro 2003), 26, 111-146.

²¹ O texto integral deste comunicado de imprensa pode ser acedido em <http://portugalgay.pt/frame.asp>.

ção cirúrgica visando a mudança de sexo, facto que ocorreu pela primeira vez em Portugal apenas em Maio de 1998. Actualmente regista-se uma média de duas intervenções anuais, procedimento que é participado pelo Estado na sua totalidade.

Mas os bloqueios aos direitos humanos LGBT na esfera da regulação social não estão apenas visíveis nos tribunais, na Constituição ou nos Códigos Civil e Penal portugueses. Há ainda a considerar as regulamentações específicas relativas ao ingresso na carreira militar, à doação de sangue e aos concursos públicos de admissão de guardas prisionais e demais forças policiais, cujo passado recente revela claras discriminações com base na orientação sexual (Santos & Fontes, 2001; Santos, 2005). Poderia ainda mencionar a Classificação Nacional de Deficiências, publicada em *Diário da República* pelo Conselho Superior de Estatística a 6 de Janeiro de 1999, que incluía a “deficiência da função heterossexual”, fazendo equivaler o homossexual a uma pessoa deficiente por via da sua orientação sexual.²² Ou, para um exemplo mais recente, em Maio de 2003, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, que deu início à distribuição gratuita de uma brochura informativa sobre prevenção da Hepatite A, na qual se refere literalmente que os grupos de risco de transmissão desta doença são “os familiares de doentes, os homossexuais e os alunos de escolas onde decorra a infecção”.²³ E os exemplos multiplicam-se.

4. Construindo redes com outros grupos

Identificados os principais bloqueios jurídicos aos direitos LGBT, se procurássemos saber qual o principal quadro ideológico deste movimento e quais as alianças que conquistou na sociedade civil portuguesa, a tentação de uma resposta rápida levaria à categoria esquerda democrática.²⁴ Mas uma análise mais atenta das práticas e dos discursos do movimento LGBT revela que a identificação das estratégias e potenciais alianças é uma tarefa complexa que não se compadece de respostas rápidas. Acresce que a experiência de movimentos lesbogays noutros países ilustra algumas relações de ruptura com os partidos tradicionais da esquerda.²⁵ Foi, de resto o reconhecimento dessa relação nem

²² Sob o mesmo capítulo das “Deficiências das funções emotiva e volitiva” e subcapítulo das “Deficiências das pulsões”, a “deficiência da função heterossexual” está em pé de igualdade com a anorexia, a bulimia, o alcoolismo e a toxicod dependência (*Diário da República*, 06/01/1999, II série, 110). O texto provocou indignação, particularmente exteriorizada pelo Grupo de Trabalho Homossexual, cuja pressão mediática levou a que tal “deficiência” fosse retirada da referida tabela, cerca de dois meses depois.

²³ Quando confrontado com esta acusação no Parlamento, o secretário de Estado da Juventude e Desportos, Hermínio Loureiro, delegou a responsabilidade de execução da brochura na Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado, afirmando “Estão a chamar nomes a professores doutores que passam o tempo a estudar doenças do fígado!” (TSF-online, 16/05/2003).

²⁴ A propósito da relação entre movimentos LGBT e a esquerda política, ver Green (2000). Este autor estuda a criação de alianças entre o movimento LGBT brasileiro, por um lado, e os sindicatos e alguns sectores da esquerda, por outro, referindo que esta relação resultou de um longo processo de negociação que se prolongou por mais de duas décadas.

²⁵ Por exemplo, em 1969, aquele que veio a ser o primeiro colectivo homossexual da América Latina – Grupo Nuestro Mundo – nasceu em 1969, na Argentina, pelas mãos de um líder que fora expulso do Partido Comunista em resultado da sua orientação sexual (Esteso, 2002).

sempre pacífica entre minorias sexuais e partidos de esquerda que motivou a realização da Oficina de Trabalho “A homossexualidade e a luta por um outro mundo” durante o 2º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2002.²⁶

A 30 de Junho de 2000, realizou-se na sede da ILGA-Portugal um debate sobre as formas de luta do movimento LGBT, que reuniu representantes do GTH – Grupo de Trabalho Homossexual, Clube Safo e ILGA-Portugal, numa reflexão conjunta sobre objectivos, estratégias e aliados do movimento.²⁷ Relativamente aos aliados preferenciais da luta pela emancipação sexual, foram mencionados os grupos de defesa dos direitos humanos, as associações de mulheres e os chamados “straight friendly”, entre os quais se incluem alguns media e estudantes.²⁸

O Manifesto que o movimento divulgou durante a Marcha 2000 permite antever novos interlocutores do movimento junto da sociedade civil. De entre as diversas associações subscritoras deste manifesto, destacam-se a Associação Portuguesa de Deficientes, a Rede Anti-Racista, o SOS-Racismo e a União Geral de Trabalhadores (UGT). Parece, pois, que para além de uma aliança de algum modo esperada com o movimento feminista – patente na presença de organizações como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) ou a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) em eventos públicos LGBT –, o movimento LGBT português soube encontrar plataformas comuns de interesse e entendimento com os trabalhadores, as minorias étnicas²⁹ e os deficientes.

As preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT, pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. É importante considerar que o sistema de opressão – o patriarcado – é comum a ambos, na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher, conferindo a cada um papéis sociais predeter-

²⁶ De acordo com a organização, esta Oficina visou “[D]ar um passo à frente, debatendo um tema que ainda é bastante tortuoso, tanto para os militantes GLBTs quanto para os demais movimentos sociais e de esquerda: a relação entre a luta pela emancipação homossexual e a construção de uma nova sociedade. Sabemos que segmentos de esquerda caudatários de uma tradição autoritária, como o stalinismo, chegaram a considerar a homossexualidade como “doença” ou “desvio pequeno-burguês”, o que criou uma séria dificuldade na construção de uma relação positiva entre os movimentos GLBTs e os demais movimentos sociais e organizações de esquerda” (http://inscricoes.forumsocialmundial.org.br/content/index.php?page=feedback_detalle&oficina=872&dia=3).

²⁷ Assim, na óptica das associações presentes, os objectivos e estratégias do movimento prendem-se sobretudo com a intervenção junto das escolas e da comunidade médica (divulgação de informação, participação em debates, etc.), o combate à homofobia (mandar comunicados à imprensa, cartas do leitor, etc.), a criação de visibilidade (através de acções de rua, etc.) e a descentralização do próprio movimento.

²⁸ É interessante explorar a possibilidade de uma aliança entre homo e heterossexuais, em prol de uma sociedade mais inclusiva para todos. Essa é a intenção das “Gay and Straight Alliances”, grupos de estudantes de escolas públicas norte americanas organizados, desde 1988, para lutarem contra todas as expressões de homofobia (Roxo, 2000: 10).

²⁹ Entre muitos outros exemplos, em Junho de 2002 realizou-se a 4ª Festa da Diversidade, em Lisboa, organizada conjuntamente por associações de luta contra o racismo e a xenofobia, associações de defesa dos direitos dos imigrantes e o Clube Safo. Outro exemplo é anualmente prestado pelo SOS-Racismo que, desde a primeira edição nacional da Marcha do Orgulho, em 2000, se faz representar com manifestantes e bandeiras.

minados em função do género.³⁰ Entre os diversos exemplos de trabalho e reconhecimento mútuos entre os movimentos feminista e LGBT em Portugal, cito três.

Durante a Marcha Mundial das Mulheres, em Outubro de 2000, as diversas associações de lésbicas promoveram uma participação activa por parte da comunidade e o documento final assinado por todas as associações envolvidas na organização do evento continha reivindicações específicas para as mulheres lésbicas. Sobre a integração de grupos de lésbicas – designadamente do Grupo de Mulheres da ILGA-Portugal e do Clube Safo – na Plataforma Nacional da Marcha Mundial das Mulheres do Ano 2000, Susana Marinho afirmava em Maio de 2001:

“Foi esse o primeiro passo para uma colaboração real entre as organizações de mulheres e as organizações de lésbicas neste país, a qual resultou na primeira manifestação pública em que, quer as organizações de mulheres, quer as organizações lésbicas marcharam em conjunto integrando as reivindicações das lésbicas. [...] Apesar de se sentir no início um grande desconforto por grande parte das mulheres presentes na Plataforma pela presença de lésbicas nas reuniões, ao longo do processo parece ter começado a haver uma maior aceitação, fruto do respeito pelo trabalho por nós desenvolvido. Com base neste processo de colaboração as organizações de lésbicas têm sido chamadas a integrar e a colaborar noutras iniciativas das organizações de mulheres: Plataforma Direito de Optar pela despenalização do aborto, manifestação do 25 de Abril” (Marinho, 2001).

O segundo exemplo é protagonizado pelo Grupo de Trabalho Homossexual (GTH). Relativamente a um programa televisivo intitulado “Mulher Não Entra”, exibido pelo canal português SIC, o GTH pronunciou-se publicamente, manifestando a sua reprovação a um programa “misógino, machista e sexista”, que reduz as mulheres a “meros objectos do desejo masculino, menosprezando e diminuindo as suas identidades e o seu papel social, cultural e político” (jornal *Público*, 21/04/2001). Esta tomada de posição pública, por parte de uma organização LGBT, em defesa da dignidade da mulher – independentemente da sua orientação sexual – parece ilustrar claramente as semelhanças que aproximam os movimentos LGBT e feminista.

O terceiro exemplo tomou forma a 16 de Março de 2003, data de criação da Rede Lilás, uma plataforma que reúne pessoas e organizações vocacionadas para a defesa dos direitos das mulheres e que reúne grande parte das associações LGBT e feministas

³⁰ A este propósito, Sousa Santos afirma: “Obviamente, a discriminação sexual não se limita ao espaço doméstico nem é sempre resultado do exercício do poder patriarcal; mas este como que estabelece a matriz a partir da qual outras formas de poder são socialmente legitimadas para produzir discriminação sexual” (1995: 233).

portuguesas. A Rede Lilás foi responsável pela organização de diversas iniciativas durante o 1º Fórum Social Português, entre 7 e 10 de Junho de 2003.³¹

Uma outra aliança marcada pela antiguidade reporta-se às organizações de luta contra o HIV/SIDA, nomeadamente Abraço, associação que acolheu muitos dos elementos que mais tarde constituíram a liderança do movimento em Portugal. À semelhança do que sucedeu noutros países ocidentais,³² as associações ligadas ao HIV/SIDA, promovendo um discurso pautado pelo apelo ao envolvimento, à participação e à responsabilização individuais, constituíram um espaço privilegiado para a emergência pública do movimento LGBT português (Santos, 2002). Numa entrevista realizada em 1998, Miguel Vale de Almeida resumia assim a relação entre orientação sexual e SIDA em Portugal:

“[O] movimento gay em Portugal surge como resultado do movimento de luta contra a SIDA. [...] Agora, de facto, o movimento gay a sério começa com a ILGA e a ILGA sai da Abraço e do movimento de luta contra a SIDA. Portanto, era uma espécie de associação das pessoas que, dentro do movimento de luta contra a SIDA, reconhecem a especificidade da questão homossexual. E, a partir daí, entram na questão homossexual já independente da questão da SIDA” (Santos & Fontes, 1999).

Essa participação LGBT na temática da SIDA decorre de dois aspectos fundamentais: 1) combate ao alastramento da epidemia na comunidade LGBT; 2) reacção ao estigma que associa SIDA e imoralidade. Partindo destes dois vectores, as diversas associações LGBT portuguesas – com particular destaque para a ILGA-Portugal – têm procurado desenvolver um trabalho que abranja também a problemática da SIDA, produzindo material impresso de informação para gays e lésbicas, mas também para pais, amigos, familiares, escolas, etc. Desde 1997, a ILGA-Portugal organiza anualmente a Marcha em Memória e Solidariedade para com as Vítimas do HIV/SIDA.³³

Os aliados partidários, assumindo bandeiras nem sempre directamente ligadas à causa LGBT, encontram-se sobretudo na ala esquerda do espectro político nacional.³⁴

³¹ Mais informações disponíveis em <http://mulheres-em-marcha.blogspot.com/>. O site oficial da Rede Lilás é <http://www.redelilas.web.pt/>.

³² A propósito desta relação entre movimentos LGBT e o activismo em torno do HIV/SIDA, ver Santos, 2002.

³³ A propósito da primeira Marcha, realizada a 4 de Maio de 1997, Almeida escreveu: “Nunca em Portugal, a não ser em torno da questão do aborto, se tinha conseguido mobilizar gente para uma acção de rua em torno da política sexual. [...] Toda a gente sabe que a luta contra a sida não é nem nunca foi um movimento ‘normal’ de solidariedade com vítimas ou de pedido de fundos para a saúde. Nunca foi só isso. Foi sempre também – e sobretudo cá – um catalisador, um espaço, uma motivação, para a afirmação da cidadania e da política sexual e dos estilos de vida” (Almeida, 1997: 98).

³⁴ Num artigo intitulado “Ser de Esquerda, Hoje”, publicado no jornal Expresso de 03/08/2002, Mário Soares referia que o Maio de 1968 veio trazer à esquerda outros valores nomeadamente “o direito à diferença, a liberdade sexual, a defesa de grupos minoritários, como os homossexuais [...]”.

Assim, em 1997, a Juventude Socialista propôs um projecto de lei com vista à legalização das uniões de facto dos homossexuais. Este projecto teve o apoio do Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e suscitou a oposição dos partidos de direita, secundados pela Igreja Católica. A partir de 1999, os direitos LGBT foram defendidos com particular incidência pelo então recém-formado Bloco de Esquerda (BE), cujos dirigentes partidários participaram em todas as Marchas do Orgulho LGBT realizadas em Portugal, desde a sua primeira edição em 2000. Aliás, o BE desde o início incluiu na sua agenda política a luta pela não discriminação com base na orientação sexual, preocupação presumivelmente resultante da existência do Grupo de Trabalho Homossexual no seio do Partido Socialista Revolucionário, força política que integra o Bloco de Esquerda. Em Março de 2001, os partidos de esquerda – nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP), Os Verdes, BE e Partido Socialista (PS) – articularam esforços e fizeram aprovar o já mencionado diploma sobre as uniões de facto entre homossexuais. Mais recentemente, a 4 de Junho de 2003, o BE apresentou na Assembleia da República um projecto para revisão da lei da adopção que possibilitava que casais homossexuais pudessem ser candidatos à adopção. Este projecto acabou por ser chumbado pela maioria parlamentar.

À semelhança do que sucede relativamente ao movimento feminista português, entre a esquerda e os movimentos LGBT criaram-se inteligibilidades mútuas, resultantes de uma ideologia comum de defesa da liberdade e do direito à diferença contra todas as formas de opressão e exploração. Esta identificação à esquerda é consentânea com o que sucede em muitos outros países. Na Argentina, por exemplo, um importante colectivo do movimento LGBT são as Lesbianas en Lucha que se auto-descreve como sendo “um grupo de *activismo de lésbicas de esquerda*, cujos eixos de trabalho são a homo/lesbofobia e a visibilidade das lésbicas. Somos internacionalistas, não-violentas, *anti-capitalistas* e *anti-patriarcais* (Comunicado “La Iglesia Sigue Cazando Brujas”, 03/08/2003 [*ênfase minha*]).

Outra aliança que tem vindo a ser sedimentada verifica-se entre a Opus Gay e a ONG SOS Prisões. A 28 de Janeiro de 2002, a propósito do então recente suicídio de um recluso homossexual no estabelecimento prisional de Linhó, houve a suspeita de que o recluso se teria suicidado após uma sucessão de agressões e ameaças por parte dos guardas prisionais daquele estabelecimento tendo por base a orientação sexual do recluso. E, de facto, contactada pelo *Diário de Notícias*, a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) afirmou que o recluso era “um homossexual assumido, de forma provocatória, e bastante exuberante. No dia-a-dia era rejeitado pelos outros reclusos e guardas. Tinha problemas de integração” (<http://www.gaypt.com/extra/prisao.htm>). As circunstâncias que envolvem o suicídio deste recluso levaram à decisão, por parte destas duas associações, de denunciar o caso à Amnistia Internacional – alegando violação dos direitos humanos LGBT – caso não fossem tomadas

medidas imediatas no sentido de apurar responsabilidades e evitar novas ocorrências semelhantes.³⁵

Uma outra forma de abordar as ligações entre o movimento LGBT português e outros movimentos sociais é através das associações e/ou entidades com as quais aquele movimento opta preferencialmente por estabelecer parcerias. Ora, analisando as respostas obtidas a este propósito no inquérito por questionário que apliquei às lideranças do movimento LGBT português (Santos, 2005), chego a determinadas conclusões.

Os dados obtidos explicam que, num primeiro nível, o movimento LGBT português escolhe como parceiro preferencial as organizações de defesa dos direitos humanos, seguindo-se-lhe a escola, as organizações de defesa dos direitos das mulheres e os media. Como 2º parceiro preferencial surgem os partidos políticos, secundados uma vez mais pela escola e pelos media. Na 3ª linha de preferência surgem os sindicatos, seguidos de perto pela União Europeia e pelos partidos. No fim da pirâmide de preferências para trabalho em parceria surgem respectivamente a igreja católica e, em *ex aequo*, as forças armadas e as multinacionais. Todas estas escolhas se prestam a diversos ensaios explicativos. Importa salientar que o inquérito por questionário às lideranças portuguesas foi aplicado pouco tempo depois do 1º Fórum Social Português, um momento particularmente intenso no que respeita ao desenvolvimento de laços e reconhecimentos recíprocos entre movimentos muito diversos, incluindo nomeadamente organizações de direitos humanos, partidos políticos e sindicatos. O afastamento face à Igreja Católica tem razões históricas a que aludi anteriormente. Relativamente às multinacionais e às Forças Armadas, o pendor político de esquerda do movimento LGBT – com a consequente crítica dirigida à globalização económica dominante –, por um lado, e a forte componente anti-militarista presente nos eventos públicos do ano de 2003,³⁶ por outro, não são factores que possam ficar alheios da explicação para esta menor apetência para trabalho em parceria.

A articulação do movimento LGBT português com outras associações ou movimentos sociais é consistente com as características dos novos movimentos sociais do Sul, particularmente na América Latina, onde a criação de redes entre movimentos é frequente (Sousa Santos, 1995: 226). No México, por exemplo, as lutas estudantis de 1968 são identificadas como um elemento precursor da libertação dos cidadãos LGBT no país, dado que o movimento estudantil introduziu pela primeira vez na agenda política reivindicações relacionadas com a autonomia sexual face ao governo e à família. Por sua vez, quando o movimento LGBT emergiu no México, em 1978, caracterizou-se pela

aliança solidária com outros grupos socialmente oprimidos, nomeadamente prisioneiros, trabalhadores e camponeses. Tais ligações granjearam-lhe, num momento posterior, a simpatia do movimento feminista e dos intelectuais (Mejía, 2000: 49-50). Também no Brasil, em 1978, as actividades da primeira associação LGBT do país, denominada SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, pautaram-se pela participação activa em lutas contra o racismo e a misoginia (Green, 2000: 59 ss).³⁷ Mais recentemente, o texto base publicado para a 10ª Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de 4 a 7 de Dezembro de 2001 em São Paulo, no Brasil, incluiu uma tomada de posição por parte da secretaria de políticas sociais desta central sindical, recomendando o fortalecimento de: “[A]ções sindicais voltadas para a discussão, formação, organização e mobilização de trabalhadores/trabalhadoras, na perspectiva de sensibilizá-los para a defesa dos direitos dos homossexuais e o respeito pela diversidade de orientação sexual [e o estabelecimento de] parcerias com organizações homossexuais, buscando a unidade de acção” (CUT, 2001: 35).

Conclusão

A respeito da construção de redes entre grupos socialmente estigmatizados, Goffman faz um exercício conceptual que aqui se torna particularmente interessante. Goffman postula que as identidades estabelecidas reproduzem conformidades e desvios e que, por isso, o estigma não é um atributo inalienável de um determinado sujeito, mas antes uma interpretação social do mesmo (Santos & Fontes, 1999):

“O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contactos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente actuam sobre o encontro. (...) E já que aquilo que está envolvido são os papéis em interacção e não os indivíduos concretos, não deveria causar surpresa o facto de que, em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exhibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto” (Goffman, 1988: 149).

Pese embora o risco de (re)produção de outras exclusões assinalado por Goffman, constata-se que a agenda do movimento LGBT português inclui reivindicações que traduzem necessidades de emancipação e auto-determinação transversais a toda a soci-

³⁵ Informações obtidas em Julho de 2003 junto a António Serzedelo indicam que este caso não obteve qualquer desenvolvimento devido ao facto de a família do recluso ter desistido de apresentar queixa (comunicação pessoal).

³⁶ O movimento LGBT português participou activamente nas 2 edições da Marcha pela Paz, realizadas a 15 de Fevereiro e a 22 de Março de 2003. Também o próprio Fórum Social Português se insurgiu contra a guerra, designadamente a intervenção dos EUA no Iraque, iniciada em Março de 2003.

³⁷ A primeira aparição pública do SOMOS teve lugar a 20 de Novembro de 1979 – Dia Nacional da Consciência Negra – numa Marcha convocada pelo Movimento Negro Unificado na qual activistas do SOMOS empunhavam uma faixa onde se lia “Pelo fim da discriminação racial - SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” (http://www.pstu.org.br/gayslesb_artigo01.asp).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

idade, permitindo a criação de pontes entre associações e movimentos muito diversos. Dito de outra forma, a agenda das associações LGBT portuguesas pauta-se por uma crescente defesa dos direitos humanos em sentido amplo, espelhada na exigência de um sistema social que valorize a diversidade, no qual a diferença não implique a exclusão e em que a participação de grupos socialmente discriminados seja considerada um factor de enriquecimento social, político e cultural. Por estes motivos, em Portugal, como vimos, a participação recíproca de movimentos sociais em actividades transversais a lutas tematicamente muito diversificadas tornou-se uma realidade particularmente visível no processo de construção do 1º Fórum Social Português.³⁸

Na origem de qualquer movimento social, está a identificação de um conjunto de problemas que causam indignação aos sujeitos envolvidos. A insatisfação é, por assim dizer, o motor da mobilização social por excelência. Isto significa que a introdução de determinados temas na agenda política nacional decorre de processos de gestão de conflitos e interesses entre grupos concorrentes e igualmente insatisfeitos com o estado actual da realidade. É neste jogo estratégico entre diferentes personagens sociais que se disputam as prioridades e se constroem os temas que dominarão o panorama sócio-político num determinado contexto espacio-temporal.

Disto decorre a importância de, por um lado, constituir grupos de interesse capazes de exercer pressão sobre os ritmos do agendamento político e de, por outro lado, estabelecer parcerias com outros grupos de interesse que, pese embora a possibilidade de rivalizarem pelo referido agendamento, partilhem categorias de indignação que, quando associadas entre si, constituam factor de legitimação social.

Por outro lado, a avaliação do grau de democracia das sociedades decorre em grande medida da intensidade e profusão de movimentos sociais, uma vez que historicamente regimes políticos pouco democráticos restringem a arena de mobilização social, dificultando a participação de novos actores nos processos de transformação política (Rodrigues, 2001: 13-14). Neste sentido, estudar um movimento social emergente reveste-se de um interesse particular para o/a investigador/a que se identifica com um projecto de democracia mais inclusiva e participativa do que aquilo a que o tradicional modelo de democracia representativa nos tem habituado.

- ALMEIDA, M. V. (1997, 22 de maio). Pontapés na Bola Precisam-se. *Visão*, 98.
- ALMEIDA, S. J. & SIMÕES, B. (1997, 18 de janeiro). Contra a Liberalização do Aborto. *Público*, 20.
- BASTOS, S. P. (1997). *O Estado Novo e os Seus Vadios – Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*. Lisboa: Dom Quixote.
- CANOTILHO, J. J. Gomes & MOREIRA, Vital (org.) (1997). *Constituição da República Portuguesa*. 4ª edição.
- Central Única de Trabalhadores – CUT (2001). 10ª CUT Plenária Nacional. Texto Base. São Paulo: Coordenação Nacional da CUT.
- ESTESO, S. (2002). *Cuerpos Insurrectos: las homosexualidades latinoamericanas*. Molotov, 26, Julho. Madrid: Siglo XXI.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GREEN, J. N. (2000). Desire and Militancy: Lesbians, Gays and the Brazilian Workers Party. In: DRUCKER, P. (org.). *Different Rainbows*. Londres: Gay Men's Press, 57-70.
- Grupo de Trabalho Homossexual (1991). *Manifesto de Fundação do Grupo de Trabalho Homossexual do Partido Socialista Revolucionário*. Lisboa: GTH/PSR.
- Juventude Socialista (1999, 21 de agosto). *União de Facto*. Acessado em: <http://www.partido-socialista.pt/juvsocialista/inicio.htm>.
- MARINHO, S. (2001, 02 de julho). Movimento Lésbico e Movimento Feminista em Portugal. Intervenção no Painel: LGBT e outros movimentos sociais do Colóquio GTH-PSR 10 Anos de Luta pelo Direito à Felicidade, Lutar Amando, Amar Lutando. *Encontro Internacional Lésbico, Gay, Bissexual, Transgender e Simpatizante*. Acessada em: http://www.geocities.com/girl_ilga/intervencaoGTH.htm.
- MCADAM, D., TARROW, S. & TILLY, C. (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEJÍA, M. (2000). Mexican Pink. In: DRUCKER, P. (org.). *Different Rainbows*. 43-56. Londres: Gay Men's Press.
- PEREIRA, M. (1997, 8 de maio). Vamos Falar de Sexo?. *Visão*, 76.
- PORTUGAL, M. (1995, 22 de outubro). Redobradas Cautelas. *Público*, 30.
- RODRIGUES, A. T. (2001, 07 de julho). *Mobilização social e democracia política*. Acessado em: http://www.politica.pro.br/acervo/art_tosi_elei.rtf.
- ROXO, J. (2000). Alianças gay-hetero contra a homofobia. *Sem Medos!*, 6, 10.
- SANTOS, A. C. (2002). Sexualidades Politizadas: o Activismo nas Áreas da Sida e da Homossexualidade em Portugal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), (mai-jun).
- SANTOS, A. C. (2004). Cidadania sexual na democracia portuguesa.

³⁸ Para uma análise mais detalhada sobre este processo, ver Santos e Vieira, 2004.

2002). Ministério da Saúde, Brasil, 595-611.

_____. (2004). Orientação Sexual em Portugal: Para Uma Emancipação. In: Boaventura de SOUSA SANTOS (org.). *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Afrontamento.

_____. (2005). (no prelo). *A Lei do Desejo: Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.

_____. & FONTES, F. (1999). *Descobrimo o Arco-íris: Identidades Homossexuais em Portugal*. Dissertação de Licenciatura em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

_____. (2001). O Estado Português e os Desafios da (homo)Sexualidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 173-194.

SANTOS, A. C. & VIEIRA, P. (2004). Do Outro Lado da Ponte: Movimentos Sexuais e Direitos Humanos no Século XXI. In: BALDI, C. (org.). *Os Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

SANTOS, B. S. de (1995). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

VITORINO, S. (1999). A Homossexualidade e a Esquerda: Que Esquerda?. *Sem Medos!*, 4.

- Recebido em 04 de Abril de 2004.
- Aprovado em 15 de Junho de 2004.

Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad.

Political Economy of the Closet: Politics of Silence, Politics of Authenticity

Fernando Villaamil Pérez*
villaamil@eresmas.net

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre os modos em que se articulam, nas práticas dos sujeitos gays, as desigualdades sócio-estruturais e a produção de representações e identidades em torno da diferença sexual. Tomamos como caso de estudo a conformação de uma agenda política LGBT e de uma identidade e comunidade gays, hegemônicas na Espanha contemporânea. Propomos a análise concreta de uma figura de discurso, atividade prática e uma arma política que é o armário, um significativo poderoso em/por sua indefinição que pode funcionar, na análise, como a interface que permite compreender a posição subordinada das práticas políticas contra-hegemônicas do incipiente sujeito político, e as práticas de hegemonia da própria comunidade gay.

Palavras-chave

Desigualdade social, diferença sexual, comunidade gay, movimento gay, Identidade Colectiva

Resumen

El presente artículo propone una reflexión acerca de los modos en que se articulan en las prácticas de los sujetos gays las desigualdades socioestructurales y la producción de representaciones e identidades en torno a la diferencia sexual. Tomamos como caso de estudio la conformación de una agenda política LGTB y de una identidad y comunidad gays hegemónicas en la España contemporánea. Proponemos un análisis concreto de una figura de discurso, actividad práctica

*Universidad Complutense de Madrid.

VILLAAMIL, F. P. (2004) Economía política del armario: políticas del silencio, políticas de la autenticidad. *Psicología Política*, 4(8), 279-306.

- 2002). Ministério da Saúde, Brasil, 595-611.
- _____. (2004). Orientação Sexual em Portugal: Para Uma Emancipação. In: Boaventura de SOUSA SANTOS (org.). *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2005). (no prelo). *A Lei do Desejo: Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- _____. & FONTES, F. (1999). *Descobrimo o Arco-íris: Identidades Homossexuais em Portugal*. Dissertação de Licenciatura em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- _____. (2001). O Estado Português e os Desafios da (homo)Sexualidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, 173-194.
- SANTOS, A. C. & VIEIRA, P. (2004). Do Outro Lado da Ponte: Movimentos Sexuais e Direitos Humanos no Século XXI. In: BALDI, C. (org.). *Os Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. Rio de Janeiro: Editora Renovar.
- SANTOS, B. S. de (1995). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- VITORINO, S. (1999). A Homossexualidade e a Esquerda: Que Esquerda?. *Sem Medos!*, 4.

• Recebido em 04 de Abril de 2004.
• Aprovado em 15 de Junho de 2004.

Economía Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad.

Political Economy of the Closet: Politics of Silence, Politics of Authenticity

Fernando Villaamil Pérez*
villaamil@eresmas.net

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre os modos em que se articulam, nas práticas dos sujeitos gays, as desigualdades sócio-estruturais e a produção de representações e identidades em torno da diferença sexual. Tomamos como caso de estudo a conformação de uma agenda política LGBT e de uma identidade e comunidade gays, hegemônicas na Espanha contemporânea. Propomos a análise concreta de uma figura de discurso, atividade prática e uma arma política que é o armário, um signifiante poderoso em/por sua indefinição que pode funcionar, na análise, como a interface que permite compreender a posição subordinada das práticas políticas contra-hegemônicas do incipiente sujeito político, e as práticas de hegemonia da própria comunidade gay.

Palavras-chave

Desigualdade social, diferença sexual, comunidade gay, movimento gay, Identidade Colectiva

Resumen

El presente artículo propone una reflexión acerca de los modos en que se articulan en las prácticas de los sujetos gays las desigualdades socioestructurales y la producción de representaciones e identidades en torno a la diferencia sexual. Tomamos como caso de estudio la conformación de una agenda política LGTB y de una identidad y comunidad gays hegemónicas en la España contemporánea. Proponemos un análisis concreto de una figura de discurso, actividad práctica

*Universidad Complutense de Madrid.

VILLAAMIL, F. P. (2004). Economía política del armario: políticas del silencio, políticas de la autenticidad. *Psicología Política*, 4(8), 279-306.

y un arma política como es el armario, un significativo poderoso en/por su indefinición que puede funcionar en el análisis como el interfaz que permita comprender a la vez la posición subordinada de las prácticas políticas contrahegemónicas del incipiente sujeto político gay, y las prácticas de hegemonía de la propia comunidad gay.

Palabras clave

Desigualdad social, diferencia sexual, comunidad gay, movimiento gay, Identidad Colectiva

Abstract

This paper reflects upon the ways in which sociostuctural inequalities and the production of representations of sexual difference and identities become articulated in the praxis of gay subjects. We take as a case of study the setting of a LGBT political agenda and the configuration of an hegemonic gay community and identity in contemporary Spain. We propose a concrete analysis of the closet as discourse, practice, and political weapon, a powerful signifier due to its lack of definition that can function in the analysis as an interface that allows a simultaneous comprehension of counterhegemonic practices of the emerging gay political subject and the hegemonic practices of the community.

Key Words

Social inequality, sexual difference, gay community, gay movement, Collective Identity

¿Cómo se practica una identidad? ¿Qué significados son activados en el discurso y en la narración de sí, cuáles resultan cruciales en la autocomprensión de los sujetos? ¿Qué diferencias pueden establecerse en estos puntos a partir de posiciones sociales diferentes? ¿Qué sujetos son los que están construyendo la comunidad gay en Madrid, en qué medida las oportunidades abiertas por la mayor tolerancia en la España postfranquista y la existencia de instituciones puede abrir el paso a la construcción de una normatividad gay hegemónica históricamente novedosa? En el presente artículo pretendemos abordar estas cuestiones a través de un caso de estudio particular, el de las relaciones que se establecen en torno a los silencios elocuentes del armario, y cómo estas son pensadas, vividas y sentidas desde diferentes posiciones sociales.

A pesar de la consolidación de un programa amplio en cuanto a las perspectivas teóricas utilizadas e interdisciplinar, el estudio de la sexualidad mantiene una asignatura pendiente de consideración en relación con el esclarecimiento teórico de la relación entre la sexualidad como eje de desigualdad y la organización de las relaciones sociales de producción, en su relación sistemática con los procesos de cambio que se han registrado en el capitalismo. Están disponibles algunos análisis de gran valor de la relación entre el surgimiento de identidades gays y la fase industrial del capitalismo (Weeks, 1993; D'Emilio, 1983; Greenberg, 1988 y Adam, 1985, entre otros). Recientemente, han aparecido análisis que, desde diferentes presupuestos teóricos, han tratado de sistematizar las consecuencias de la aparición de una organización de la producción fuertemente ligada al consumo, con la consolidación de la comunidad gay como mercado, que a pesar de su interés adolecen de una percepción de los procesos en términos demasiado rígidos¹. Por su parte, las reflexiones al respecto desde el campo de los *queer studies*, son escasas y recientes², en parte por su predilección por la especulación filosófica y/o el análisis de textos literarios, en parte por la persistente falta de conexión del objeto de estudio 'sexualidad' con la teoría social, muy relacionada con la consideración del eje de la desigualdad sexual como uno más entre otros, en la ya famosa cadena de género, edad, clase, identidad étnica, y cuantos otros eslabones quieran añadirsele.

Sin embargo, tanto desde un punto de vista político como de análisis social, la cuestión es de una relevancia extrema. Por sus consecuencias políticas, porque está en juego la posición que cabe atribuirle al movimiento GLTB en el marco de las luchas de las fuerzas

¹ Nos referimos a los influyentes textos de Chasin (2000) y Kirsch (2000). A pesar de su interés, sus modelos teóricos no contemplan los componentes transaccionales de las relaciones entre las reclamaciones de todo tipo fundamentadas en identidades y las necesidades del marketing, el modo en que se determinan mutuamente, haciendo de las identidades GLTB un mero apéndice de las necesidades del capitalismo postmoderno, repitiendo ciertos tics de un cierto economicismo que debieran estar superados. Lo que queda fuera del análisis son las transformaciones en la lógica del capital que son el resultado de los cambios sociales, políticos, culturales y económicos que han tenido lugar en las subjetividades. Ver por ejemplo, Hardt y Negri (2002).

² Ver Butler (1998). En el artículo señalado, Butler trata de situar la normatividad heterosexual en el seno de las necesidades de reproducción en el sistema capitalista, en la lógica de las instituciones del parentesco, sin mucho éxito.

progresistas, las políticas de alianza o subordinación que deben ser puestas en práctica en la búsqueda del objetivo de transformaciones sociales radicales. En España, cuando la consecución del grueso de la agenda política GLTB en términos de derechos civiles está al alcance de la mano, a punto de ser aprobada la modificación del Código Civil que permitirá el matrimonio entre gays y lesbianas, es imprescindible plantearse cómo evaluar esos logros y la posibilidad de constituir el sujeto político sobre bases distintas. Lo que está en juego es ni más ni menos que la viabilidad futura de la movilización política GLTB.

Desde la perspectiva de las ciencias sociales, se trata de proveer una comprensión teórica de las relaciones entre heterosexismo y capitalismo, que parece haber sido expulsada de la reflexión en el mismo lote que los 'metarrelatos', la noción de totalidad o la de ideología, mientras se incorporaba inopinadamente una versión extremadamente sofisticada de un individualismo ya bien conocido. El constructivismo ingenuo ha conducido a una especie de política de "collective voluntarism"³: del fundamento de las identidades sexuales en la interacción social se ha derivado impropriamente una cierta liviandad de su capacidad de determinar las identidades y la acción subjetiva. La ausencia de una teorización mínima de los determinantes socioestructurales de la agencia hace que se caiga con demasiada facilidad en un subjetivismo ingenuo⁴.

Esta reflexión faltante debería ir en nuestra opinión al menos en dos direcciones, si no se quiere caer en determinismos económicos ya superados desde una comprensión materialista de las relaciones sociales (Williams, 1980; Wolf, 2001; Roseberry, 1989; Godelier, 1990, para algunas de estas formulaciones no economicistas del enfoque de lo cultural desde la economía política): la primera consistiría en priorizar la comprensión de la funcionalidad desde un punto de vista materialista de la conversión del sexo entre hombres en el *otro* abyecto de la sexualidad auténtica. Hasta ahora, notoriamente, en la teoría queer ha primado el gesto deconstruccionista sobre el crítico, y el análisis de discursos sobre el de prácticas y procesos sociales.

La segunda gran estrategia consistiría en analizar los aspectos (prácticas y discursos) de las identidades gays subjetivas y colectivas en cuanto insertas en relaciones de subordinación al proyecto más general de normalidad heterosexual, las complicidades que lo atan a ese proyecto y las líneas de ruptura y genuina creatividad. En este segundo caso se trataría, en otras palabras, de comprender cómo la homosexualidad como subjetividad, como práctica política y como experiencia implica una forma históricamente específica de existencia social de los procesos de dominación y explotación. Obsérvese bien que aquí, como ve bien Weston (1998), no presuponemos la existencia y relevancia de la 'identidad sexual', comunidad gay lésbica, o incluso sexualidad, como objetos de estudio autónomos que responderían a una existencia en

³ McIntosh, citada por Weeks (1995:28).

⁴ Para una crítica al subjetivismo, ver Bourdieu, 2003 [1977], 1991.

la realidad como algo natural y dado, sino que más bien problematizaríamos tanto la clase como la orientación sexual en tanto procesos sociales. En el presente artículo nos limitaremos a ofrecer algunas indicaciones relativas a la primera cuestión para centrarnos en la segunda a través de un estudio de caso, el del armario.

En 1998, Weston advertía del riesgo de delimitar artificialmente un campo de estudio de la 'sexualidad' que separe el erotismo y el cuerpo de los 'grandes temas' de las ciencias sociales, con el doble efecto de generar un dominio de investigación en torno a un objeto cuyo estatus teórico no se aborda sino que se da por supuesto, y de excusar al conjunto de las ciencias sociales de tomar en consideración la sexualidad como parte integral de sus análisis. La relación de la identidad sexual con otros ejes de dominación y con la explotación sólo es problemática si se confunde con un estrecho reduccionismo económico el marco general de un análisis de economía política marxista, las relaciones sociales de producción, el modo en que un grupo humano se organiza socialmente para producir su existencia. Las formas en que las identidades sociales son vividas, pensadas y sentidas requieren un análisis específico en el marco general de las relaciones de dominación y explotación vigentes.

Abundando en esta cuestión, en alguna medida, si aceptamos que los estudios gay-lésbicos corresponden a una problematización de la homosexualidad tomada de modo aislado dentro de un paradigma en general individualista y con una política implícita liberal (basada en derechos, ver Chasin, 2000 y Warner, 1999), y que los estudios queer suponen una ruptura en la dirección de poner en el centro del foco analítico los regímenes de verdad hetero/normativos en los que la identidad gay se configura (Seidman, 1996), estaría por realizar esta tercera ruptura que consistiría en una crítica radical e interdependiente de la heterosexualidad y de la identidad gay ligada orgánicamente a una crítica más amplia al capitalismo. Creo que el partir del marco de economía política propuesto supone una forma viable de recoger el guante lanzado por Weston (1998) y devolver la sexualidad al centro mismo del análisis social.

Nuestra estrategia de investigación es en este sentido algo distinta a la de los estudios queer, sin que quepa rechazarlos en bloque, sin reconocer el enorme valor de sus análisis en sus propios límites, el estudio de la norma heterosexual. Nuestro marco de análisis parte de la idea de que la experiencia gay se hace comprensible por su inserción en el conjunto de las prácticas y representaciones sociales que tienen que ver, parafraseando a Lancaster, con la economía política del sexo, (Lancaster, 1992; Lancaster y Di Leonardo, 1997) es decir, con la producción y circulación de valores relacionados con las categorizaciones sexuales y de género, en torno a las cuales se producen y reproducen relaciones sociales de dominación y un conjunto de relaciones políticas, culturales y jurídicas, imprescindibles para comprender la constitución de la subjetividad en relación al campo de la sexualidad. Genera también por tanto conflictos en torno a la distribución de bienes, recompensas y poderes, que son

inmanentes a la configuración de las relaciones sociales. A partir de este marco se estudiarán las subjetividades resultantes de estos procesos.

Nuestra intención, en este ensayo, no es agotar el marco de análisis propuesto, sino abordarlo parcialmente: ofrecer un modelo de análisis ligado a investigaciones concretas, a la necesidad de entender a sujetos sociales gays y a los grupos en los que están integrados. Se parte de dos constataciones: la práctica política del movimiento gay no se comprende al margen de su condición subordinada al proyecto heteronormativo; y la comunidad gay es un proyecto de construcción hegemónica, que como tal es indisociable de las líneas de fractura, de las jerarquías de poder y de las luchas por la definición de lo factible y pensable *al interior* de esa categoría de límites difusos y heterogéneo, cuya estructura y procesos confirmativos aún nos son en cierta medida mal conocidos que en España llamamos comunidad gay. Proponemos un análisis concreto de una figura de discurso, actividad práctica y un arma política como es *el armario*, un significante poderoso en/por su indefinición que puede funcionar en el análisis como el interfaz que permita comprender a la vez la posición subordinada de las prácticas políticas contrahegemónicas del incipiente sujeto político gay, y las prácticas de hegemonía de la comunidad gay. En los términos antes expuestos se trata de entender la identidad gay como producto de una determinada política del sexo, que hegemoniza ciertos significantes, que se corresponden mejor con la experiencia social de un cierto sector del colectivo, en la identidad gay universal, en el marco de relación que imponen las relaciones de subordinación existentes con la sexualidad heterosexual hegemónica.

Enfocar el análisis desde esta perspectiva nos permitirá además poner a prueba la analítica del *armario* (Kosofsky Sedgwick, 1985 y 1991), que surge como es sabido del análisis literario, en el contexto del análisis social. Sin pretender exhaustividad, se ofrecen algunos elementos de un modelo para la comprensión de la relación entre heterosexualidad hegemónica e identidad gay subalterna, que tratan de capturar los conceptos de masculinidad y homosocialidad, que son relevantes para comprender la peculiar articulación de la homofobia en el contexto de una sociedad en tránsito a las formas sociales del capitalismo tardío. Asimismo, permiten encuadrar aspectos fundamentales de la identidad gay en una gran urbe como Madrid. Nos limitamos a caracterizar la cuestión para comprender las trayectorias y discursos de los sujetos, es decir, desde el punto de vista de la articulación de la relación entre sexualidad normativa y sexualidades subordinadas en tanto *vigilancia del acceso a la esfera de lo público como espacio social y discursivo de la masculinidad*, configurado performativamente por las mismas prácticas que definen sus fronteras. A continuación ofrecemos algunas indicaciones de cómo desde diferentes posiciones sociales y trayectorias biográficas se conforman y experimentan muy diferentes retóricas de la *salida del armario*.

El armario

Desde el punto de vista de la economía política de la sexualidad, de su puesta en rendimiento social y cultural, son cruciales para entender este control del espacio público las relaciones establecidas entre las categorías sociales en torno al conocer y el desconocer así como a sus figuras intermedias: el 'armario', categoría de análisis de estas relaciones en torno al saber cuya exposición más influyente se debe a E. Kosofsky Sedgwick con su *Epistemología del armario*. El armario, para Sedgwick, es "*a performance initiated as such by the speech act of silence—not a particular silence, but a silence that accrues particularity by fits and starts, in relation to the discourse that surrounds and differentially constitutes it*".⁵

El silencio es tratado por Kosofsky, siguiendo a Foucault, como un acto de habla con efectos performativos, transformadores de la realidad y articulador de relaciones de poder, porque la ignorancia de la que el silencio puede ser un signo elocuente es capaz de producir efectos de poder tan amplios como el saber enunciado: *The fact that silence is rendered as pointed and performative as speech, in relations around the closet, depends on and highlights more broadly the fact that ignorance is as potent and as multiple a thing there as is knowledge*.⁶

Las relaciones que se constituyen en torno a los silencios del armario poseen una estructura de doble vínculo. Del mismo modo que en el caso del complejo honor/vergüenza, que se ha identificado como central en la producción de la masculinidad en las prácticas cotidianas, el derecho a mantener la vida sexual de uno en el ámbito de lo privado, a no intervención, a mantener lejos la mirada normativizadora que regula el espacio público, se transforma muy fácilmente en obligación de silencio. Ello sólo es evidente cuando la posición gay queda explicitada, lo que da lugar a respuestas que van desde la violencia física al insulto o a formas más sutiles de no acusar recibo. Este derecho/obligación tiene su correspondencia en el deber de no preguntar, de no exigir la confesión de esa pieza de información, de ni siquiera aludir a ella en el espacio público.⁷ Con apenas un ligero desplazamiento, es derecho también a no darse por enterado, que es lo que ha ocurrido concretamente con algunos de nuestros informantes, como se verá, así como otras situaciones de indefinición y ambigüedad, de manera que asume la forma de un secreto a voces ("open secret") con mayor frecuencia de la que cabría esperar. Esas "trancas y barrancas"

⁵ Un comportamiento que se ha iniciado como tal por el acto discursivo de silencio, no un silencio concreto, sino un silencio que va adquiriendo su particularidad a trancas y barrancas, en relación con el discurso que lo envuelve y lo constituye de modo diferencial (Kosofsky, 1991:3).

⁶ [...] El hecho de que el silencio sea tan intencionado y transformativo como el discurso, en las relaciones en torno del armario, depende de que la ignorancia sea tan poderosa y múltiple como el conocimiento (Kosofsky, 1991: 4).

⁷ cuando el centenario de Lorca se celebraron dos personajes: uno, el Lorca 'de la derecha', celebrado con una exposición en el Centro de Arte Reina Sofía, cuya sexualidad era 'irrelevante', y por tanto cuidadosamente excluida de toda alusión; y otro, el de Hugh Thomas, 'empeñado' en sacar del armario las preferencias sexuales del autor.

ambivalentes de las que habla Kossofsky Sedgwick son quizás lo más interesante de la figura del armario, lo que con mayor acierto pone de relieve el concepto.

En cualquier caso, las relaciones del armario son relaciones de poder, en la medida en que son intransitivas. El sujeto y el objeto de esta relación no pueden ser intercambiados. Como señala Escoffier (1998), es sobre el gay o la lesbiana donde recae la carga de la 'confesión', pero además la revelación es asumida de formas que la persona que la realiza no puede controlar de antemano; de forma que la posibilidad de establecer la relación en nuevos términos es una entre otras, como la de cultivar una ignorancia deliberada o la violencia física sin más. En cualquier caso, toda salida del armario es paradójica ya que, a la búsqueda de una posición de sujeto plena, la salida del armario coloca al sujeto en una posición de antemano desvalorizada. Llegados a este punto, la estructura de poder ya es explícita, en tanto que revela la cruda relación de desigualdad que es consustancial al armario. Pero esta es sólo una de las posibilidades de control de la representación del homosexual.

Lo que da su fuerza como herramienta de análisis al concepto de armario es la posibilidad de incluir en él complejidades que van más allá de la mera prohibición de la representación en el espacio público. Qué pensar, por ejemplo, del escándalo que provoca la posibilidad de que una lesbiana o un gay adopten a un niño *normal*, inocente, mientras que con la actual legislación un gay individualmente puede adoptar siempre y cuando no diga que es gay, amparado además por el derecho a la privacidad, que deviene así obviamente en obligación de ocultar⁸. De esta manera, se trata de un concepto relacional, que puede aplicarse adecuadamente también a las microprácticas o prácticas que transcurren en la cotidianidad, que subraya el control epistemológico y los diferenciales de poder de la situación de interacción. Qué debe saberse y qué no, qué se sabe pero no debe reconocerse que se sabe, qué es más conveniente ignorar cuidadosamente, cuáles son las consecuencias de saber, en definitiva, todo ese conjunto de silencios cargados de sentido en que se traduce performativamente la presunción heterosexual⁹.

Pero a su vez abre el análisis a la consideración de la existencia de un campo estraté-

⁸ Un ejemplo reciente nos da una somera imagen de este cinismo del armario: En opinión del arzobispo de Oviedo, «Un soltero puede adoptar, si el juez y la legislación se lo permiten. Pero la unión de homosexuales no por el hecho de estar regulada tiene derecho a tener un niño en adopción. Dependerá del ambiente que de hecho haya en la familia. Eso hay que cuidarlo con más atención por lo anómalo de la situación», subrayó. «Para educarse y desarrollarse, un niño necesita del afecto de una madre y de un padre. Eso es lo ideal. No es tanto un derecho de la pareja como un derecho del niño. Por eso, cuando un niño no está protegido por sus propios padres, el juez les quita el hijo. No es que los padres tengan un derecho superior al del niño. El derecho de este último ha de primar para que su vida se desarrolle en un ambiente donde se pueda educar». El arzobispo en su disquisición entre el derecho que no se niega (pues sería intolerancia) y el capricho de unos homosexuales más que obviamente incapaces de educar, revela con claridad extraordinaria la exigencia autoimpuesta tan característica del discurso antihomosexual de negar la desigualdad mientras se procura mantener la barrera entre la normalidad autoevidente y la anormalidad homosexual.

⁹ Sobre la presunción de heterosexualidad (Escoffier, 1998 y Rich, 1980).

gico para los que la padecen, que puede ir desde la utilización en el propio beneficio, en el sentido de prácticas de evitación de las consecuencias del estigma, hasta su impugnación a través de la explicitación de lo implícito: la *revelación*, *confesión*, *admisión* de homosexualidad. En el sentido de control sobre las formas legítimas de la representación pública de la masculinidad que le da el análisis de Kossofsky, se entenderá que las manifestaciones violentas en sentido físico o verbal suponen la prohibición forzosa e impuesta de ocupar el espacio público como homosexuales. Algo que puede conseguirse también de otras maneras, con formas de violencia simbólica, no menor ni mas real que las formas de agresión física o verbal, y no menos ni mas eficaces al fin general señalado (Bourdieu, 1993; Scheper – Hugues, 1997). Pero el control sobre el espacio de la representación pública incluye necesariamente también una dimensión moral de definición de las relaciones adecuadas entre los sujetos, individuales y colectivos, que incluye la propia capacidad de definir la situación de interacción y el estatuto moral de los sujetos. Este aspecto de presiones, formales e informales, institucionalizadas o resueltas en la vida cotidiana, a la conformidad con la normalidad, actúa por omisión tanto como por acción, de la misma manera que, como mecanismo epistemológico, el silencio y el desconocer son analizados por Kossofsky como actos de habla en toda la regla.

La analítica del armario, en definitiva recoge mejor que el concepto de homofobia¹⁰, en primer lugar la productividad fundamental de los silencios del discurso heterosexual/masculinista correcto sobre la homosexualidad, el desplazamiento siempre al otro de la posición de intolerancia que es característica del discurso sobre la diferencia/desigualdad (i•ek, en Jameson y i•ek, 1998). En segundo lugar, recoge la experiencia social de ser homosexual en nuestra sociedad tal como la expresan nuestros entrevistados. 'Homofobia' incorpora un elemento psicologizante y un elemento de explicitación de la violencia que no hace justicia a la complejidad del fenómeno puesto que no cubre más que una parte de él. De la misma manera, en nuestro contexto cultural, una legislación de contenidos descarnadamente homófobos, la codificación legal de la desigualdad explícita, en el espacio de máxima publicidad por tanto de los códigos legales y las sentencias judiciales, provocan escándalo. De hecho, conviene recordar que la homofobia es recogida como agravante en el Código Penal desde 1994¹¹.

¹⁰ Homofobia fue acuñado por Weinberg, 1991 [1972] como "The dread of being in close quarters with homosexuals". Aunque después ha sido reformulado y sus contenidos ampliados, el concepto retiene el elemento de terror irracional a algo, que es lo que significa literalmente una fobia, y de esta forma tiende a subrayar los elementos psicológicos de un modo de relación que nos interesa en cuanto tiene consecuencias para la configuración de una experiencia social de la desigualdad. Además, puede argumentarse que la violencia explícita no es necesariamente un elemento central de la relación entre masculinidad hegemónica y minorías sexuales subordinadas, sino que está en un extremo de una panoplia mucho más amplia de posibles configuraciones de esta relación.

¹¹ Arts. 510-12.

Las relaciones determinadas por la estructura del armario no acaban nunca, recomienzan en cada nueva relación social. Obtiene su eficacia, del lado del gay que las reproduce, impugna o sitúa su acción en algún punto entre estos dos extremos, del hecho de que nunca se sepa, en cada nueva relación, si se sabe o no, si el interlocutor conoce la orientación sexual del sujeto, y de la importancia que el conocimiento o explicitación tendría para determinar el carácter de la relación de ahí en adelante. Además, la salida del armario no rompe el juego de binarismos privado/público, dentro/fuera, sujeto/objeto en torno al cual se construye, sino que lo refuerza. El sujeto totalmente fuera del armario hoy por hoy no existe, en la medida en que esa pieza de información siempre puede tener consecuencias en la vida del sujeto. El sujeto gay no está en disposición de determinar con certeza quien está en posesión de la información, e incluso cabe esperar que existan grados de conocimiento (de la total ignorancia a la certeza, pasando por diferentes matices de sospecha, saberlo pero no decirlo, ignorar lo que ha sido explícitamente enunciado, etc.), ni de saber tampoco las consecuencias que la explicitación de la condición de homosexual tendrá para la relación en el futuro.

Un traje a mi medida: El cultivo de la diferencia

El discurso gay hegemónico ha tenido en los años 90 y en los 2000 uno de sus pilares en la explicitación de los mecanismos sociales de conversión de la diferencia en desigualdad, en una narrativa del sujeto gay en tanto discriminado, en una economía de sentido basada en la 'autenticidad' y en la construcción de un sujeto hegemónico que 'es' gay en todos los ámbitos¹². La importancia de este discurso y la estrategia política a que va asociado en España es difícilmente exagerable, siendo uno de los elementos más centrales tanto en la visibilidad alcanzada por el colectivo, como de la movilización de los propios gays en torno a las nuevas formas de subjetividad. Reduce las estrategias complejas de la visibilización contextual de la propia orientación sexual a estrategias de disimulo, es decir, mentiras, faltas a la propia autenticidad, y por lo tanto tiende a culpabilizarlas. Frente a este discurso, los sujetos dialogan con, e incorporan conflictivamente a, sus propios discursos y en función de sus propias estrategias sociales.¹³ Vamos a exponer a continuación dos lógicas de relación con el armario contrastantes, tanto por las diferentes experiencias de la visibilidad/ocultación que emergen, por las

¹² Dos ejemplos recientes son Soriano Rubio (1999), Genereño, en VV.AA. (2001). La revista Zero ha hecho todo un arte de la salida del armario de personajes famosos y/o procedentes de medios tradicionalmente homófobos, y un elemento esencial de su estrategia de marketing.

¹³ Mendes-Leite, en Calvez, Schiltz y Souteyrand (1996) y Proth, Mendes-Leite y de Busscher (1999).

posiciones y trayectorias contrastantes de los sujetos cuyas declaraciones exponemos, como los sentidos a partir de los cuales los sujetos elaboran sus particulares experiencias.

Los sujetos cuyos discursos describimos en primer lugar manifiestan una vivencia y comprensión de la identidad gay en la que la visibilidad, el estar fuera del armario, es un elemento básico y fundamental de la legitimidad e inteligibilidad de su relación con el mundo, y de una experiencia social, en definitiva de una posición gay. En general, adoptan y se identifican plenamente con el discurso gay, pero no todos ellos militan efectivamente en el movimiento asociativo, ni siquiera muestran la distante simpatía que se constata entre los gays que se identifican mucho más desde una normalidad no marcada. De hecho, es posible construir una identidad orgullosamente gay desde la identificación con una comunidad enteramente despolitizada.

En la actualidad son profesionales con un nivel de ingresos medios y altos, con trabajos que requieren estudios universitarios. En la mayoría de los casos han podido orientar sus carreras profesionales en ámbitos laborales en los que la estigmatización es mínima o nula. Además, todos ellos son gays ante sus familias, ya sea a costa de la ruptura o el alejamiento, ya sea contando con la comprensión y aceptación de éstas. Comparten asimismo una procedencia de las clases medias acomodadas y tradicionales. Hijos de militares de alta graduación, ingeniero, banquero, propietarios de comercio. Pero sobre todo, tienen en común que han problematizado en alguna medida las relaciones del armario y han hecho del ser diferentes y de no ocultar la diferencia un elemento central de su identidad.

Desde el presente, la narrativa de sí que elaboran es la de una historia de opresión y liberación. Para estos sujetos, la comprensión de sí mismos y de los sujetos que son parte del grupo con el que se identifican requiere en primer lugar un paradigma de intelección de la sexualidad al modo sustancialista, como implicada en la conformación de lo más íntimo de su ser. Además, en segundo lugar, su biografía se liga a una narración fuertemente normativa, de opresión social, de positividad del instinto frente a la negatividad de la cultura o 'la sociedad'. Reconstruyen una infancia enteramente rara, desviada, desde el presente:

"En _____, bueno. Yo estaba muy metido en el colegio. El Colegio – no sé si conoces el _____, que era del Opus y tal – bueno una historia de chinos. Y mal, bastante mal. El tema de la homosexualidad era tan represivo y era todo tan... Y además tuve un par de años que estuve con la cabeza muy comida y tal. Y durante esos años estuve bastante reprimido y después con mucha, con mucha rabia hacia eso, en cuanto digamos reaccioné. Y reaccioné muy en contra a todos esos años, 14, 15 años, que se supone que es cuando

uno despierta sexualmente y tiene que.. pues esos años los pasé como muy reprimido" (Pablo, 22)¹⁴

Las estrategias de ocultamiento son, sin ambigüedades, reinterpretadas desde el presente como tales estrategias: retraso de las relaciones sexuales, pasar por raro, pero no por gay, centrarse en los estudios... modalidades del disimulo como arte gay por excelencia. El disimulo es una imposición de un medio de origen opresivo. La palabras coraza y disfraz aparecen de modo natural en el discurso de Federico para describir sus explícitas estrategias de armario. Así, afirma:

"(...) Es que es una necesidad. Tú no puedes decir: 'Mamá me voy a los lavabos del SEPU a ver si encuentro alguien que me toque la colita'. 'Me voy a la biblioteca'. Evidentemente. Pues te coges unos libros y los libros los paseas por todas partes hasta que se te olvidan, entonces luego tienes que volver a por ellos, o cometes un error o se te olvidan y ya no sabes donde están y tienes que inventar por qué se te han perdido los libros, o tienes que comprar los libros de superficie a 20, yo que sé, eran mil y una cosas" (Federico, 35).

"Yo he tenido tres vidas, la vida heterosexual, la vida bisexual y la vida gay" (David, 25).

El proceso de conformación de una red de amistades gays, que es un momento fundamental en la conformación de una subjetividad gay, es atribuido a una sabiduría inconsciente, una atracción de los iguales. Jesús sale de su casa para estudiar y emigra a Madrid. Allí, casi por casualidad, sin ansiedad, se junta con los otros gays que viven en la residencia en la que recalca y comparten una salida del armario que es descubrimiento, casi placentera. La primera relación sexual es simultánea con una ruptura mucho más general con los discursos y nociones recibidas, que son reinterpretadas resignificadas como impuestas, dadas desde fuera, en definitiva como represión. Las precondiciones de este salto mortal con tirabuzón, en su expresión, la red que redujo sustancialmente el riesgo a que se exponía, en términos de capital económico, social, cultural y simbólico, no aparecen en su discurso más que como implícitos. Representan sin embargo las condiciones en las que la reinversión afectiva y social que implica la identificación desde la reclamación de la diferencia se hace posible.

¹⁴ Las entrevistas proceden del trabajo de campo para mi tesis doctoral. Los nombres que aparecen en el texto son ficticios. El guarismo indica la edad del entrevistado.

"Para mí fue como un salto mortal con tirabuzón... Pues eso, descubrí que la cosas no eran universales, que lo que yo creía normal no era normal más que para mí, que lo que yo creía que debía ser así, a lo mejor sólo lo creía yo que debía ser así, para los demás no servía, que límites que me había puesto de todo tipo tampoco servían ni conducían a nada, que realmente lo que había que buscar era la felicidad, lo que a ti te sirviera, y que entonces yo no podía tener estructuras que me habían impuesto y que a mí no me servían. O sea, yo no tengo un cuerpo y una mente de plastilina para encajar en estructuras que me vienen dadas de fuera, entonces yo me tenía que construir mis propias estructuras que se ajustaran a... tenía que hacer un traje a mi medida, no llevar el que me habían dado, que fuera 50 tallas más pequeñas que el que me correspondía" (Jesús, 35).

Federico nos muestra una 'vergüenza de la vergüenza' muy reveladora. Estando un día en un bar, ve entrar a un grupo, que por su aspecto no parecen ni gays ni el público que es habitual en este local. Repentinamente, a Federico se le demuda la expresión, se levanta sin decir palabra y se dirige al fondo del local, a un espacio separado del resto. Cuando se asegura de que el grupo ha pasado, sale rápidamente del local. Se trataba efectivamente de un grupo de compañeros de trabajo de visita en Chueca. Al cabo de los días reflexiona sobre el suceso con un tono de lamentación: *no me lo puedo creer, era superior a mí mismo, me dio el pánico. Qué vergüenza. Esto es un baldón en mi historial rosa.* A los pocos meses solicitó un permiso tras inscribirse en el Registro de Parejas de Hecho, lo que le sacó del armario en su trabajo de forma definitiva. Comentándolo, afirma que ya estaba harto, que era el único espacio en el que 'seguía en el armario'.

La explicitación de la identidad gay, más que de la 'homosexualidad', es para estos sujetos una parte fundamental de su modo de relacionarse no sólo entre gays, sino con la sociedad heterosexual. El no ocultar cobra la mayor importancia. Los sentidos del orgullo de la diferencia, la entera inversión de los valores asociados al estigma, juega un papel central en la autocomprensión de estos sujetos. La distinción gay/heteros deviene auténticamente organizadora de su experiencia, la normalidad ya no tiene ningún derecho específico, más bien es convención

"Me divertía muchísimo, no sé, lo de sentirme diferente me encantaba. Era la sensación de ser minoría. Era algo como que si yo no fuese homosexual hubiese buscado porque realmente me atraía muchísimo el no sentirme parte de los demás" (Pablo, 22).

Finalmente, la salida del armario es no sólo un proceso interior, sino que está claramente ligado, como una etapa más, a la reconfiguración de las relaciones sociales.

La narración no sólo es estructurada en etapas, sino que estas se suceden necesariamente, con un fuerte componente normativo.

"..." Cuando está demostrado que puedes vivir tu vida, eso no quiere decir que vayas de maricón por la vida, que hagas lo que te dé la gana. Pero el hecho de estar constantemente mintiendo, incluso a las personas con las que más confianza tienes, pues es muy cuestionable, ¿no?" (Pablo, 22).

Los universos de sentido que se construyen a partir de la afirmación contundente yo soy gay pueden ser enteramente divergentes, yendo desde el rechazo a la absoluta adhesión a la militancia, de la identificación como hombre sin que falten elementos que van del machismo más descarnado a una concepción de lo gay como necesariamente asociado a un discurso de izquierda y ligado a conexiones y alianzas con otros grupos minorizados. Sin embargo, representan realizaciones de posibilidades abiertas tanto por la existencia de la comunidad gay como comunidad de identificación como por su carácter polisémico, contradictorio, elaborado a partir de líneas que se niegan y se refuerzan. Los sujetos adoptan de este complejo universo discursivo aquellos sentidos que se adecuan a sus experiencias.

En todos los casos, la cuestión de clase se invisibiliza. La reivindicación desde la diferencia adquiere así su propia racionalidad, que se puede considerar como el proyecto de un sector de los gays, con efectos hegemónicos.

Quererse a uno mismo: ruptura y refugio

Los sujetos que se agrupan bajo este epígrafe poseen en común su procedencia de clase media baja y baja o de medio rural, su nivel de estudios es en la mayoría, pero no en todos los casos, inferior a COU. Comparten además un proceso biográfico marcado por dos extremos: las dificultades a la hora de desarrollar una identidad social por una parte, y un encaje difícil en el mundo gay por otra. A lo largo de su biografía han conocido en mayor o menor grado dificultades y presiones que atribuyen de modo directo a su identidad sexual, que pueden ser relacionadas con el efecto conjunto de mayores dificultades para el anonimato y de expectativas de cumplimiento del rol masculino mucho más marcadas y explícitas que para otros sujetos. Bien sea por su permanencia obligada en un medio social experimentado como opresivo, bien porque, en el caso de los sujetos que han emigrado, la ruptura con ese medio les ha expuesto a azares afectivos y personales, pero también laborales y económicos, los sujetos han experimentado la norma heteromasculinista de forma más rigurosa.

La mayoría de los sujetos han explicitado su condición de gays (*salido del armario*) en sus familias en edades muy jóvenes. Algunos mantienen una postura de apertura en

medios laborales donde la condición de gay está lejos de ser esperada. Las respuestas que han obtenido por parte de su medio pueden haber sido heterogéneas; en todo caso se desea destacar que existe una lógica sistemática de presiones a la normalidad explícitas sumado a un menor margen estratégico para la reproducción social y económica del sujeto al margen del grupo¹⁵, que vemos fundamentarse por contraste en torno a la privacidad y a las expectativas de rol menos marcadas que relatan otros sujetos. Estas condiciones hacen que esté ausente la posibilidad de separación de esferas de interacción, la condición silenciosa de la identidad gay de los sujetos de clases medias. Su falta o menor incidencia hace que esta separación resulte más complicada a sujetos cuya existencia social está más estrechamente ligada a la reproducción social del grupo de origen.

En cuanto a la socialización en la comunidad gay, del mismo modo que se destacó para los restantes casos, es preciso prestar, asimismo, atención al *juego específico de constricciones que imponen las posiciones estructurales*, o a la inversa, cómo *las condiciones estructurales que afectan a los sujetos pertenecientes a una determinada categoría social adquieren una forma y gravedad específica cuando el sujeto es además homosexual*. La búsqueda de un espacio social y una posición desde la cual el enunciado 'soy gay' (maricón, yo entiendo, soy homosexual, diferente) sea viable para el sujeto es común para el conjunto de los entrevistados. La gestión de la vergüenza en términos de resignificación tiene un momento fundamental en la posibilidad de compartir la propia experiencia con otros, esto es, socializarla con otros significativos, además de un reposicionamiento de las afiliaciones primarias hacia un colectivo de identificación de iguales. Sin embargo, cada uno de estos aspectos debe ser entendido también en términos de costes y beneficios relativos al encaje diferencial en el medio social de origen, y por supuesto en la *comunidad gay*; a fin de comprender y hacer justicia a las dificultades desiguales, tanto de forma como de grado, que nuestros entrevistados tuvieron y tienen que afrontar.

Con todo, se debe aclarar que se agrupa a los sujetos no en función exclusivamente de criterios socioeconómicos y de un menor margen de gestión de la visibilidad. Comparten las dificultades en su biografía para soslayar los aspectos más violentos y crudos de la normatividad heteromasculinista, y una visión profundamente desencantada y crítica del *ambiente*. Desde estos dos elementos comunes, caben respuestas diversas, desde un extremo individualismo y una activa confrontación del estigma; hasta una construcción identitaria fundamentada en la protección simbólica de la posición identitaria basada en una paradójica incorporación de la vergüenza; esto es, una profunda desvalorización y rechazo de sí mismo *como gay*.

¹⁵ Este argumento es defendido por Murray, en Murray, ed. (1995), sobre materiales latinoamericanos.

Este aspecto de no socialización de las prácticas nos parece determinante. De hecho, veremos que en algunos casos los sujetos comparten con aquéllos que construyen su identidad gay desde la normalidad discursos y circunstancias socioestructurales. Pero no han podido o no han deseado establecer, o aún no han alcanzado una incorporación estable en un *nosotros* gay. Construyen su identidad desde posiciones fuertemente individualistas, lo cual remite indefectiblemente a su experiencia concreta, marcada por el esfuerzo y el logro.

Si en el presente no se ha establecido una nueva ubicación de la identidad estigmatizada, las opciones estratégicas para constituir un discurso identitario que valore la práctica gay de los sujetos son mínimas, quedando el sujeto en máxima situación de vulnerabilidad. Por un lado, puede no haberse realizado una desculpabilización de la "promiscuidad", dada la dificultad de identificarse con una comunidad que sustente valores y sentidos en relación a la sexualidad basados en la experimentación y la expresión de sí, que se experimentan como ilegítimos y de los que se mantiene distancia. Por otro, son precisamente los contactos sexuales anónimos el medio disponible para vivir la sexualidad y tratar de establecer contactos duraderos con otros gays. Por razones relacionadas, la pareja adquiere también una relevancia extrema. Es el modo, real o como aspiración, de hacer vivible la posicionalidad gay, de aliviar la tensión doble de una vivencia insatisfactoria de la sexualidad y de las dificultades de establecer relaciones de reconocimiento y afecto con otros hombres. La otra posibilidad es la angustia permanente, la doble vida en sentido estricto. En este sentido, resulta especialmente sorprendente la retraducción, tan frecuente en la literatura, en términos psicológicos (depresión, baja autoestima, con sus claros componentes culpabilizadores), cuando estamos ante procesos socialmente organizados.

Queda por último la vía del *individualista*, la afirmación de la propia identidad que no se fundamenta en el mantenimiento de una esfera de acción gay separada y en la identificación con un grupo que comparte en lo esencial condicionamientos y estilo de vida, sino en la gestión de la visibilidad de forma enteramente consciente, una no evitación de las confrontaciones en torno al armario, un difícil recurso a uno mismo. De nuevo, una trayectoria social ascendente, percibida como fruto de un esfuerzo personal, a menudo condicionada por la imposibilidad de seguir las modalidades establecidas en su grupo para la reproducción social, se liga a una percepción de la identidad sexual como conquista, porque de hecho, ambos procesos van unidos.

La experiencia de Enrique permite comprender con toda crudeza hasta qué punto el armario puede ser la mejor opción desde el momento en que no está disponible. Enrique procede de una familia de clase media baja. Su padre es trabajador manual y su madre trabaja como ama de casa. Con fuentes de ingresos irregulares, viven en una ciudad dormitorio en la periferia de Madrid. Tercero de cuatro hermanos, Enrique, de 26 años, no llegó a concluir el BUP en su momento, aunque recientemente ha aprobado

el acceso a la Universidad para mayores de 25. Ha experimentado de forma intensa y durante una larga serie de años las presiones de conformidad a la normalidad, en forma de insultos y desprecios, con algunas escenas de extrema violencia. De hecho, relata sucesivas experiencias de lo que podríamos llamar 'estar expuesto'.

En el Barrio:

"Yo a los 8 años tuve una experiencia sexual colectiva [masturbación] con los amigos mayores de mi hermano...también fue un poquito así, porque la experiencia estuvo muy bien, a mí me gustó mucho, pero luego mi padre decidió llevarme por todo el barrio a casa de todos los chicos que habían intervenido en esa historia, porque claro, ellos tenían 11 y yo tenía 8, entonces la cosa fue un poco rara. (...) que a mí, yo me lo pasé muy bien en el hecho, luego la que montó mi padre ya no estuvo tan divertida, esa fue la primera vez" (Enrique, 26).

P. A raíz de esto que me estas contando se entero todo el barrio...

Todo, todo el barrio, todo, los padres, todo el mundo, no ves que mi padre me llevó a casa de cada uno de los implicados, a mí, a sus padres, bueno, una vergüenza que pase que te cagas...pero bueno tampoco, si a lo mejor desde ese momento me quedé más en mi casa...y me enchufé la tele, y nada...soy fan desde entonces" (Enrique, 26).

Más adelante, en el Instituto, continuaron las burlas.

"En 1º mejor porque teníamos todos 14 años y bueno, pero a partir de 2º, pff empezó ya el machaque, todo el mundo se metía conmigo y la verdad es que no me pude centrar en los estudios, y tampoco era muy buen estudiante..." (Enrique, 26).

P. ¿Y por que ese machaque?

Hombre porque era marica, porque era marica, porque era marica, no lo se, yo nunca he sabido, hombre pues si, por como andaba, por como me expresaba, por como mi voz, por las manos, no lo se, o porque les da el punto, no se" (Enrique, 26).

Relata una constelación de relaciones familiares que es muy similar a la que refieren otros entrevistados de este grupo, con una madre que toma una actitud comprensiva y

un padre mucho más autoritario. Obsérvese que relaciona la actitud de su padre explícitamente con la masculinidad.

"Mi padre es una persona que se hace querer muy poco, no te demuestra nada su cariño, siempre es muy destructivo, siempre busca, si haces algo bien, siempre busca el detalle que no está bien hecho para decírtelo y tal, le cuesta mucho decirlo, felicitarte y tal.(...) A medida que voy creciendo y voy asumiendo mi identidad pues, choco más con mi padre, porque mi padre es muy machirulo y muy manolito, y no lo ha llevado nada bien" (Enrique, 26).

Claramente, el hecho de mantener relaciones sexuales con hombres, en su medio social implica al sujeto por entero. Las relaciones sociales son mucho más estrechas que para otros entrevistados, y las presiones a la conformidad con los roles de género, explícitas. Relaciones de suma dependencia, procesos depresivos, insatisfacción, soledad, son situaciones que aparecen en el discurso de los sujetos y denotan de nuevo la importancia de la socialización de la experiencia y la incorporación de discursos alternativos para hacer vivible la posición homosexual abyecta, vergonzante.

Enrique, finalmente, entra en depresión y abandona los estudios apenas terminado Tercero de BUP. En ese momento entra en contacto a través de las actividades juveniles organizadas por el Ayuntamiento de su localidad, con un grupo de personas con las que comienza a romper su aislamiento. Comienza a trabajar como monitor de tiempo libre, lo que le ofrece oportunidades de contactar con personas y realizar actividades distintas a las de su entorno cotidiano, pero *"(...) los chavales, los propios chavales con los que trabajaba me insultaban y mis compañeros no hacían nada. Era una situación muy insólita, pero porque el equipo no supo responder, yo tampoco supe afrontarlo porque en ese momento pues no, yo lo vivía muy internamente, no lo exterioricé, no lo puse encima de la mesa"*. Sin embargo, lo recuerda como una buena época, mucho mejor que la anterior, porque *"(...) ahí ya empecé claramente a decir, bueno tu di lo que quieras que yo haré lo que me de la gana, y yo hago lo que quiero, soy como soy"*. Lo que constituye en resumidas cuentas su estrategia de gestión del estigma hasta la actualidad.

La trayectoria se evoca como marcada por fuertes rupturas, un momento claramente identificado en la biografía, no siendo necesariamente el más significativo el de la primera experiencia sexual, ni el primer grupo de amigos gays, sino más bien la primera estabilización, tanto afectiva como más en general, laboral, profesional, económica. La ruptura se relaciona con fuertes depresiones en las que los factores desencadenantes de tipo afectivo se entremezcla con factores laborales y de falta de una red social de apoyo.

El trabajo, los estudios, adquieren una saliencia fundamental, que desde luego no la tiene en el caso de otros entrevistados pertenecientes a medios más acomodados, como por otro lado es de esperar. En la construcción identitaria, en su posicionamiento en el mundo, el trabajo parece ser un marcador tan importante como las relaciones afectivas. Para Enrique, el haber dejado los estudios tan tempranamente, la serie de trabajos infames a los que se vio abocado, se relaciona con una vivencia de la relación con la normatividad sexual extremadamente violenta y una expresión de la sexualidad escindida y culpable. Ello se relaciona con que para Enrique sea decisivo ser gay en el medio laboral y en general en todos los ámbitos y con las personas con las que mantiene relaciones cotidianas: *"(...) para mí, ha sido muy revelador el hecho de asumirlo personalmente y de vivirlo, o sea que ha influido en el resto de mi vida quiero decir, o sea que el hecho de decir, sí lo soy, no pasa nada, tal, lo vivo con normalidad, ha hecho que el resto de mi vida también se centrara un poco y buscara ya objetivos más claros, y sobre todo ya una vez planteados esos objetivos dijera voy a conseguirlos, entonces sí he tirado un poquito más de mí"*.

Esto no ha sido así siempre, y recuerda que hasta hace apenas un par de años, estaba descentrado, no asumía *las reglas del juego*, vivía sin objetivos, tanto en relación con los estudios como con su trayectoria laboral. El cambio se produjo simultáneamente en el terreno afectivo (consolidación de un grupo de amigos), laboral (implicación en su trabajo) y profesional (reiniciación de estudios). El término *independencia* viene a englobar en el discurso de estos entrevistados el rechazo del estigma, la emancipación económica y la estabilización afectiva.

Entre sus compañeras/os de trabajo y estudios, por razones específicas en cada caso, su condición de homosexual ha salido a relucir una y otra vez, teniendo que confrontar la burla soterrada y el cotilleo. Si ello en un principio de afectaba seriamente, porque 'no se asumía', cuando consigue una cierta estabilidad afectiva gracias a la consolidación de un grupo de amigos heterosexuales y a su entrada en una asociación gay donde conoce otros gays sobre una base no exclusivamente de intercambios sexuales, inicia una estrategia de reacción frente al estigma que consiste en la negación de la vergüenza y la confrontación directa ante las presiones a la normalidad en su entorno: familia, barrio, trabajo. Sin que señale un corte biográfico claro, sí lo relaciona con nitidez con el final de su aislamiento en la adolescencia. Nótese que establece un vínculo entre lo que recuerda como carencias afectivas, ocultación de la identidad y vivencia culpable de la sexualidad, por un lado; y necesidades afectivas cubiertas, explicitación de la orientación sexual y vivencia desculpabilizada por otro.

"yo ahora llegue donde llegue yo soy gay le guste a quien le guste y, quiero decir que no hace falta ni que lo enseñe ni que esconda sino que lo

vivo abiertamente y si tengo que hablar de mis novios o de mis relaciones sexuales o de lo que sea lo hablo" (Enrique, 26).

Enrique es realista: una vez que tienen la *vida personal y social un poquito resuelta*, en parte causa y en parte consecuencia de su *salida del armario*, no buscan la aceptación de su entorno, sino que aprovechan en beneficio propio los intersticios estratégicos de la masculinidad.

"Ya la gente no se atreve a decir nada, porque generalmente ya es políticamente correcto respetar a los gays. Quiero decir, siempre ves, siempre como gay estás acostumbrado a ver algunas miradas, algún así como un que se le va un poquito la ceja como diciendo, joder tío, entonces lo notas que hay alguna gente que es más reacia, y tal, pero que no lo expresan" (Enrique, 26).

En parte, revierte a su favor las condiciones de trabajo, malas y precarias, en el sentido de que tampoco depende de la permanencia en un puesto de trabajo el que los sujetos puedan establecer una trayectoria laboral, que más probablemente, se constituirá de trabajos temporales sucesivos. A Enrique le da igual perder *un trabajo de mierda* por confrontarse con un jefe intolerante, como sospecha que ya ha ocurrido. Pero más fundamentalmente, es una estrategia no sólo explícitamente individualista sino también experiencial, inmediata e individual.

Las narraciones de estos sujetos llaman la atención por la fuerte marca afectiva, por el peso mucho más decisivo de las relaciones entre personas y los afectos que las marcan. Ello supone en realidad tan sólo un índice más de hasta qué punto son centrales estas relaciones que son tan obvias para otros, el *nosotros* gay de los que se identifican con la *comunidad central*¹⁶.

Bien sea porque en su medio más próximo su condición de *marica* es sacada a la luz, o bien sea porque de forma intencional se establece un corte drástico con las redes sociales de origen ante presiones insoportables, ni las estrategias de *disimulo* disponibles ni consecuentemente los costes de la *ocultación* pueden ser los mismos. De este modo, al estar expuesto, algunos responden con una estrategia fuertemente individualista y de reacción en el seno de unas circunstancias económicas y sociales a menudo adversas y siempre impredecibles, que se resuelven desde el individuo y no desde la afiliación grupal, una auténtica decisión de racionalizar su modo de comprender el ser homosexual. Es tanto un modo de hacer frente al *machaque* como de gestionar la vergüenza.

¹⁶ Douglas (1992).

En primer lugar, son gays siempre y en toda circunstancia. Ligan esta explicitación a una vivencia desculpabilizada por decisión propia de la homosexualidad, en otros casos a través de la pareja, en el de Enrique de las relaciones sexuales anónimas, a pesar de o quizás precisamente porque su primera opción era y es la pareja, y de un grupo de amigos gays con los que socializa en el ambiente.

Pero no siempre es así. La imposibilidad de emancipación, hace de esta experiencia de acomodación una confrontación más o menos permanente aunque soterrada, que - y esto es fundamental, no puede ser elaborada como *elección*. Que no alcance el nivel de lo explícito en sus relaciones familiares es fuente de frustración, no vivido como estrategia consciente. El caso de Ramón resulta ilustrativo de la importancia de los recursos en términos de capital económico, social y cultural que se posean a la hora de plantear estrategias que permitan romper con su medio social. Su trayectoria nos permite vislumbrar que la existencia de otras alternativas distintas a la permanencia en el hogar familiar incide muy determinadamente en este proceso, con lo que ello implica de dependencia del medio de origen para asegurar su sustento básico. Los trabajos precarios por los que va pasando, que implican fuentes de ingresos irregulares y escasos, así como su limitada formación académica, que indudablemente reduce las opciones laborales disponibles, son una mala base sobre la que conseguir las mínimas condiciones de independencia económica y estabilidad laboral necesarias para plantear una ruptura con el medio familiar. Ramón, desde sus circunstancias, no tiene otra alternativa que aceptar de modo más o menos resignado una situación que le resulta 'frustrante', porque no puede o no quiere prescindir de los recursos mínimos que le proporciona el permanecer en casa de su madre. Ramón, como Enrique, relaciona explícitamente su *desorientación* en el terreno laboral con circunstancias en general insatisfactorias, entre las que ocupa un lugar central tanto la falta de un trabajo satisfactorio como los problemas en la socialización de su identidad sexual.

"A mí me afecta mucho el aire, el ambiente que haya en un momento dado, pues en el país... No tendría que serlo pero me pasa, me afecta, incluso te voy a decir más, en mi propia casa, sigo viviendo en mi casa y en mi casa hay una serie de problemas, problemas económicos, de relación... entonces me afectan, me afectan mucho y me coartan, mi forma de pensar, me ha cambiado bastante el carácter, pero en un plan que a mí no me gusta nada, porque te vuelves así más desconfiado, más amargado incluso, y bueno, y no sé, es una sensación de frustración completa en todos los sentidos eh, en sentido de relación de trabajo, de relaciones familiares, de relaciones con amigos, de relaciones con, de propiamente ya de relaciones con una persona, de relaciones amorosas, sí, ahora mismo es una insatisfacción enorme" (Ramón, 34).

A cambio de asegurar los mínimos económicos que sus trabajos no le proporcionan, debe aceptar un ambiguo estatuto en el que predominan las medias verdades o una ignorancia cuidadosamente cultivada.

"Mi familia pues a mi me han quedado muchas inseguridades y lo he pasado muy mal, entonces he tenido esa idea, de que por ejemplo en mi familia me he visto rechazado, he, no me he visto nada comprendido, yo no he hablado tampoco nada en mi familia, ellos lo saben, claro, después de tanto tiempo, pero nunca he hablado abiertamente ni con mi padre, ni con mi madre, ni con mis hermanos... No he tenido tampoco la ocasión de hablarlo porque me corta. En este sentido me he encontrado muy desprotegido porque esto evidentemente hay que hablarlo, tienes que soltarte y tienes que sacarlo todo, y si no es con tu familia sobre todo al principio, muy mal, entonces sí, he crecido con esa idea o me he desarrollado con esa idea de que realmente nunca nadie me iba a querer. Yo querer sí, pero que me quisieran a mí nunca..." (Ramón, 34).

Para Ramón, el silencio es imposibilidad de hablarlo, de socializar la propia experiencia. La mera omisión es aquí enormemente elocuente, es silenciamiento y aislamiento. Para Ramón, el armario no puede quedar oculto bajo las formas de la normalidad.

Ramón comparte con los restantes entrevistados de este grupo una valoración extrema de la pareja. El no tener ingresos, el no tener casa propia, son factores que son mencionados como graves impedimentos para mantener una relación de pareja, algo por lo demás evidente, salvo para el discurso universalista de las parejas de hecho¹⁷. Establece de hecho una clara relación entre ocultación o doble vida, imposibilidad de mantener relaciones de pareja, y sexo anónimo sin compromisos de tipo afectivo o económico, única opción disponible para el que no ha conseguido establecer una ruptura.

Ernesto conoció a su actual pareja al poco tiempo de comenzar a ir por el ambiente, lo que por una parte le resolvió la necesidad de conocer a otros gays en un plano no sexual, pero por otra, no los percibe como 'sus' amigos, con lo cual mantiene una imagen muy marcada del ambiente como lugar básicamente hostil en cuanto a la posibilidad de establecer relaciones sobre una base distinta al del intercambio de orgasmos; que es estrictamente lo que busca cuando acude – su pareja es abierta. En su pueblo de la provincia de Soria tampoco sabe nadie nada, como en los trabajos que ha tenido. Según dice, "(...) yo no voy,

¹⁷ Esta línea argumental es desarrollada por Schiltz (1998).

no abandero, no voy de abanderado por la vida, no voy con el triángulo rosa puesto, ni nada por el estilo". Ernesto hace un discurso explícito de contraposición al sujeto del discurso gay, que rechaza a partir de una defensa de *ser normal*.

"Es la típica manifestación de gays, pues la que hubo el 28 de junio, no!? Que lo que se corea es gay sal de tu armario, o sea lo que se corea es 'gay que eres gay, coño declarate'".

El suyo no es un discurso de la discriminación sino fuertemente individualista: los gays como sujeto político no tienen cabida, la tarea es individual, como la discriminación misma, ya que "(...) los miedos están en la cabeza de todo el mundo, no están en ningún otro sitio", y vencerlos es tarea de cada cual: *"La única aceptación que hay que tener es la de uno mismo, que me importa a mí lo que la diga la gente, lo que la gente diga vamos. Es su problema no es el mío"*.

Ernesto es un individualista, se construye a sí mismo a partir no de la identificación con un grupo sino de una construcción identitaria y unas prácticas basadas en la autonomía. La ruptura y una auténtica reconstrucción de su vida son logros personales, a partir de sus propios recursos, y en estos términos es incorporada a la narración biográfica. Su mundo actual, tanto su red de relaciones próximas como sus valores, es un mundo conquistado, con un esfuerzo individual y propio, y concebido como elegido. Para conseguirlo, han tenido que romper con su familia y su entorno de origen en general a costa de una fuerte inversión.

Por contraste, para Alberto y Ernesto son tan determinantes para hacer comprensible su discurso y sus prácticas tanto su relación con la norma heterosexual, como su buscada pero precaria inserción en la *comunidad gay*. Tanto Alberto como Ernesto provienen de medios rurales profundamente tradicionales, en los que, como afirman, los gays no aparecen en el mundo de experiencias sociales, y en el que ser homosexual coloca fuera del grupo de una forma que no puede equipararse con la de los sujetos de clases medias vistos anteriormente. Además, Alberto vive en casa de su hermano, del que depende para subsistir en Madrid y finalizar sus estudios. En cuanto a Ernesto, por su profesión de aparejador, trabaja en un entorno en el que la manifestación de la homosexualidad le expondría a una pérdida clara de status y autoridad. Ambos mantienen una fuerte resistencia a identificarse con la norma gay, explícita y contundentemente expresada, en especial en lo que se refiere a los tipos de relación, sexual, afectiva o de amistad, y a los valores y categorizaciones a ellas asociadas, ante los que son muy críticos. Ello les coloca en una posición de anormalidad tanto en relación a la norma masculina como a la gay.

La de Ernesto es una estrategia a partir del desmarque de la comunidad, de *no ir dando el cantazo*, que contrapone a la actitud de *ir proclamándolo a los cuatro vientos*,

con la de los que reivindican "(...) *el gay por el gay, a mi evidentemente me jode el que actúe diferente y me jode todo ese tipo de cosas, las mariquitas hablando de lo que se ha comprado no sé quien, que se ha comprado no sé cual y criticando a fulanito porque se han enterado que y... entonces ese tipo de rollos no me gustan. Y no lo aguanto vamos*".

Mantienen una decisión de no identificarse con un colectivo gay que como veremos, dispone de sus propios mecanismos de exclusión de los que como Ernesto y Alberto son *unos raros, unos reprimidos*. No son casuales las referencias a *habitus* de clase y modos de comportamiento de consumo que no comparte y que le colocan fuera del grupo.

A diferencia de Enrique, que ha encontrado modos de invertir los sentidos asociados a la abyección, de desarrollar por tanto estrategias no colectivas de manejo de la vergüenza, lo que le permite 'centrar' su vida, Alberto y Ernesto desarrollan estrategias simbólicas de protección de la identidad a partir de esta doble anormalidad en relación a la normatividad masculinista y a la *comunidad gay*; estas estrategias son ciertamente complejas y elaboradas, pero no comportan esta inversión de sentidos que se señaló para otros. Ernesto, Ramón y Alberto son doblemente excéntricos, por así decirlo, tanto por una situación de falta de integración normativa como por su carencia de recursos, económicos y de sentido, para reintegrar su experiencia en una nueva narración y para construir un mundo de relaciones sociales distinto del de su medio de origen.

En definitiva en la práctica cotidiana de los sujetos, los límites que definen este espacio social tolerado y vigilado son cambiantes, como también lo son históricamente. En este espacio ambiguo de tolerancia vigilada se ha conformado la identidad gay. Los sujetos entrevistados en todos los casos han aprendido a convivir con la constante invitación a no existir en el ámbito de lo público, cuyo cemento afectivo es la vergüenza.

En conclusión

El análisis de las experiencias concretas de los sujetos permite poner de relieve el carácter sintético del concepto de *armario*, en la medida que agrupa lo que en la práctica factores y procesos sociales, culturales, económicos y políticos heterogéneos, para cuya cabal comprensión es necesario prestar atención al detalle de cómo diferentes posiciones estructurales, trayectorias biográficas y estrategias de los sujetos inciden para conformar muy diferentes experiencias de la relación de subordinación a la norma heterosexual. Es como tal concepto sintético como resulta extremadamente útil, al permitir enfocar la atención sobre los procesos concretos de producción de desigualdad que están en marcha desde la generalidad, no tanto de lo que los diferentes tienen en común, sino más bien de las relaciones abstractas entre categorías sociales que están

en juego. En todo caso, lo importante sería desde nuestro punto de vista no confundir un término (procesos concretos) con el otro (relaciones abstractas), fabricando un sujeto gay generalizado que no existe más que como discurso hegemónico, que tiende a borrar o hacer irrelevantes las diferencias internas y las relaciones de poder en el colectivo gay.

También se ha tratado de mostrar que el eje homo-heterosexual no es necesariamente el único relevante, más aún, que la existencia de una comunidad e identidad gay consolidadas, como es el caso de España y para el grupo de edad al que estamos haciendo referencia, media necesariamente en el modo en que los sujetos construyen significativamente el estigma y elaboran estrategias para encontrar modos de hacerlo vivible, bien sea por la identificación plena con los sentidos y valores del discurso y las prácticas gays, bien sea por un diálogo crítico y conflictivo con éstas.

Crehan (2004), en su comentarios sobre Gramsci, propone distinguir entre la clase como modelo general de las relaciones sociales, "(...) *una forma de analizar pautas sistemáticas de desigualdad*", de los modos concretos en que esas desigualdades *se reproducen en el tiempo y que presentan de mil formas distintas un sesgo étnico y de género, etc.* Se trata en este segundo caso de la pregunta acerca de *cómo se vive* la clase, lo que implica analizar cómo se han conformado concretamente las culturas subalternas en contextos y en condiciones concretas y específicas.

En España se han registrado procesos de cambio acelerados que han transformado profundamente la organización social en todos sus aspectos. En el transcurso de tres generaciones, España ha pasado de ser un país con una estructura productiva, política y económica fundamentalmente agraria, a industrial a partir de los 60, y postindustrial a partir de los 80. En un período de tiempo aún más breve, entre finales de los 70 y la actualidad, el colectivo homosexual pasó de una situación de persecución policial, prohibición legal e invisibilidad social, a constituirse en un grupo social y político organizado y fuerte, capaz de generar sus propias instituciones y representaciones y modificar las existentes, en especial si consideramos la institución del matrimonio, tan central en la ideología más de derechas. Pero más fundamentales han sido dos cambios, que sólo enunciaremos: la profunda modificación de la familia y la aparición de nuevas formas de subjetividad fundamentadas en la autorrealización y la autenticidad. En este marco es en el que la política de la salida del armario, con su insistencia en la verdad última y genuina del yo y en el derecho a su libre expresión, ha resonado en un sector amplio de la sociedad española.

Sin embargo, como hemos tratado de mostrar, desde diferentes posiciones de clase se ha hecho un uso muy diferente de las posibilidades emancipatorias que han generado los cambios sociales acaecidos y la capacidad de la estrategia de la salida del armario para aprovechar esos cambios. Claramente, para un sector de los gays ha resultado empoderizante y ha abierto posibilidades nuevas de vida. Pero no se puede perder de

vista que ciertos sentidos y ciertas prácticas tienden cada vez más a hegemonizarse, a construir como parte de una experiencia gay universal elementos de la experiencia particular de este sector del colectivo gay. Finalmente, estos sentidos hegemónicos al consolidarse, entran a formar parte de los modos de pensar, actuar y sentir de los sujetos que se sienten apelados por esos discursos, cuya experiencia del ser gay se ve necesariamente alterada de formas diversas y complejas: Sólo hemos indicado algunos elementos de esa complejidad. En todo caso, hemos pretendido poner de relieve la relevancia de una perspectiva de economía política para comprender las lógicas sociales y los efectos concretos del entrecruzamiento de las políticas de la identidad de los gays y las condiciones sociales de posibilidad de esas políticas, así como sus consecuencias últimas en los modos en que se experimentan los discursos políticos.

La identidad gay parece presuponer el capitalismo, pero el capitalismo no parece ciertos conjuntos sociales. La identidad gay puede concebirse como uno más de los proyectos de autorrealización que hoy día definen a los sujetos. Pero puede tener efectos de profundización de la desigualdad para otros conjuntos sociales, al deslegitimar y culpabilizar su experiencia y borrar sus prioridades de la agenda política. La reflexión en torno a las relaciones entre la identidad gay y capitalismo, por más compleja que resulte, no puede postergarse más.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA

- ADAM, Barry D. (1985). Structural Foundations of the Gay World. *Comparative Studies in Society and History*, 27.
- BOURDIEU, P. (1991). *El sentido práctico*. Madrid: Ed. Taurus (Trabalho originalmente publicado em 1980).
- _____. (1993). *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press (Trabalho originalmente publicado em 1972).
- BUTLER, J. (1998). Merely Cultural. *New Left Review*, 227:33-44.
- CHASIN, A. (2000). *Selling Out. The gay and Lesbian Movement goes to Market*. New York: St. Martin's Press.
- D'EMILIO, J. (1983). Capitalism and gay identity. In: SNITOW, A.; STANSELL, C. & THOMPSON, S. *Powers of Desire*. New York: Monthly Review.
- DOUGLAS, M. y CALVEZ, M. (1990). The self as risk taker: a cultural theory of contagion in relation to AIDS. *The sociological Review*, 38(3):445-464.
- ESCOFFIER, J. (1998). *American Homo. Community and Perversity*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press.
- GENERELO, J. (2001). La luz fuera del armario. In: VVAA. *En clave gay. Todo lo que deberíamos saber*. Barcelona y Madrid: Egales.
- GODELIE, M. (1990). *Lo ideal y lo material. Pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Taurus (Trabalho originalmente publicado em 1984).
- GREENBERG, D. F. (1988). *The Construction of Homosexuality*. Chicago: University of Chicago Press.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2002). *Imperio*. Barcelona, Buenos Aires: Paidós (trabalho Originalmente publicado em 2000).
- KIRSCH, M. H. (2000). *Queer Theory and Social Change*. New York, London: Routledge.
- KOSOFSKY SEDGWICK, E. (1985). *Between Men. English literature and Male Homosocial Desire*. Nueva York: Columbia University Press.
- KOSOFSKY SEDGWICK, E. (1991). *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press.
- _____. (1991). *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press.
- LANCASTER, R. N. (1992). *Life is Hard. Machismo, Danger and the Intimacy of Power in Nicaragua*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- _____. & LEONARDO M. di (1997). Introduction. Embodied Meanings, Carnal Practices. In: LANCASTER, R. & Di Leonardo M. *The Gender / Sexuality Reader. Culture, History, Political Economy*. Nueva York y Londres: Routledge.
- MÉNDES-LEITE, R. (1996). Une autre forme de rationalité. Les mécanismes de protection imaginaire et symbolique. In: CALVEZ, SOUTEYRAND & SCHILTZ. *Les homosexuels face a sida. Rationalités et gestions des risques*. Agence Nationale de Recherches sur
- VILLAAMIL, F. P. (2004) Economía política del armario: políticas del silencio, políticas de la autenticidad.

le Sida. Collection Sciences Sociales et Sida, abril.

- MURRAY, S. O. (1995). Family, Social Insecurity, and the underdevelopment of Gay Institutions in Latin America. In: Murray (ed.), *Latin American Homosexualities*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- PROTH, B., R. MENDES-LEITE, P & De BUSSCHER, O. (1999). Le refus ou la ruse: stratégies de *Protection Identitaire* chez des hétérosexuels à pratiques homosexuelles (Une étude de cas à partir des appels téléphoniques anonymes de la Ligne Azur). *CERIS, Actes de Congrès*, 26-27 março.
- RICH, A. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs, Journal of Women in Culture and Society*, 5(4).
- ROSEBERRY, W. (1989). *Anthropologies and Histories. Essays in Culture, History, and Political Economy*. New Brunswick, London: Rutgers University Press.
- SCHEPER-HUGHES, N (1997). *La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil*. Barcelona: Ariel (trabalho Originalmente publicado em 1992).
- SCHILTZ, M. A. (1998). Un ordinaire insolite: Le couple homosexuel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, núm 125, diciembre.
- SEIDMAN, S. (ed.) (1996). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge MA y Oxford: Blackwell Publishers.
- SORIANO RUBIO, S. (1999). *Cómo se vive la homosexualidad y el lesbianismo*. Salamanca: Amarú editores.
- VVAA. (2001). *En clave gay. Todo lo que deberíamos saber*. Barcelona y Madrid: Egales
- WARNER, M. (1999). *The trouble with normal: sex, politics, and the ethics of queer life*. Nueva York: the Free Press.
- WESTON, K. (1998). *Long Slow Burn. Sexuality and Social Science*. New York, London: Routledge.
- WEEKS, J. (1993). *El malestar en la sexualidad; significados, mitos y sexualidades modernas*. Madrid: Talasa (trabalho Originalmente publicado em 1985).
- WEEKS, J. (1995). *Against Nature. Essays on History, Sexuality and Identity*. Londres: Rivers Oram Press (1ª ed. trabalho Originalmente publicado em 1991).
- WEINBERG, G. (1991). *Society and the Healthy Homosexual*. Boston: Alyson Publications. (trabalho Originalmente publicado em 1972).
- WILLIAMS, R. (1980). *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península. (trabalho Originalmente publicado em 1977).
- WOLF, E. (2001). *Pathways of power. Building an Anthropology of the Modern World*. Berkeley, Los Angeles: California University Press.
- I•EK, S. (1998). Multiculturalismo, o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In: • I•EK, S. & JAMESON, F.: *Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós.

- Recebido em Agosto de 2004.
- Aprovado em Outubro de 2004.

Le Gueuloir Bi ou Comment la Biphobie Vient Aux Gais¹

The bi-shouting-shop
or how gays become bi-phobic¹

Daniel Welzer-Lang^{2*}
dwl@univ-tlse2.fr

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma enquête realizada durante o curso Universidade de Verão Euro-mediterrânea, de homossexuais em 2002. Procurávamos compreender a situação de bifobia entre gays e lésbicas. Para tanto, foi administrado um questionário intitulado "The bi-shouting-shop" com larga distribuição, em que gays e lésbicas presentes em Marsella foram convidados a compartilhar seus pensamentos sobre bissexualidade. Esse artigo mostra que a bifobia existe e é muito mais evidente entre homens gays que entre mulheres lésbicas. É frequentemente vinculada às experiências desagradáveis que vários gays tiveram em suas relações pessoais e que são analisadas do ponto de vista político e social. O múltiplo contorno da bifobia também nos fala sobre os bissexuais "no armário", e sobre as dificuldades que alguns têm para assumir a sua sexualidade, e/ou sobre a atração que os bissexuais "no armário" provocam entre os gays. Acima de uma atitude defensiva esse trabalho sobre o caminho para ampliar o discurso sobre a bissexualidade, particularmente no que se refere a como estudar o estilo de vida de bissexuais homens e mulheres assumidos, é uma questão de tentar estudar como homens e mulheres que assumem uma atração não exclusiva articulam suas expectativas por

⁽¹⁾ Cet article est tiré d'une recherche intitulée : Les bi masculins : le placard et l'invisibilité épistémologique, obstacles à la prévention. Cette étude financée par l'ANRS et Sidaction a été dirigée par Daniel Welzer-Lang, en collaboration avec Sophie Tomolillo et Catherine Deschamps.

⁽²⁾ This article is taken from a research paper entitled : Male bis : the closet and epistemological invisibility, obstacles to support work. This study, financed by the ANRS and Sidaction, was directed by Daniel Welzer-Lang in collaboration with Sophie Tomolillo and Catherine Deschamps.

* Professeur de sociologie
Département de sociologie
Université de Toulouse-Le
Mirail

WELZER-LANG, D. (2004) Le
Gueuloir Bi ou Comment la
Biphobie Vient aux Gais.
Psicologia Política, 4(8),
307-328.

Le Gueuloir Bi ou Comment la Biphobie Vient Aux Gais¹

The bi-shouting-shop
or how gays become bi-phobic¹

Daniel Welzer-Lang^{2*}
dwl@univ-tlse2.fr

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma enquête realizada durante o curso Universidade de Verão Euro-mediterrânea, de homossexuais em 2002. Procurávamos compreender a situação de bifobia entre gays e lésbicas. Para tanto, foi administrado um questionário intitulado "The bi-shouting-shop" com larga distribuição, em que gays e lésbicas presentes em Marsella foram convidados a compartilhar seus pensamentos sobre bissexualidade. Esse artigo mostra que a bifobia existe e é muito mais evidente entre homens gays que entre mulheres lésbicas. É frequentemente vinculada às experiências desagradáveis que vários gays tiveram em suas relações pessoais e que são analisadas do ponto de vista político e social. O múltiplo contorno da bifobia também nos fala sobre os bissexuais "no armário", e sobre as dificuldades que alguns têm para assumir a sua sexualidade, e/ou sobre a atração que os bissexuais "no armário" provocam entre os gays. Acima de uma atitude defensiva esse trabalho sobre o caminho para ampliar o discurso sobre a bissexualidade, particularmente no que se refere a como estudar o estilo de vida de bissexuais homens e mulheres assumidos, é uma questão de tentar estudar como homens e mulheres que assumem uma atração não exclusiva articulam suas expectativas por

* Professeur de sociologie
Département de sociologie
Université de Toulouse-Le
Mirail

WELZER-LANG, D. (2004) Le
Gueuloir Bi ou Comment la
Biphobie Vient aux Gais.
Psicologia Política, 4(8),
307-328.

- le Sida. Collection Sciences Sociales et Sida, abril.
- MURRAY, S. O. (1995). Family, Social Insecurity, and the underdevelopment of Gay Institutions in Latin America. In: Murray (ed.), *Latin American Homosexualities*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- PROTH, B., R. MENDES-LEITE, P & De BUSSCHER, O. (1999). Le refus ou la ruse: stratégies de *Protection Identitaire* chez des hétérosexuels à pratiques homosexuelles (Une étude de cas à partir des appels téléphoniques anonymes de la Ligne Azur). *CERIS, Actes de Congrès*, 26-27 março.
- RICH, A. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs, Journal of Women in Culture and Society*, 5(4).
- ROSEBERRY, W. (1989). *Anthropologies and Histories. Essays in Culture, History, and Political Economy*. New Brunswick, London: Rutgers University Press.
- SCHEPER-HUGHES, N. (1997). *La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil*. Barcelona: Ariel (trabalho Originalmente publicado em 1992).
- SCHILTZ, M. A. (1998). Un ordinaire insolite: Le couple homosexuel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, núm 125, diciembre.
- SEIDMAN, S. (ed.) (1996). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge MA y Oxford: Blackwell Publishers.
- SORIANO RUBIO, S. (1999). *Cómo se vive la homosexualidad y el lesbianismo*. Salamanca: Amarú editores.
- VV.AA. (2001). *En clave gay. Todo lo que deberíamos saber*. Barcelona y Madrid: Egales
- WARNER, M. (1999). *The trouble with normal: sex, politics, and the ethics of queer life*. Nueva York: the Free Press.
- WESTON, K. (1998). *Long Slow Burn. Sexuality and Social Science*. New York, London: Routledge.
- WEEKS, J. (1993). *El malestar en la sexualidad; significados, mitos y sexualidades modernas*. Madrid: Talasa (trabalho Originalmente publicado em 1985).
- WEEKS, J. (1995). *Against Nature. Essays on History, Sexuality and Identity*. Londres: Rivers Oram Press (1ª ed. trabalho Originalmente publicado em 1991).
- WEINBERG, G. (1991). *Society and the Healthy Homosexual*. Boston: Alyson Publications. (trabalho Originalmente publicado em 1972).
- WILLIAMS, R. (1980). *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península. (trabalho Originalmente publicado em 1977).
- WOLF, E. (2001). *Pathways of power. Building an Anthropology of the Modern World*. Berkeley, Los Angeles: California University Press.
- I•EK, S. (1998). Multiculturalismo, o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In: • I•EK, S. & JAMESON, F.: *Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós.

• Recebido em Agosto de 2004.
• Aprovado em Outubro de 2004.

⁽¹⁾ Cet article est tiré d'une recherche intitulée : Les bi masculins : le placard et l'invisibilité épistémologique, obstacles à la prévention. Cette étude financée par l'ANRS et Sidaction a été dirigée par Daniel Welzer-Lang, en collaboration avec Sophie Tomolillo et Catherine Deschamps.

⁽²⁾ This article is taken from a research paper entitled : Male bis : the closet and epistemological invisibility, obstacles to support work. This study, financed by the ANRS and Sidaction, was directed by Daniel Welzer-Lang in collaboration with Sophie Tomolillo and Catherine Deschamps.

relacionamentos seguros além de entender a busca por bissexuais e por sexualidades bi-gênero e as relações sociais da sexualidade. Sem dúvida nos poderíamos avaliar as contribuições da bissexualidade para os debates modernos, atuais, que tentem a desestabilizar a estrutura conjugal que herdamos. A crítica da bifobia certamente anuncia a forma pelas quais veremos outros grupos (transgêneros, transexuais, multissexuais, a-sexuais etc.) e com as quais desconstruímos conceitos para obter reconhecimento e denunciar o ostracismo e rejeição. A uma forte influência a cessar a retórica do individualismo e do bem estar coletivo, através da "liberação sexual". Mas outro caminho existe, conforme Michel Foucault: nos podemos refutar o dispositivo da sexualidade e tornar o sexo entre adultos um assunto privado. Porém isso passa pela via do reconhecimento, o que representa justamente o paradoxo da política da sexualidade, estágio no qual nos encontramos.

Palavras-chave

Bissexualidade, bifobia, sexualidade, discriminação, estudos de sexualidade

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una encuesta realizada durante el curso Universidad de Verano Euro-Mediterránea de homosexuales en 2002. Buscamos comprender la situación de bifobia entre gays y lesbianas. Para tanto, fue administrado un cuestionario intitulado "The bi-shouting-shop" con una grande distribución, en que gays y lesbianas presentes en Marsella fueron invitados a compartir sus pensamientos sobre bissexualidad. Este artículo expone que la bifobia existe y es mucho más evidente entre los hombres gays que entre mujeres lesbianas. Además es frecuentemente vinculada a las experiencias desagradables que muchos gays tuvieron en sus relaciones personales y que son analizadas a partir de los aspectos político y social. El múltiplo contorno de la fobia también nos dice sobre los bissexuales "en el armario" y sobre las dificultades que algunos tienen para asumir la sexualidad, y/o sobre la atracción que los bissexuales "en el armario" provocan entre los gays. Además de una postura defensiva, ese trabajo busca ampliar el discurso sobre la bissexualidad, particularmente, con respeto al como el estudio del estilo de vida de bissexuales hombres y mujeres asumidos es una cuestión de intentar estudiar como los hombres y mujeres que asumen una atracción no exclusiva articulan sus expectativas por relaciones seguras, mas allá de entender la busca por bissexuales y por sexuales bi-géneros y las relaciones sociales de la sexualidad. Sin duda, podríamos evaluar las contribuciones de la bissexualidad para los debates modernos y actuales, que desestabilizan la estructura conyugal que heredamos. La crítica de la bifobia ciertamente anuncia la manera por las cuales miramos a otros grupos (transgêneros, transexuales, multissexuales, a-sexuales etc.) y con las cuales desconstruimos conceptos para obtener reconocimiento y denunciar el ostracismo y la refutación. Hay una

fuerte influencia para acabar con la retórica del individualismo y do bienestar colectivo, a través de la "liberación sexual". Pero, existe otro camino, como nos dice Michel Foucault: Podemos refutar el dispositivo de la sexualidad y tornar el sexo entre adultos un asunto privado. Todavía, eso pasa por la via del reconocimiento, lo que representa justamente la paradoja de la política de la sexualidad, estadio en lo cual nos encontramos.

Palabras-llaves:

Bisexualidad, bifobia, sexualidad, discriminación, estudios de sexualidad.EM

Resume

Cet article présente les résultats d'une enquête réalisée pendant les Universités d'Été Euroméditerranéennes des Homosexualités (UEHH) en 2002. Nous cherchions à comprendre ce qu'il en était de la biphobie des gays et des lesbiennes. Pour ce faire, outre les débats organisés sur ce thème, nous avons largement diffusé un questionnaire intitulé « le gueuloir bi » où nous avons invité les gays et les lesbiennes présent-e-s à Marseille à nous livrer leurs réflexions sur la bisexualité. L'article montre que la biphobie existe, qu'elle est beaucoup plus présente chez les hommes gays que chez les femmes lesbiennes. Elle s'ancre souvent dans les expériences malheureuses qu'ont vécu de nombreux gays dans leurs relations personnelles non analysées de manière politique ou sociale. Les contours multiples de la biphobie nous renseigne aussi sur les "placards" bi, sur les difficultés qu'ont certain-e-s bi à s'assumer et/ou sur l'attirance que les bi "placards" provoquent chez les gays. Au delà d'une attitude défensive, ce premier travail ouvre la voie pour élargir le propos autour de la bisexualité, notamment étudier concrètement les styles ou modes de vie des hommes et des femmes bissexuel-le-s affirmé-e-s : d'essayer de comprendre comment des hommes et des femmes, assumant une attirance non exclusive, articulent aspirations à la sécurité affective, recherche de sexualités bissexuées et bigenrées et rapports sociaux de sexe. Sans doute pourrions-nous alors évaluer l'apport de la bisexualité aux débats modernes et actuels qui tendent à déstabiliser la structure conjugale héritée du viriarcat, pivot de l'organisation sociale hétérosexuelle. La critique de la biphobie annonce sans doute aussi la manière dont nous verrons, dans les années à venir, d'autres communautés (les transgêneros, les transsexuel-le-s, les a-sexuels, les multissexuel-le-s, etc.) utiliser les outils de la déconstruction pour obtenir reconnaissance, dénoncer ostracisme et rejet. La tentation est forte de s'appuyer sur une rhétorique du mieux être individuel et collectif par la "libération" sexuelle. Une autre voie existe, elle a été dessinée par Michel Foucault : refuser le dispositif de sexualité, dénoncer les savoirs/pouvoirs sur le sexe et la sexualité, faire du sexe entre adultes consentants une histoire privée. Mais cela - ainsi est le paradoxe des politiques sexuelles - passe par une étape préalable de reconnaissance, de prise en considération. Nous en sommes encore là.

Mots clefs

Bisexualité, biphobie, sexualité, discrimination, études sur les sexualités

Abstract

This article presents the results of a survey carried out during the Euromediterranean Summer Universities on Homosexuality (ESUH) in 2002. We were seeking to understand the situation concerning bi-phobia amongst gays and lesbians. To do this, beyond the debates organised around this theme, we carried out a wide distribution of a questionnaire entitled, "The bi-shouting-shop", where we invited the gays and lesbians present in Marseille to share their thoughts about bisexuality. The article shows that biphobia exists, and that it is much more evident amongst gay men than amongst lesbian women. It is often rooted in unpleasant experiences that numerous gays have had in their personal relationships and which are not analysed from a political or social point of view. The multiple contours of biphobia also tell us more about "in-the-closet" bisexuals, the difficulties that some bisexuals have with assuming their sexuality, and/or the attraction that in-the-closet bisexuals provoke amongst gays. Beyond a defensive attitude, this first piece of work opens the way to widening the discourse around bisexuality, particularly concerning how to study the lifestyles of affirmed bisexual men and women; it is a matter of trying to understand how men and women who assume a non-exclusive attractiveness articulate their hopes for secure relationships, the search for bisexual and bi-gender sexualities and the social relationships of sexuality. Doubtlessly we could also evaluate what bisexuality contributes to modern and current debates which tend to destabilise the inherited conjugal structure of the viriarc, the axis of heterosexual social organisation. A critique of biphobia surely also announces the manner in which, in the years to come, we will see other communities (transgenders, transsexuals, a-sexuals, multisexuals etc.) use the tools of deconstruction to obtain recognition and denounce ostracism and rejection. There is a strong temptation to use a rhetoric of individual and collective well-being through sexual "liberation". But another route exists, which has been pointed out by Michel Foucault: we can refuse the sexuality device itself, and make sex between consenting adults a private affair. But that - and this is the paradox of sexual politics - passes via a previous stage of recognition, of taking into account. We are still at this stage.

Key words

Bisexuality, biphobia, sexuality, discrimination, studies of sexualities

Cet article présente les résultats d'une enquête réalisée pendant les Universités d'Été Euroméditerranéennes des Homosexualités (UEHH) en 2002. Nous cherchions à comprendre ce qu'il en était de la biphobie des gais et des lesbiennes. Dans ce dessein, outre les débats organisés sur ce thème, nous avons largement diffusé un questionnaire intitulé « le gueuloir bi » dans lequel nous invitions les gais et les lesbiennes présent-e-s à Marseille à nous livrer leurs réflexions sur la bisexualité.

Nous voulions provoquer des débats lors des UEHH³ sur les bisexualités, largement occultées les années précédentes. Pour affirmer : " nous existons et le rejet de certain-e-s gais et lesbiennes nous agace, voire nous agresse ". Mais la dénonciation de la biphobie s'accompagnait aussi du désir de, " nous " sentir en famille dans la communauté LGBT⁴, à l'instar de ce qui se passe à l'étranger.

Les universités ont été refondées l'été 1999. La première année, les débats furent agités face à la misogynie que ressentaient de nombreuses femmes. La théorie *queer* provoqua aussi de vifs échanges tenant autant à son côté novateur qu'à la remise en cause des certitudes identitaires (Welzer-Lang, Le Talec, Tomolillo, 2000; Tomolillo, 2000; Welzer-Lang, Tomolillo, 2003). La seconde année, les débats ont commencé à s'apaiser. Catherine Deschamps, Sandrine Pache (Vogay, Lausanne), Stéphane Levrero et Marie de Vathaire de Bicause (Paris), et moi avions proposé un cycle de rencontres autour des bisexualité. Beaucoup de gais et de lesbiennes sont alors venu-e-s dire leur incrédulité devant ce qu'ils/elles considéraient comme une non-identité, une phase transitoire avant de s'affirmer *réellement* homosexuel-le-s. Ainsi, dès la première rencontre un militant gai connu est venu nous dire: "Vous devez nous prouver que l'identité bi existe", " Que les bi ne sont pas uniquement des mecs qui viennent profiter de nous". Cette distinction entre le *nous* (les gais, les lesbiennes) et le *vous* (les bi), s'apparentait déjà à une forme de rejet. Le débat était lancé.

Quatre-vingt-quinze personnes ont répondu au gueuloir⁵ : 21 femmes dont une se dit bi, 69 hommes dont un se dit bi, 2 transgenres et un bigenre⁶. Une fiche était vierge. La plus faible proportion de femmes répondantes reflète leur moindre présence aux UEHH. La population des UEHH n'est pas représentative des communautés gais et lesbiennes. Sont surtout présent-e-s des porte-parole, des représentant-e-s ou des militant-e-s. Y est présente une partie significative des associations, groupes et individus représentant l'élite militante pensante et agissante des communautés gaie et lesbienne.

³ Universités d'Été Euroméditerranéennes des Homosexualités

⁴ LGBT : lesbienne, gay, bisexuelle, transgenre queer.

⁵ Celui-ci prenait la forme d'une feuille A4 recto que l'on demandait aux hommes et aux femmes présent-e-s de remplir (voir annexe). Notons que ce terme "gueuloir" est aussi utilisé pour des soirées de débats autour des sexualités à Paris à la "Petite Vertue" (15 rue des Vertus 75003 Paris).

⁶ La qualification des personnes utilisée dans le texte ("gai", "lesbienne", "tapette", etc.) reprend les termes d'autodéfinition employés sur les fiches.

On peut donc légitimement penser que les réactions au gueuloir bi reflètent de **grandes tendances en termes de perception des bi et de la bisexualité**.

Notre analyse est centrée sur la déconstruction des arguments et représentations biphobes. Sont définis comme biphobes dans ce texte toute représentation ou tout discours qui dénigre ou critique les hommes ou les femmes bisexuel-le-s sur la seule base de leur appartenance à cette identité socio-sexuelle, ou qui leur dénie le droit de se réclamer de cette identité. La déconstruction de la biphobie est consécutive aux définitions de l'homophobie (Welzer-Lang, Dutey, Dorais, 1994 ; Welzer-Lang, 2000a, 2004 ; Borillo, 2000), aux luttes précédentes contre l'homophobie (Borillo, Lascousmes, 1999) ; puis à celles contre la lesbophobie, la gaiphobie, la transphobie. A l'évidence, la ré-adoption récente d'une problématique critiquant explicitement l'homophobie a créé une dynamique à partir de laquelle se sont déclinées les diverses identités sexuelles. Les bi, déconstruisant la biphobie, suivent la voie ouverte par les mouvements gai et lesbien.

Les jugements négatifs avancés par certains gais sont ici critiqués car ils généralisent de manière abusive des comportements individuels et manifestent souvent des idées d'exclusion. Mais ne nous y trompons pas : certain-e-s bi font preuve de comportements comparables. Et ces derniers ne sont pas forcément limités aux bi « placards ». Critiquant les positions biphobes, nous n'oublions pas que la pratique comme le discours de certains bi s'articulent parfois avec une misogynie « ordinaire », et une homophobie doublée d'hétérophilie.

LES REACTIONS NEGATIVES A NOS INTERVENTIONS

Notre démarche a choqué certaines personnes. La colère exprimée dans la fiche 27 est intéressante car, ne connaissant pas la genèse du gueuloir, cet homme de 42 ans relève le **caractère ambigu de notre interpellation** :

Fiche 27/H 42 ans

Que diriez vous des bi ? Tout sauf des bêtes curieuses. Cette manière systématique de cataloguer les personnes selon leur objet de désir est un ferment du racisme.

Quels reproches peut-on leur faire ? Les bis n'ont de leçon à recevoir de personne.

Quels compliments peut-on leur faire ? D'où parlez vous et de quel droit portez vous ce regard condescendant sur des personnes qui n'ont pas la même façon d'appréhender le désir que vous ?

Dans le même registre, un homme de 53 ans, gai et « bi, ayant été marié dans une vie antérieure », nous apostrophe en ces termes : « qu'est ce que c'est que ces questions à la con ? On ne catégorise pas les gens par tranche : ex. 'les auvergnats (juifs, écossais) sont radins' » (fiche 54).

Nous acceptons la critique. En focalisant sur les bi, en demandant aux personnes

présentes aux UEEH de leur attribuer qualités et défauts, nous risquons de choquer certaines personnes ayant à cœur de lutter contre toutes les discriminations. Toutefois rares ont été ces personnes à répondre à notre questionnaire.

D'autres critiques sévères concernent cette fois, non plus le gueuloir mais le jeu que nous avons organisé lors de la soirée festive des UEEH 2000 : hommes et femmes devaient traverser une pièce noire, et deviner si les mains qui les frôlaient étaient masculines ou féminines. Ainsi la fiche 58, remplie par une lesbienne de 33 ans qui reproche aux bi : « de vouloir faire de la bisexualité une identité en soi, de faire du lobbying envers les homos. Résultats (entre autres) : les lesbiennes se font draguer par des mecs (bi) dans des soirées mixtes ». Ce qui était conçu comme une manière de remettre en question la naturalisation des catégories sexuées, a abouti, pour certaines personnes — hommes et femmes — au harcèlement. Une telle attitude est pour le moins regrettable. On peut aisément comprendre que dans le cadre des UEEH, d'autres personnes n'aient tout simplement eu aucune envie d'entendre : « Allez, faut essayer : tu sais même pas ce que c'est, faut pas mourir bête ! »⁷. Exclu-e-s eux-mêmes, elles-mêmes, les bi reproduisent parfois des formes d'intolérance, de violences viriles, y compris dans leurs revendications identitaires.

Dans trois autres fiches, les reproches qui sont adressés à nos modes d'intervention sont d'un autre ordre :

(fiche 77/H 56 ans) :

Quels reproches peut-on leur faire ? Ni plus ni moins qu'aux autres, sauf d'adresser des revendications envers les homos au lieu de cibler le monde hétéro.

Ce que reprend aussi la fiche 91 (H 55 ans) avec d'autres arguments puisqu'il nous est carrément reproché de « noyauter les colloques de l'UEEH ». Dans le même ordre d'idée, l'auteur de la fiche 25 (H 52 ans) demande « comment peut on « critiquer » cette université ? Chacun la sienne, tolérance pour tous ».

L'action des groupes bi, de Paris à Lausanne en passant par Toulouse, ne s'est jamais limitée à la critique des gais et lesbiennes. 2001 est d'ailleurs la première année lors de laquelle, à travers le gueuloir, les bi essaient collectivement de poser la question de leur reconnaissance par les mouvements gai et lesbien. Dans leurs prises de position publiques, les associations et porte-parole bi insistent plus souvent sur la lesbophobie et la gaiphobie que sur la biphobie. On ne peut donc pas, comme y incite la fiche 77 dire que les critiques sont *d'abord* ciblées sur les gais et lesbiennes. Parties prenantes du même mouvement, subissant les mêmes discriminations, les bi identitaires critiquent aussi « la [...] normativité gaie et lesbienne, qui voudrait réduire la sexualité aux deux seules catégories hétérosexuelle et homosexuelle ».

⁷ Communication personnelle.

Ce type de réaction relève d'une biphobie politique ou libérale dont nous aurons l'occasion de découvrir d'autres expressions dans l'analyse des réponses au gueuloir. De ce point de vue, les bi ont le droit d'exister, mais ailleurs. Ils/elles ne doivent pas critiquer les gais et les lesbiennes et encore moins les UEEH. Les critiques de la biphobie des gais et des lesbiennes risquent d'affaiblir le mouvement gai et lesbien. « Le prix de votre participation est le silence », semblent suggérer ces personnes.

ANALYSE DES REPONSES AU GUEULOIR⁸

1) Une biphobie stricte et sans appel : 10% des réponses

Des tels propos émanent tous d'hommes s'appuyant sur des expériences personnelles pour critiquer les bi de manière générale. On peut parler à leurs propos de *socle biphobe dur*.

Quels reproches peut-on leur faire ?

(fiche 83/H 18 ans) : indécis, toujours un peu arrogant avec les homos se sentant bizarrement un peu supérieur à nous. Ils envisagent (pas tous) difficilement une relation amoureuse avec un(e) homo.

(fiche 85/H 21 ans) : d'être indécis

(fiche 95/H 44 ans) : de trop aimer les femmes (je suis un mec) et de manquer de fidélité à leur partenaire.

(fiche 92/H 87,5 ans (sic)) :

Que diriez vous des bi ? Ils sont hypocrites, infidèles, faux culs, coincées, froids, pénibles caméléon, suffisants, branchés, hétéros, versatiles, frigides.

Quels reproches peut-on leur faire ? Ils disent toujours non, quand ils disent oui, ce n'est pas pour longtemps ; Quand ils disent oui longtemps c'est qu'ils vous trompent en cachette

Quels compliments peut-on leur faire ? Ils ne sont pas biphobes

Et de conclure : ils n'existent pas.

Nous verrons que le doute sur l'existence même de la bisexualité n'est pas le seul fait de ces « biphobes radicaux ». Ces derniers revendiquent une relation exclusive avec les hommes. Il est facile de lire dans leurs remarques la pression du modèle hétéronormatif qui porte le couple, le deux, au pinacle. Leurs analyses identitaires s'appuient sur la seule expérience subjective, reposant sur les mêmes mécanismes que

⁸ Nous présentons les réponses suivant leur degré de biphobie, selon un axe biphobie/biphilie. Les pourcentages (arrondis) sont donnés à titre indicatif. Non seulement le nombre de réponse est réduit (N= 93), mais certaines fichent contennement des items qui appartiennent à plusieurs catégories d'analyses.

⁹ A priori personne n'avait cet âge aux UEEH cette année.

l'essai de Jean-Luc Hennig (1996). Loin du champ social ou politique, les bi sont pour eux un groupe homogène (et pourtant inconsistent) d'hommes ressemblant à ceux avec lesquels ils ont eu des expériences malheureuses : des ennemis ! Incapables de prendre de la distance avec ces expériences, ils limitent le débat aux seuls hommes bi — ce sont les seuls à ne pas féminiser systématiquement les réponses. L'enjeu du questionnement se limite alors à la possibilité d'avoir relation avec des hommes dans les termes où eux, les gais, le veulent.

Leur analyse individualiste et globalisante de la bisexualité qui constitue le bi en *étranger* (Simmel, 1984) reprend en germe plus ou moins développés les bases de la xénophobie. Une xénophobie androcentrée. On peut aussi faire l'hypothèse qu'ils projettent sur les bi les contradictions (et la contrainte) qu'ont vécues certains gais obligés de se déclarer bi avant de faire leur coming out "total" (Mendès Leitê et al 1996).

Certaines fiches recourent toutefois à l'**humour pour relativiser** leurs conclusions. On peut sans doute y voir une conscience minimale du paradoxe qui réside dans le fait de revendiquer une identité considérée comme minoritaire, tout en rejetant les autres identités socio-sexuelles.

2) Une expérience personnelle relativisée : 7,5% des réponses

Certains signalent des expériences négatives avec un homme bi, mais refusent d'en généraliser l'analyse tout en ajoutant d'ailleurs des remarques souvent pertinentes sur les rapports entre homosexualité et bisexualité :

(Fiche 31/H 30 ans)

Quels reproches peut-on leur faire ? Pas aux bis en général, mais une certaine habitude à vivre socialement leur partie hétéro visible et à cacher leur petit copain homo (histoire vécue).

Quels compliments peut-on leur faire ? Pas plus qu'à d'autres ; éviter la paranoïa quant à la communauté mais je reconnais que la méfiance du milieu peut être désagréable

Autre chose sur les bi ? Je pense que c'est l'homosexualité des bi qui est à affirmée et non le fait d'être bi en soi.

(Fiche 75, H 25 ans)

Que diriez vous des bi ? Peu à s'investir dans une relation homosexuelle (niveau sentimental)

Quels reproches peut-on leur faire ? Une relation homo ne s'arrête pas qu'au "cul". Les bi que j'ai connus (dont je parle de mon expérience) ne savaient pas clairement ce qu'ils voulaient avec un mec ; moi oui.

Quels compliments peut-on leur faire ? Pour ceux qui assument une véritable

bisexualité, vivre cette vie sans rejeter aucun des 2 milieux — hétéros et homos (comme de nombreux homosensibles).

D'autres réponses, toutes masculines, reprochent aux bi, de "jouer avec les gays, et se caser avec des hétéros", de "ne pas être fidèles", de "ne pas assumer leur homosexualité"; d'autres constatent que "c'est dur de tomber amoureux d'un bi". Ces critiques traduisent, du point de vue des gays, le *placard* vécu par de nombreux bi dans la maison-des-hommes (Welzer-Lang, 1994, 2000, 2004), la gestion de ces relations secrètes entre hommes car les femmes, et surtout les compagnes, ne doivent pas savoir, ni soupçonner la sexualité réelle des hommes. Dans cette perspective, le secret est tout à la fois un produit de l'hétéronormativité, et un privilège accordé aux hommes dans l'exercice de leur multiseexualité.

Outre ces critiques, dans ces réponses, les bi sont aussi crédités d'avoir "un certain recul sur les milieux gais ou hétéros", "de savoir s'adapter", "de ne pas être des folles" (sic), voire d'être "très performants (des bons coups quoi !)". Plusieurs **condamnent la discrimination que vivent les bi**, la "double discrimination" dit un homme. Un jeune gai remarque cependant qu' "il est plus facile de se dire bi que gay auprès de ses parents". Plusieurs disent être jaloux des possibilités multiples des bi, à l'instar de cet homme pour qui "Comme les bilingues, ils (elles) ont plusieurs cordes à leur arc, pour rencontrer et vivre les autres".

La biphobie de ce sous-groupe est hésitante, mal assurée. L'analyse commence à être collective, tout en érigeant (encore) en principes généraux les déboires sentimentaux et / ou sexuels vécus par certains gais. On voit néanmoins poindre les prémisses d'une analyse de l'homophobie et de l'hétérosexisme dépassant le cadre du mouvement gai *stricto sensu*.

3) Une biphobie non explicitement liée aux expériences personnelles : 4% des réponses

Seules 4 fiches exprimant des remarques biphobes ne mentionnent pas d'expériences personnelles. Un homme de 39 ans (fiche 29), sans faire référence à une histoire personnelle, donne peut-être une clef qui sous-tend, *in fine*, la biphobie des gais.

Que diriez vous des bi ? Ils sont des partenaires potentiels.

Quels reproches peut-on leur faire ? Leur intermittence.

Quels compliments peut-on leur faire ? D'aimer aussi les gens du même sexe.

Autrement dit, les hommes bi sont critiqués... parce qu'ils sont bi ! Ils ne sont donc qu'à moitié acceptables ; une forme de méfiance souvent verbalisée par les gais. Le bi apporte le doute, le trouble, le désordre... Là encore la perception reste largement androcentrée.

4) La biphobie libérale : 5% des réponses

Une forme plus insidieuse de biphobie apparaît dans certaines réponses. "Votre place est à part entière dans ces universités" dit cet homme de 25 ans (fiche 1). Ce type de réponse suppose **une conception — implicite — de "la" communauté et de ses limites, ou marges**. Nous sommes en présence du couple vous/nous : d'un côté les gais, et maintenant les lesbiennes. De l'autre : vous, "les autres" : les bi, les transgenres, les transsexuel-le-s, etc.

Les bi — comme les transgenres — sont là depuis le début du renouvellement des UEEH, et l'on peut affirmer sans trop prendre de risque que certain-e-s d'entre elles / eux étaient présent-e-s lors des premières universités d'été ; la mémoire collective est muette quant à une éventuelle visibilité bi à cette époque. Certain-e-s ont subi des formes de stigmatisation personnelles et/ou professionnelles du fait de leur bisexualité, ou de leur assimilation aux homosexuel-le-s. Malgré cela, s'appuyant sur un privilège auto-décerné, certains gais se sentent légitimés à déclarer LEUR tolérance ou LEUR autorisation concernant la présence des bi. Comme si les bi en avaient besoin pour venir... Comme s'ils/elles devaient en demander la permission !

Comment ne pas rapprocher ce type de réactions de certains **positionnements "dominants"** la première année des UEEH ? Quand les femmes lesbiennes se battaient pour apparaître sur la banderole déployée à l'entrée de l'Université d'été, et que certains gais disaient simplement que le terme "homophobie", comme celui de "gai" étaient... génériques. Qu'ils "ne voyaient pas l'intérêt que les femmes... apparaissent", tout simplement. Lexicalement — à travers les termes "lesbiennes" et "lesbophobie" —, ou plus généralement ?

La biphobie libérale est tolérante. Elle accepte la bisexualité, mais ailleurs ou à côté. En tout cas, comme autre chose que la problématique gaie et lesbienne. Aux bi, éventuellement, de prouver leur allégeance à la doxa homosexuelle, leur existence; leurs apports au mouvement gai et lesbien. Cette forme de biphobie libérale est politique. Elle se constitue en censeur, en bureau politique, en privilège épistémologique. Elle est de plus insidieuse car elle se constitue comme évidence, légitime, voire progressiste. Cependant, elle demande des preuves, accorde des *satisfecit*. Elle fait comme si la problématique bi était *a priori* extérieure au champ de la sexualité, ou de la politique sexuelle, comme si les bi étaient étranger-e-s au mouvement — qu'ailleurs on nomme pourtant LGBT (Lesbian/Gay/Bi/Trans).

5) Le refus de reconnaissance sociale : 12% des réponses

Certain-e-s refusent le concept même d'identité bi, notamment des femmes qui revendiquent pour elles-mêmes l'identité de lesbiennes. "Pourquoi dire qu'on est bi

quand on est amoureux d'une personne. C'est une question de choix personnel", dit cette femme qui précise toutefois que les bi sont "plutôt sympa, assez tolérants, ouverts à tous et toutes". Elle ajoute "Où se situent les gais à 80%, les lesbiennes à 73% ? N'y a-t-il que le blanc, le noir et le gris ?" (Fiche 57/F 30 ans). Tout en reconnaissant "leur esprit d'ouverture, leur gentillesse en général, leur volonté de se comprendre eux-mêmes en s'assumant", cette autre lesbienne de 33 ans, reproche aux bi "de vouloir faire de la bisexualité une identité en soi" (Fiche 58/F 33 ans). Autrement dit, autre forme de biphobie, les gais et les lesbiennes existent, se sont battu-e-s pour que cette *identité sociale* existe. Mais ils/elles refusent à ceux et celles qui aiment hommes et femmes de s'inscrire dans une démarche comparable.

Là encore, gageons que, comme pour les hommes, des femmes bi (identifiées ou non) ont toujours été présentes au sein du mouvement lesbien, et qu'elles ont sans doute participé pleinement à la construction de son identité.

Remarquons que cette forme de biphobie, de dénégation semble courante chez les lesbiennes qui pensent que les femmes bi ne sont que des femmes hétéros qui s'"amusent"¹⁰ (ou avec lesquelles elles-mêmes s'amusent). Pas de critiques sur les hommes bi, si ce n'est pour rappeler les critiques des gais à leurs égards ["les homos leur reprochent de manger à tous les râteliers (tous des jaloux)"] (fiche 47, F 28 ans). Pas de critiques spécifiques non plus sur le fait que certaines femmes bi vivent avec des hommes. Alors que nous avons vu les critiques des gays quant au fait que les hommes bi "baisent avec des hommes et partent vivre avec des femmes", "aiment trop les femmes" (fiche 95/H 44 ans, déjà citée). On pourrait voir dans cette asymétrie la misogynie sous-jacente à la biphobie des gais.

Nous avons vu, par ailleurs que l'inexistence des bisexuel-le-s est aussi avancée par des hommes qui forment ce que nous avons appelé un *socle biphobe dur* ; certains affirment, par exemple, "ne jamais en avoir vu". Catherine Deschamps l'avait déjà signalé dans ses travaux (2002). Notons que ce type d'affirmation est éminemment provocateur et méprisant dans ce cadre de l'UEEH où, justement, les bi se sont visibilisé-e-s, ont animé des ateliers, et... organisé le gueuloir bi. Au delà du vécu relationnel, le refus de reconnaissance témoigne également d'une préoccupation de pureté identitaire — et sexuelle — assez exemplaire de la logique (hétérocentrée) de l'"orientation sexuelle" : on est soit l'un, soit l'autre. Les bisexuel-le-s sèment le trouble dans ces certitudes rassurantes.

Cette **posture faisant de l'identité sociale une chasse gardée** peut être mise en perspective critique avec les propos d'un homme qui, à l'instar de certains critiquant nos modes d'interpellation, semble **interroger plus généralement la logique**

¹⁰ Et nous remercions Françoise Guillemant de nous avoir ouverte cette piste de réflexion, développée par ailleurs par Elisabeth Armstrong (1995).

identitaire. Sa volonté de ne pas associer des traits particuliers aux bi est explicite, mais c'est parce qu'il refuse de cataloguer les bi, voire de penser en termes de catégories.

Fiche 30/ H âge non précisé :

Ils sont beaux et moches. Certains sont des filles.

Je ne peux pas parler des bi en général, de la même manière que je ne peux pas parler des homos, des arabes et des juifs. Je connais 4 bi et ils sont sympas. Cela dit, vous avez raison de vous poser des questions.

6) Bisexualité et souffrance psychique : 4,5 % des réponses

Une partie des réponses met en avant la souffrance des bi, leur mal-être, bref un diagnostic psychologique. C'est l'incapacité à choisir entre les hommes ou les femmes, entre une identité homo ou hétéro qui générerait forcément des souffrances : "Ils ou elles sont angoissés par le choix. C'est une difficulté supplémentaire vis-à-vis des **déments** de la société (ce n'est pas du misérabilisme)" (Fiche 8, H 43 ans). "Ce sont des homosexuelles qui veulent se conformer à toute fin à la norme sociale hétérosexuelle" nous explique cet homme, plutôt gai dit-il, de 24 ans (fiche 81), à l'instar d'autres tenant les mêmes propos sur les hommes ou de manière mixte. Il ajoute "Une ambivalence qui ne peut que susciter constamment des questions existentielles et un mal être permanent". Bref, au delà des deux domaines d'expérience bien balisés par les manuels de sexologie, point de salut : c'est le chaos...

7) Ni biphobes, ni biphiles : 30%

Une partie des fiches marquent une indifférence pour les bi, ou signalent que les bi sont des hommes et des femmes comme les autres. Ni biphobes, ni biphiles pourrait-on dire. On note cependant que toutes ces personnes ont pris la peine de répondre.

Synthèse sur la biphobie

Les propos biphobes sont importants, mais nettement **moins nombreux que prévus**. 41 hommes, une femme et un bigenre se sont révélé-e-s critiques d'une manière ou d'une autre sur la bisexualité et/ou les bisexuel-le-s, soit 45% de l'échantillon. Une seule femme lesbienne tient de tels propos, mais elle y adjoint une idéalisation, des louanges et des questions personnelles (voir ci-après). **La biphobie semble donc être extrêmement corrélée au genre, et principalement le fait des homosexuels mâles quel que soit leur âge**¹¹.

¹¹ En tous cas ici. D'autres écrits anglo-saxons (Rust, 1995; George, 1993) mentionnent la difficulté de la relation entre femmes bisexuelles et lesbiennes.

Excepté celles du *socle biphobe dur* et de quelques autres, la plupart du temps, les réponses — biphobes ou non — sont déclinées au masculin et au féminin comme y invitait le questionnaire. Bien sûr, la formulation du questionnaire insistait sur la féminisation et l'on sait combien, souvent, les réponses à ce type d'enquêtes se placent dans un politiquement correct par rapport à ce qui est supposé ou explicitement attendu. On peut toutefois penser que **la biphobie n'est pas systématiquement corrélée au sexisme ordinaire**, aux expressions lexicales et langagières de la domination masculine.

D'autre part, une structure de discours est commune à la grande majorité des propos biphobes, à savoir **non pas une perception basée sur l'analyse politique des catégories de sexualité, mais une généralisation à partir d'(une) expérience(s) particulière(s)** : les conclusions sont alors univoques, ou bien relativisées.

Au delà de l'aspect subjectif de ces réponses, deux présupposés normatifs s'en dégagent. Tout d'abord, l'idée que **la seule forme de lien possible (et souhaitable) est le couple** : couple homme-femme, homme-homme ou femme-femme. Le fait d'affirmer une double attirance est alors logiquement perçu par certain-e-s gais et lesbiennes comme un potentiellement douloureux, ou vecteur de trahison (et donc encore de souffrance), selon les points de vue. Et les gais disent alors massivement que les hommes bi choisissent généralement une partenaire pour se conforter aux impératifs normatifs, ne pas vivre d'homophobie. Deuxième présupposé implicite : **l'essentialisation de la sexualité et des catégories homo / hétéro** : ces dernières sont présentées comme naturellement exclusives l'une de l'autre, comme sont censées l'être les catégories femme et homme. La sexualité perd ses atours culturels, les catégories sexologiques se révèlent dans toute leur dimension prescriptive.

Nous verrons d'ailleurs dans la suite de l'analyse que des lesbiennes, et dans une moindre mesure des gais, valorisent la bisexualité précisément comme dépassement de ce cadre normatif ; elles et ils décrivent alors la bisexualité comme la future catégorie révolutionnaire qui déconstruirait *ipso facto* les schèmes hétéronormatifs. Ainsi l'unique témoignage féminin (fiche 93/ F âge non précisé) contenant des remarques biphobes — les bis ne savent pas choisir, sont infidèles, pervers, immatures, j'en passe et des pires —, se poursuit de la sorte : [ils/elles ont] “le courage d'assumer leurs amours, [d'] avoir compris avant les autres qu'il n'y a pas de frontière dans l'amour, on aime avant tout un individu, une personne. L'émotion, le désir n'ont pas de sexe déterminé ; [d'] aller contre le courant normatif, soit hétéro bien sûr mais aussi homo”. Elle se présente ainsi : “je suis lesbienne jusqu'à présent mais j'ai déjà éprouvé de l'amour du désir pour un homme. Je suis bisensuelle”.

8) Les bi sont enviables : 15% des réponses

L'idée selon laquelle les bisexuel-le-s “ont de la chance” est souvent exprimée (par 12% des hommes et près de 25% des femmes). “[Ils] ont deux fois plus de chance

d'être heureux “ou de coucher avec quelqu'un après une sortie de boîte”, disent certains gais. Dans le même ordre d'idée, un autre les trouve sympathiques mais leur reproche “de nous piquer nos hommes”. Bref, une forme de concurrence sur le marché des rencontres. Le fait d'être gai ou lesbienne semble alors être associé à la solitude, à la pénurie affective ou sexuelle, tandis que le fait d'être bi est supposé transcender les obstacles sociaux et subjectifs aux relations sexuelles ou amoureuses.

Certains, tout en se déclarant gais, en profitent pour nous faire savoir leur **bisexualité actuelle ou passée, fantasmée ou vécue**. “Homo ayant déjà vécu une relation amoureuse et sexuelle avec une femme homosexuelle¹². Parfois attiré charnellement par des femmes, mais un peu coincé dans mon identité homo pour le vivre.” dit, par exemple, un gai de 30 ans (fiche 32). Certains précisent leur itinéraire : “je me dis et je suis gai maintenant, car j'ai eu des difficultés à assumer ma bisexualité, ce qui a été plus difficile que d'assumer mon homosexualité” dit ce gai, ex-bi de 49 ans (fiche 7). Peu de réponses évoquent un tel parcours. Remarquons néanmoins la contradiction que semble apporter ce dernier témoignage à certaines critiques biphobes, par l'affirmation qu'il est plus simple de vivre homo que bi.

9) Vive la bisexualité, et non à la biphobie : 10% des réponses

Nous l'avons déjà entrevu, certain-e-s répondant sont dans **l'idéalisation de la bisexualité** comme avant-garde préfigurant une sexualité enfin “libérée”. Ainsi, un homme de 29 ans (fiche 16) affirme-t-il que les bi sont “fascinants. La bisexualité ou l'androgynie sont l'avenir de l'humanité [...], plus de machisme, d'homophobie, de jalousie, de violeurs et deux fois plus de plaisirs. Et il ajoute : “[les bi ne sont] pas assez visibles. Il faudrait médiatiser la bisexualité pour casser la simplification pédé/hétéro dans le peuple vil et bas. Ils elles représentent un idéal, un retour au paradis avant le péché originel, ou à l'androgynie selon les Grecs (je crois)”. D'autres mettent l'accent sur **la liberté des bi** : “leur liberté préfigure probablement ce que sera la sexualité humaine un jour. **La bisexualité, plus encore que l'homosexualité, est révolutionnaire** car elle remet en cause le modèle du couple hétéro bien sûr, mais aussi celui du couple tout court” nous dit un gai de 34 ans (fiche 17). Un autre encore, de 26 ans (fiche 2), déclare “Les bis sont celles et ceux qui ont dépassé tous les tabous sexuels et profitent pleinement de leur potentiel sexuel offert par la vie. Ce sont des gens pacifiques, je présume (mais n'en sais rien) (car ni misogynies ni androphobes)”. “C'est l'avenir du genre

¹² Outre Manche et outre Atlantique, des recueils de témoignages commencent à paraître sur cette question des relations — sexuelles, affectives — entre gais et lesbiennes.

humain n'en déplaie à Aragon " , écrit un gai de 48 ans (fiche 6). Et une femme de 26 ans déclare [que les bi] " nous délivrent un message de liberté et de tolérance à nous les gais " (Fiche 12).

Certains commentaires sont plus politiques : les bi ont " échappé aux mutilations du sexage social " dit un homme de 66 ans (fiche 22). Il ajoute : ils sont " porteurs d'une richesse amoureuse et morale qui dépasse et met en cause les logiques identitaires ". Et pour cela, cet homme refuse l'identité bi, c'est-à-dire de " tomber dans le piège du ghetto juxtaposé aux autres, au lieu de s'affirmer comme porteurs de valeurs d'avenir "

Affirmer que la bisexualité est révolutionnaire, l'avenir de l'humanité... Fait porter sur les bi, et les bi activistes en particulier, une bien lourde responsabilité. Cette biphilie montre à l'évidence une critique des catégories socio-sexuelles et de l'hétéronormativité, de l'enfermement identitaire trop rigide. Dans sa volonté de trouver un modèle idéal de sexualité, **ce discours reste néanmoins partiellement prisonnier d'une logique et une rhétorique de " libération sexuelle "**. Cette dernière repose, selon M. Foucault (1976), d'une part sur une conception erronée du pouvoir, et d'autre part sur une méconnaissance historique. Il montre ainsi que le pouvoir (étatique, religieux, scientifique), loin de s'inscrire dans un processus de répression univoque, est à l'origine, dans notre société, d'un discours sur le sexe qui ne cesse de proliférer. Le discours de libération sexuelle n'est ni plus ni moins qu'une nouvelle injonction à exprimer sa sexualité dans un cadre préétabli — identitaire notamment, mais aussi, en amont, à travers des catégories de pratiques —, selon une définition historique de l'objet " sexualité " qui n'est elle-même pas contestable.

Comment ne pas voir derrière ces louanges une image des bi qui auraient des relations multiples et tout azimut (synonymes d'épanouissement), des multisexuel-le-s, hommes et femmes qui, du fait même de **leurs pratiques supposées sans limites**, seraient par essence révolutionnaires ? On sait la désillusion qu'ont apportée ces aspirations autrefois associées à l'homosexualité, à la transsexualité (cf. le troisième sexe révolutionnaire de feu le FHAR¹³). L'idéal de permissivité tend toujours, malgré les enseignements des années 60, à occulter les antagonismes et les rapports de pouvoirs — économiques, symboliques... — fondamentaux : notamment les rapports sociaux de sexe et ethniques. Tout autant aussi est le fait que cette rhétorique de libération sexuelle implique souvent la naturalité du désir (dont la perception est pourtant étroitement liée à un contexte socio-historique). Les discours sur la Nature prennent des formes multiples : ils impliquent tantôt des déterminismes (le gène de l'homosexualité), tantôt des pulsions perverses par la culture (la bisexualité " originelle "). La Nature érigée en système de référence, est un grand mythe qui traverse

¹³ Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire

l'histoire de la pensée occidentale, dans une quête de vérités incontestables motivée tant par des idéaux conservateurs que contestataires.

D'un point de vue plus pragmatique, **l'idéal exprimé ci-dessus requiert une modélisation de la sexualité qui entraîne inévitablement l'immobilisation à laquelle il propose de s'opposer**. Toujours est-il que cet idéal est magiquement entouré de toutes les vertus antisexistes et libératrices. Il devient l'utopie qui permet de dépasser l'homophobie, la domination masculine, et tous les maux d'un seul coup : bref, le dernier produit miracle sur le marché de la politique sexuelle. Sans doute ces représentations expliquent-elles pour partie le succès des thèmes bi dans le grand public, et les critiques de certain-e-s gais et lesbiennes qui pensent que le développement des discours et manifestations bi peut porter ombrage à leurs revendications. La biphilie exprimée par certain-e-s montre en tout cas que la bisexualité provoque désirs et fantasmes et, sans doute, la biphobie de personnes qui se voient contestées un leadership dans la course à la modernité.

En réalité, **la bisexualité telle qu'elle peut être conceptualisée et pratiquée n'échappe pas aux cadres et valeurs culturels**, à la structuration identitaire figée, réductrice et finalement porteuse d'apories tant intellectuelles que politiques. Toute définition identitaire se voit prisonnière du paradoxe décrit par Bourdieu à propos des homosexuel-le-s : l'obligation d'utiliser l'appareil catégoriel qui crée la stigmatisation, et donc de le légitimer, pour combattre la stigmatisation elle-même¹⁴ :

"Mais, faute de vouloir ou de pouvoir se donner pour objectif une telle subversion radicale des structures sociales et des structures cognitives qui devrait mobiliser toutes les victimes d'une discrimination à base sexuelle (et, plus généralement, tous les stigmatisés), on se condamne à s'enfermer dans une des antinomies les plus tragiques de la domination symbolique : comment se révolter contre une catégorisation socialement imposée sinon en s'organisant en une catégorie construite selon cette catégorisation, et en faisant ainsi exister les classifications et les restrictions auxquelles elle entend résister (au lieu par exemple de combattre pour un ordre sexuel nouveau dans lequel la distinction entre les différents statuts sexuels serait indifférente)?" (Bourdieu, 1998:131).

¹⁴ Bourdieu emprunte, sans les nommer — ainsi en est-il souvent chez Bourdieu — cette idée à Foucault (1984), dont S. Epstein (1996 : 150) dit : " Une implication fondamentale de cette analyse qui allait attirer une attention croissante au cours des années suivantes était que l'organisation d'une politique d'opposition autour des catégories données d'identité était une stratégie forcément limitée dans sa remise en cause du régime de normalisation lui-même, bien que cela fût peut-être un point de départ nécessaire [...] " ; et en effet, on retrouve ce questionnement dans les décennies qui suivent la parution de l'Histoire de la sexualité, chez des intellectuel-le-s comme Weeks (1989), Bersani (1993) lo-saxons (Rust, 1998) qui se demandent explicitement si l'identité est un piège politique ou bien une opportunité, une étape nécessaire (Tomolillo, 1998).

10) Pour une reconnaissance de la bisexualité : 22,5% des réponses

Dans le courant biphile, plusieurs personnes plaident logiquement pour une reconnaissance de la bisexualité.

“ Nous avons appelés les homos garçons ‘gays’ et les homos filles ‘lesbiennes’. Ne serait-il pas alors question de trouver aussi un synonyme qui définirait la culture bi ? ” demande un homme (fiche 11, âge non précisé). “ On les définit comme ne pouvant/ ne sachant pas choisir entre les êtres humains ‘sexués’ ; moi je pense que cela (le sexuel) n’est pas forcément un ‘critère’, surtout actuellement avec les débats sur le genre ” (fiche 3 / F 51 ans).

Le même point de vue motive parfois **une critique des “bi” placards**. A l’opposé de ceux qui généralisent abusivement leur expérience individuelle, plusieurs critiquent les effets d’invisibilité produits par le “placard” où s’enferment de nombreux, nombreuses bi.

“ Les bis qui se revendiquent comme tels (rares) sont plutôt mieux dans leur peau que la moyenne car elles/ils assument leur personnalité. L’immense majorité ne s’assume pas et/ou se cache “ dit cet homme de 23 ans (fiche 4).

Plusieurs personnes trouvent que **les bi ne s’affirment pas assez** ; elles leur reprochent “ d’être trop discrets ” (Fiche 94, H 43 ans). Ils/elles mettent parfois cet état de fait en lien avec la biphobie : on peut leur reprocher “ de ne pas s’affirmer assez, car ils sont souvent rejetés par les hétéros, mais aussi par beaucoup d’homos, ce que je déplore ” (Fiche 7, H 49 ans). “ Beaucoup portent les stigmates des exclusions qu’ils subissent des deux côtés ” ajoute un autre (fiche 14, H 51 ans).

D’autres, comme cette transsexuelle de 49 ans (fiche 19), applaudissent le militantisme des bi, y compris aux UEEH, avant de conclure : “ ils / elles aiment tout le monde c’est bien “. La question de **la reconnaissance de la bisexualité, y compris aux UEEH** fait l’objet de nombreux commentaires. “ A quand des universités sur la biphobie ? ” demande une lesbienne de 20 ans (fiche 55). “ Ils ou elles nous font nous poser des questions que nous ne voudrions pas toujours formuler ” dit la fiche 1 (H 25 ans).

“ Bravo de revendiquer cette identité dans un milieu homo pas toujours très ouvert. C’est beau d’avoir trouvé cet équilibre entre les femmes et les hommes. Bravo pour la remise en cause des schémas hétéros normatifs “, nous dit cette lesbienne de 27 ans (fiche 13). Plusieurs marquent simplement “ Bienvenu ” (fiche 35/F âge non précisé ; fiche 23/H 20 ans). Et ce dernier d’ajouter “ Merci de nous rappeler que l’amour n’a pas de sexe “. Et plusieurs personnes nous félicitent de notre action : “ Bravo ” dit cette lesbienne de 22 ans (fiche 37).

A l’opposé des propos biphobes, de nombreuses fiches détaillent des **traits de caractères positifs associés aux bisexuel-le-s**. Ces dernier-e-s sont avant tout perçus-e-s comme **courageux, courageuses** : “ avoir le courage d’affronter à la fois l’ire de

certain hétéros et de certains homos “ dit ce “pédé” de 26 ans (Fiche 39) ; “ courageux, fragiles, sensibles comme n’importe qui qui assume ses désirs ” (fiche 20) ; “ ont le courage de poser la question de la diversité du genre, du sexuel, des pratiques, du choix ” (Fiche 12, F 26 ans). “ Peut-être plus d’audace que nous pour accepter une sexualité et des inclinations souvent mal vues “ dit ce gai de 51 ans (fiche 14).

Puis c’est **leur liberté** qui est évoquée dans quelques réponses “ une ouverture que je n’ai pas “ dit notamment une lesbienne de 48 ans (fiche 62). Enfin, **la sincérité** : “ honnêtes, à la recherche d’une sincérité dans leurs sensualité et sexualité “ exprime ce gai de 32 ans (fiche 9).

Un homme de 51 ans termine sa fiche ainsi : “ J’en fréquente avec plus de plaisir que les gais, ils ont **moins de conduites stéréotypées (tant qu’aucun marketing ne s’en mêle)** ”.

Enfin, à l’opposé de l’inexistence proclamée par certains biphobes, cet homme de 38 ans affirme, en anglais, que tout le monde est bisexuel : “ I think it is totally normal and every person actually is bisexual ” !

Les bi aussi s’interrogent

En dehors de la personne se disant bigenre, deux autres répondant-e-s se sont présentés comme bisexuel-le-s. Leurs propos sont modérés. Lui comme elle posent la **question de l’articulation entre “notion” de fidélité et celle de choix (homo ou hétéro)**.

La femme de 26 ans (fiche 64) dit que les bi sont : “ libres de planifier leur sexualité ; la notion de fidélité est le vrai débat “. Elle souhaite “ qu’il ou elle laisse de la liberté à l’autre pour en faire autant “. L’homme de 51 ans trouve les bi “ ouverts et souvent à l’abri des préjugés sexistes ”, se félicite de “ leur compréhension des hétéros et des gays ”. Mais leur reproche “ d’être le cul entre deux chaises et ne pas oser s’avouer ”.

La relation de couple, héritage du modèle de complémentarité s’appuyant sur des représentations sociales genrées naturalisées reste le référent central, y compris pour des personnes strictement homosexuelles¹⁵. Le fait d’évoquer une double attirance, pour les hommes et pour les femmes, peut alors paraître subversif. Cela explique sans doute la méfiance et les rumeurs de trahison, de pratiques sulfureuses associées à la bisexualité. Sans doute les notions de fidélité, de “contrat” conjugal, d’exclusivité sont-elles appelées à être débattues. Il serait étonnant que ce débat ne concerne que les bisexuel-le-s. Nouvelle identité disponible sur le marché des politiques sexuelles, **la bisexualité devient un domaine où se projettent, se fantasment et se cristallisent des débats sociaux plus vastes**.

¹⁵ Michel Bozon (2001) intègre cette normativité dans une typologie des « orientations intimes », cadres pratiques et idéologiques de la sexualité individuelle qu’il dissocie du principe d’orientation sexuelle.

CONCLUSION

Nous avons eu sans doute raison d'essayer de poser des questions sur l'absence de visibilité bi dans le mouvement LGBT. De nombreuses prises de positions nous incitent à continuer, comme elles encouragent les responsables des UEEH et l'ensemble de la communauté à accueillir les bi et à débattre avec eux et elles. La biphobie existe cependant. Comme toute forme d'ostracisme liée à une orientation sexuelle, elle doit être combattue. Tenter d'en comprendre les racines pourrait aussi nous renseigner plus avant sur le comportement des "placards" bi, sur les difficultés qu'ont *certain-e-s* bi à s'assumer, et/ou sur l'attrance que les bi "placards" provoquent chez les gais. Car, même si elles pèchent par leurs généralisations abusives, on a pu constater que les doléances d'ordre relationnel pleuvent sur les hommes bi.

Sans doute verrons-nous, dans les années à venir, d'autres communautés (les transgenres, les transsexuel-le-s, les a-sexuels, les multisexuel-le-s, etc.) utiliser les outils de la déconstruction pour obtenir reconnaissance, dénoncer ostracisme et rejet. La tentation est forte de s'appuyer sur une rhétorique du mieux être individuel et collectif par la "libération" sexuelle. Une autre voie existe, elle a été dessinée par Michel Foucault : refuser le dispositif de sexualité, dénoncer les savoirs/pouvoirs sur le sexe et la sexualité, faire du sexe entre adultes consentants une histoire privée. Mais cela — ainsi est le paradoxe des politiques sexuelles — passe par une étape préalable de reconnaissance, de prise en considération. Nous en sommes encore là.

Cette première étude sur la biphobie permet aussi d'ouvrir d'autres pistes de recherche. D'une part, une analyse du même ordre serait à faire avec une population hétérosexuelle, elle relativiserait sans doute ce qui peut, à tort, apparaître comme une critique exclusive des communautés gaie et lesbienne et à ce propos, sans parler de biphobie, Catherine Deschamps observe les contours et les fonctions des stéréotypes énoncés sur la bisexualité quelle que soit l'orientation sexuelle des locuteurs ou locutrices (2002). D'autre part, au delà d'une attitude défensive, il est sans doute temps d'élargir le propos autour de la bisexualité, notamment d'étudier concrètement les styles ou modes de vie des hommes et des femmes bisexuel-le-s affirmé-e-s ; d'essayer de comprendre comment des hommes et des femmes, assumant une attrance non exclusive, articulent aspirations à la sécurité affective, sexualités bisexuées et rapports sociaux de sexe. Sans doute pourrions-nous alors évaluer l'apport de la bisexualité aux débats modernes et actuels qui tendent à déstabiliser la structure conjugale héritée du viriarc, pivot de l'organisation sociale hétérosexuelle.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- ARMSTRONG, E. (1995). Traitors to the Cause ? Understanding the Lesbian/Gay Bisexuality Debates. In: TUCKER, N. (ed), *Bisexual Politics*. 199 - 218. New York, London: Harrington Park Press.
- BERSANI, L. (1998). *Homos, repenser l'identité*. Paris: Odile Jacob.
- BORILLO, D. (2000). *L'homophobie*. Paris: PUF.
- . & LASCOUSMES, P. (Org.). (1999). *L'homophobie, comment la définir, comment la combattre?* Paris: Prochoix.
- BOURDIEU, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- BOZON, M. (2001). Orientations intimes et constructions de soi. Pluralité et divergences dans les expressions de la sexualité. *Sociétés contemporaines*, n° 41- 42, 11- 40.
- DESCHAMPS, C. (2002). *Le miroir bisexuel. Socio-anthropologie de l'invisible*. Paris: Editions Balland.
- . (2003). Les bisexuels des deux sexes et leurs partenaires dans les recherches de sciences sociales. In: *Homosexualités au temps du sida*. Paris: ANRS.
- EPSTEIN, S. (1996). A queer Encounter: Sociology and the Study of Sexuality. In: *Queer Theory / Sociology*. (pp. 145-167). Cambridge, Oxford: Blackwell Publishers.
- FOUCAULT, M. (1976). *Histoire de la sexualité*. Tomes I: La volonté de savoir. Paris: Gallimard.
- . (1984). *Histoire de la sexualité*. Tomes II: L'usage des plaisirs. Paris: Gallimard.
- . (1984). *Histoire de la sexualité*. Tomes III: Le souci de soi. Paris: Gallimard.
- GEORGE, S. (1993). *Women and bisexuality*. London: Scarlet Press.
- HENNIG, J. (1996). *Bi*. Paris: Gallimard.
- MENDES-LEITE, R., DESCHAMPS, C. & PROTH, B. (1996) *Bisexualité, le dernier tabou*. Paris: Calmann-Lévy.
- RUST, P. (1995). *Bisexuality and the Challenge to Lesbian Politics*. New York, London: New York University Press.
- SIMMEL, G. (1984). Digressions sur l'étranger. In: GRAFMEYER, Y. & JOSEPH, I. (Org.). *L'école de Chicago*. (pp. 53-59). (Trabalho originalmente publicado em 1908).
- TOMOLILLO, S. (2000), Lecture féministe de la théorie queer. In: *Femmes, féminisme, féminité: représentations et ruptures*. Journée de l'Anef du 29 mai 1999, supplément au bulletin n° 32, 79-92, printemps-été.
- . (1998), *Identités sexuelles et luttes radicales: le mouvement queer et les Sœurs de la Perpétuelle Indulgence*. Maîtrise de sociologie. Toulouse: Université Toulouse Le-Mirail.

- _____. (2001). *Bisexualité masculine : économie sexuelle de la différence*. D.E.A. d'Anthropologie Sociale. Toulouse: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Toulouse.
- WEEKS, J. (1989). Questions of identity. In: CAPLAN, P. (Org.). *The cultural construction of sexuality*. (pp. 31-51). New York: Routledge.
- WELZER-LANG, D. (1994). L'homophobie, la face cachée du masculin. In: WELZER-LANG, D., DUTEY, P.-J. & DORAIS, M. Montréal: V.L.B.
- _____. (2000). Les catégories pour penser les sexualités. In: Membrado Minique et Rieu Annie (dirs) *Sexes, espaces et corps – De la catégorisation du genre*, Toulouse: Éditions universitaires du Sud, 223-236.
- _____. (2000a). Pour une approche proféministe non homophobe des hommes et du masculin. In: D. Welzer-Lang (Org.) *Nouvelles approches des hommes et du masculin*. (pp. 109-138). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- _____. (2004). Les hommes aussi changent. Paris: Payot.
- _____. , DUTEY, P. J. & DORAIS, M. (1994). *La peur de l'autre en soi, du sexisme à l'homophobie*. Montréal: V.L.B.
- _____. , LE TALEC, J.Y. & TOMOLILLO, S. (2000). *Un mouvement gai dans la lutte contre le sida - Les Sœurs de la Perpétuelle Indulgence*. Paris: L'Harmattan.
- _____. & TOMOLILLO, S., (2003), Elaborer de nouvelles formes de transversalité. *Rue Descartes*, n° 41, 66-69. Paris: P.U.F.
- _____. , TOMOLILLO, S. & DESCHAMPS, C. (2003). *Les Bi masculins: le placard et l'invisibilité épistémologique, obstacles à la prévention*, rapport final à l'ANRS (Agence Nationale de Recherche sur le Sida), Division Sida de la Direction Générale de la Santé, et Ensemble Contre le sida.

Normas para envio de manuscritos e orientação editorial

1. SUBMISSÃO DE UM MANUSCRITO

Antes de enviar seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política* siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço www.fafich.ufmg.br/~psicopol, no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, *abstract* e *key-words* não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP Rua Monte Alegre, 984 Perdizes CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil. O destinatário é **REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA**.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para revistapsipol@uol.com.br.

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a *Psicologia Política*, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A *Revista Psicologia Política* publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.